



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 145 – QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2014 – BRASÍLIA-DF



SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferreira (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - Bloco (116,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17 Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111) PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)
--	---	---

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de julho de 2014 004

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2014 037

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2014 048

1.1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2014 057

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2014 071

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2014 101

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2014 123

1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2014 144

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia quinze de julho do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Kátia Abreu e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 20ª, realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 45 de 2014 (Aviso nº 216/GMF/MF-DF), de 30 de junho de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de maio de 2014; Aviso nº 38 de 2014 (Aviso 58/2014-BCB), de 25 de junho de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao mês de maio de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 522-GP/TCU, de 30 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando exemplar do Sumário Executivo (acompanhado de Fichas-Síntese) sobre as Contas do Governo da República relativas ao exercício de 2013. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 46 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM’”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 03/06/2014, o Presidente da Comissão designou o Senador Casildo Maldaner relator “ad hoc” da matéria, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues. Em 03/06/2014, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, relator “ad hoc”, Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 49/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 2**- Mensagem (SF) nº 47 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES’”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 50/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 3**- Mensagem (SF) nº 48 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – PROCONFINS RS II’”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ricardo

Ferraço, Ana Amélia, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos e Gleisi Hoffmann. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Vota vencido o Senador Ricardo Ferraço. Aprova, também, o Requerimento nº 51/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que “convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”, tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto, à Emenda nº 1 (Substitutivo), e à Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Em 03/06/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá. Em 03/06/2014, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, com alteração da análise, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 14/7/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Francisco Dornelles. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 453 de 2013, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta”, tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 637 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**- Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**- Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**- Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**- Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Wal-

demir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**- Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**- Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)”, que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**- Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**- Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 48 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do parágrafo único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013), a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, para as seguintes datas: I – para recebimento de documentos e informações, até 16 de outubro de 2014; II – para realização de audiências públicas, até 20 de novembro de 2014; III – para apresentação do relatório final, até 9 de dezembro de 2014. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**- Mensagem (SF) nº 49 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD’”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Vota vencido o Senador Ricardo Ferraço. Aprova, também, o Requerimento nº 52/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 21**- Mensagem (SF) nº 50 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa

do Brasil, no valor de até US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina – PROVIAS-SC', tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 53/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 22**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 49 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 46 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do 'Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM'". Colocado em votação, A Comissão aprova o Requerimento nº 49 de 2014-CAE. **Item 23**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 50 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 47 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES'". Colocado em votação, A Comissão aprova o Requerimento nº 50 de 2014-CAE. **Item 24**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 51 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 48 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – PROCONFINS RS II'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 51 de 2014-CAE. **Item 25**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 52 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 49 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 52 de 2014-CAE. **Item 26**- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 53 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 50 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina – PROVIAS-SC'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 53 de 2014-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 54 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir o tema "A Repartição de Receitas e o Fundo de Participação dos Municípios", com a participação dos convidados: Raimundo Carreiro,

ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Raul Velloso, economista e consultor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª Reunião, realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, bem como das atas da 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para o seu conhecimento.

1. Aviso nº 45 de 2014, de 30 de junho de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela pasta no mês de maio de 2014.

2. Aviso nº 38 de 2014, de 25 de junho 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativos das emissões referentes ao mês de maio de 2014, as razões delas determinantes e as posições das reservas internacionais a elas vinculadas.

3. Aviso nº 522 de 2014, de 30 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando exemplar de sumário executivo sobre contas do Governo da República Federativa no exercício de 2013.

Vamos direto à pauta.

Senhores, nós temos cinco mensagens de crédito aqui. Nós temos o Ato nº 1, da CAE, mas temos o §2º do art. 2º, que temos usado em situações como esta, que diz:

Quando os prazos limites para a assinatura de contratos ou para o início do recesso parlamentar impossibilitarem a deliberação na forma prevista neste artigo, as matérias objeto deste Ato poderão, por deliberação da Comissão, ser pautadas e apreciadas em prazos diversos.

Acho que é o caso de usarmos, nessas cinco mensagens, esse §2º do nosso Ato nº 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues não está, e eu estou designando o Senador Casildo Maldaner Relator *ad hoc*.

De acordo com a Resolução nº 43 de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; representando o Estado do Amazonas, o Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado de Educação, e a Srª Nafice Bacry Valoz, Secretária de Estado e Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais; e Srª Raquel Maria Maciel Braz, assessora da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais.

O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc* na 21ª Reunião, realizada em 3 de junho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Lindbergh Farias, caro Vice-Presidente Senador Luiz Henrique, prezados colegas.

Na verdade, esse relatório já foi lido, já foi apresentado nesta Comissão bem como a ideia de ser aprovada essa proposta, muito edificante para o Estado do Amazonas no campo da educação básica principalmente. Além de se tratar de educação básica, ensino integral, monitoramento, especificação, pretende-se melhorar em todos os sentidos, junto com a proposta que foi votada nas últimas decisões desta Comissão como o projeto também do BID em relação a Florianópolis.

Inclusive, no que se refere a Florianópolis, tivemos a honra de participar ontem da assinatura do empréstimo de US\$51 milhões ou de US\$55 milhões de dólares para a capital de Santa Catarina. Eu tive a honra de representar os Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer em uma festividade extraordinária.

O empréstimo relativo ao Amazonas era para ter sido votado ontem. Por coincidência, seria a oportunidade, mas por razões outras não foi possível votarmos a tempo nesta Comissão. Hoje, a matéria vem para a Comissão para decidirmos essa proposta tão requerida, pela qual eles tanto lutaram. Inclusive, o Secretário de Educação está aqui presente; a Subsecretaria também aqui se encontra com toda a sua equipe, que é muito dedicada por sinal. A sua equipe, Secretário, tem feito o caminho. Estiveram permanentemente aqui no Senado, procurando ver se iria sair, se iríamos levar, porque a educação no Amazonas aguarda isso com muito ansiedade.

Então, Sr. Presidente, caros colegas, essa, como já tínhamos lido, é a exposição em síntese desse empréstimo de US\$151,8 milhões para o Estado do Amazonas, que muito haverá ajudar não só os amazonenses, não só os catarinenses que estão lá radicados, mas há pessoas do Brasil inteiro morando no Amazonas. Com certeza, será muito edificante para a educação em todos os sentidos.

Essa é a exposição que eu gostaria de deixar clara aqui, para não tomar mais tempo, sem a necessidade de reler aquilo que já havíamos exposto, Sr. Presidente.

São as considerações que eu não poderia deixar de fazer

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, os recursos correspondentes a 360 milhões destinam-se a financiamento parcial do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas, intitulado Padeam.

1. O Programa terá o valor total de US\$273 milhões, sendo US\$151,180 milhões financiados pelo BID e US\$121,826 milhões como contrapartida do Estado do Amazonas.

2. O objetivo geral do programa é ampliar a cobertura e melhorar o desempenho escolar dos alunos da educação básica do Estado do Amazonas. Por isso o programa foi estruturado em três componentes. Procurei fazer uma análise detida e tenho procurado ser preciso nessas contratações de empréstimo por parte da Comissão de Assuntos Econômicos.

O programa prevê a expansão da cobertura de educação básica integral, mediada por tecnologia. Prevê ainda a melhoria da qualidade da educação básica por meio da formação e qualificação de docentes e da melhoria do desempenho escolar, além da gestão, monitoramento e avaliação.

Desde 2008, o Estado do Amazonas já contratou R\$6 bilhões em operações de crédito.

Em 2013, essas operações se equivaleram a 40% do investimento liquidado no Estado. Entre 2012 e 2013, o investimento estadual mais que dobrou – de R\$1,1 bilhão para R\$ 2,4 bilhões no ano). A operação em análise corresponde, portanto, a 6% do total já contratado, entre operações internas e externas.

3. O Estado mantém as despesas de pessoal estáveis como proporção da Receita Corrente Líquida: desde 2010 encontram-se próximas a 42%.

4. O comprometimento futuro adicional com os encargos das novas operações de crédito está estimado pela STN em 1 ponto de percentagem da RCL. Isso equivale à aproximadamente R\$150 milhões/ano. Há indícios e evidências de que o Estado tenha amortizado dívidas com as operações de crédito recentemente contratadas, mas não há informações disponibilizadas pela STN sobre o valor dessas amortizações extraordinárias.

5. Governo do Estado do Amazonas foi classificado na categoria B+, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União. E todos os limites normativos estão enquadrados (comprometimento com encargos, total da dívida consolidada líquida).

Não vejo problemas nas operações contratadas pelo Amazonas em razão do baixo comprometimento futuro de gastos com essas operações; o Estado elevou efetivamente o volume de investimentos, ou seja, não houve substituição de fontes. As despesas de pessoal, por exemplo, mantêm-se equilibradas, desde 2010.

Ou seja, passada a onda de entrada de financiamentos, o Estado poderá manter um volume razoável de investimentos ou, alternativamente, elevar o seu superávit primário.

Por essas razões e considerações, nós vamos acompanhar o voto do eminente Senador Casildo Maldaner, designado Relator *ad hoc* em lugar do Senador Antonio Carlos Rodrigues, por entender que os fundamentos indicam absoluta viabilidade para que a operação possa ser concluída pelo Estado do Amazonas.

É como me pronuncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria ainda está em discussão.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, cumprimentar o Secretário de Estado de Educação, que se faz presente, e, através dele, cumprimentar todos os companheiros e companheiras que vieram do meu querido Estado do Amazonas.

Quero dizer que não há o que destacar na importância dessa operação de crédito, visto o relatório completo, amplo e abrangente que acaba de ler o Senador Ricardo Ferraço.

Com a realização da Copa do Mundo, ficou mais claro ainda que o que o Brasil precisa é reforçar muito suas atenções e forças para a área de educação. E eu incluo aí o esporte.

O Estado do Amazonas vive um bom momento na educação, em que busca ampliar não apenas a rede, mas dar a ela qualidade, aplicando um sistema moderno de gestão e valorizando os profissionais da área de educação. Então, nós hoje temos inúmeras escolas já de tempo integral no Estado e essa operação de crédito virá apenas se somar a esse esforço que vem fazendo.

Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço belo brilhante relatório e dizer o quanto é operação essa operação de crédito e que o Estado do Amazonas, como foi dito, é classificado entre os Estados que têm capacidade de contrair operação de crédito porque tem forte capacidade de pagamento.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Para pedir urgência, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Para pedir urgência, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Da mesma forma, a ideia é de pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) –

REQUERIMENTO N^o 49 – CAE

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 46 de 2014, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM’”. Em 15 de julho de 20.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Casildo Maldaner.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 49, de 2014-CAE, que requer urgência para a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aprovada a urgência, eu gostaria, além de agradecer os colegas, de cumprimentar a Senadora Vanessa, que é do Amazonas, os amazonenses e também o Senador Ricardo Ferraço pela magnífica exposição. Ele, que é do Espírito Santo, vem em colaboração a todos nós do Brasil para endossar essa tese do Estado do Amazonas. Ao mesmo tempo, quero registrar a presença de alguém que tem se dedicado muito a isso: o Sr. Luiz Gaudard, que é do Ministério da Fazenda e tem ajudado muito na tramitação dessas propostas, que precisam passar pela Fazenda antes de virem para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Dito isso, Sr. Presidente, faço um pleito catarinense agora, não só em meu nome, mas em nome do Senador Luiz Henrique e do Senador Paulo Bauer. O item 21 trata do Provisões para Santa Catarina, que é um empréstimo de US\$55 milhões, cujo Relator se encontra aqui, o eminentíssimo Senador Armando Monteiro, de Pernambuco. Se V. Ex^a puder submeter aos colegas a inversão de pauta para apreciação do item 21, serei muito grato

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Da mesma forma, o item 20 também trata de um empréstimo ao Rio Grande do Sul. Pergunto se V. Ex^a pude colocar a inversão de pauta para os dois itens, o item 20 e o item 21.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós vamos fazer isso. São cinco operações de crédito. Depois do item 3, vão entrar os itens 20 e 21. Aí, retomaremos a nossa pauta com o projeto que será relatado pelo Senador Luiz Henrique, sobre a convalidação dos incentivos.

Item 2:

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Estou presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa, não o tinha visto. Peço desculpas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – V. Ex^a queria me colocar falta? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu peço desculpas.

De acordo com a Resolução nº 43, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e, representando o Distrito Federal, o Sr. Hermano Carvalho, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Com a palavra o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}s Senadores, a Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Governo do Distrito Federal, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Procidades), que objetiva promover o desenvolvimento econômico descentralizado por meio de melhorias no ambiente de negócios, do fomento ao desenvolvimento empresarial e da melhoria da infraestrutura urbana nas Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs).

O programa foi estruturado em quatro componentes: desenvolvimento institucional estratégico; programa de atração de investimentos denominado Brasília Negócios; desenvolvimento empresarial nas ADEs; e urbanismo e infraestrutura nas ADEs.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de Governo.

De acordo com o Parecer nº 33, de 23 de janeiro de 2014, e o Parecer nº 527, de 24 de abril de 2014, ambos da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional, o Distrito Federal cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante global das operações de crédito passíveis de contratação em um exercício financeiro, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do ente.

No referido Parecer nº 33, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Distrito Federal terá nível de endividamento baixo, equivalente a 0,26 de sua receita corrente líquida, comprometendo, tão somente, 13% do valor máximo admitido para esse limite de endividamento, que é, pela Resolução nº 40, de 2001, equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um determinado exercício financeiro, relativamente às projeções da receita corrente líquida, é decrescente, variando de 10,13% a 0,06%, sendo o percentual máximo permitido de 16%.

Já o comprometimento anual máximo da receita corrente líquida do Distrito Federal com o serviço de sua dívida será de 3,57% em 2016, sendo decrescente ao longo do contrato a partir daí. No período apurado, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 1,78%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Fica destacado ainda que, conforme o Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, as ações previstas para o programa estão inseridas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 estabelecido pela Lei Distrital nº 4.742, de 29 de dezembro de 2011. Além disso, o citado parecer informa que constam na Lei Distrital nº 5.289, de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício de 2014, dotações necessárias e suficientes para a execução do programa, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contragarantia e ao pagamento dos encargos.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Distrital nº 4.528, de 23 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Distrital nº 4.961, de 7 de novembro de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor de até US\$55 milhões (cinquenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155 a 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Distrito Federal, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Distrito Federal nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o ente adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há, ainda, pendências do ente referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União.

Ademais, a STN informa que o Distrito Federal cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Vale enfatizar que, nos termos da Resolução nº 48, de 2007, a verificação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, será procedida por ocasião da assinatura do contrato.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o 3º quadrimestre de 2013, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só um segundo, Senador Humberto.

Senhores, peço silêncio. O pessoal do som teve até que elevar o som do Senador Humberto Costa. Está ficando desconfortável para todos. Então, peço silêncio, em respeito ao nosso relator, Senador Humberto Costa, que está acabando de ler o seu relatório do item 2.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo ente da Federação. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 604, de 29 de julho de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN, o Distrito Federal foi classificado na categoria "B", atendendo, assim, ao indicador de Endividamento e ao indicador de Serviço da Dívida, o que indica que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão da garantia da União no que tange à análise de capacidade de pagamento.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BID em suas operações financeiras, concluindo que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Registre-se, por fim, que o Distrito Federal cumpre os limites constitucionais para os gastos com pessoal, educação e saúde, e exerce plenamente a sua competência tributária.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal para a prestação de garantia pela União.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do pedido de autorização do Distrito Federal para contratar a operação de crédito externo, nos termos da seguinte proposição que se segue e que está à disposição de todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se de iniciativa meritória por ser a nossa capital, Brasília, uma cidade que tem feito um esforço grande na direção de dinamizar os seus arranjos econômicos, ampliando a participação do setor privado na produção das receitas do Distrito Federal.

Adicionalmente às informações trazidas pelo relator, Senador Humberto Costa, quero registrar que, de 2008 para cá, o DF já contratou R\$3,7 bilhões em operações de crédito. Na média do período, essas operações apresentaram apenas 20% do investimento liquidado. Entre 2011 e 2013, o investimento do DF quase dobrou, saindo de R\$0,7 bilhão para R\$1,5 bilhão ao ano, o que sinaliza a enorme capacidade de investimento do Distrito Federal. A operação em análise corresponde, portanto, a menos de 2% do total já contratado entre operações internas e externas pelo DF.

O DF reduziu as despesas de pessoal na proporção da receita corrente líquida de 46 para 45, entre 2011 e 2013, comprometimento futuro adicional com os encargos com operações de crédito, está estimado pela Secretaria do Tesouro Nacional em 0,6% de percentagem da receita corrente líquida. Asseverou com bastante clareza e precisão o Senador Humberto Costa a classificação do DF em categoria B, o que significa situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente, portanto, para o recebimento das garantias da União, o que é, a meu juízo, aquilo com que precisamos nos preocupar com relação às prerrogativas desta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, a meu juízo, o DF tem feito o dever de casa. Encontra-se com suas finanças públicas saneadas. O Estado tem elevado efetivamente o volume de investimento, e não houve aquilo que se tornou muito comum, nos últimos anos, em nosso País: a substituição de investimento por parte de receitas próprias por investimentos. Por isso mesmo, estaremos acompanhando o Relator, Senador Humberto Costa, no entendimento de que o DF tem feito o dever de casa e merece, portanto, aval desta Comissão e, quero crer,

do Senado Federal para que esses programas, no seu mérito, possam ser ampliados e possamos ver a economia do DF ser dinamizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Humberto Costa permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, apresentado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, requeiro a este Plenário a urgência para votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 50, de 2014, CAE, que requer urgência para a matéria.

REQUERIMENTO Nº 50 – CAE

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 47 de 2014, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$50 milhões (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 50, de 2014, CAE, que requer urgência para a matéria.

ITEM 3 MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2014 – Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – PROCONFINS RS II”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, gerente responsável por dados financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, e o Sr. Odil Tonollier, Secretário de Estado da Fazenda.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Rio Grande do Sul, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, que, entre outras ações, objetiva apoiar o ajuste estrutural das contas estaduais, de modo a incrementar o investimento público, especialmente em infraestrutura e na área de recursos hídricos.

Análise

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com os Pareceres nºs 778, de 29 de maio de 2014, e 801, de 30 de maio de 2014, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN, o Estado do Rio Grande do Sul cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica destacado ainda que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, as ações previstas para o referido projeto estão inseridas no Plano Plurianual 2012-2015, estabelecido pela Lei Estadual nº 13.808, de 18 de outubro de 2011.

É atestado, também, que a lei orçamentária do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2014 contempla dotações necessárias e suficientes para o ingresso dos recursos da operação e para a cobertura dos seus encargos.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Estadual nº 14.343, de 6 de novembro de 2013, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BIRD, no valor de até US\$ 280 milhões, destinada ao programa mencionado, e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio Grande do Sul, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Vale enfatizar que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação da adimplência do ente garantido, tanto em relação aos tributos e empréstimos devidos à União como em relação à prestação de contas de recursos recebidos desta, por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência de garantias concedidas às operações de crédito ainda não liquidadas, estando ele, além disso, adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há também pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, sendo que o presente empréstimo não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2013, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do caput art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 1043, de 4 de dezembro de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios, o Estado do Rio Grande do Sul foi classificado na categoria “C-”, que indica situação fiscal muito fraca e risco de crédito muito alto.

Entretanto, de acordo com o previsto no art. 11 dessa portaria, a operação de crédito em exame foi elegível, por parte do Ministro da Fazenda, para recebimento de garantia da União, uma vez que será contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar investimentos estratégicos do Estado para o seu desenvolvimento econômico, em consonância com os objetivos do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, do Governo Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mediante seu Parecer nº 921, de 5 de junho de 2014, considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BIRD em suas operações finan-

ceiras, concluindo que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, desse modo, que o Estado do Rio Grande do Sul atende aos limites e condições estabelecidas pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito externo, nos termos do projeto de resolução já publicado.

Sr. Presidente, é esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia. Depois, o Senador Ricardo Ferraço.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Lindbergh Farias, prestei muita atenção ao relatório do Senador José Pimentel. Como Senadora pelo Rio Grande do Sul, não vou negar o voto a esse pedido de empréstimo, mas isso não me permite a omissão diante da situação financeira do Estado. E quero fazer um registro contido no próprio relatório do Senador José Pimentel.

A Secretaria do Tesouro Nacional, em uma análise, diz que “de acordo com a análise consignada na Nota nº 1.043, de 4 de dezembro de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios, o Estado do Rio Grande do Sul foi classificado na categoria “C”, que indica situação fiscal muito fraca e risco de crédito muito alto”. Isso está contido no relatório.

Além do mais, eu queria lembrar que, de 2012 a 2014, o Estado tomou de empréstimo mais ou menos US\$1,3 bilhão. É agravante a situação financeira do Rio Grande do Sul. Se a União garante, avalia e vai ser responsável por esses créditos, essa é uma outra questão fundamental.

Queria sublinhar aqui a posição do Secretário Arno Augustin, que é do Rio Grande do Sul e cujo relatório dá o tamanho e a dimensão da sua responsabilidade, aqui avaliada em caráter eminentemente técnico.

Por outro lado, queria chamar para um detalhe, Presidente e Relator: o Estado do Rio Grande do Sul não contabiliza da Dívida Consolidada Líquida os R\$5 bilhões sacados dos depósitos judiciais. E deveria, porque essa é uma dívida que o Estado tem, porque sacou da conta de depósitos judiciais. No caso, a morosidade do Poder Judiciário está ajudando a gestão financeira do Estado, porque, se fosse rápido e esses depósitos tivessem de ser destinados aos demandantes do Poder Judiciário – em precatórios, por exemplo –, a situação estaria extremamente complicada. Então, como não foi incluído na Dívida Consolidada Líquida o depósito judicial, o Estado mantém no limite de 27%, que é sua capacidade de endividamento. Com os R\$5 bilhões, já teria ultrapassado em muito os 27%, que é o limite estabelecido nos critérios técnicos da Secretaria do Tesouro.

Eu preciso chamar atenção da Comissão de Assuntos Econômicos sobre essa situação extremamente delicada do Estado do Rio Grande do Sul em matéria financeira, porque diz a Secretaria que o Estado está classificado na categoria C, indicando situação fiscal muito fraca e risco de crédito muito alto.

Não vou negar o apoio, porque isso seria explorado politicamente no meu Estado, e eu não admito uma coisa dessas. Mas eu não posso me omitir diante da responsabilidade de chamar atenção para a frágil situação financeira do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço e depois o Senador Pedro Simon.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Senadora Ana Amélia foi cirúrgica e precisa colocando o dedo na ferida sobre a relação fiscal do Rio Grande do Sul. O Estado, de 2008 para cá, já contratou R\$7 bilhões em operações de crédito. Na média do período, os recursos de financiamento representaram 80% do investimento liquidado, ou seja, é como se o Estado estivesse sem capacidade de investimento próprio.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Eu peço silêncio, novamente.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É como se o Estado dependesse fundamentalmente de operação de crédito para retornar aos contribuintes do Estado do Rio Grande do Sul os recursos que são direcionados através dos seus impostos.

Entre 2011 e 2013, o investimento de fato cresceu 45% em termos nominais, mas esse crescimento se deu em razão das operações de crédito.

O Rio Grande do Sul elevou as despesas de pessoal como proporção da receita corrente líquida, segundo o critério contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 40,4% para 43,4%, entre 2011 e 2013. O comprometimento futuro adicional com os encargos com operações de crédito está estimado, pela Secretaria do Tesouro Nacional – peço vênia ao Senador Romero Jucá para que eu possa continuar o meu parecer –, como muito pequeno, até porque o Estado – veja bem, Sr. Presidente, eu chamo atenção da Senadora Ana Amélia – do Rio Grande do Sul está quase que plenamente comprometido no limite máximo pela Lei 9.496, de 1997, de 13% da receita líquida real. Ainda assim, compromete mais recursos com o pagamento de dívidas extra limite.

Ao longo dos últimos 15 anos, o teto para pagamento dos encargos não vem sendo suficiente para abater o fluxo de pagamentos esperado da dívida renegociada em 1997. Assim, o Estado vem acumulando resíduos dessa dívida cujo valor já encontra-se superior ao valor principal. Somente a partir do final de 2013 o Estado parou de acumular tais resíduos e passou também a abatê-los. É preciso fazer esse reconhecimento.

Com isso, estima-se que os subsídios concedidos pela União ao Estado do Rio Grande do Sul no processo de renegociação das dívidas em 1997 já ultrapassam as cifras de R\$20 bilhões de recursos, que são drenados da União para subsidiar o Estado do Rio Grande do Sul.

Disse aqui o Senador Pimentel, também de maneira precisa, que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi classificado na categoria C menos, o que indica situação fiscal fraca e elevado risco de crédito.

Na prática, Sr. Presidente, a partir de 2012, com a alteração da Portaria 306 por parte do Ministério da Fazenda, que mudou os indicadores e os critérios para esse tipo de operação de crédito... Até esse momento, o Ministério da Fazenda considerava o passado e considerava o futuro. A partir de então foram criados novos critérios flexibilizando as operações de crédito.

E é com base nisso, portanto, nessa excepcionalidade, que o Ministério da Fazenda está avalizando essa operação de crédito com o Estado do Rio Grande do Sul, um dos mais importantes Estados deste País, mas que tem sido castigado por uma gestão fraca, que não tem conseguido estar à altura – esta é que é a verdade – dos esforços do Rio Grande Sul para o nosso País e que contribui com o nosso País historicamente.

Eu comprehendo a posição da Senadora Ana Amélia. Ela não tem como votar contra. E peço vênia aos meus colegas, aos meus irmãos Senadores do Rio Grande do Sul, mas não tenho como votar favoravelmente nessa operação de crédito. Essa é uma operação de crédito à margem da irresponsabilidade, e o meu compromisso aqui, nesta Comissão, é daqui em diante, Sr. Presidente, não votar favoravelmente quaisquer classificações que venham do Ministério da Fazenda que indiquem classificação fiscal forte com risco C e com risco D.

Por essas razões, pedindo vênia aos meus colegas do Rio Grande do Sul – porque o Estado não tem feito; não o Estado, o Governo não tem feito o dever de casa –, não posso acompanhar e votarei contrariamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Pedro Simon. Depois, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho muito importante a argumentação da Senadora Ana Amélia. A situação do Estado do Rio Grande do Sul é realmente difícil. Vamos deixar claro que essa situação do Rio Grande do Sul não é de hoje. Vem de longe. E o Governo Federal, depois de muito tempo, vem, eu diria, quase que fazendo uma política de oposição ao Estado do Rio Grande do Sul.

Eu tenho um projeto que vai ser votado hoje – mas já tem parecer contrário – com relação à Lei Kandir. A Lei Kandir tirou do Rio Grande do Sul 1 bilhão por ano. As nossas exportações deixavam para nós, e a lei – na hora de votar, eu votei contra – dizia que a União compensaria isso. Afora isso, nós temos uma série de itens sobre dívidas da União com relação ao Rio Grande do Sul, desde o polo petroquímico.

O Governo do Rio Grande do Sul gastou 1,5 bilhão no início da construção do polo para depois a União construir o polo. Tudo bem. A União privatizou o polo e não devolveu o 1,5 bilhão ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Com Aços Finos Piratini, o Governo do Estado construiu e depois passou para o Governo Federal, para o Governo Federal terminar a Aços Finos Piratini. O Governo Federal privatizou e não deu ao Rio Grande do Sul aquilo que lhe cabia, como estradas federais. No Governo Sarney, o governo estava sem condições de construir, e o Governo do Rio Grande do Sul antecipou e construiu mais de 1.000km de estradas asfaltadas fe-

derais com o compromisso do Governo Federal, que retribuiu ao Rio Grande do Sul. Como a reforma agrária. O Governo do Rio Grande do Sul foi o único governo do Brasil que fez reforma agrária comprando terra à vista, porque estavam na véspera de fazer uma guerra, em termos dessa questão, e nós achamos que a solução era esta: acalmar, e, acalmando, fizemos a consolidação de um grupo de trabalhadores que foi em terras pagas à vista, e o Governo Federal ficou de nos devolver. Com isso, nós faríamos um fundo de renovação permanente de reforma agrária.

Então, essa questão vem de longe. Hoje, nós estamos aqui com o relatório do Senador Luiz Henrique com relação à rolagem da dívida. Isso que estamos votando aqui é consequência disso. A rolagem da dívida há tanto tempo vem sendo discutida e foi um projeto, inclusive, enviado para esta Casa pela Presidência da República. Nós chegamos a um acordo. Na hora de votar, se aquele projeto fosse votado, nós não estaríamos pagando esse absurdo que estamos pagando. Nós estamos pagando ao Governo um juro de agiota, que poderíamos, inclusive, deixar de pagar. No Banco Mundial pagaríamos juro infinitamente menor.

A situação é grave. Tem razão a Senadora Ana Amélia e tem razão o ilustre e querido Senador do Espírito Santo, mas independentemente disso, nós vamos votar. Acho que devo votar favoravelmente porque não tenho outra saída senão votar favoravelmente. Iremos analisar. Isso já foi feito.

Houve um momento em que as Bancadas do Ceará e do Rio Grande do Sul se reuniram com o Presidente Lula, com a Chefe da Casa Civil, Srª Dilma, para analisar com os Senadores do Rio Grande do Sul.

Ficamos, durante quatro horas, no Palácio do Governo, num longo debate, fazendo análise total do que estava acontecendo no Rio Grande do Sul ao longo do tempo. O governo fez, e a então Ministra Dilma ficou encarregada de coordenar a análise e o debate e todas as questões, das injustiças com o Rio Grande do Sul, das dívidas, de que ele merece resposta e que, até agora, não teve.

Então, está certa a Senadora Ana Amélia quando diz da nossa situação. Está certo o nosso querido Senador do Espírito Santo quando diz que a situação é complicada. Mas eu digo a V. Exª que o que menos podemos fazer nesta altura é negar essa votação. Porque aí há uma crise com consequências imprevisíveis em termos de Rio Grande.

Eu não sou da Comissão. Pertenci durante 30 anos a esta Comissão, mas fui retirado dela e estou aqui porque o Rio Grande do Sul merece. Acho que votar favorável, apesar de tudo, como diz a Senadora Ana Amélia, é o que devemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero, em nome do Senador Paulo Paim, que está presentemente presidindo a Comissão de Direitos Humanos, que, como Senador pelo Rio Grande do Sul, embora não membro desta Comissão, me pediu que eu externasse o voto favorável dele à autorização dos empréstimos pelo Rio Grande do Sul. Assim eu também votarei, como membro titular desta Comissão.

O Senador Paulo Paim pediu que eu transmitisse isso aos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Acho que, tomando aqui as palavras do Senador Pedro Simon, chegou o momento de esta Comissão fazer uma gestão junto à Presidência da Casa para que coloque em votação o projeto que cria novos indicadores para a dívida.

O que nós temos feito aqui nesta Comissão? Nós não viabilizamos esses novos indicadores que trariam um alívio às finanças estaduais, estamos aprovando financiamentos, financiamentos e financiamentos, agravando ainda mais a situação dos Estados e dos Municípios endividados.

A aprovação desse projeto da dívida é fundamental para o Rio Grande do Sul, é fundamental para a prefeitura de São Paulo, é fundamental para o Estado de Alagoas, mas é importante para aliviar as finanças de todos os Estados.

Então, Presidente, eu queria propor que fizéssemos, juntos, uma gestão da Comissão de Assuntos Econômicos junto à Presidência da Casa para que paute esta matéria, o mais tardar, em plenário, para a primeira semana de esforço concentrado no mês de agosto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka, depois, Senadora Ana Amélia.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu felicito o Senador Luiz Henrique, que colocou a questão certa. Mas eu acho que esta matéria deve ser votada nesta semana. Isto foi dito na última vez: que ela seria votada nesta semana de esforço concentrado. Agora, deixar para agosto, em meio de eleição...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu prefiro também. Mas, se não for possível,...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Mas o compromisso...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...na pior das hipóteses, que se vote na primeira semana de agosto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Mas vamos tentar ficar na melhor das hipóteses. É o compromisso que foi assumido pelo Governo, de votarmos neste esforço concentrado, agora. Porque, em agosto, em campanha eleitoral, nós não sabemos nem se conseguiremos reunir maioria em plenário para votar. Eu faria...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia, depois, Senador Waldemir Moka.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que é o Relator desta matéria, deste projeto que trata da alteração do indexador da dívida dos Estados e Municípios.

Na última reunião nesta Comissão de Assuntos Econômicos, eu indaguei ao Presidente Lindbergh Farias qual era o calendário de votação desta matéria. Para a minha surpresa, considerando a urgência deste tema para Estados como Rio Grande do Sul e Alagoas e a prefeitura de São Paulo, já referidos pelo nosso brilhante Relator Luiz Henrique, que estão numa situação absolutamente comprometida do ponto de vista financeiro, a resposta do Sr. Presidente Lindbergh Farias para a minha pergunta – quando vai ser votado o projeto relatado pelo Senador Luiz Henrique tratando do indexador? – foi, textualmente: “Senadora Ana Amélia, esta matéria será votada em novembro, por um acordo dos Governadores do Rio Grande do Sul e do Estado de Alagoas.”

Eu não entendi nada, porque a matéria é urgente. E isso que o Senador Luiz Henrique falou de um Estado organizado, um Estado muito bem administrado – ele foi governador duas vezes – agora, ao ponderar sobre a urgência de votarmos isso para aliviar as finanças dos Estados e Municípios, nós temos que ter a hora da verdade. Vamos ou não vamos votar o projeto que trata do novo indexador da dívida dos Estados e Municípios? Essa é a questão. E por isso eu agradeço muito a ponderação do Senador Luiz Henrique.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de eu falar, deixe-me passar para o Senador Waldemir Moka e depois para o Senador Flexa Ribeiro e Senador Aloysio Nunes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon tem razão. O compromisso que o Governo fez é de que nós votaríamos isso. Esse é o compromisso. Esta matéria tem que ser votada. E aí o Senador Luiz Henrique e um grupo aqui... Votar a matéria depende exatamente de quê? Da maioria dos Líderes. Eu acho que isso envolve os nossos Estados. E esse indexador é o que prejudica, o que tem grandes problemas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro, com prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concordando com V. Ex^a e com o Senador Luiz Henrique, se esta matéria é votada, nós melhoramos a condição fiscal e a classificação do Estado do Rio Grande do Sul, que deixará de ser menos para ser mais ou até b.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui é enxugando gelo, é cercando o vento, é empurrando para a frente um problema que se acumula dia após dia, nos nossos Estados e na Federação Brasileira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Ricardo Ferraço só antecipou exatamente o final do meu raciocínio. Quer dizer, a única forma... E veja que é como se o Governo tivesse a consciência pesada, porque, mesmo sabendo que é com esses indicadores, ele concorda. Por quê? Porque ele sabe que há uma grande injustiça. É como se ele mesmo dissesse: “Não, eu tenho que concordar com isso porque, na verdade, o correto há muito tempo seria já ter aliviado esta questão através de novos indexadores.”

Eu votarei, meu amigo, e quero louvar o critério, o rigor. V. Ex^a é, sem dúvida alguma, um Senador dedicado. Fez um relatório à altura desta Comissão. Vou contrariar o relatório de V. Ex^a em função de eu achar que o processo, lamentavelmente, é muito injusto para com os Estados e, sobretudo, para com o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Os dois outros inscritos, Senador Flexa Ribeiro e Senador Aloysio Nunes. Eu vou encaminhar depois, aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr^as e Srs. Senadores, essa votação do projeto que altera o indexador das dívidas dos Estados e Municípios é um projeto

que deveria ter a preferência da pauta do plenário do Senado porque, pelo que eu estou vendo aqui, todos os Senadores são a favor. Então, quem é contra? Eu acho que quem está contra é o Governo, que se diz a favor abertamente, mas trabalha...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu não acredito, pois o projeto é do Governo, e o texto que foi aprovado na Câmara foi em acordo com o Governo. Então, o Governo deve ter interesse na aprovação deste projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então me diga, Senador Luiz Henrique, quem é contra o projeto para ele não entrar na pauta e ser votado, se todos os Estados são beneficiados?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É uma coisa tão estranha quanto o 7X1 que o Brasil levou da Alemanha. (*Risos*.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu acho que é mais estranho do que o 7X1 que o Brasil levou da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa. Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas um registro da nossa crônica parlamentar a respeito da intervenção do Governador de Alagoas e do Governador do Rio Grande do Sul sobre o momento em que se deveria votar esta matéria.

O Senador Renan, nosso Presidente, convocou uma reunião de líderes, com a presença de governadores – Luiz Henrique estava lá – e com a presença do Ministro Mantega. Naquele momento, quando nós estávamos próximos da data em que o Presidente Renan havia se comprometido em colocar a matéria em votação no plenário, o Ministro Mantega fez um apelo para que não se votasse naquele momento. O apelo até deu margem a várias interpretações, uma das quais era a de que nós estaríamos na iminência de uma avaliação de uma dessas agências de risco. Eu me lembro perfeitamente disso. E foi aventada a data de abril, quando esses eventos já teriam transcorrido.

Eu me lembro claramente da intervenção dos dois governadores. O primeiro a falar foi o Governador de Alagoas. Em seguida, ele foi apoiado a contragosto, diga-se de passagem, pelo Governador do Rio Grande do Sul, no sentido de que todos nós concordássemos em colocar essa matéria para o mês de abril. Acontece que nós já estamos no mês de julho. Desse modo, não há mais razão... Não se pode invocar a intervenção dos dois governadores para continuar postergando a deliberação.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Jayme. Depois, a Senadora Gleisi encaminhará.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente os nossos ilustres e valorosos Senadores.

Essa é uma matéria bastante discutida aqui. O Senador Aloysio fez essa ponderação.

Como disse o ilustre e querido amigo Senador Luiz Henrique, esse projeto partiu do Executivo diante das negociações que houve aqui entre o Executivo e o Legislativo. Entretanto, a visão que tenho é a de que isso depende exclusivamente da nossa Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Não temos muita coisa que conversar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pautar!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Lamentavelmente, se me permite, o que está acontecendo? Os Estados e os Municípios têm sido prejudicados sobremaneira já há alguns anos. Não é de hoje esse assunto, que já está gravitando em torno do Congresso Nacional. Isso se dá diante de quê? Esses indicadores que hoje nós temos, esses indexadores os Estados já não os suportam mais. Isso ocorreu no passado, e, agora, nós temos novos componentes, sobretudo, numa economia ajustada.

Acho que isso depende exclusivamente de nós, meu caro Presidente Lindbergh Farias. Acho que V. Ex^a tem a obrigação, como Presidente da Comissão, de solicitar ao ilustre Presidente Renan Calheiros que nós votemos essa matéria.

Já faço um apelo de antemão para os nossos líderes. Imagino que nós também nos reuniremos, se possível, nem que seja de forma extraordinária, urgentemente, para que essa matéria vá para o plenário ainda amanhã. Caso contrário, será mais uma enrolação.

Isso já tem sido discutido. E há o compromisso de se votar isso desde abril, diante de quê? Do apelo que o Ministro Guido Mantega fez, pelo fato de que, naquele exato momento, nós estávamos sendo mal avaliados

por todas as empresas de avaliação em nível internacional. Feito isso, nós já estamos quase no fim de julho, e não se votou. Isso é fundamental para que os Estados e os Municípios tenham, com certeza, um refresco no caixa, na sua receita, e possam investir.

Dessa maneira, aqui quero dizer que sou solidário a isso e que espero que votemos essa matéria ainda amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, a Senadora Gleisi, última oradora inscrita, para encaminhar.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sem discordar da avaliação dos Senadores que me antecederam quanto à importância dessa matéria – tanto ela é importante, que o Executivo a propôs a esta Casa –, eu queria só recordar que ela fazia parte de ampla negociação com o Congresso Nacional, particularmente com o Senado da República, quanto, inclusive, à votação do projeto de resolução do Senado de uniformização das alíquotas do ICMS e da criação do Fundo de Compensação para os Estados em razão dessa uniformização. Esse projeto que fazia a redefinição dos índices da dívida fazia parte desse acordo.

Então, para que não pareça que o Executivo não está cumprindo o que prometeu, aquilo a que se propôs, é importante esclarecer...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ...que esta Casa também não cumpriu com aquilo a que se propôs. Também não cumpriu com o acordo que fez, que era o de votar esse projeto de resolução e o de votar o projeto de lei do Fundo de Compensação.

Penso que, se queremos equilibrar as contas estaduais, se queremos realmente refundar, refazer o Pacto Federativo, temos de buscar essas matérias que foram a origem desses três projetos que foram importantes para o Brasil e para os Estados brasileiros.

Eu queria deixar registrado isso, Sr. Presidente, porque senão parece aqui que só há má vontade ou empecilho por parte do Executivo, quando isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, Senador Jayme Campos, eu queria só fazer um encaminhamento, Senadora Ana Amélia.

Primeiro, dizer o seguinte: esta Comissão de Assuntos Econômicos batalhou, desde o começo, para a votação deste projeto na CAE no plenário do Senado Federal: o que trata da mudança do indexador. Os senhores conhecem minha posição, defendi minha posição em Plenário, inclusive contrária à posição do Governo; o governador do Rio Grande do Sul sabe do empenho que tivemos neste tema o tempo todo. Nós, depois de termos sido derrotados lá no plenário, voltamos à Comissão de Assuntos Econômicos, aprovamos imediatamente na Comissão de Assuntos Econômicos, e o assunto já está em Plenário. O Senador Ricardo Ferraço apresentou um requerimento solicitando o sobremento da análise do presente projeto, até que sejam esclarecidas questões essenciais por parte do Ministro de Estado da Fazenda e do Secretário do Tesouro Nacional. E isso foi para a CCJ.

Então, agora, se quiséssemos votar esta semana – e eu estou aqui, Senadora Ana Amélia, sempre favorável à votação deste projeto –, nós estamos com uma pendência por causa desse requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Permito-lhe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se o meu requerimento é o motivo para o impedimento para que esta matéria seja deliberada...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É o motivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... eu retiro esse requerimento,...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu aplaudo V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... então, eu retiro esse requerimento formalmente, tempestivamente, no endereço adequado, sem deixar de reconhecer que o nosso requerimento é legítimo, uma vez que o que nós solicitamos ao Ministério da Fazenda foi que ele informasse a esta Casa o impacto financeiro dessa renegociação. Ocorre que, há mais de 60 dias, esse requerimento foi feito, e, até agora, o Ministério da Fazenda, ou a Secretaria do Tesouro Nacional não informa!

Mas, se é o meu requerimento que está sobrestando, eu vou solicitar à minha Assessoria agora que formalize a retirada de pauta, para que nós possamos deliberar, até em concurso com V. Ex^a, que se tem manifestado favoravelmente ao enfrentamento dessa questão por parte do Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu inclusive havia telefonado para o Senador Ricardo Ferraço um tempo atrás, falando sobre isto: que isto, de fato, paralisa essa tramitação.

Com a retirada desse requerimento, cabe a nós agora tentar uma pressão e uma conversa com o Presidente do Senado Federal, para que nós consigamos colocar em votação.

O que eu acho que não é justo, pessoal, Srs. Senadores e Sras Senadoras – vejam que eu estou em ritmo de campanha, falando “pessoal”; peço desculpas –, é que nós temos um critério aqui muito claro na análise dos empréstimos para os Estados; nós sabemos que o Rio Grande do Sul tem um problema fiscal estrutural e que tem se esforçado. Então, eu peço aqui muita prudência, porque nós temos sempre aqui analisado com critério. Esta Mesa, nem esta Presidência, nem o Plenário têm partidarizado as discussões, e a Senadora Ana Amélia foi muito feliz, porque ela registrou, mas disse que iria votar também.

Mas eu faço este apelo sobre esta discussão do caso específico do Rio Grande do Sul. Nós estamos com problemas em vários Estados brasileiros, e eu estou convencido de que a mudança do indexador é fundamental para que nós possamos construir um novo momento em relação à situação fiscal dos Estados. Eu queria fazer este apelo em relação ao tema concreto do Rio Grande do Sul.

E queria encaminhar com o Senador Luiz Henrique, que é quem na verdade está conduzindo todas as negociações – não sou eu, é habilidade do Senador Luiz Henrique, que é Relator deste projeto –, para que nós voltássemos, Senador Pedro Simon, a insistir com o Presidente do Senado Federal sobre a possibilidade de pautar esta matéria ainda esta semana.

Eu quero, como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, associar-me...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... ao Senador Luiz Henrique nessa movimentação, que tem que ser liderada por ele, junto com o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros.

Faremos isso, mas temos que voltar ao ponto concreto aqui da discussão do empréstimo dessa operação de crédito do Rio Grande do Sul, que foi relatada pelo Senador José Pimentel.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador José Pimentel. Antes, pergunto se algum...

Vamos votar.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador José Pimentel permaneçam como estão. (Pausa.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovado, com o voto contra do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 51, de 2014, que requer urgência para a matéria.

Temos duas operações de crédito ainda, os itens 20 e 21. Voltaremos imediatamente para o item nº 4, depois dos itens 20 e 21.

ITEM 20
MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Vamos ter outra operação de crédito, que é o item 21, sobre o Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Mensagem nº 49, de 2014, da Presidência da República, ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo com garantia da União, do Estado do Rio Grande do Sul, junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento – BID. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD.

A análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional. Tais normas constam das resoluções do Senado Federal de nºs 43, de 2001, e 42, de 2007. A Lei de Responsabilidade Fiscal também normatiza o tema, notadamente em seus arts. 32 e 33.

Sr. Presidente, sobre as obrigações do Estado do Rio Grande do Sul, todas as normas citadas no parecer anterior também constam aqui. Sobre o enquadramento na letra “c” daquele dispositivo, também faz referência. Sobre a garantia da União subsidiária a essa obrigação, é o mesmo teor já registrado. Portanto, vou direto ao voto.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Rio Grande do Sul encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução já divulgado, Sr. Presidente.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)
Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Rapidamente, o caso se repete, não vou tomar o tempo de ninguém com relação a esse tema. Estive olhando nas minhas anotações e vi que mais da metade das operações de crédito que aprovamos nesta Comissão nos últimos anos só foram possíveis em razão da Portaria nº 306, de 2012, do Ministério da Fazenda, que flexibilizou a possibilidade de os Estados se endividarem para além dos critérios que vigeram até então, que consideravam o passado e consideravam o futuro. Essa nova portaria flexibilizou considerando apenas os dados médios dos últimos três anos. Está na hora, Sr. Presidente, de adotarmos uma posição mais rígida nesta Comissão, porque o nível de endividamento dos Estados brasileiros em razão da flexibilização da Portaria nº 306 está próximo do irresponsável. O próprio Governo consagra que o nível de endividamento é fraco, que é menos e, ainda assim, em função dessa flexibilidade. Eu acho que precisamos tomar uma decisão nesta Comissão para não perdurarmos no erro. Então, de forma coerente, votarei de novo contra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador José Pimentel.
Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contra do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, requeiro urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Pimentel.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento de Urgência nº 52, de 2014, CAE.

Item 21. É a última operação de crédito.

ITEM 21
MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2014
– Não terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina – PROVIAS-SC”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações: Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. os recursos dessa operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina – Proviás, que visa apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina, por meio do crescimento equilibrado de todas as suas regiões. Será contratado com juros incidentes sobre o saldo devedor a uma taxa anual para cada semestre, com base na Libor, acrescida de um *spread*. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o seu custo efetivo médio será de 4,95 ao ano, flutuante conforme a variação da Libor. Vale destacar que os desembolsos do empréstimo estão previstos para serem realizados em até 36 meses, contados da data de assinatura do contrato, com contrapartida de recursos do Estado no montante total de US\$69.101.milhões

De acordo com os Pareceres nºs 232, de 13 de março de 2014, e 545, de 28 de abril, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, a Copem, da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Santa Catarina cumpre os limites e demais condições definidas pelas Resoluções. Portanto, atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da já referida Lei de Responsabilidade Fiscal e aos limites e condições previstas nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e às contragarantias oferecidas. Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado de Santa Catarina, a Secretaria do Tesouro Nacional conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes, caso a União venha a honrar o compromisso, na condição de garantidora da operação.

Vale enfatizar que a Resolução nº 41, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita comprovação da adimplência do ente garantido, tanto em relação aos tributos e empréstimos devidos à União, como em relação à prestação de contas de recursos recebidos desta, por ocasião da assinatura do contrato. Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo de Santa Catarina, em decorrência de garantias concedidas a operações de crédito ainda não liquidadas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional. Não há também pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, sendo que o presente empréstimo não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2013, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 9º da Resolução nº 48.

Entretanto, de acordo com o previsto no art. 11 desta Portaria, a operação de crédito em exame foi excepcionalizada pelo Ministério da Fazenda para recebimento de garantia da União, uma vez que se enquadra nos pressupostos para a sua concessão. Ou seja, as contragarantias oferecidas pelo Estado de Santa Catarina são consideradas suficientes e idôneas pela Secretaria, os recursos correspondentes objetivam financiar investimentos que se inserem em programa considerado relevante pelo Governo Federal, e existem dotações orçamentárias suficientes no tocante aos encargos da operação e aos aportes de contrapartida.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado de Santa Catarina apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em tela e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, desse modo, que o Estado de Santa Catarina atende aos limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de Santa Catarina para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte Projeto de Resolução.

Aí vem o Projeto de Resolução.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Luiz Henrique, para discutir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está com problema o som do Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esse projeto foi gestado, no meu segundo governo, dentro de uma política de redução das disparidades regionais do Estado.

O Planalto Norte catarinense é uma das regiões mais deprimidas economicamente e socialmente do Estado de Santa Catarina. Esse financiamento visa uma integração rodoviária do Planalto Norte com o Vale do

Itajaí, que é uma das regiões mais desenvolvidas do Estado, e essa integração física vai ter como consequência a melhoria das condições de vida do povo do Planalto Norte catarinense e um surto de desenvolvimento de novos investimentos, com a vinda de novas empresas, para aquela região.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, esse financiamento é dos mais relevantes, e eu quero agradecer ao Senador Armando Monteiro que foi preciso na análise da relevância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria requerer a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 53, de 2014, da CAE, que requer urgência para a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Se não houver inconveniência e, havendo apoio dos colegas, podia-se fazer inversão de ordem, considerando-se que alguns relatores não estão. Com respeito à Senadora Lúcia Vânia, que está aqui, e ao Senador Luiz Henrique, que também está presente, mas depois do item 4, se pudéssemos votar o item 7, eu ficaria agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Faremos isso, Senadora Ana Amélia. Vamos, agora, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 130, DE 2014 – Complementar – Não terminativo –

Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Autoria: Senador Lúcia Vânia e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto, à Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e à Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá.

Observações:

1. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
2. Em 03/06/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Romero Jucá;
3. Em 03/06/2014, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, contrário ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Relator Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a apresentação desse Projeto pela Senadora Lúcia Vânia decorreu de uma negociação que realizamos no Plenário desta Casa quando da aprovação do projeto que reduz os indicadores da dívida.

Tendo em vista a urgência dessa matéria, diante de uma possível iminência de estabelecimento, pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, de Súmula Vinculante, fazendo com que todos os incentivos fiscais concedidos deixassem de ter vigor, a nobre Senadora Lúcia Vânia, juntamente com outros companheiros, foi rápida e elaborou, rapidamente, o texto do projeto que dá origem a este exame.

Está em pauta nesta Comissão o Projeto de Lei nº 130, de 2014, Projeto de Lei Complementar, como já mencionei, de autoria da ilustre Senadora goiana Lúcia Vânia e outros colegas Senadores.

O Projeto tem dois artigos, além da cláusula de vigência, com os seguintes objetivos:

- 1) convalidar os atos normativos de concessão dos benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros de ICMS instituídos até 1º de maio de 2014, em desacordo com o disposto no art. 155, §2º, inciso XII, letra “g”, da Constituição Federal;
- 2) remitir e anistiar os créditos tributários decorrentes dos benefícios ou incentivos fiscais concedidos pela legislação estadual ou distrital editada até a data de publicação da lei complementar proposta, em desacordo com o disposto no referido art. 155, seu parágrafo, inciso e letra, da Carta Magna.

O Projeto foi distribuído exclusivamente para esta Comissão de Assuntos Econômicos. No prazo regimental, foram apresentadas a Emenda nº 1 (substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá.

Na reunião do último dia 20 de maio, apresentei a esta Comissão o meu parecer acerca deste projeto de lei complementar. Votei pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, do Senador Ricardo Ferraço, na forma de substitutivo que submeti aos nobres pares.

A matéria deixou de ser apreciada naquela oportunidade, a fim de que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) pudesse opinar sobre o projeto e, sendo o caso, apresentar uma proposta para aperfeiçoá-lo.

Realizei várias reuniões com Secretários de Estado sob o comando da coordenação nacional do Confaz, tentando obter um consenso absoluto por unanimidade ou por uma maioria máxima evidente, a fim de que eu pudesse agasalhar o pleito que viesse dos titulares da Fazenda das unidades da Federação.

No entanto, na reunião realizada no dia 10 de junho passado, o Confaz não atingiu, como nós esperávamos e desejávamos e compreendemos que, pela complexidade da matéria, talvez seja difícil obter aquele nível de consenso, apenas 13 dos 27 Secretários da Fazenda dos Estados entenderam que o quórum mais adequado para deliberação majoritária sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição de incentivos e benefícios de ICMS concedidos unilateralmente seria de dois terços dos Estados de cada região.

Por outro lado, em outra deliberação, por 19 votos, os Secretários da Fazenda manifestaram-se sobre a necessidade de: (I) resolução do Senado Federal que estabeleça a redução gradual das alíquotas interestaduais do ICMS; (II) promulgação de Emenda à Constituição que promova a repartição do ICMS entre os Estados de origem e destino, no comércio interestadual de bens e serviços destinados a consumidor final não contribuinte do imposto; (III) lei complementar que institua fundos federativos para compensar perdas de arrecadação do ICMS em decorrência da alteração das alíquotas interestaduais e para fomentar o desenvolvimento regional; e (IV) lei que altere os critérios de atualização monetária e juros nos contratos de refinanciamento celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, matérias que não dizem respeito ao tema sob exame, matérias importantes, relevantes sobre as quais deveríamos deliberar com toda urgência, inclusive o novo indicador da dívida, inclusive a nova alíquota unitária ou a nova alíquota estabelecendo novo patamar de cobrança de ICMS e a criação dos fundos de compensação e desenvolvimento regional. No entanto, essas matérias serão tratadas separadamente no exame de cada um dos projetos respectivos.

Análise.

Sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.

O art. 99 do Regimento Interno deste Senado Federal estabelece competência para a Comissão de Assuntos Econômicos analisar proposições versando, entre outras matérias, sobre tributos, finanças públicas, normas gerais de Direito Tributário e Financeiro e conflitos de competência em matéria tributária entre os entes federados.

O Projeto foi distribuído unicamente a esta Comissão. Cabe-nos analisar, preliminarmente, os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O objeto da proposição insere-se na órbita do Direito Tributário e Financeiro, que figura entre as matérias de competência da União, conforme o art. 24, I, da Constituição Federal. Já o art. 48, I, da Carta Magna afirma que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre essas matérias, com a sanção presidencial.

Constata-se, também, que o assunto tratado pelo projeto não figura dentre os constantes do rol constitucional que fixa competência privativa para o Presidente da República iniciar o processo legislativo, ou na lista de competências privativas daquela autoridade.

Entretanto, conforme apontado na justificação da Emenda nº 1, do Senador Ricardo Ferraço, há dúvida jurídica razoável quanto à possibilidade de o Congresso Nacional, ainda que mediante lei complementar, convalidar incentivos e benefícios relacionados ao ICMS, concedidos sem autorização do Confaz, e conceder remissão e anistia aos créditos correspondentes.

Isso porque a interpretação conjunta dos arts. 150, §6º, e 155, §2º, XII, “g”, da Constituição Federal indica que qualquer tipo de desoneração do ICMS, incluindo a remissão proposta, deve ser veiculada por lei estadual,

mediante prévia deliberação dos Estados e do Distrito Federal, o que se dá, atualmente, através de convênios celebrados nos termos da Lei Complementar nº 24, de 1975.

Confiram-se, nesse sentido, decisões do Supremo Tribunal Federal que tornam cristalina essa conclusão.

Diante disso, caso seja mantida a redação original do projeto, existe risco considerável de se entender que a União não tenha competência para dispensar a cobrança de créditos relativos ao ICMS e, consequentemente, não possa o Congresso Nacional tratar da matéria sem agredir a autonomia estadual que decorre do princípio federativo.

Assim, para evitar discussões jurídicas que poderiam comprometer todo o esforço que está sendo feito para debelar a chamada “guerra fiscal” e restabelecer a segurança jurídica das empresas que usufruíram dos incentivos e benefícios em questão, afigura-se conveniente acolher a prudência da proposta do Senador capixaba Ricardo Ferraço, que parece melhor se adequar aos ditames do art. 155, §2º, XII, “g”, da Constituição Federal.

Afinal, por essa proposta, a remissão dos créditos tributários e a reinstituição dos benefícios tributários problemáticos não se dá diretamente no corpo da lei complementar, que se atém a ditar normas para o encaixamento da solução para o problema.

Em relação ao tratamento do quórum qualificado, nas decisões tomadas no Confaz, como lembrado na justificação da emenda substitutiva, a própria Lei Complementar nº 24, de 1975, que foi recepcionada pela Constituição de 1988, permitiu que os Estados e o Distrito Federal pudessem, por maioria qualificada de dois terços, convalidar benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual anteriormente à sua edição.

Portanto, afigura-se legítima, sob os ângulos formal e material, a proposta de fixação, por lei complementar, de quórum especial para aprovação de convênio que disponha sobre efeitos jurídicos dos incentivos e benefícios de ICMS, concedidos no passado, sem a anuência do Confaz.

Sobre a proposta apresentada pelo Confaz ao projeto sob exame.

Em substituição ao quórum nacional de três quintos e regional de um terço das unidades federadas, que foi contemplado no substitutivo que apresentei anteriormente a V. Ex^{as}s, propõe o Confaz que a aprovação de convênio que possibilite a convalidação dos incentivos e benefícios concedidos sem a observância do disposto no art. 155, §2º, XII, “g”, da Constituição Federal dependa de “manifestação favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País”.

É de se observar que o art. 12, §3º, da Lei Complementar nº 24, de 1975, como já mencionei, aquela que possibilitou a convalidação da legislação estadual existente, quando de sua publicação, estabelecia apenas o quórum nacional de dois terços. Repito: o referido dispositivo exigiu que o convênio acerca da matéria fosse aprovado por dois terços das unidades federadas, considerando o País como um todo, e não separadamente, cada uma das suas cinco regiões geográficas.

São duas as diferenças práticas entre os quóruns da Lei Complementar nº 24, de 1975, e o sugerido pelo Confaz: (I) o quórum da lei complementar implica aprovação por 18 unidades federadas, cujos votos são computados igualmente; e (II) o quórum proposto pelo Confaz supõe concordância de 19 unidades federadas e confere peso maior aos votos das unidades localizadas em regiões com menor número de Estados, a tal ponto – quero assinalar esta questão – que bastaria o alinhamento de duas unidades federadas das Regiões Centro-Oeste, Sul ou Sudeste para impedir que eventual decisão das outras 25 fosse implementada. Algo que não foge muito à lógica perversa da sistemática atual, em que o voto de um Estado prevalece sobre a vontade de todos os demais.

Diante disso, entendo que o acolhimento do quórum de deliberação sugerido por 13 dos 27 Secretários da Fazenda – portanto, não é uma decisão nem unânime, nem majoritária do Confaz – daria poder exacerbado às unidades federativas das regiões mencionadas, colocando-as em posição mais vantajosa do que as demais, criando distorção incompatível com a ideia de federalismo cooperativo que permeia o sistema constitucional.

A exigência cumulativa de quórum regional mínimo é inovação destinada a evitar a formação de blocos regionais que pudessem impor sua vontade aos Estados localizados em regiões com menor número de unidades federadas.

Não convém, portanto, utilizar o quórum regional como forma de favorecer ou prejudicar qualquer Estado, nem para inviabilizar o seu consenso majoritário, mas somente como fator de equilíbrio da Federação, que reconhece, respeita e permite a redução das desigualdades regionais, como exige o art. 3º, inciso III, da Carta Magna.

Nesse sentido, entendo por bem utilizar a fórmula já consagrada na Lei Complementar nº 24, de 1975, para fixar o quórum nacional em dois terços das unidades federadas, ao qual deverá ser cumulado um quórum regional razoável para equilibrar os interesses envolvidos. Retomarei esse ponto adiante, ao analisar as emendas apresentadas pelo ilustre Senador Romero Jucá.

Dezenove dos 27 Secretários da Fazenda também sugerem que o convênio de convalidação possa estabelecer restrições temporais diferenciadas conforme a natureza dos benefícios e incentivos que venham a ser reinstituídos e possa estender sua aplicação a outros Estados localizados na mesma região.

Propõem ainda aqueles Secretários tornar ineficazes as disposições do convênio em relação aos entes que concedam incentivos ou benefícios em desconformidade com o texto legislativo proposto e com a Lei Complementar nº 24, de 1975.

Não convém autorizar a extensão de incentivos e benefícios para além do território do Estado que os tenha concedido no passado, pois isso poderia ter efeito multiplicador, desvirtuando os objetivos do projeto ora em análise.

No tocante às sanções pela concessão unilateral de incentivos e de benefícios, a simples exclusão dos efeitos do convênio em relação às unidades infratoras perpetuaria a insegurança jurídica que motivou o presente projeto. Por isso, entendo que não é caso de acolher aquela sugestão.

Os gestores estaduais da Fazenda sugerem ainda o afastamento das disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que possam comprometer o esforço de convalidação dos incentivos e benefícios de ICMS.

Tendo em vista o quadro de grave insegurança jurídica que o tema suscita, convém acolher a proposta, para flexibilizar, excepcionalmente, a aplicação da referida lei complementar.

Por fim, as condicionantes à eficácia do convênio de convalidação não podem ser acolhidas.

O que motivou o projeto ora em exame foi justamente a necessidade de encontrar-se uma solução legislativa que viabilize a imediata solução do problema e afaste os incalculáveis riscos jurídicos e os danos econômicos e sociais decorrentes da iminente aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 69, declarando inconstitucionais todos os incentivos e benefícios concedidos no passado pelos Estados, à revelia do Confaz.

É preciso que o Congresso atue de forma serena, porém célere, criando condições para a solução definitiva dessa questão.

Nesse contexto, não se afigura adequado vincular a eficácia do convênio à solução de outras questões de interesse exclusivo dos Estados. Se nós vinculássemos a execução dos convênios a que primeiramente aprovássemos todas aquelas normas que mencionei e que resultaram de sugestão de 19 dos senhores Secretários de Estado, nós estaríamos aprovando algo que talvez não tivesse viabilidade de execução no futuro próximo, como se deseja.

E é importante se mencionar isso, diante do estágio avançado em que se encontra a mencionada súmula vinculante.

Sobre o Mérito.

A proposta de convalidação dos benefícios concedidos sem a observância do procedimento da Lei Complementar nº 24, de 1975, é oportuna e necessária para restabelecer, como eu já disse, a segurança jurídica sobre a matéria.

Como apontado na justificação do projeto da ilustre autora, a Senadora Lúcia Vânia, o Supremo Tribunal Federal vem sistematicamente declarando a inconstitucionalidade de atos normativos estaduais que unilateralmente concedem isenções, incentivos e benefícios de ICMS, por contrariedade à regra constitucional.

A questão foi inclusive objeto da Proposta de Súmula Vinculante (PSV) nº 69, de 2012, já mencionada, com a seguinte redação: “Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz, é inconstitucional”.

Em 31 de março de 2014, a Procuradoria-Geral da República proferiu parecer a respeito do Projeto de Súmula Vinculante nº 69, de 2012, já citado, opinando pela sua aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos em que foi apresentada.

Assim, volto a dizer, existe o risco iminente de a Corte Suprema deliberar sobre a proposta em questão e, com isso, emitir pronunciamento de caráter vinculante para os Estados e o Distrito Federal, no sentido da inviabilidade da concessão e manutenção de incentivos e benefícios associados ao ICMS, o que teria consequências inimagináveis para a economia brasileira.

Caso o verbete sumular venha a ser aprovado, poderá ser instaurado verdadeiro “caos” jurídico e econômico, como demonstram as dezenas de manifestações de empresas, entidades representativas e governamentais, entidades de classe que já formalizaram junto ao egrégio Supremo Tribunal Federal, além de estudos econômicos chamando a atenção para essa catástrofe, elaborados por instituições com a competência reconhecida e a credibilidade da Fundação Getúlio Vargas.

Os contribuintes, nesse caso, poderiam ser obrigados a recolher os valores dispensados no passado e que, muitas vezes, foram empregados em empreendimentos financiados com os incentivos estaduais ou repassados aos preços de produtos e serviços, reduzindo-os. Grande parte das empresas não teria como pagar essa conta pretérita, de sorte que a cobrança forçada da dívida poderia consumir o seu patrimônio em prejuízo das atividades de geração de emprego e renda e dos trabalhadores que delas dependem.

Ademais, projetos desenvolvidos em regiões distantes dos grandes centros consumidores com o auxílio de incentivos estaduais poderiam ser descontinuados por falta de condições de competir com empresas estabelecidas em locais mais próximos ao mercado, em virtude dos maiores custos envolvidos.

Outro estudo da Fundação Getúlio Vargas intitulado *Análise de Incentivos Fiscais Estaduais e Isonomia Competitiva entre Estados do Brasil*, de dezembro de 2012, explica que as empresas preferem se instalar em áreas economicamente mais adiantadas e mais próximas dos centros consumidores, já que os custos envolvidos são menores. Neste caso, a concessão de incentivos fiscais é decisiva para a atração de novos investimentos e a realização de projetos pioneiros por Estados e regiões periféricas, que atrai mão de obra qualificada, fornece a infraestrutura física e reorienta a configuração das redes logísticas no País, possibilitando um razoável equilíbrio competitivo entre as várias unidades da Federação, e o que é mais importante: a descentralização econômica e o aumento do dinamismo dos Estados menos desenvolvidos.

Diante desse quadro de notável insegurança jurídica, os Estados e o Distrito Federal promoveram diversas reuniões, no âmbito do Confaz, com o objetivo de chegar a um acordo para resolver a questão. Embora houvesse consenso sobre o tema central, não foi possível equacionar o problema na esfera do Confaz por conta da interferência de outros assuntos, somada a exigência de unanimidade, bem como dúvidas sobre as prerrogativas do Confaz para a solução integral da questão.

Na impossibilidade de outra solução, é fundamental que o Congresso Nacional edite lei complementar com normas excepcionais, que permitam aos Estados e ao Distrito Federal deliberarem sobre o tema, por maioria qualificada, de modo a restabelecer, repito, a segurança jurídica.

O quórum diferenciado em relação à unanimidade ordinariamente prevista na Lei Complementar nº 24, de 1975, justifica-se agora, tal como se justificou no passado, pela relevância social e econômica da matéria e pela necessidade premente de viabilizar um acordo de forma democrática e célere no Confaz.

Ademais, o próprio Poder Executivo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013, prevendo, entre outros assuntos, os mesmos quóruns propostos pela Emenda nº 1, do Senador Ricardo Ferraço.

Entretanto, quando a matéria chegou ao Senado Federal, após a aprovação da Câmara dos Deputados, essa parte do texto original havia sido suprimida.

Há necessidade, porém, de aperfeiçoar a redação proposta pela Emenda Substitutiva nº 1, com o objetivo de deixar claro que o quórum nele previsto aplica-se tanto à aprovação quanto à ratificação do convênio, e estabelecer uma data de corte para a convalidação, a fim de que não sejam alcançadas outras desonerações além daquelas que, por já terem sido usufruídas, requerem pacificação jurídica.

Em contrapartida, convém que não haja prazo para deliberação dos Estados e Distrito Federal, que pode ser insuficiente para selar um acordo sobre todos os créditos, incentivos e benefícios a serem objeto de remissão e/ou reinstituição.

Do mesmo modo, merece acolhida, com aperfeiçoamentos, o art. 2º da Emenda Substitutiva nº 1, do Senador Ricardo Ferraço.

Por força das sanções cumulativas do art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975, compete ao Estado cobrar o ICMS desonerado sem autorização do Confaz (em razão das sanções de “ineficácia do ato” e da “exigibilidade do imposto não pago ou devolvido”) e cabe também ao Estado de destino exigir o mesmo valor mediante a glosa de créditos apropriados pelo estabelecimento recebedor da mercadoria (em virtude da sanção de “ineficácia do crédito fiscal”).

Há, portanto, direito autônomo do Estado de destino para exigir o tributo desonerado pelo Estado de origem sem a observância da Lei Complementar nº 24, de 1975. Típico caso de bitributação.

Assim, para que seja eficaz a convalidação dos incentivos, há necessidade de remissão dos débitos de ICMS exigíveis tanto pelo Estado de destino quanto pelo Estado de origem.

Esse é um ponto crucial da matéria sob exame, Sras e Srs. Senadores.

Ocorre que a remissão depende de lei estadual ou distrital específica, conforme art. 150, §6º, da Constituição Federal. De sorte que o fato de o Estado de origem remitir seus créditos não implica que o Estado de destino tenha de agir da mesma maneira.

Portanto, é fundamental que lei complementar preveja, de forma excepcional e expressa, o automático afastamento das sanções previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975, quando o Estado de origem conceder remissão de débitos relativos ao incentivo.

Veja-se o que pode ocorrer na prática: um Estado pode convalidar e dar remissão em relação aos incentivos que tenha concedido, mas continuar cobrando de seus contribuintes valores relativos a créditos correspondentes a incentivos de outros Estados.

Essa possibilidade poderia até inviabilizar um acordo no Confaz quanto à convalidação/remissão, tornando inócuas a Lei complementar resultante do projeto em exame.

Acresce-se, nos termos do art. 106, inciso II, letra "a", do Código Tributário Nacional tornando inócuas a lei complementar resultante do Projeto em exame.

Acresce-se que, nos termos do art. 106, II, "a", do Código Tributário Nacional, o afastamento de penalidades aplicadas no passado depende de previsão legal expressa que deixe de definir determinada conduta como infração.

Ora, a convalidação da legislação do Estado de origem ou a remissão de débitos não deixa de considerar como infração a apropriação de créditos de ICMS feita no passado.

Dessa maneira, a aprovação do projeto sem o dispositivo que afaste a imposição das sanções do art. 8º da Lei Complementar nº 24, já citada, não resolverá o problema da "guerra fiscal" em sua integralidade. Vale dizer, sem previsão legislativa o problema seria resolvido pela metade.

Saliente-se que o dispositivo proposto não implicará perdas para os Estados. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça vem no sentido de que o Estado de destino não pode se locupletar do ICMS dispensado na origem:

(...) O 'Quantum' da isenção concedido pelo estado de origem do produto não pode beneficiar o Estado do destino, mercê de denegação do crédito fiscal por parte deste." (STF – Pleno)

1. O decreto n. 989/03, do Estado do Mato Grosso, considera como não tendo sido cobrado o ICMS nas hipóteses em que a mercadoria for adquirida nos Estados do Espírito Santo, de Goiás, de Pernambuco e no Distrito Federal

2. O contribuinte é titular de direito ao crédito do imposto pago na operação precedente. O crédito há de ser calculado à alíquota de 7% se a ela efetivamente corresponder o percentual de tributo incidente sobre essa operação. Ocorre que, no caso, a incidência dá-se pela alíquota de 12%, não pela de 7% autorizada ao contribuinte mato-grossense.

"Não é dado ao Estado de destino, mediante glosa à apropriação de créditos nas operações interestaduais, negar efeitos aos créditos apropriados pelos contribuintes." (Outra decisão do Supremo Tribunal Federal. No mesmo sentido, decisão do STJ, sendo Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.)

Pende de exame pelo Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário 628.075, do Rio Grande do Sul, no qual se examinará a questão da glosa de créditos de ICMS pela sistemática da repercussão geral. Entretanto, é de todo improvável a alteração de jurisprudência que vem sendo historicamente reafirmada no egrégio STF e identicamente no STJ.

Nesse contexto, sequer eventual interesse arrecadatório justificaria retirar do Projeto o dispositivo que prevê o afastamento das sanções do art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975. Dessa forma, a simples existência de recurso, submetido à sistemática de repercussão geral, causa intranquilidade nas empresas quanto ao desfecho da matéria, ainda que a expectativa seja de confirmação da jurisprudência da Suprema Corte. Não teria sentido, no momento em que se pretende estabilizar as relações jurídicas, prolongar a disputa judicial em relação a créditos de ICMS decorrentes de incentivos e benefícios que venham a ser objeto de remissão.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Assim, acolho em parte o dispositivo constante do *caput* do art. 2º da Emenda Substitutiva nº 1 do ilustre Senador Ricardo Ferraço, com a redação que apresento no Substitutivo final, a fim de que a guerra fiscal seja definitivamente pacificada.

É necessário, ainda, analisarmos aqui as Emendas de nºs 2, 3 e 4, apresentadas pelo nobre Senador Romero Jucá. A Emenda nº 2 altera o quórum previsto no art. 2º do Substitutivo que apresentei na reunião desta Comissão no último dia 20 de maio. Embora o ilustre Senador Romero Jucá queira manter o quórum nacional de três quintos das unidades federadas, propõe também que, ao invés do quórum regional linear de um terço dos Estados, seja exigido o voto favorável de uma unidade nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, duas unidades na Região Norte e três unidades na Região Nordeste. Com base em tabelas que indicam os votos necessários em cada Região, em função do respectivo número de unidades federadas, o eminentíssimo Senador Romero Jucá argumenta que, em sendo adotado o quórum de um terço, abro aspas para as palavras do ilustre Senador

de Roraima, "o voto de cada unidade federada não possuirá o mesmo peso na decisão de remissão de créditos tributários e restituição de benefícios fiscais, posto que enquanto em algumas Regiões se necessita da aprovação de 33% das unidades federadas, Sul e Nordeste, em outras Regiões se necessita da aprovação de 50%, Sudeste e Centro-Oeste". Ou seja, um aumento de 17%. Por isso propõe elencar, de forma nominativa, o apoio necessário de cada Região, aproximando-se ao máximo da proporção de um terço.

As Emendas de nºs 3 e 4 estabelecem que o convênio previsto no Substitutivo seja celebrado no prazo de até 120 dias, sob pena de serem consideradas aprovadas a remissão de créditos tributários e a restituição de isenções, incentivos e benefícios relacionados ao ICMS que tenham sido levados ao conhecimento do Confaz pela unidade concessionária, no prazo de 90 dias, contados da publicação da Lei Complementar ora em debate. O objetivo seria, nas palavras do ilustre proposito, forçar a apreciação do tema pelas unidades federadas, garantindo-se que a eventual inérvia do Confaz trabalha a favor da segurança jurídica dos contratos firmados. São razoáveis as ponderações do nobre Senador Romero Jucá acerca do quórum regional para a aprovação de convênio de que trata o projeto.

Efetivamente, o quórum uniforme de um terço dará maior peso às decisões dos Estados localizados em regiões com menor número de unidades, em comparação com as decisões dos Estados localizados nas regiões mais densas, o que seria anti-isonômico.

A quantificação nominal das unidades de cada região, na forma proposta na Emenda nº 2, atende melhor ao princípio federativo.

No substitutivo que ora apresento para apreciação dos nobres pares, portanto, adoto o quórum nacional de dois terços, em consonância com o disposto no art. 12, §3º, da Lei Complementar nº 24, já citada, cumulado com o quórum regional proposto pelo Senador Romero Jucá.

Quanto à proposição contida nas Emendas nºs 3 e 4, embora o objetivo seja louvável, não se mostra conveniente determinar um prazo máximo para a edição do convênio que trate da remissão de créditos tributários e da reinstituição de incentivos e benefícios fiscais, tendo em vista o grande número de normas estaduais que deverá ser examinado pelo Confaz e o tempo que será necessário para que se chegue a um consenso.

De outro lado, considerar aprovada a remissão e outros favores fiscais na hipótese de eventual inérvia dos Estados e do Distrito Federal, reunidos no Confaz, afigura-se contrário ao disposto no art. 155 e seu parágrafo, inciso e letra, já citados, da Constituição Federal, que exige efetiva "deliberação" sobre a matéria.

Nem se diga que a Lei Complementar nº 24, de 1975, prevê a ratificação tácita de convênio. Cuida-se de ato posterior e que supõe a deliberação do Confaz.

Peço que não considerem o texto da oração subsequente que comece "como a aplicação" e "com celeridade", porque não diz respeito à matéria que estamos examinando e assim eu a excluo do meu parecer.

Assim, acolho, no que tange à formula proposta de quórum regional, a Emenda nº 2 e rejeito as Emendas nºs 3 e 4, apresentadas pelo ilustre Líder Romero Jucá.

Dessa maneira, proponho a aprovação do Projeto de Lei nº 130, de autoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia e de outros colegas Senadores, com as alterações propostas nas Emendas nºs 1 e 2 e nesse relatório, com o que se dará um passo decisivo para resolver a situação de incerteza jurídica na qual se encontram os entes públicos e os contribuintes, destravando os investimentos necessários ao crescimento econômico do nosso País.

Por último, quero prestar minhas homenagens ao excepcional trabalho da Senadora Lúcia Vânia, dos Senadores Ricardo Ferraço e Romero Jucá, que intervieram tão brilhantemente nesta matéria. A Senadora Lúcia Vânia, por ter apresentado a presente proposição, dando a todos nós a oportunidade de resgatar um tema que, conforme fartamente demonstrado, demanda solução urgente e inadiável do Congresso Nacional. O Senador Ricardo Ferraço, pelo trabalho técnico primoroso contido em sua emenda, que muito nos ajuda a aperfeiçoar o trabalho da Senadora, de modo a torná-lo adequado juridicamente, evitando assim que a solução encontre obstáculos intransponíveis mais à frente, com declaração de inconstitucionalidade do texto.

O Senador Romero Jucá, pela valiosa contribuição externada, notadamente na Emenda nº 2, que trata de tão combativo quórum para as deliberações do Confaz.

Quero prestar, também, uma homenagem especial ao Presidente Lindbergh Farias, que tem sido um defensor intransigente da imediata aprovação, seja desta matéria, seja do novo indicador da dívida e das matérias relevantes que foram assinaladas pelos Secretários que estavam presentes à última reunião do Confaz para que, em estabelecendo um novo indicador do ICMS, em estabelecendo um Fundo de Compensação e um Fundo de Desenvolvimento Regional, possamos pacificar de vez a questão da guerra fiscal.

Por todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 130, de 2014, Complementar, e das Emendas nºs 1 e 2, na forma da seguinte emenda substitutiva, que ora apresento, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dispõe sobre o quórum de aprovação de convênio que permita a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos ou não em decorrência de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal, e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar sobre a:

I – remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, “g”, da Constituição Federal, por legislação estadual publicada até a data de início de produção de efeitos desta Lei Complementar; e
II – reinstituição das isenções, incentivos e benefícios referidos no inciso I que ainda se encontrem em vigor.

Art. 2º O convênio a que se refere o art. 1º poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo:

I – dois terços das unidades federadas;
II – uma unidade federada da Região Sul;
III – uma unidade federada da Região Sudeste;
IV – uma unidade federada da Região Centro-Oeste;
V – duas unidades federadas da Região Norte; e
VI – três unidades federadas da Região Nordeste.

Art. 3º A concessão de remissão por lei do Estado de origem da mercadoria, bem ou serviço afasta as sanções previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, retroativamente à data original de concessão da isenção, incentivo ou benefício.

Art. 4º Ficam afastadas possíveis restrições decorrentes da aplicação do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que possam comprometer a implementação das disposições desta Lei Complementar.

Art. 5º Para fins de aprovação e ratificação do convênio previsto no art. 1º, aplicam-se os demais preceitos contidos na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1971, que não sejam contrários aos dispositivos desta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Srªs e Srs. Senadores, salvo melhor juízo e aprimoramentos que surgirão neste debate, é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Parabéns, Senador Luiz Henrique. Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero, primeiro, louvar o trabalho, a competência, a paciência, a articulação do Senador Luiz Henrique, registrar a importância do seu trabalho, mas tenho alguns comentários a fazer. A Senadora Lúcia Vânia, que é autora do projeto, também está inscrita. Eu passaria a palavra para a Senadora Lúcia Vânia e depois faria alguns apartes durante a colocação da Senadora, até por uma questão de elegância por ela ser a autora do projeto e podermos ajudar nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, estão inscritos o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Se for entrar no debate, deixe-me apenas colocar uma questão de ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu sou autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu vou passar, Senadora. Só estou dizendo que se inscreveram aqui o Senador Eduardo Suplicy, primeiro, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, Presidente, quero fazer uma questão de ordem ao Senador Luiz Henrique.

O trabalho do Senador Luiz Henrique é perfeito, não há o que retocar nesse trabalho construído com a colaboração de todos. Tínhamos dois caminhos para resolver a questão da convalidação. O mais difícil era fazer

uma emenda constitucional convalidando diretamente o Congresso. O outro era fazer uma lei complementar definindo o novo quórum para o Confaz e efetivamente criando as condições para o Confaz convalidar. Esse é o caminho mais curto. O Senador Luiz Henrique, com competência, com articulação, com paciência, construiu essa saída.

Qual é a questão que quero levantar? Aqui estamos criando os mecanismos para o Confaz resolver a questão. A informação que tenho – e aí esta é a questão que quero fazer ao Senador Luiz Henrique, extraoficial, porque não participei da reunião do Confaz, o Senador Luiz Henrique deve ter a posição – é que haveria sido construído um acordo no Confaz para que, tendo essa carta branca do Congresso, o Confaz convalidasse os débitos passados e, para o futuro, os projetos que já estão com incentivos fiscais concedidos, no caso da indústria, teriam um prazo de mais quinze anos dos incentivos fiscais. No caso do comércio, teria mais um ano de incentivo fiscal, o que, de certa forma, compromete efetivamente a questão do Centro-Oeste, de Goiás, dos Estados que têm na comercialização um processo mais forte de agregação de valor.

Além disso, no acordo do Confaz também, a informação que tenho é que essa aprovação de quinze anos e um ano, que não me atende... Eu defendo vinte anos para indústria e defendo, no mínimo, cinco anos para o comércio, acho que é algo razoável para se ter algo estruturado para fazer os incentivos continuarem, para haver um certo horizonte na economia. Ainda mais no momento que estamos vivendo de desaceleração econômica, desindustrialização, diminuição do ritmo industrial.

Mas, além disso, a informação que tenho é que o Confaz estaria condicionando mesmo os quinze e um à questão do ICMS de 4% e do Fundo de Equalização, que não depende do Confaz, não depende do Senado, depende de o Governo Federal colocar recursos para equalizar o ICMS.

Nesse fundo, há uma discordia, porque o Governo quer 25% de OGU e 75% de empréstimo; os Estados querem 50% de OGU, 50% de empréstimo. Então, acho que o texto está perfeito. Eu acho que só deveríamos votar essa matéria, e aí a urgência em fazê-lo, na hora em que tivéssemos uma reunião com o Confaz e definirmos qual o padrão de entendimento que vamos aprovar, sob pena de a gente aprovar alguma coisa que é perfeita no texto, mas que não vai funcionar na operação, porque, se o Confaz definir algo que não atende os Estados, o que vamos fazer? Vamos desfazer, não vamos aprovar no plenário? Então, acho que talvez uma semana a mais, com uma reunião do Confaz definindo o padrão do acordo dos convênios, seria algo importante para que a gente tivesse segurança e os Estados saíssem daqui, da Casa da Federação, sabendo que cumpriram seu dever, garantiram os empregos, garantiram o investimento e garantiram a questão dos incentivos para o futuro.

Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, antes de encaminhar, quero passar para a Senadora Lúcia Vânia, que é a autora. Depois, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Luiz Henrique para a gente fazer o encaminhamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu apenas pedi a palavra porque fui interpelado pelo ilustre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não interpelado, instado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a tem todo o direito de me interpelar. Fiz um grande esforço para operar esse consenso no Confaz, fiz várias reuniões e farei tantas quantas sejam necessárias para que nós tenhamos o acordo. Não houve acordo a respeito de prazo, há secretários que defendem prazos diferentes. Por isso, não tendo havido acordo, deixei para deliberação posterior, em cada caso, pelo Confaz.

Quero dizer a V. Ex^as o seguinte: temo que, no mês de agosto, pela proximidade das eleições, estando tantos Senadores envolvidos, inclusive o nosso Presidente, como candidatos em eleições importantes, não tenhamos quórum. Se nós pudéssemos operar esse acordo ainda hoje à tarde, para, numa extraordinária, votarmos essa matéria amanhã, nós daríamos um sinal muito importante ao Supremo Tribunal Federal de que o Congresso Nacional não está retardando essa matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Luiz Henrique, só para, sem atrapalhar V. Ex^a, eu queria registrar o seguinte: fiz essa questão, mas o que vamos fazer aqui? Acho que poderíamos votar essa matéria na Comissão e não votaríamos no plenário enquanto não houvesse o acordo com o Confaz, porque é um projeto de lei complementar que vai ter 41 votos “sim”. O texto de V. Ex^a é perfeito, não há o que mexer. A questão é definição política. Acho até que podemos ganhar a etapa hoje aqui da questão da Comissão, não é problema. V. Ex^a não precisa mexer no texto, o que temos que fazer, no gabinete de V. Ex^a, como já foi feito antes, reunir o Confaz, os governadores e sentar uma discussão.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Jucá, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia. Espera aí, vamos organizar aqui, a Presidência vai retomar.

Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acho que não pode haver essa decisão sem ouvir os outros.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, como autora do projeto.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, agradecer-lhe. Quero aqui, em nome da Região Centro-Oeste, agradecer ao Líder do Governo, Eduardo Braga, que se comprometeu conosco a colocar esse tema em discussão. Quero dizer que agradeço também ao Senador Luiz Henrique, que se propôs a cumprir a palavra do Líder do Governo, colocando em discussão esse tema aqui.

Em relação ao projeto, quero louvar, Senador Luiz Henrique, sua habilidade, a costura inteligente que V. Ex^a fez, utilizando duas emendas para viabilizar o projeto. Acredito que V. Ex^a demonstrou com isso a sua preocupação e, principalmente, seu comprometimento, seu espírito público. Nós estamos arrastando esse tema há muito tempo, sempre esbarramos na questão da constitucionalidade.

O Senador Ferraço, com sua habilidade, com sua presteza, com sua aplicação, conseguiu achar um caminho técnico para que pudéssemos desviar a questão da constitucionalidade do projeto.

O Senador Romero Jucá conseguiu também fazer uma inserção que permitiu, pelo menos às regiões com menos Estados, não ficarem em situação desfavorável diante da decisão do Confaz.

Eu quero aqui também louvar a questão de não penalizar os Estados quando da glosa que se faz nos Estados de destino, que, com certeza, estão sendo muito prejudicados com as penalidades que são feitas em relação aos nossos Estados. Portanto, eu quero aqui concordar com a posição do Senador Romero Jucá, em parte. Eu acho que nós não podemos, de forma nenhuma, apesar de toda a importância do projeto, votar um projeto sem que a gente tenha a certeza de que vamos ter essa reunião com o Confaz para estabelecer essa paridade ou não paridade ou, pelo menos, uma extensão, um padrão de decisão em relação ao comércio. Nós não podemos, principalmente a Região Centro-Oeste não pode aceitar, definitivamente, que o comércio tenha apenas um ano para sua adaptação ao novo modelo.

Portanto, eu gostaria de ouvir os demais Senadores para dar minha posição geral. No mais, quero agradecer a V. Ex^a, agradecer ao Senador Romero Jucá, que aperfeiçoou a matéria, agradecer ao Senador Ferraço. Acima de tudo, quero agradecer ao Senador Eduardo Braga, porque não é comum nesta Casa os acordos serem cumpridos. E ele, tenho de ressaltar aqui, cumpriu o acordo e V. Ex^a foi o avalista desse acordo.

Portanto, muito obrigada, Senador Luiz Henrique. Parabéns por sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, por economia processual, eu sei que V. Ex^a tem um voto em separado. Mas, vejo que o Senador Flexa Ribeiro está querendo pedir vista. Eu queria passar primeiro para ele. E, depois, se for um pedido de vista, começaremos a outra reunião com a leitura do voto em separado do Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Ex^a faria reunião extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Depende da possibilidade de acordo. Se houver acordo, este Presidente aqui está à disposição. Eu quero dizer, inclusive, que quem está copresidindo esta Comissão conosco é o Senador Luiz Henrique. Se conseguirmos chegar a um acordo, nós poderemos chamar uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não seria próprio ler meu parecer antes de...?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não. Eu, na verdade...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque eu sei que é longo o parecer, e a gente deixaria acertado isto: nós começaremos a próxima reunião com a leitura de seu parecer, até porque nós estamos às 12h56min...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, a reunião não é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, não é... Vai haver pedido de vista. Nós só vamos chamar uma reunião extraordinária se houver acordo, senão entra em nossa pauta ordinária. Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias; Senador Luiz Henrique, Relator da matéria, p3rimeiro, quero parabenizar o trabalho de V. Ex^a. Como já foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam, V. Ex^a fez um parecer da melhor qualidade, apenas precisamos fazer alguns ajustes e depende do acordo com o Confaz. Como V. Ex^a mesmo disse que não houve esse acordo ainda, nós temos de continuar perseguindo esse acordo para que dê garantia aos Estados com relação à política de incentivos fiscais. Então, peço vista do processo para que possamos ter tempo. Se conseguirmos resolver, de

hoje para amanhã, o acordo, pediria ao Presidente que convocasse uma reunião extraordinária para que nós votássemos então na quarta ou na quinta-feira – eu acho melhor até na quarta.

O Coordenador do Confaz é o Secretário de Finanças do Estado do Pará, ele está em Brasília, então, pode haver a reunião, no gabinete do Senador Luiz Henrique, para tentarmos esse acordo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedido vista coletiva, Senador Cyro Miranda.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Peço a gentileza de V. Ex^a. Se preferir que eu não leia o meu parecer hoje, acho importante, pelo menos, ler uma comunicação de grande relevância do Secretário da Fazenda de São Paulo, que não é tão longa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedido vista coletiva, vamos encerrar a reunião de hoje...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas que eu possa pelo menos ler.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... com o Senador Eduardo Suplicy lendo esse comunicado da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E o item 5, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Fica para a próxima reunião ordinária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Trata-se, Sr. Presidente, de uma carta...

Eu peço a gentileza do Senador Luiz Henrique para que possa atentar-se à leitura da carta do Sr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, escrita aos Senadores de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos e Eduardo Suplicy.

Ele esclarece e dá a notícia de que o Senador Luiz Henrique publicou, ontem à noite, no *site* do Senado, o seu novo relatório e voto, com o respectivo substitutivo.

Lamentavelmente, o Senador [Luiz Henrique] optou por ignorar completamente o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy, que propugnava a rejeição do PLS 130/2014, sequer fazendo menção dos motivos para tanto em seu relatório, assim como todas as sugestões do Confaz, em completa subversão do tom de negociação que declarou nas sucessivas reuniões com representantes dos Estados e do próprio Ministério da Fazenda, que foram testemunhadas por [diversos] Senadores da CAE (entre eles, os Senadores Aloysio e Suplicy).

Então, o Sr. Andrea Calabi se diz perplexo com a decisão tomada e solicita:

Destacando, desde logo, a extrema gravidade da matéria para os interesses de São Paulo, vimos apresentar-lhe a posição do Governo do Estado em relação ao PLS 130/14 – ora em tramitação na CAE –, que procura dar uma solução para os benefícios concedidos de forma irregular aos contribuintes do ICMS, sem a aprovação do Confaz, como exige a Constituição, no âmbito da denominada Guerra Fiscal.

Em primeiro lugar, nos cabe expor o que pensamos a respeito da proposta do Confaz, formulada a pedido e apresentada ao Senador Luiz Henrique, que contou com a aprovação de vinte Estados e do Distrito Federal (ver arquivos anexos), [portanto, 21 unidades da federação].

A proposta tem o mérito de (i) manter com os Estados a decisão sobre a concessão de remissão e anistia dos créditos tributários e a reinstituição de benefícios para um período pré-determinado; (ii) estabelecer condições mínimas para que esse tipo excepcional de entendimento entre os Estados possa produzir efeitos, condições essas, em última instância, voltadas a preparar o término da guerra fiscal, porém com um período de transição e com medidas compensatórias que permitam a adaptação dos agentes econômicos e das regiões do país a esse novo quadro.

Em princípio, somos favoráveis às condições estabelecidas na proposta Confaz. Elas preconizam a redução das alíquotas interestaduais do ICMS, condição ‘sine qua non’ para qualquer projeto que pretenda tratar a matéria com seriedade, por ser a garantia de um cenário sem guerra fiscal, ainda que as alíquotas não sejam unificadas em um patamar baixo, como seria o ideal. Vale reafirmar que a redução das alíquotas interestaduais é a âncora da reforma, porque retira o combustível da guerra fiscal.

Condicionam, ainda, a vigência do acordo entre os Estados, à instituição de fundos federais que compensem as unidades da federação com impacto negativo na receita e que promovam o desenvolvimento regional, medidas em linha com a proposta do Governo Federal apresentada ao Congresso em 2013. Cabe destacar que essas condições são o resultado de um longo processo de negociação, em que se procurou alcançar uma situação aceitável, após múltiplas concessões dos diversos atores envolvidos, inclusive de São Paulo, que abriu mão de inúmeras exigências anteriores em prol do acordo.

[...] São Paulo não concorda com a dispensa da unanimidade nas decisões dos Estados sobre benefícios do ICMS e, por esse motivo, não apoiou a proposta do Confaz.

Para a deliberação específica da impropriamente denominada “convalidação da guerra fiscal”, a proposta Confaz exige a manifestação favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País. É um critério rigoroso, que conta com a simpatia do Governo Federal, muito mais adequado do que alternativas de quórum qualificado de autoria do primeiro relatório apresentado na CAE (três quintos das unidades federadas, com um terço por região) ou da emenda apresentada pelo Senador Jucá (que, na maior parte das regiões, exige menos de um terço dos votos favoráveis).

Ainda assim, conceitualmente, entendemos que apenas a unanimidade nas decisões do Confaz é capaz de assegurar a autonomia dos Estados, impedindo a formação de “blocos majoritários” em condições de aprovar os benefícios de seu interesse e bloquear as medidas de defesa dos Estados atacados. O voto em separado [diz Andrea Calabi] do Senador Suplicy sobre esse mesmo projeto de lei expõe as sólidas razões para se apoiar a unanimidade nas decisões do Confaz [...].

Até o momento, não sabemos qual será o entendimento do Relator, se aceitará em todo ou em parte a proposta formulada pelo Confaz. Acreditamos, contudo, que muitos Estados recomendariam o apoio ao Relator, se o Senador Luiz Henrique, de fato, levar adiante a defesa integral da proposta Confaz.

Em face do acima exposto, pedimos a sua consideração sobre uma linha de atuação na CAE que contemple:

- 1) A rejeição completa a propostas que não tenham por objetivo eliminar a guerra fiscal, o que passa, necessariamente, pela previsão, desde já, da redução das alíquotas interestaduais de ICMS, entre outras medidas, como aquelas definidas no trabalho do Confaz;
- 2) A manutenção do critério de unanimidade nas deliberações do Confaz.

Por fim, destacando que representantes desta Secretaria estarão em Brasília acompanhando os trabalhos do Senado, os quais ficarão à disposição de V. Ex^{as}s, aproveitamos a oportunidade para manifestar o nosso profundo apreço e consideração.

Atenciosamente, **Andrea Sandro Calabi**, Secretário da Fazenda de São Paulo.

Estão aqui presentes o Sr. José Clovis Cabrera, Secretário da Fazenda, e o Sr. Luiz Márcio, da Secretaria da Fazenda, bem como o Coordenador do Confaz, Secretário da Fazenda do Pará, José Tostes Neto.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Na próxima reunião, então, conforme combinado, leio o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Começaremos pelo voto em separado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E o faço com todo respeito e atenção ao meu amigo Senador Luiz Henrique, embora às vezes dele divergindo.

Isso é da democracia, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É claro!

Inclusive, quero anunciar que, às 15 horas, no gabinete do Senador Luiz Henrique, haverá uma reunião do Senador Luiz Henrique, que é o Relator, com vários secretários, com os que estão aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com praticamente todos os secretários que estão em Brasília acompanhando esta sessão da CAE.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Leio um requerimento da Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) –

REQUERIMENTO N° 54, DE 2014

Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante a Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de discutir o tema “A Repartição de Receitas e o Fundo de Participação dos Municípios”, com a participação dos seguintes convidados: Raimundo Carreiro, Ministro do Tribunal de Contas (TCU); Representante do Ministério

da Fazenda; Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Raul Velloso, economista e consultor.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Justifico esse requerimento e agradeço a V. Ex^a por tê-lo incluído extrapauta.

Na verdade, invoca-se a repartição das receitas – hoje, a grande pauta desta Comissão foi exatamente essa questão federativa, e V. Ex^a teve um papel relevante – para a avaliação das políticas públicas que tratarão, neste ano, da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, o famoso FPM.

Então, penso que a CAE, mais uma vez, dá demonstração do envolvimento com as questões municipais e federativas, por consequência.

Eu queria agradecer a V. Ex^a por ter feito a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Também quero lamentar que não tenha sido incluído na pauta o projeto de minha autoria que trata da questão da contribuição das fundações, para incluir as fundações que têm emissoras de rádio no benefício do regime temporário da substituição da Contribuição Patronal Previdenciária.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas vai continuar na pauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vai continuar na pauta. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós o colocaremos em votação sem sombra de dúvida, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – No Rio Grande do Sul, as fundações têm um papel muito relevante. Elas não são empresas ou radiodifusoras muito focadas no lucro, mas há a prestação de um bom serviço de informação. A Abert está apoiando também essa causa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 39^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, N^o 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

As nove horas e quarenta e quatro minutos do dia seis de agosto dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Douglas Cintra, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Blairo Maggi e das Senadoras Lídice da Mata e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Registra a presença a Senadora Ana Amélia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências o Juiz do Trabalho e Filho da Sabatinada, Tiago Mallmann Sulzbach; a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, Cleusa Regina Halfen; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Paulo Luiz Schmidt; o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo dos Santos Costa; o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4^a Região, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior; o Juiz do Trabalho e Membro da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luiz Antônio Colussi; o Secretário-Geral Adjunto da Associação dos Magistrados Brasileiros, Alexandre Aronne de Abreu; o Presidente da Associação Paulista de Magistrados, Jayme Martins de Oliveira Neto; o Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13^a Região, Adriano Mesquita Dantas; e o Conse-

Iheiro do Conselho Nacional de Justiça, Emmanoel Campelo de Souza. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2014 – Não Terminativo.** Submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Maria Helena Mallmann para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora Maria Helena Mallmann para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, com 18 votos favoráveis e 1 voto contrário. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quarenta e seis minutos do dia seis de agosto de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Luiz Pedro de Rossi Junior, Secretário Adjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de um único item. Trata-se da Mensagem 54, de 2014.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Maria Helena Mallmann para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Votação secreta.

Observações: – Em 05/08/2014 a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Convido a Sra Dra Maria Helena Mallmann ao recinto da reunião para compor a Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a presença da Dra Maria Helena, passamos à fase de exposição. A senhora terá 20 minutos para a sua exposição inicial.

A SRª MARIA HELENA MALLMANN – Ex^{mo} Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quero aqui cumprimentar o Senador Gim Argello, que foi o Relator da Mensagem. Também gostaria de fazer aqui um registro muito pessoal em relação ao Senador Pedro Simon, que é um personagem da nossa história política que honra o Estado do Rio Grande do Sul.

Não poderia deixar de fazer um registro em relação a todo o apoio que recebi por parte dos demais Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim e Senadora Ana Amélia Lemos, que foram importantes nesse processo político de escolha para ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Srs. Senadores integrantes da Comissão; Ex^{ma} Sra Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, a quem já, desde logo, agradeço todo o empenho que tem realizado para que o Rio Grande do Sul tenha mais um ministro na mais alta Corte Trabalhista do nosso País.

Quero também cumprimentar o Ex^{mo} Presidente da Anamatra, Juiz Paulo Schmidt; o Ex^{mo} Presidente da AMB, Juiz João Ricardo, que também são nossos companheiros de muitos anos nessa caminhada que temos feito para a construção da vida associativa. O Presidente da Amatra IV, Juiz Rubens Clamer dos Santos; o Juiz Luiz Colucci, também companheiro de muito tempo; e demais juízes aqui presentes. Um especial ao abraço ao Juiz Tiago Mallmann Sulzbach, Juiz do Trabalho em Caxias do Sul, que além de juiz do Trabalho, é meu filho. Está aqui presente.

Meu outro filho, que também optou por outra carreira tão bela, não está aqui presente, que é o Marcelo Mallmann Sulzbach, e possivelmente esteja pilotando as aeronaves que levam os senhores para as suas residências, para os seus lares, para as suas terras.

Então, meus filhos escolheram duas carreiras fantásticas, no meu ponto de vista: a Magistratura do Trabalho e a Aviação Civil.

Eu gostaria aqui, também, de cumprimentar meus servidores, que devem estar a mim assistindo, os servidores do Gabinete 709, na cidade de Porto Alegre, e falar da grande emoção de que eu sou tomada neste momento, submetendo-me a esta arguição pública.

Senhores integrantes desta Comissão, é uma grande honra estar aqui.

Quando tomei posse no cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, assim disse: vivemos uma sucessão de permanentes ciclos durante a construção de nossa existência. É, assim, avançar no tempo um privilégio que não alcançam todos. Permite-nos ver que há sentido em nosso caminhar.

À medida que é possível delinear um período específico, também nos é permitido concluir que, por meio de um contínuo e interminável processo, estamos todos interligados e conectados em um ciclo virtuoso de causa e efeito, efeito e causa.

No percorrer de nossos caminhos, repletos de aprendizados e mudanças, forjamos convicções que encerram, em si, nossos valores, nossos princípios e nossas crenças.

Hoje, aqui estou. Sou natural de Estrela, cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Ingressei na Magistratura lá, em 22 de outubro de 1981 – faz algum tempo. Fui promovida a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul em 10 de julho de 2001. Exerci a vice-presidência do Tribunal Regional do Trabalho no biênio 2009 – 2011; a presidência, de 2011 a 2013. Fui conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no período de 09 de fevereiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2014.

No âmbito da representação de classe, fui vice-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul, Amatra IV, de junho de 90 a junho de 92; presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul, de junho de 92 a junho de 94; vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, de maio de 93 a maio de 95; e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, de maio de 95 a maio de 1997.

Estive inserida em um processo que, hoje, se tornou definitivo, mas que nem sempre foi imune a sequelas: o da igualdade profissional em razão da condição feminina.

Percorri o interior do Estado e atuei em várias unidades do Judiciário trabalhista do Rio Grande do Sul, em um tempo em que as facilidades da comunicação e dos meios de transporte não eram as mesmas de hoje.

Sou da geração que conviveu com a tirania da ditadura e os seus efeitos. Forjei, diante dela, uma consciência de atribuir maior valor à justiça do que à circunstancialidade da norma vigente.

É inegável que, após a Constituição Federal de 88, o Judiciário brasileiro foi cometido com mais e maiores atribuições. Inúmeros direitos, represados por mais de 20 anos, foram alcançados na nossa sociedade, mas sem que as estruturas estatais pudessem responder de imediato. Em significativa parcela, os direitos emergidos da Constituição democrática foram judicializados. Vieram reformas constitucionais, ampliação da competência da Justiça do Trabalho, até então sempre ameaçada pela extinção, e novos protagonistas foram organicamente inseridos, em específico, o Conselho Nacional de Justiça.

Vivemos em um tempo, também no Judiciário, adequado a uma das maiores transformações.

Apesar disso, as expressões e as bases teóricas que nos foram alcançadas, independentemente de seus propósitos iniciais, da chamada segurança e previsibilidade jurídica, permanecem como ferramentas importantes e necessárias.

Não podemos perder de vista, ainda, que a informatização, em seu espectro mais evoluído, materializado pelo processo judicial e eletrônico, é um propósito que não se esgota em si mesmo. Como, com ela, há que se garantir o clamor da sociedade atual, a racionalidade, a celeridade e a efetividade na prestação jurisdicional. Prestar jurisdição, nosso dever maior, é monopólio do poder. Não podemos esquecer que cada um dos milhares de processos que tramitam pela justiça brasileira envolve pessoas, esperanças, angústias e expectativas.

Há pouco menos de dez anos, a justiça brasileira sequer contava com indicativo seguro. A estatística, o trato orçamentário, a capacitação do pessoal, a melhoria das condições de trabalho permitiram avanços na otimização e no favorecimento das condições para consecução da atividade-fim jurisdicional.

O surgimento do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, órgãos centrais de planejamento e estruturação do Judiciário brasileiro, e mais a criação de escolas de Magistratura do Trabalho, faz com que surja um novo corpo de magistrados de primeiro e segundo graus, com foco de análise mais ampliado, posto que as soluções até então encaminhadas de natureza tópica não surtiram os efeitos esperados pela sociedade.

Iniciativas voltadas ao trabalho seguro, aos núcleos de execução, à conciliação em todo território nacional decorrem do novo Judiciário forjado na última década.

Nas perspectivas de construção desse novo Judiciário do século XXI, inovamos com ações buscando o compartilhamento do processo decisório, com advogados, Ministério Público, servidores, peritos, com a criação de fóruns permanentes de diálogo. E na busca da democratização interna e valorização dos juízes de primeiro grau, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região alterou seu Regimento Interno e introduziu, no processo de eleição do Presidente e Vice-Diretor de Escola Judicial, a consulta a todos os juízes de primeiro grau.

Enfim, vivemos as possibilidades concretas de construir mais uma etapa na sequência interminável do que é viver, tornando reais sonhos possíveis.

Sou, como os senhores podem ver, Juíza há mais de 30 anos e integro o Poder Judiciário do Trabalho, que tem sua razão de ser na lei trabalhista. A legislação do trabalho ingressou no mundo jurídico como um símbolo civilizatório pós-revolução industrial. Proteger o trabalhador impondo limites à atividade econômica não se confunde com a ideia de entrave ao crescimento de produção.

A legislação trabalhista é inovadora, perseguindo a igualdade ao estabelecer novos paradigmas, distinguiu condições, reconhecendo a importância da mulher trabalhadora e suas especificidades, da gravidez, das condições imprescindíveis ao nascituro e a tutela especial ao menor trabalhador.

Adotamos o caminho da proteção do ser humano, da busca da dignificação do trabalhador, bem como do respeito àqueles que reúnem as condições materiais na busca do lucro, cumprindo os preceitos legais. Há, em seu conteúdo, na lei trabalhista, a sólida ideia de solidariedade das categorias, de atribuições de direitos e deveres, tanto individuais como coletivos. A síntese do seu alcance é por ela definida: todo trabalho tem valor social. É nisso que acreditamos e é com isso que estabelecemos nossos compromissos, com esse ideário.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos a exposição preliminar da Drª Maria Helena, registramos a presença da sua família, do seu filho, Tiago Mallmann, juiz de Direito do Trabalho na cidade de Caxias do Sul. Seja muito bem-vindo.

À Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Drª Cleusa Regina, renovo os meus cumprimentos. Meu queridíssimo atuante Presidente da Anamatra, Paulo Schmidt. Dr. João Ricardo, meu querido Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. O Dr. Rubens Fernando Clamer dos Santos, Presidente da Amatra IV, e o Dr. Luiz Antônio Colucci, Juiz do Trabalho e membro da Comissão Legislativa da Anamatra, além do Dr. Alexandre Aronne de Abreu. Algumas das personalidades do mundo jurídico. A Secretaria me informa das suas presenças. Sejam todos muito bem-vindos!

Vamos abrir o espaço para a sabatina, para as arguições dos Srs. Senadores. Inscrito está o Senador Cyro Miranda.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ao mesmo tempo em que parabenizo a Drª Maria Helena Mallmann pela sua exposição brilhante, própria dos gaúchos – minha mãe mora no Rio Grande do Sul e tenho muitos parentes em Porto Alegre, Capão da Canoa, Torres... Tenho uma familiaridade grande com o Rio Grande do Sul. Estive naquele evento de Gramado e acho que a senhora estava lá.

A SRª MARIA HELENA MALLMANN – Sim, da Anamatra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Da Anamatra, não é? Com o Ministro Ricardo Lewandowski, com o Schmidt, que é o Presidente da Anamatra. Eu queria lhe parabenizar e pedir, Presidente Vital do Rêgo, que pudéssemos abrir a votação para que os Senadores que têm muitas atividades na Casa hoje – a sessão do Plenário também vai se iniciar em breve – pudessem ir votando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos uma resolução que não nos permitia a abertura do processo de votação enquanto não houvesse a arguição. Ontem essa resolução foi flexibilizada em virtude da condição especial que temos durante esse esforço concentrado. Muitas das Comissões estão trabalhando simultaneamente e, por força de uma decisão de Plenário, nas sabatinas de ontem, nós, excepcionalmente, flexibilizamos a nossa resolução para abrirmos o processo de votação durante o período de arguição da candidata, em virtude da excelência do quórum que devemos ter nesses momentos. Portanto, atendo, excepcionalmente, a solicitação do Senador Valdir Raupp, de pronto já invocando a Secretaria para as providências necessárias com relação à abertura do processo de votação.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente desta Comissão, Vital do Rêgo; Drª Maria Helena Mallmann; Srs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizá-la pelo currículo, que sem dúvida a qualifica e muito para esse cargo. Se Deus quiser, e com certeza, vai se juntar a duas

goianas, a Dora e a Delaíde, duas conterrâneas também valorosas. Realço aqui a admiração que tenho por uma gaúcha, Senadora Ana Amélia...

A SR^a MARIA HELENA MALLMANN – Ah, sim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – ... que significa muito, e é uma das Senadoras extremamente combativas.

Mas eu tenho aqui três perguntas para a doutora.

Especialistas em orçamento público apontam a Justiça do Trabalho como um dos setores mais caros do Poder Judiciário. Que medidas podem ser adotadas para melhorar a relação custo benefício em relação à Justiça Trabalhista? Essa é uma.

Outra. Que medidas de competência do Congresso Nacional, especialmente de natureza legislativa, podem ser adotadas para aperfeiçoamento da Justiça Trabalhista no Brasil?

E uma última, Dr^a Maria Helena: o Processo Judicial Eletrônico (PJE) vem sendo gradualmente implantado na Justiça do Trabalho como ferramenta para assegurar mais celeridade, economia e modernização nas ações trabalhistas. Como V. Ex^a avalia os resultados até agora apresentados e quais os desafios ainda remanescentes?

São essas as três perguntas. Agradeço e parabenizo, mais uma vez, V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom, o Senador Valdir Raupp deseja fazer alguma pergunta?

Eu teria duas perguntas a nossa sabatinada.

O Congresso Nacional tem duas importantes alterações na legislação trabalhista durante este primeiro ano. A extensão dos direitos dos trabalhadores também aos trabalhadores domésticos – a senhora acompanhou vivamente essa ação do Congresso Nacional – é um reconhecimento desses direitos. Qual é a sua avaliação sobre esse grande momento que o Congresso Nacional viveu? Qual o impacto dessa nova legislação dentro da Justiça do Trabalho? Pode-se imaginar uma elevação do desemprego nesse segmento? Nós queríamos uma posição da senhora a respeito desse importante momento, repito, que a Justiça do Trabalho viveu.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Apenas pela ordem, Sr. Presidente.

Cumprimentando a Dr^a Maria Helena Mallmann por esta sabatina, que, com certeza, redundará num sucesso no escrutínio que acontecerá logo mais, mas o plenário do Senado, Sr. Presidente, já está com a campanha acionada para o início da Ordem do Dia de acordo com convocação estabelecida pela Mesa do Senado no fim da sessão de ontem.

Portanto, como é regimental que não se tenha deliberação nas Comissões quando o Congresso esteja em sessão deliberativa, apelo a V. Ex^a que, tão logo concluamos a sabatina e o escrutínio da votação da nossa Dr^a Maria Helena, possamos suspender os trabalhos da CCJ para podermos dar início às votações no plenário do Senado, que foram interrompidas ontem, quase 11 horas da noite, já por falta de quórum.

Cumprimentando, mais uma vez, V. Ex^a, que está em jornada tripla nesta Casa, presidindo duas Comissões Parlamentares de Inquérito, presidindo a CCJ e ainda com candidatura ao Governo do Estado da Paraíba.

Assim, V. Ex^a, tenho certeza, está num turno quádruplo de trabalho e esperamos poder contribuir para o bom desempenho de V. Ex^a em todos eles.

Mas apenas para dizer que estamos iniciando a Ordem do Dia no plenário do Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a até pelo estímulo, o entusiasmo e a solidariedade para com todas essas missões que a mim são confiadas pelos meus companheiros do Partido.

Quero definir que, logo após esta apuração desta sabatina, nós vamos interromper e suspender os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça em virtude de ordem regimental, atendendo ao Senador Eduardo Braga por força do dispositivo regimental. Não poderá haver deliberações nas Comissões enquanto estiver funcionando o Plenário em Ordem do Dia.

Continuamos com a sabatina.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, que quer também fazer uso da palavra, como gaúcha extraordinária, representante do povo gaúcho aqui o Senado Federal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Vital do Rêgo, caros colegas Senadores e Senadoras, é muito breve.

Tenho a honra, como Senadora do Rio Grande do Sul, de dizer que a Bancada do Rio Grande do Sul, os três Senadores – Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim e eu –, mais todos os Deputados de todos os Partidos encaminhamos uma solicitação, uma recomendação, um pedido, uma reivindicação à Presidente da República, Dilma Rousseff, que tem tanto vínculo com o nosso Estado do Rio Grande do Sul, para falar da Dr^a Maria Helena Mallmann, nossa Desembargadora, que tem uma grande experiência na área da Justiça do Tra-

balho, tendo desempenhado funções importantes da presidência do TRT da 4ª Região, e de um tribunal em que num determinado momento só tinha mulheres; a presidente, a vice-presidente, a corregedora, todas eram mulheres. E isso tem um significado relevante na hora em que as mulheres, especialmente na área da política, buscam um novo protagonismo em várias instituições. E, no Judiciário, o relevo do papel das mulheres é enorme. O exemplo está diante de nós com a sua presença. Parabéns! Nós ficamos muito orgulhosos de tê-la, representando, na Suprema Corte do Trabalho, o Rio Grande do Sul, mas a senhora é da Justiça do Trabalho do Brasil. Nós, gaúchos, temos motivo adicional de nos orgulharmos. Parabéns a nossa Desembargadora, agora Ministra Drª Maria Helena Mallmann!

Não tenho dúvida do sucesso que será no Plenário do Senado.

Obrigada, Presidente Vital do Rêgo. Eu me associo às referências do nosso grande Líder Eduardo Braga a seu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Ana.

Registro a presença do Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, da Apamagis, São Paulo.

Por falar em São Paulo, Senador Antonio Carlos Rodrigues com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Bom dia!

Eu queria que a senhora me falasse um pouco... Encontra-se em apreciação neste Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2005, que pretende atribuir à Justiça do Trabalho a competência para o processo e julgamento de causas originadas de acidentes do trabalho.

Hoje a competência para julgar ações de acidentes do trabalho se encontra no âmbito da Justiça comum estadual. Nesse sentido, gostaria de ouvir a sua opinião sobre as mudanças que se pretendem introduzir na Constituição para que o julgamento dessas causas seja feito pela Justiça do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu registro a presença, para nossa satisfação, do nosso Presidente Adriano Mesquita Dantas, da Anamatra XIII, do meu Estado, Paraíba. Seja muito bem-vindo, Adriano!

Com a palavra a Drª Maria Helena, para as respostas às arguições dos Srs. Senadores.

A SRª MARIA HELENA MALLMANN – Agradeço as palavras dos Srs. Senadores, em especial da Senadora Ana Amélia Lemos, que é um ícone no meu Estado em termos de representação feminina dentro da política.

Queria também, ainda, fazer um registro da presença de uma outra amiga minha, Maria Madalena Telesca, Desembargadora do Estado do Rio Grande do Sul.

Bom, em relação ao orçamento público, que foi declarado que é um dos mais caros, eu tenho alguma dificuldade em compreender que a Justiça do Trabalho tenha um orçamento em termos de gastos públicos. Quando nós fazemos os exames próprios da Justiça em Números do CNJ, concluímos que os processos da Justiça do Trabalho, em termos de resultado social que ela dá... Não encaro como se fosse um orçamento tão alto a ponto de se exigir um corte orçamentário; ao contrário, a história tem demonstrado que a Justiça do Trabalho tem que, sim, procurar aumentar o número de suas unidades judiciais e também de seus juízes.

Fazendo um pequeno comparativo com o Estado, Rio Grande do Sul, a Justiça estadual está presente em 70 Municípios, enquanto que a Justiça do Trabalho não chega a 30% dos Municípios. O que eu quero dizer aqui, estou falando em termos de comarcas. Embora nós tenhamos uma jurisdição em todos os Municípios do meu Estado, os trabalhadores têm que se deslocar, não raras vezes, 100 quilômetros, 150 quilômetros para chegar na sede da Vara.

A situação fica até mais difícil quando examinamos as distâncias que existem entre as sedes das varas e o local de trabalho dos trabalhadores no Norte e Centro-Oeste.

Então, na minha concepção, no meu ponto de vista, a Justiça do Trabalho não pode recuar. Ela tem que atuar cada vez mais no sentido de ampliação da sua atuação; isso, sim, em termos de reais benefícios à sociedade.

Quanto à competência para o seu aperfeiçoamento, nós tivemos grande inovações principalmente a partir da Emenda Constitucional 45, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho. Isso também tem se mostrado, na prática, extremamente favorável e produtivo em relação aos trabalhadores brasileiros.

Em termos ainda de competência da Justiça do Trabalho, é sempre bom a gente trazer – sei que nós estamos com pouco tempo, Sr. Presidente, mas eu só queria fazer um pequeno registro de como se pode também mostrar novas formas de atuação.

Aqui se tem falado muito de mediação e arbitragem. Temos experiência no Estado do Rio Grande do Sul da mediação pública, como se faz isso, porque são as categorias econômicas que buscam a Justiça do Trabalho, independentemente da existência do dissídio coletivo, e esta faz a mediação. Isso tem feito com que muitos processos não sejam, então, ajuizados.

Tivemos o caso específico da plataforma de Rio Grande, em que foram despedidos em torno de 7.500 trabalhadores de um mês para o outro. Fomos procurados pelo Estado do Rio Grande do Sul, e o nosso setor de conciliação, nosso juizado de conciliação organizou estes trabalhadores, junto com os sindicatos patronais, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, e conseguiram fazer com que todos os trabalhadores, estes que foram despedidos, recebessem suas parcelas rescisórias e seus direitos pela rescisão.

O que vejo de importante nisso? Estou falando de 7.500 trabalhadores, que aproximadamente dariam origem ao processo de ajuizamento de 4 mil reclamatórias. Estas foram, então, conciliadas, permitindo com que esses trabalhadores, que, em sua grande parte, em sua grande maioria, não eram oriundos, não residiam na cidade de Rio Grande. Eles vinham do Nordeste e de outros Estados. Mais do que isso: permitiu-se também que as empresas terceirizadas ou quarteirizadas estabelecessem um compromisso com essas empresas tomadoras de serviços.

Em suma, estamos trabalhando também com novas formas de solução dos conflitos, cujo papel da Justiça do Trabalho é como mediadora – que é diferente da conciliação. Então, penso sim que podemos trabalhar cada vez mais com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

O processo de sala eletrônico está sendo gradualmente implementado, e apostase muito que, para o futuro, ele seja uma ferramenta importante na agilização dos processos, tornando-os mais ágeis, principalmente por uma questão de benefício não só para os nossos servidores juízes, mas também aos advogados, porque é a grande solução encontrada pelos advogados com a portabilidade dos processos. Ou seja, posso trabalhar despachando de qualquer parte do Brasil dentro dos meus processos. Acreditamos que o PJE vai trazer muitos benefícios para todos os jurisdicionados, para todos nós.

Quanto à questão dos trabalhadores domésticos – para os senhores verem como são interessantes essas questões do mundo do trabalho –, recentemente, os trabalhadores domésticos atingem a sua cidadania plena. Isso merece o aplauso de toda a sociedade brasileira.

Do meu ponto de vista, isso não vai levar a uma perda de trabalho, a uma redução, aos cortes de trabalho. São novas formas que surgem, novos postos de trabalho que se abrem.

Precisamos ter sempre em vista que não podemos ter categorias diferentes de trabalhadores. Então, é um grande avanço para todos nós a questão dos empregados domésticos.

Em relação à competência de acidentes do trabalho comum, estadual, o Supremo Tribunal Federal já entende que a competência é da Justiça do Trabalho. Nesses últimos tempos, realmente temos nos dedicado muito às soluções das ações decorrentes de acidentes de trabalho.

Hoje, há discussão, em alguns setores dos juízes do trabalho do Rio Grande do Sul e do Brasil, no sentido de que tenhamos também a competência criminal em relação aos acidentes de trabalho. Acho que é uma situação em que precisamos realmente concretizar a competência em acidente de trabalho, que é uma decorrência do contrato de trabalho, e a Justiça do Trabalho deve reunir, na medida do possível, cada vez mais, todos os litígios que digam respeito às ações decorrentes do mundo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estamos em processo de votação, agradecendo à Drª Maria Helena Mallmann, Desembargadora, que ao longo da sua brilhante vida profissional, já nos anos 80 desbravou como mulher as conquistas femininas na magistratura do Rio Grande e, agora, no Brasil.

Estamos concluindo com o processo de votação.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas, mesmo não integrando esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª é integrante afetiva, *ad hoc*, permanente desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas, com um Presidente como este, queria estar aqui há muito tempo.

Meu querido Presidente, Vital do Rêgo, como nós só teremos uma reunião deliberativa no mês de setembro, penso que seria conveniente e até próprio da Comissão, para não haver vacância, que, após a sabatina, fosse levada a votação, ainda hoje à tarde, do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann, porque poderemos, com o acolhimento da CCJ, uma decisão coletiva da CCJ, encaminhar em regime de urgência a deliberação ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Logo após a escrutinação desse processo, vamos encaminhar a solicitação de V. Exª, como membro afetiva desta Comissão, e dizer da iniciativa desta Presidência, já hoje, pela manhã, conversando com o Presidente Renan Calheiros, demonstrando o interesse de, ainda pela manhã, no esforço concentrado que estamos fazendo, em Plenário, votar a indicação da Drª Maria Helena Mallmann.

Senador Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Ouvi a manifestação do Senador Eduardo Braga, sugerindo a V. Ex^a que não fosse declarada aberta a reunião seguinte, por conta da sessão plenária, que acontecerá ainda na manhã de hoje.

Tenho a informação de que a sessão plenária ainda não se iniciou. Tão logo ela se inicie, obviamente, haverá votação na sequência da sessão de ontem. Como ela ainda começou lá, certamente, se V. Ex^a acatar a sugestão do Senador Eduardo Braga, poderíamos correr o risco de não ter as duas reuniões – tanto aquela, por falta de quorum, quanto esta. Ou perderíamos a oportunidade de discutir na próxima reunião da CCJ as matérias mais importantes.

Informo a V. Ex^a que há uma matéria para a qual pretendo apresentar um requerimento de inclusão de pauta, por considerá-la prioridade.

Se V. Ex^a mantiver a decisão de não abrir a próxima reunião ao encerrar esta, consulto se poderia requerer, tão logo terminasse a votação da indicação da Dr^a Maria Helena, a inclusão daquele item, já que não consta da pauta da reunião seguinte, nesta reunião ainda, para que o Senador Luiz Henrique pudesse fazer a leitura do seu relatório, e a matéria pudesse ser votada.

Trata-se de um assunto que, inclusive, na semana passada, teve ampla repercussão na mídia nacional. Eu considero, pela tempo que se encontra na CCJ, importante deliberar sobre ele e votar, para que volte ao Plenário, já que se trata de uma PEC.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Recebo a manifestação do Senador Bauer definindo da seguinte forma: vamos esperar a abertura efetiva da Ordem do Dia – o art. 107 prevê que nenhuma reunião possa coincidir nas suas deliberações com o Plenário, na Ordem do dia.

A informação de V. Ex^a é procedente, também o é a do Senador Eduardo Braga. Este tem notícias da abertura do processo de Ordem do Dia, que ainda não se efetivou, em virtude da ausência de quorum mínimo regimental.

Vamos votar o procedimento atual da reunião extraordinária e, ao final desta, consultar sobre o esforço que está sendo feito em Plenário. Se se iniciar a Ordem do Dia, vamos cancelá-la.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a. Já me inscrevo para, ao término do processo de votação, se for possível, requerer a inclusão, na pauta, dessa extraordinária matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu consulto...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Dr^a Maria Helena, novamente sobre a Emenda à Constituição nº 42.

Eu represento o Estado de São Paulo. As Varas do Trabalho estão muito carregadas de processos e audiências que são marcadas com um, dois anos, ao contrário do acervo e das varas que estão no Estado. A senhora acha viável continuar por delegação, como acontece na Justiça Eleitoral, continuar com o Estado?

A SR^a MARIA HELENA MALLMANN – Senador, eu não conheço a realidade de São Paulo, esse detalhamento que o senhor me traz. O que nós temos em termos... Eu vou falar muito mais da minha realidade, do Estado do Rio Grande do Sul, e também em termos, assim, da média no Brasil.

Quando a competência em acidentes de trabalho passou para a Justiça do Trabalho por decisão do Supremo Tribunal Federal, nós, iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a primeira medida que nós tomamos: a criação de uma vara especializada em acidente de trabalho. Então, a Vara de Acidentes de Trabalho e na cidade de Porto Alegre é especializada, com um corpo de peritos especializado e com uma prestação jurisdicional bastante célebre.

Hoje, nós já trabalhamos com uma segunda vara especializada em acidentes de trabalho, que é na cidade de Caxias do Sul, na Comarca, tanto é que o Tribunal Superior do Trabalho, através da Resolução nº 63, estabelece que podem os Estados, no caso os Tribunais Regionais do Trabalho, encaminhar pedido de criação de varas especializadas em acidente de trabalho. Isso, a especialização tem demonstrado que leva à celeridade, talvez a celeridade que se busca em termos de prestação jurisdicional quando se trata de acidente de trabalho, que é uma lesão grave em termos do mundo do trabalho, trabalha com a ideia da segurança do trabalho, da saúde do trabalhador e em termos de segurança jurídica também, para que as empresas também tenham condições de estabelecer suas políticas de prevenção ao acidente de trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – A Justiça do Trabalho tem estrutura? Hoje, nós temos em São Paulo acho que dez varas para acidentes de trabalho. Nós estamos falando em um Estado de 40 milhões de habitantes. A capital de São Paulo é maior do que o Estado do Rio Grande do Sul. Então, a minha pergunta é de estrutura. Porque, quando você tem um acervo estadual... Se a senhora fizer um

levantamento lá em São Paulo, está praticamente em dia, ao contrário da Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo. Você tem audiências no Estado de São Paulo que são marcadas para daqui a 18 meses. Então, isso prejudicaria muito por falta de estrutura.

A SR^a MARIA HELENA MALLMANN – As condições – vou voltar a repetir –, realmente não conheço em detalhes a situação do Estado de São Paulo. O que eu posso lhe afirmar com absoluta certeza é que, em termos do Brasil, as ações, em sua média, do acidente de trabalho acabaram sendo julgadas de uma forma mais célere.

A situação das varas de São Paulo, a gente não desconhece que São Paulo, o Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região é o que tem o maior número de processos de todo o País, óbvio, até pelo tamanho do Estado de São Paulo, ainda considerando que, no Estado de São Paulo, nós temos a 15^a Região, então, na verdade, são dois Tribunais Regionais do Trabalho – são os tribunais que têm uma preocupação muito grande com a celeridade processual, tanto o da 15^a como o da 2^a Região.

Agora, se a Justiça Estadual de São Paulo tem dado uma resposta mais célere do que a Justiça do Trabalho de São Paulo, esse dado, confesso ao senhor, eu não tenho.

O que a gente... O que conheço são os dados da Justiça em Números, que são divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, com os quais podemos fazer um comparativo entre os números de processos ajuizados e julgados e os custos que nos permitem fazer um diagnóstico.

Mas, de qualquer forma, trazer para a Justiça do Trabalho o acidente do trabalho é uma forma de racionalização, porque, se nós temos uma Justiça especializada, que trata das relações de trabalho, nada mais racional do que concentrar nessa Justiça todas as ações, todos os litígios que estejam ligados diretamente ao mundo do trabalho.

Eu iria até um pouco mais longe, mas não foi esse o objeto da pergunta. Abordo uma questão para reflexão dentro da estruturação da sistemática do Poder Judiciário: não seria o caso de concentrar, numa Justiça especializada, no caso a Justiça do Trabalho, todos os dissídios oriundos da relação de trabalho, inclusive os previdenciários, que estão hoje com a Justiça Federal? O que eu estou falando? De que eu falo aqui? É claro que esse é um tema bastante complexo, difícil, porque envolveria mais uma Justiça, mais uma estrutura, mas a questão para reflexão, quando eu penso em sistema, é se não seria o caso de concentrar numa Justiça todas as ações.

E aí eu vou mais longe. O senhor fala em acidente de trabalho. Eu coloco acidente de trabalho – é a minha posição muito pessoal –, a parte criminal, com a Justiça do Trabalho examinando também os crimes relacionados à organização do trabalho, aos próprios acidentes de trabalho, e mais a questão previdenciária, porque, hoje, o trabalhador brasileiro tem que buscar a reparação junto a diversas Justiças, o que não tem se mostrado também, numa visão em termos de reparação do dano, algo que seja eficaz, efetivo, quando, na verdade, nós todos procuramos celeridade e efetividade. Quer dizer, a estrutura é concentrar nas Justiças estaduais? Bom, no passado, o acidente de trabalho era julgado pelas Justiças estaduais; hoje, pela Justiça do Trabalho. E os dados estão revelando que foi uma medida acertada.

É o meu ponto de vista, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sra Desembargadora Maria Helena Mallmann, observo, pela sua história, pela sua formação em ciências sociais e jurídicas, a grande experiência na Justiça do Trabalho, especialmente no Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de lhe perguntar qual é a sua visão a respeito do que deve ser feito, em termos até de recomendações por V. Ex^a e por nós aqui no Congresso Nacional, para, efetivamente, prevenirmos, evitarmos condições de trabalho que lembram a escravidão.

Eu vou contar um episódio. Em 1982, o Padre Ricardo Rezende convidou diversos Parlamentares para irem a Rio Maria, no sul do Pará, para verificar condições que, segundo ele, lembravam a escravidão. Para ali foram diversos Parlamentares, e ouvimos o depoimento de dezenas de trabalhadores que nos diziam: "A gente vem à porta do restaurante, do hotel ou da rodoviária, e vem o fazendeiro, o gerente ou o capataz da fazenda que nos diz: 'Quem quiser entre aí no caminhão, no ônibus. Vocês vão para a fazenda, a uns 400 quilômetros daqui, vão cortar a floresta, roçar a terra, prepará-la e plantar e vão receber um tanto.' E para lá a gente vai." Passadas três, quatro semanas, o trabalhador diz ao responsável pela fazenda: "Está na hora de eu receber. Trabalhei um bocado e preciso mandar dinheiro para a família." "Ah, por quanto você está devendo?" "Como estou devendo?" "Ah, você comprou aqui na venda mais do que aquilo a que tem direito de receber."

"Bom, se for assim, eu vou embora." "Se quiser ir embora, vai levar um tiro." E muitos levavam tiros.

Como prevenir situações tais como essa que ocorrem às vezes em regiões do Brasil, às vezes até em São Paulo, como, por exemplo, com os imigrantes bolivianos e de outras nacionalidades, que por vezes são sujeitos a condições de trabalho muito inadequadas?

Bem, entre as proposições que eu avalio como importantes para... (*Falha na gravação.*)
Voltou. Desculpe.

O Congresso Nacional aprovou, o Presidente Lula sancionou, há dez anos e meio, 8 janeiro de 2004, não sei se V. Ex^a, se a senhora conhece, a Renda Básica de Cidadania, que será um direito incondicional de todos nós, brasileiros e brasileiras, dos estrangeiros aqui residentes, de receber uma renda que, quando possível – será instituída por etapas –, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um.

Quando isso ocorrer, aquela pessoa que, por vezes, por falta de alternativas, se vê instado a estar sujeito a uma condição que vai ferir a sua dignidade, colocar a sua saúde e vida em risco, uma vez existindo a renda básica para ela própria e para todos na sua família, ganhará o direito de dizer: não, não vou mais aceitar essa única alternativa que vai colocar a minha saúde e vida em risco, vai ferir a minha dignidade. Então, é nesse sentido que eu acho que constitui um instrumento muito adequado.

Agradeceria se eu puder ouvir a sua avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registro a presença do Conselheiro Emmanoel Campelo, do Conselho Nacional de Justiça, que foi ontem conclamado à sua renovação pelo Plenário do Senado.

Com a palavra, para as suas considerações finais, a Dr^a Maria Helena.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a MARIA HELENA MALLMANN – Senador Suplicy, é um prazer muito grande estar aqui sendo arguida por V. Ex^a.

O senhor traz questões extremamente importantes e fundamentais. Eu diria, assim, que é o grande desafio de solução da sociedade brasileira. Como prevenir?

Eu faço aqui um registro ao excepcional trabalho que o Ministério do Trabalho tem realizado, bem como do Ministério Público do Trabalho, através das ações da fiscalização efetiva nos locais de trabalho e também através das ações civis públicas.

A própria PEC do trabalho escravo, a definição do trabalho escravo, a penalização daquele que se utiliza do trabalho análogo ao de escravo já é resultado, é fruto de uma conscientização social que acontece através das ações do Estado em termos de prevenção da exploração desmedida do trabalhador, porque desde o momento em que a sociedade capitalista, em que é dito para a pessoa humana que a única alternativa de sobrevivência é o trabalho, o Estado, no meu ponto de vista, tem que zelar para que este cidadão, para que esta pessoa possa efetivamente trabalhar, ou seja, o próprio direito ao trabalho. Quando o senhor fala em renda mínima, ela traz embutida, no meu ponto de vista, uma ideia de substituição. Como o Estado, como a sociedade não consegue cumprir o dever de dar trabalho a todos, ao menos assegura o direito a uma vida digna mínima, em termos responsáveis.

O senhor traz outra questão que realmente tem hoje nos deixado pensativos em função desses trabalhadores que vêm da Bolívia, que vêm do Paraguai. Agora, no Rio Grande do Sul, nós temos uma nova realidade, que são os trabalhadores oriundos da África, que estão se concentrando na cidade de Caxias do Sul. Os Municípios locais têm tido suporte para assimilar esse trabalho e dar a esse trabalhador também os direitos mínimos: uma carteira assinada e um salário mínimo.

Enfim, Senador, enquanto nós estamos aqui a discutir, a pensar e a refletir sobre o trabalho doméstico, que é uma categoria que recém chegou; enquanto estamos aqui a falar sobre trabalho análogo ao de escravo; enquanto estamos aqui a refletir sobre renda mínima, ao mesmo tempo estamos também a pensar sobre flexibilização do Direito do Trabalho e sobre a terceirização e quarteirização. Então, me parece que esses são os grandes desafios não só do Legislativo brasileiro, mas também de todos aqueles juízes, servidores e operadores do Direito, cidadãos, enfim, da sociedade, para pensar em soluções para essas grandes questões que atingem o mundo do trabalho, que é a verdadeira questão social, não é, Senador?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., eu encerro o processo de votação e convido, em nome do povo gaúcho e prestando homenagem a minha queridíssima Senadora Ana Amélia, para que ela seja a escrutinadora.

Vamos abrir o escrutínio. (*Pausa.*)

Concluído o processo de votação: 18 votos SIM; 1 voto Não.

A escolha do nome da Sr^a Maria Helena Mallmann foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai a plenário. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, acabo de receber um telefonema do nosso Presidente Renan Calheiros solicitando a todos nós Senadores que estejamos presentes no plenário, para que possamos dar início à Ordem do Dia, com votações que ficaram pendentes do dia de ontem.

Temos também uma questão que reputo importantíssima, presidida também por V. Ex^a. Aliás, já lhe disse ontem que V. Ex^a está com jornada quádrupla. Já tem direito a adicional de tempo de serviço, com jornada quádrupla. V. Ex^a tem também uma reunião da CPI do Senado, agora pela manhã; à tarde, pela CPMI do Congresso Nacional, em relação à Petrobras. Portanto, eu solicito a V. Ex^a, ouvido, obviamente, o duto Plenário, que suspendêssemos a reunião ou a encerrássemos, para podermos abrir a Ordem do Dia do Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou consultar o Plenário...

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, Sr. Presidente, antes de definir, pela ordem.

Eu queria solicitar a V. Ex^a urgência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A urgência já foi atendida, Senadora Ana Rita.

Eu vou consultar o Plenário sobre a manifestação do Senador Eduardo Braga.

Procede. Há um necessário comparecimento nosso em plenário. Há também um desejo do Senador Paulo Bauer e do Senador Luiz Henrique de colocarem extrapauta uma matéria importante, que trata sobre medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu consultaria V. Ex^as se poderíamos já incluir na próxima reunião, tornando pauta o extrapauta que V. Ex^a ia pedir, como primeiro item da próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Essa próxima reunião a que V. Ex^a se refere...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No próximo esforço concentrado, em setembro.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – ... é no próximo esforço concentrado.

Eu apenas faço a seguinte observação: eu tenho informações de que ainda estão em andamento nos trabalhos do plenário pronunciamentos. Ainda não temos Ordem do Dia. Como sabemos, é na Ordem do Dia que temos que suspender aqui.

Eu consulto o Senador Eduardo Braga se esses dez minutos que nós gastaríamos aqui comprometeriam a sessão, porque o tema que nós estamos querendo incluir, que é uma leitura de cinco ou dez minutos, não mais – cinco minutos –, do Senador Luiz Henrique, já foi objeto de deliberação da CCJ no passado. Já houve.

Acontece que, na modalidade em que estava votado e aprovado, falava de tributos estaduais. Agora, feita uma adequação, ele está de acordo com o que é esperado, e não afeta de maneira alguma a estrutura tributária do Governo Federal. E eu peço encarecidamente ao Senador Eduardo Braga que considere a possibilidade de esses cinco minutos serem utilizados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Meu caro Senador Paulo Bauer, a matéria não estava na Ordem do Dia da CCJ. V. Ex^a apela para que entre extrapauta. É uma matéria em que nós, da Liderança do Governo, sequer sabíamos do relatório brilhantemente feito pelo Senador Luiz Henrique.

Portanto, diante do fato de que temos matérias para serem votadas, o Presidente está aguardando os Senadores que estão aqui na CCJ para poder abrir a Ordem do Dia, nós estamos com baixo quórum de Senadores na Casa no dia de hoje, temos a reunião já atrasada neste momento da CPI do Senado, seria, creio eu, de bom entendimento, colocar na próxima pauta, da próxima Ordem do Dia, para que nós possamos ter, primeiro, tempo para, depois, podermos debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A proposta desta Presidência é incluir na próxima pauta...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Como primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... como primeiro item da pauta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os senhores concordam?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está encerrada a reunião extraordinária.

A reunião ordinária está cancelada, em virtude do início da Ordem do Dia.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SÉSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2014.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Alvaro Dias**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Douglas Cintra, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ângela Portela, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Alvaro Dias, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o parecer favorável é aprovado. **Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que “Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, que “Inclui o nome do cidadão Júlio Prestes de Albuquerque na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Alvaro Dias, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que “Denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2014, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 11). **Item 10: Requerimento nº 29, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Rita, que requerem “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema ‘Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas’, a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, com a presença dos seguintes expositores: Doutora Bernadette Rogé, Doutor Alfred Sholl-Franco; Doutora Suzana Herculano Houzel; e Doutora Françoise Molenat”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação da matéria incluída extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE, nº 4-CE, nº 5-CE, nº 6-CE e nº 7-CE, é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013; e Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.
Aprovada.

Por deferência do Senador Cyro Miranda e da Senadora Ana Amélia, presido a abertura desta reunião até que o Presidente chegue, para adiantarmos os trabalhos. Anuncio também a presença do Senador Wilson Matos, que deve assumir no dia de hoje o mandato de Senador, por decorrência do pedido de licença do titular.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Eu sou Relator do item 6 e do item 5, um não terminativo e outro terminativo. Gostaria, como sou o único Relator aqui presente, de solicitar a V. Exª que eu já fizesse a leitura desses dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Pois não. Inicialmente, o item 6, que é não terminativo e que podemos deliberar.

Com a palavra, então, o Senador Rodrigo Rollemberg para a relatoria do Projeto de Lei do Senado 534, de 2013.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 534, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

Observações: 1 – *Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Prezados Senadores, prezadas Senadoras, trata-se do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 534, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O art. 1º do PLS inclui o art. 19-A na Lei nº 9.795, de 1999, para estabelecer que o Executivo federal instituirá programa para permitir a participação de jovens brasileiros nas reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima. O projeto propõe que as regras desse programa sejam instituídas por meio de regulamento.

O art. 2º determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi despachada ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar acerca de normas gerais sobre educação.

O projeto em análise objetiva alterar a Lei nº 9.795, de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Na justificação da matéria, sua autora, a Senadora Vanessa Grazziotin, defende que essa lei é um instrumento fundamental para consolidar uma consciência pública sobre a necessidade de preservação

da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico, um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Entre os desdobramentos da Conferência Rio-92, a Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima pode ser apontada como um dos pilares das tratativas multilaterais para proteção do regime climático global. No âmbito dessa Convenção, realizam-se anualmente as conferências das partes (COPs), entre as nações que assinaram esse acordo internacional. São reuniões em que se delibera sobre normas do nível do Protocolo de Quioto, firmado em 1997, que buscou regular a emissão de gases de efeito estufa pelas nações desenvolvidas.

A instituição de um programa para viabilizar a participação de jovens brasileiros em conferências internacionais sobre mudanças climáticas seria, no entender da autora, relevante contribuição à formação de novas lideranças nessa área.

A Política Nacional de Meio Ambiente, instituída por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos princípios que incluem a educação ambiental.

Com fundamento nesse princípio, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com foco na conscientização sobre o meio ambiente em todos os níveis de ensino, responsabilidade do Poder Público e de toda a sociedade, conforme preconiza o art. 225 da Constituição Federal.

A proposição define que um programa, a cargo do Executivo Federal – que também regulamentará as respectivas regras –, possibilitará a participação nas reuniões da Conferência das Partes (COP).

Reconhecemos o mérito da proposta em contribuir com atividades de capacitação – na ótica da educação ambiental – para jovens lideranças, em especial por meio da participação nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 534, de 2013.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Registro a presença do Senador Kaká Andrade, que assume o mandato como suplente do Senador Eduardo Amorim, passando a fazer parte dos trabalhos desta Comissão, representando o Estado de Sergipe.

Há pouco, anunciei a presença do Senador Wilson Matos, que, na verdade, é o meu suplente e que assumirá o mandato não só para que eu possa participar da campanha eleitoral efetivamente – e me licencio sem remuneração, exatamente para que não se possa dizer que estou recebendo para fazer campanha –, mas também porque o Senador Wilson Matos é um profundo conhecedor dos assuntos da educação, Reitor que é de uma grande universidade, a UniCesumar, com mais de 40 mil acadêmicos. Assim, S. Ex^a terá uma grande contribuição a prestar a esta Casa, especialmente a esta Comissão, nesses meses em que representará aqui o nosso Estado.

Portanto, as boas vindas ao Senador Wilson Matos, que, a partir de amanhã, exercerá, durante o período de licença, este mandato em nome do povo do Paraná.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 460, DE 2013

– Não terminativo –

Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

2 – Na reunião do dia 15/7/2014, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Continua em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, está em votação.

As Sras e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a V. Ex^a, ao Relator e aos Senadores que estão aqui presentes, que votaram a favor, e dizer que esse projeto ainda não é a defesa da minha proposta de que...a defesa da minha proposta de que o Governo Federal deveria adotar as escolas das cidades que não têm condições de oferecer uma boa educação a suas crianças. É apenas a convocação de um plebiscito onde o povo será ouvido para saber se, de fato, o caminho para dar o salto em educação é o Governo Federal adotar as escolas das cidades que assim preferirem, deixando às outras a liberdade de manter a municipalização. É uma espécie de federalização voluntária daquelas cidades que assim desejarem. Mas isso, é o plebiscito que vai decidir.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Parabéns a V. Ex^a pelo projeto e pela aprovação do mesmo.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2014

– Não terminativo –

Inclui o nome do cidadão Júlio Prestes de Albuquerque na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura.

Autoria: Deputado Paulo Abi-Ackel

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Favorável.

Observações: 1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Nomeio, para Relatora *ad hoc*, a Senadora Maria do Carmo, de Sergipe.

A deliberação, portanto, é não terminativa.

Com a palavra, a Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente, vou-me ater à análise da proposta.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação pronunciar-se sobre homenagens cívicas, situação em que se identifica o PLC nº 18, de 2014.

Como bem sinaliza o Deputado Paulo Abi-Ackel, o Congresso Nacional já criou um precedente, ao considerar como Presidente da República o Sr. Pedro Aleixo. Igualmente em função de uma ruptura institucional, o então Vice-Presidente da República não assumiu a Suprema Magistratura. Por essa razão, em 2011, o Congresso Nacional fez essa reparação.

Do ponto de vista do mérito, deve-se avaliar a questão sob a ótica da conciliação nacional, antes de tudo, pois esta prevalece em detrimento da revanche e do ódio. Isso significa que, não obstante o direito de brasileiros se organizarem contra uma ordem não democrática, uma vez superadas as divergências, o restabelecimento da paz é sempre desejável.

A Revolução de 1930 – que teria suprimido o direito constitucional de Júlio Prestes – não foi a primeira ruptura institucional. Nem a última, infelizmente. Devemos nos lembrar de que a Proclamação da República ocorreu de forma abrupta e por um golpe de força dos militares, em descompasso com os legítimos movimentos republicanos que envolviam partidos e instituições da sociedade civil, em todo o Brasil. Não por acaso, os primeiros anos de nossa história republicana foram permeados por lutas regionais. Da ruptura com o regime monárquico, nasceu o que hoje denominamos República Velha, em contraposição, justamente, à República Nova instaurada com a Revolução de 1930 – a mesma que impediu a posse de Júlio Prestes. Dois anos depois, do mesmo Estado de São Paulo de onde se projetou Júlio Prestes para a política nacional, viria o que se convencionou chamar de Revolução Constitucionalista de 1932, cujo propósito era o de depor Getúlio Vargas e votar nova Carta Magna, por intermédio de uma constituinte.

Outro golpe institucional viria em 1937, quando se esperava o oposto, que o não tão provisório governo de Getúlio Vargas recompusesse a normalidade democrática, com eleições livres. Poucos anos depois, em 1945,

retomamos a normalidade democrática, com nova Constituição e eleições livres e regulares, até a interrupção violenta da ordem democrática ocorrida em 1964, que depôs o Presidente João Goulart.

Entretanto, as ruturas institucionais não deixaram de levar o povo brasileiro a lutar pela restauração da democracia. E uma das exigências da luta pela redemocratização foi a da anistia com os que se haviam envolvido na luta. Nesses dias, relembramos os 50 anos da rutura da ordem democrática. Não sem dor, não sem condenação pelo uso do Estado como repressor dos legítimos anseios democráticos, mas também com o sentimento de que é preciso fazer a reconciliação nacional, e esta não se faz sem o reconhecimento das violações dos direitos humanos, entre outras tantas.

Desse ponto de vista, a aprovação de um projeto de lei que inclua o nome do cidadão Júlio Prestes de Albuquerque na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a suprema magistratura representaria uma espécie de anistia honorífica e se inseriria no contexto de reconciliação nacional, com implicações até para a reescrita da história brasileira.

Por isso, o PLC nº 18, de 2014, deve ser aprovado.

No que diz respeito aos critérios de técnica legislativa, juridicidade e constitucionalidade, estes se encontram atendidos.

Do voto.

Por seu mérito, boa técnica legislativa, juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2014, da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo à Senadora Maria do Carmo, coloco em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria *ad hoc* da Senadora Maria do Carmo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Temos aqui o Item 9, do qual vou pedir ao Senador Alvaro Dias se poderia fazer a gentileza de ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2014

– Não terminativo –

Denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Ronaldo Benedet.

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: favorável, com as emendas oferecidas.

Observações: 1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

O Senador Alvaro Dias será o Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas a formalidade.

Trata-se de denominação de ponte. O Relator é o Senador Valdir Raupp, com emendas apresentadas.

O parecer é favorável, e nós mantemos o relatório do Senador Valdir Raupp favoravelmente ao projeto, que é não terminativo e que deve ser submetido ainda ao Plenário do Senado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em discussão a relatoria *ad hoc* do Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será decidida no plenário.

O Senador Randolfe Rodrigues pediu a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a inclusão extrapauta do PLS nº 221, de autoria de S. Ex^a o Senador Alvaro Dias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em votação o requerimento extrapauta feito pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Colocado, então, extrapauta o projeto.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 221, DE 2014

– Não terminativo –

Estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

Com a palavra o nobre Relator Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 221, de 2014, que “Estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências.”

Em seu artigo 1º, o projeto define que a Confederação Brasileira de Futebol, entidade nacional de administração do desporto, e suas federações, são órgãos gestores do futebol brasileiro, sem prejuízo do controle a ser exercido pelo Poder Público, uma vez que se trata, o futebol, de patrimônio cultural do povo brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Em seus artigos 2º e 3º, o projeto estabelece a obrigação da entidade nacional de administração do desporto e de suas federações em apresentar anualmente suas contas para apreciação do Tribunal de Contas; informar à autoridade monetária trimestralmente todas suas operações financeiras com o exterior; informar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF trimestralmente todas as operações financeiras acima de R\$5 mil; disponibilizar todos seus contratos de forma pública, via internet, sob pena de suspensão de quaisquer benefícios ou repasses de verba recebidos do Poder Público.

Passando, imediatamente, à análise, Sr. Presidente, não se vislumbram vícios regimentais na tramitação do projeto de lei em questão, nem tampouco inconstitucionalidades ou injuridicidades que possam obstar sua imediata aprovação.

Em sua justificativa, o autor afirma que o presente projeto busca “impedir que as gestões da entidade nacional de administração do desporto e das federações de futebol possam vir a ser capturadas por interesses escusos que objetivam simplesmente o enriquecimento de alguns à custa da alienação de nosso maior patrimônio cultural esportivo”.

Para tanto, propõe total transparência e publicidade nos atos das federações de futebol, bem como da entidade nacional de administração do desporto, através da publicação na rede mundial de computadores de todos os contratos por elas firmados.

Da mesma forma, determina que as contas da entidade nacional de administração do desporto e das federações de futebol devem ser submetidas à análise do Tribunal de Contas da respectiva jurisdição.

Extremamente louvável a iniciativa do autor da proposição, sendo que é urgente e salutar a moralização das entidades que gerem o futebol brasileiro, merecendo a matéria aprovação.

Insta salientar que tais entidades recebem incentivos fiscais e, não raro, verba pública, assim como recursos provenientes das loterias federais. Não se tratam, portanto, de entes meramente privados.

Outra medida que merece aplauso é a vedação da participação de dirigentes das entidades e empresas que com elas tenham negócio, bem como a possibilidade de sua convocação para prestar esclarecimentos perante o Poder Legislativo.

A previsão de pena de prisão para a prática de cambismo, bem como para o desvio de ingressos, já está prevista no Estatuto do Torcedor, motivo pelo qual sugerimos sua retirada do texto.

Consideramos, ainda, necessárias algumas alterações de redação, a fim de adequar a dicção do projeto às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim propomos a adequação do texto: “entidade nacional de administração do desporto” para “entidade nacional de administração do futebol”, assim como “federações de futebol estaduais” para “entidades regionais de administração do futebol”.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2014, com as emendas que se seguem ao texto do projeto, Sr. Presidente, destacando que é minha opinião que esse projeto é extremamente importante e oportuna a sua apresentação em face do momento em que o futebol brasileiro,

Senador Alvaro Dias e Presidente Cyro Miranda, passa pela mais grave crise de sua história. Nunca, na história, o futebol brasileiro passou por uma crise como esta por que tem passado.

Portanto, voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Randolfe Rodrigues permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Projeto aprovado.

Passo a palavra, primeiro, ao Senador Cristovam, para suas considerações sobre o projeto, e posteriormente ao autor, para suas considerações finais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como o projeto já está aprovado, muitos de nós poderiam ficar calados, quietos, mas pedi a palavra para manifestar meu apoio a essa proposta, porque nós precisamos intervir nesse aspecto.

Eu, inclusive, acho que deveria prevalecer também, mas não é nesta lei, a interdição de mais de uma reeleição para cada dirigente dessas entidades, como também acho que deveria haver interdição para outros cargos na segunda reeleição. De qualquer maneira, já é um avanço.

Parabenizo o Senador Alvaro e agradeço aos Senadores que votaram a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Quero também me manifestar, antes que o autor faça as considerações finais.

Esse é um dos projetos mais importantes que passou por esta Comissão. Quero parabenizar o Senador Alvaro Dias porque se trata de um projeto de moralização. Parabenizar o relatório de S. Exª, Senador Randolfe, que, com acuidade muito grande, apresentou um relatório correto, simples, com emendas realmente propostas de maneira a viabilizar. Acho que, Senador, V. Exª está de parabéns. Estamos caminhando para um projeto de moralização de uma entidade, hoje, que é uma verdadeira caixa-preta.

Concedo, com muito prazer, a V. Exª a palavra, para suas considerações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

Quero agradecer à Comissão pela aprovação do projeto, especialmente o Senador Randolfe Rodrigues, que se empenhou tanto quanto como se fosse o autor da propositura. Desde o primeiro momento procurou articular, agilizar, pedir celeridade ao Presidente da Casa para que esse projeto pudesse ser levado à deliberação, como foi hoje. Apenas lamento que o Presidente Renan tenha despachado para outra Comissão, que é a Fiscalização e Controle. Portanto, esse projeto ainda terá que tramitar em mais uma comissão, mas esse é o primeiro passo. Imagino que, se a seleção brasileira fosse campeã mundial, muitos considerariam uma espécie de sentença de absolvição para todos os males causados ao futebol brasileiro, em razão da corrupção existente e visível na administração do futebol neste País.

Quando presidimos no Senado a CPI do Futebol, por volta de 2001, anunciamos o declínio desse esporte, que é paixão nacional. O declínio que se verificou, agora, durante a realização da Copa do Mundo, foi anunciado em 2001, quando a CPI do Futebol revelou mazelas impressionantes existentes, uma seleção de crimes praticados pelos cartolas brasileiros, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional. Vários cartolas foram indiciados. Ações criminais tramitaram e tramitam ainda na Justiça Federal. A evasão de divisas foi denunciada inclusive com a identificação de conta, em paraíso fiscal, do Sr. Ricardo Teixeira, que determinou a instauração de inquérito na Justiça suíça, que culminou com a derrubada desse que foi o principal cartola nos últimos 20, 25 anos, não me lembro mais.

Na verdade, a história nos ensina que civilizações conhecem o declínio em razão da corrupção e da promiscuidade. Isso também ocorreu com o futebol brasileiro. O futebol brasileiro ingressou em uma fase de declínio exatamente como consequência da corrupção e da promiscuidade.

Esse projeto tenta mudar o arcabouço jurídico que normatiza as ações da CBF, considerando-a uma espécie de paraestatal e, como tal, sujeita a prestação de contas, auditorias, que devem ser realizadas pelo Tribunal de Contas da União, já que a seleção brasileira, principal fonte de receita da CBF, é patrimônio cultural do nosso povo e, portanto, os recursos manipulados pela administração da CBF são, direta ou indiretamente, de natureza pública. A prestação de contas é inevitável, é necessária. A fiscalização por parte dos órgãos governamentais é fundamental para evitar desvios, desperdício e corrupção, como se constata como rotina.

Nós estamos, desta forma, definindo que a CBF não está acima do bem e do mal, não está acima da legislação do País. Terá que aceitar as imposições da lei, prestando contas ao Tribunal de Contas, informando

à autoridade monetária, trimestralmente, todas as suas operações financeiras com o exterior, informando ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) as operações acima de R\$5 mil.

A Receita Federal fica incumbida de fazer auditoria tributária na CBF anualmente. A contabilidade da CBF deverá ser feita mediante conta única, sendo vedada a abertura de contas paralelas.

Todos os contratos da CBF deverão ser públicos e disponibilizados via internet, e, no que diz respeito ao inciso VI, deverão constar os valores, o objeto e os beneficiários.

O não cumprimento integral do disposto deste artigo implicará em suspensão de todo e qualquer benefício que a CBF ou seus filiados recebam do Governo Federal ou de qualquer de um de seus entes federativos, assim como o bloqueio das transferências dos recursos de loterias federais.

Vejam, os clubes brasileiros manipulam recursos oriundos das loterias federais e há aqueles que afirmam não se tratar de recursos públicos. As loterias federais são administradas pela Caixa Econômica Federal.

Nós estamos fazendo com que essas normas destinadas à CBF sejam, também, prevalentes em relação às federações estaduais.

O Senador Cristovam Buarque levanta a questão das eleições.

Com a aprovação desse projeto, Senador Randolfe, certamente nós teremos uma nova configuração jurídica para a CBF e poderemos legislar – a meu ver, modestamente, é o meu entendimento – também, no que diz respeito a mandatos eletivos, a modelo eleitoral para o preenchimento dos cargos nas entidades do desporto, na CBF, especialmente neste caso.

Portanto, esse projeto tem por objetivo estabelecer fiscalização e controle, já que a administração tem sido perdulária, temerária e fraudulenta em algumas situações, manipulando recursos públicos.

É bom dizer que é responsabilidade do Congresso Nacional legislar sobre essa matéria, porque o futebol é uma atividade essencialmente econômica, geradora de renda, de receita pública, promotora do desenvolvimento econômico do País.

No mundo, o futebol mobiliza mais de US\$200 bilhões anualmente. Nós não podemos ignorar essa potencialidade e temos que explorá-la convenientemente em benefício do desenvolvimento do nosso País.

Portanto, esse projeto é, certamente, uma contribuição que nós estamos oferecendo, o Senado Federal, Comissão de Educação nesta hora, o Senador Randolfe Rodrigues com o seu Relatório competente, e nós temos certeza de que, nesta Casa, esse projeto será aprovado, em que pesem as gestões já conhecidas da CBF.

Nós já percebemos a mão pesada da CBF. Quando pretendíamos deliberar no Plenário, Senador Cyro Miranda, e V. Ex^a se empenhou como Presidente desta Comissão transferindo-o ao Plenário do Senado em regime de urgência, as Lideranças assinaram, a mão pesada da CBF fez com que uma assinatura do Requerimento de Urgência desaparecesse, para impedir que essa matéria pudesse ter sido, já, deliberada definitivamente no Senado, no plenário da Casa.

Esperamos que, em que pesem esses obstáculos interpostos pela CBF, possamos aprovar esta proposição no Senado e contar também com a compreensão dos Srs. Deputados para a sua aprovação definitiva, em nome do interesse público.

É evidente que em nome dos apaixonados pelo futebol, sim; mas em nome do Brasil, porque isso interessa ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Só para comentar, é uma pena que esta Casa não possa fazer um projeto desta magnitude em relação à FIFA, e com a sua relatoria, Senador Randolfe. Estaríamos prestando um grande serviço não apenas nacional, como estamos fazendo agora, mas internacional, porque a FIFA está também no mesmo caminho, pelas últimas notícias e pelos escândalos que já aconteceram.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, esta Comissão e o autor da matéria, Senador Alvaro Dias.

A matéria que hoje aprovamos nesta Comissão deve fazer parte de uma receita ao Brasil. Uma receita para que não tomemos mais de sete em uma Copa do Mundo. Eu acho que temos que cumprir os mandamentos das receitas a fim de não passar mais vexame. O vexame ficará na história, na história do futebol internacional. No Brasil, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a sabe disto, os Senadores aqui sabem disto, o povo brasileiro sabe disto, o futebol não é mais uma modalidade somente. Faz parte da cultura brasileira. E transformaram, em nosso País, o futebol em um grande negócio. Alguns espertalhões descobriram, há algum tempo, que era um grande negó-

cio e que dava muito dinheiro. Resolveram transformar atletas em peças de *marketing*; resolveram transformar jovens promissores em peças de *marketing* que poderiam ser exportadas logo cedo para mercados; e resolveram transformar o que era outrora a paixão do povo brasileiro em negócios do mercado, e simplesmente isso. Alguns espertalhões se apossaram disso e transformaram em negócios de corrupção, em que, para representar o Brasil lá fora, dizem que é patrimônio nacional, mas para os seus negócios dizem que é interesse privado.

O senhor, Senador Alvaro Dias, com a autoridade de alguém que já presidiu, que já fez parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, identificou muito bem o que já foi inclusive súmula do Supremo Tribunal Federal. Essa entidade já foi reconhecida pelo Supremo como paraestatal. O futebol é algo que faz parte da cultura brasileira. Não tem preço e identidade as lágrimas derramadas pelos brasileiros e o vexame nacional que ocorreu na última Copa mundial, realizada em Território nacional. E não é possível que essa caixa-preta continue fazendo com que o nosso País padeça de vexames nacionais. Não pode continuar essa ditadura sobre os talentos brasileiros.

Eu me atrassei para vir até aqui porque estava em uma reunião com jogadores do Bom Senso Futebol Clube, junto com outro patrimônio nacional, que é atleta e Deputado, e honra a todos nós brasileiros, que é o Romário, na Câmara dos Deputados, para discutirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, que está sendo votada, que talvez seja votada hoje, na Câmara dos Deputados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Essa é uma Lei de Responsabilidade Fiscal rigorosa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Fiscal também. Rigorosíssima. Eu me atrassei porque estava lá na Câmara com eles. Disse que sairia para vir relatar esta matéria, que completa o debate que estava havendo lá. Esta matéria é um complemento do que está sendo debatido, também, na Câmara dos Deputados. Faz parte de um contexto para democratizarmos o nosso futebol, nosso principal esporte nacional, e democratizarmos o nosso esporte.

Nós não podemos ficar, não só o nosso futebol, mas o nosso esporte – e esta Comissão é de Educação, Cultura e Esporte –, às vésperas de sediar agora uma Olimpíada, como reféns de novos vexames internacionais. Não podemos ficar com o nosso principal desporto refém de uma figura que é uma múmia da pior página da história nacional, que foi a ditadura. Não podemos ter a nossa Confederação Brasileira de Futebol dirigida por uma múmia, resto da pior ditadura que tivemos na nossa história, que foi a ditadura de 1964. Essa Confederação Brasileira de Futebol tem que ser democratizada, e essa é uma das receitas para que não passemos mais vexames. Não temos mais que tomar de sete em torneios internacionais de futebol. Por isso, fiz questão.

Fiquei honrado em relatar essa matéria, e vamos continuar o bom combate, Senador Alvaro Dias, porque percebi que essa matéria não é fácil. Nós temos percebido, não é, Senador Alvaro Dias? Enfrentar essa matéria para aprovação aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Assinaturas que desaparecem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Exato! Fiquei convencido.

V. Ex^a é do PSDB, eu sou do PSOL, o Senador Cyro Miranda é do PSDB, mas temos feito nessa matéria uma aliança democrática pelo bom senso da coisa pública, pelo bom senso do Brasil. Essa é uma aliança em torno do Brasil. A aprovação dessa matéria é a aprovação de matéria republicana e boa para o Brasil, e precisamos do apoio das pessoas de bem para matéria como essa ser aprovada aqui, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Parabéns ao autor, ao Relator, parabéns a esta Comissão.

Quero também saudar – já foi saudado – o Senador Kaká Andrade, que está cumprindo parte do mandato do Senador Eduardo Amorim, a quem desejamos votos de muito sucesso no Estado de Sergipe.

Quero também saudar o Senador Wilson Matos, que, a partir de hoje, depois da meia-noite – já hoje à tarde –, assume o posto, no lugar do Senador Alvaro Dias.

Não é uma missão fácil, mas já tenho aqui o histórico de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a virá contribuir. E muito.

Seja muito bem-vindo.

Faço questão que sua presença seja permanente nesta Comissão.

Coloco agora o requerimento de 2014.

ITEM 10 REQUERIMENTO N° , DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema “Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas”, a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, com a presença dos seguintes expositores: Doutora Bernadette Rogé, Doutor Alfred Sholl-Franco; Doutora Suzana Herculano Houzel; e Doutora Françoise Molenat.

Autoria: Senadora Ana Rita e outros

Conto com a presença de todos e coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, pergunto às Sras e aos Srs. Senadores se podemos aprovar.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de autoria deste Senador e da Senadora Ana Rita, também Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a reportar, agradeço a presença de todos desejando um excelente segundo semestre, que estamos começando hoje, com muitas novidades para o ano que vem, se Deus quiser.

Deixo em aberto a próxima reunião que vai ser agendada assim que tivermos a agenda do nosso Congresso.

Muito obrigado a todos e tenham todos um bom dia.

Encerro a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA N° 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Gim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 40ª a 47ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos. Passa-se a pauta. **Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do**

Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispendo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011** – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **Item 11 – Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2014** – Não Terminativo – Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Combate à Violência Contra a Mulher. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2013** – Não Terminativo – Acrescenta § 6º ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o percentual mínimo de cinco por cento do número de vagas para candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 13. Sugestão nº 2, de 2014** – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Substituído por *Ad Hoc*. Relator *Ad Hoc*: Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2014** – Não Terminativo – Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 15. Requerimento nº , de 2014.** Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa verificar as condições de internação na ala de detenção do Hospital de Base de Brasília, bem como a situação do espaço carcerário reservado ao vereador Marco Prisco (PSDB-BA), no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de que se diligencie se o referido parlamentar conta com meios que assegurem sua integridade física, sua saúde e sua dignidade. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não Lido. **Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 66, de 2014.** Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, da Câmara dos Deputados, a fim de esclarecer graves ocorrências de violação aos direitos humanos e de acesso a tratamento adequado de saúde na CASA DE SAÚDE DO ÍNDIO (CASAI), pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá e Norte do Pará, localizada na cidade de Macapá/AP. Solicitamos que sejam convidados para a Audiência como palestrantes: Arthur Chioro – Ministro da Saúde; Débora Duprat – Coordenadora da 6ª Câmara – MPF; Representante da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI; Nilma Pureza – Coordenadora da DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena de Macapá-AP); Simone Angélica Alves de Souza Costa – Enfermeira da CASAI/Macapá; Silvia Nobre – CASAI/Macapá – Tenente do Exército Brasileiro; Representante do Povo Waiápi. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. **Resultado:**

Aprovado. **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 61, de 2014.** Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no próximo dia 18 de agosto de 2014, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal, para que seja debatido o que deve ser feito para completar-se a abolição da escravidão, com a presença dos seguintes convidados: Vivi Nabuco – Neta de Joaquim Nabuco; José Tomas Nabuco Filho – Neto de Joaquim Nabuco; Pedro Nabuco – Bisneto de Joaquim Nabuco; Hamilton Pereira da Silva – Secretário de Cultura do GDF; Hélio Santos – Doutor em Economia pela USP, Professor e Escritor; João Jorge Rodrigues – Mestre e Doutorando em Direito pela UnB, Presidente do Grupo Cultural Olodum/Ba; Sergio São Bernardo – Mestre em Direito pela UnB, Professor da UNEB; e Joel Rufino – Historiador, Escritor, Ex Presidente da FCP – Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado.

Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63, de 2014. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o Decreto Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp; Representante do Movimento Sem Terras, João Pedro Stédile; Professor Dalmo Dalari. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Extrapauta. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 62, de 2014.** Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que se adicione à lista de convidados para a Audiência Pública a ser realizada no dia 11 de agosto próximo, objeto do Requerimento nº 27/2014 de 26/03/2014, o nome do Deputado Eurico Júnior (PV/RJ), autor de proposição sobre o mesmo teor da SUG 8. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado.

Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64, de 2014. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema dos cultivos transgênicos e seus impactos nas populações rurais e urbanas, na soberania alimentar dos povos e sobre a natureza, a terra, a água e as sementes e as economias, principalmente dos países do Sul. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Professor Vanderley Pignati da UFMT; 2. Professor Nodarui da UFSC; 3. Professor Paulo Kasgeyama da Esalq – USP. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 65, de 2014.** Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: “Demissões Arbitrârias de Sindicalistas”. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representantes das Centrais Sindicais; Representantes das Confederações dos Trabalhadores. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 67, de 2014.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar da escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica. O problema foi exposto nos meios de comunicação nacional por investigação conduzida pelo Greenpeace Brasil. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades como palestrantes: 1. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; 2. Ideli Salvatti – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); 3. Izabela Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); 4. Claudelice Silva dos Santos, Irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, assassinado junto com sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva; 5. Antônio Vasconcelos, Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi – APADRITI; 6. Maria Darlene Braga Martins, Comissão Pastoral da Terra – CPT; 7. Marcio Astrini – Greenpeace Brasil/ Campanha de Combate à Madeira ilegal. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. **Resultado:** Aprovado.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos o Senhor Presidente eventual Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Às doze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Aníbal Diniz. Às doze horas e trinta e um minutos o Senhor Presidente eventual Aníbal Diniz devolve a presidência para a Senhora Presidenta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Aníbal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizerra Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48^a Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 40^a a 47^a Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O Senador Cristovam Buarque e o Senador Paulo Paim já se encontram presentes.

Senador Cristovam Buarque gostaria de se manifestar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, eu queria, pela ordem, pedir uma inversão de pauta, tendo em vista que aqui ao lado temos uma audiência muito interessante, que eu convoquei, na Comissão de Educação, sobre o futuro da educação no mundo, o ensino e a aprendizagem por meio de novas técnicas. Então, há um requerimento de minha autoria. E eu gostaria de pedir inversão da pauta para defendê-lo e votar, até porque diz respeito a uma audiência que será feita no dia 18 de agosto e, com o calendário das eleições, eu acho que esta é a última reunião que permitiria aprovar esta audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Sr. Senador.

Vou colocar, então, em votação a inversão de pauta.

Aqueles que aprovam a inversão de pauta... Trata-se do item 16 – na verdade, esse é o número que está ali, mas houve uma renumeração dos projetos que estão na pauta e esse a que V. Ex^a se refere passa a ter o número 17, então, é o item 17. Nós estaremos invertendo a pauta.

Eu quero aqui propor aos Senadores presentes – como a maioria dos nossos projetos, praticamente, são terminativos, e temos quórum para votar os não terminativos – que começemos pelos requerimentos, iniciando pelo requerimento do Senador Cristovam Buarque, e que os demais requerimentos sejam apreciados agora, porque os Relatores dos projetos não terminativos ainda não se encontram presentes. Para podermos agilizar o andamento da nossa reunião, eu proponho, então, que todos os requerimentos sejam votados primeiro, depois passaremos aos projetos não terminativos.

Vamos iniciar, então, com a inversão de pauta solicitada pelo Senador Cristovam Buarque.

Aqueles que aprovam a inversão de pauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta.

Item 17, que na pauta cheia está como item 16, p. 291:

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no próximo dia 18 de agosto de 2014, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal, para que seja debatido o que deve ser feito para completar-se a abolição da escravidão, com a presença dos seguintes convidados: Vivi Nabuco – Neta de Joaquim Nabuco; José Tomas Nabuco Filho – Neto de Joaquim Nabuco; Pedro Nabuco – Bisneto de Joaquim Nabuco; Hamilton Pereira da Silva – Secretário de Cultura do GDF; Hélio Santos – Doutor em Economia pela USP, Professor e Escritor; João Jorge Rodrigues – Mestre e Doutorando em Direito pela UnB, Presidente do Grupo Cultural Olodum/Ba; Sergio São Bernardo – Mestre em Direito pela UnB, Professor da UNEB; e Joel Rufino – Historiador, Escritor, Ex Presidente da FCP – Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, fico muito satisfeito por defender isso e ainda ter a senhora como Presidenta, porque ainda ontem vimos como a senhora dá apoio à ideia de registrar os nomes dos heróis da Pátria no monumento que temos para isso, quando ontem a senhora fez o relato para colocar o de uma grande heroína nossa da Guerra do Paraguai. Essa audiência tem a ver com isso.

A Presidenta Dilma sancionou a lei que coloca o nome de Joaquim Nabuco entre os heróis da Pátria. E a colocação do nome dele será nessa data, 18 de agosto, que é o dia seguinte ao aniversário dele. Nós estamos fazendo uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, um debate, Senador Paim, sobre o que falta para completar a abolição da escravatura, não apenas em relação aos brasileiros negros, mas em relação a todos os brasileiros que ainda vivem em condições que se pode dizer de semiescravidão, que é a exclusão social.

Esse debate será no dia 18, com essas pessoas que a senhora citou. Peço que os Senadores e as Senadoras presentes o aprovem para que façamos a reunião formalmente na Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Pergunto ao Senador Paulo Paim se gostaria de se manifestar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, para cumprimentar pela iniciativa. Só por curiosidade minha, por questão de agenda, gostaria muito de estar presente, claro, mas não sou obstáculo, dia 18 de agosto cai em que dia? É fora do esforço concentrado ou não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É fora do esforço concentrado. Creio que caia numa segunda-feira. Não estou certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Numa segunda-feira, 18 de agosto. Quero só dizer que, pela importância do debate, embora fora do esforço concentrado, vou tentar estar presente. E cumprimento, pela iniciativa, o nobre Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

A data foi porque quisemos vincular a hora, o dia de colocação do nome dele no Livro e também porque coincide com o aniversário dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos. Farei de tudo para estar presente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Cristovam Buarque por essa importante iniciativa. Porque recuperar a memória da nossa história, especialmente da história da escravidão no nosso País, trazendo pessoas – netos e bisnetos de Joaquim Nabuco –, é muito importante. Acho que vai ser um momento extremamente rico em termos de informações, além de que vão poder propor, o que é o objetivo da audiência pública, o que falta aqui no nosso País para completar a abolição da escravidão, algo pelo qual precisamos cada vez mais nos empenhar para que não haja nenhum trabalho escravo no nosso País, seja ele em áreas urbanas ou nas áreas rurais, nenhum trabalho análogo ao de escravo no nosso País, e que ninguém seja discriminado por sua cor. Enfim, acho que é uma audiência pública altamente importante.

Parabenizo o Senador Cristovam Buarque.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, desculpe-me a impertinência. Há mais um requerimento, que é bem mais simples. Peço apenas para colocar extrapauta um ponto, que é a inclusão do Deputado Eurico Júnior na lista dos que virão aqui depor na audiência que já está aprovada, relacionada ao assunto da regulamentação do consumo da maconha. Nós já fizemos uma audiência na qual V. Ex^a esteve presente. Vamos fazer mais uma, da qual lhe falei recentemente por telefone, que já está aprovada. Chegamos à conclusão de que, entre aqueles nomes, seria muito bom que o Deputado Eurico Júnior, do PV do Rio de Janeiro, pudesse estar presente. Então, eu gostaria de que, extrapauta, esse assunto fosse aprovado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto aos Srs. Senadores e às Sr^as Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão extrapauta. Vou ler o requerimento:

**EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 62, DE 2014**

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que se adicione à lista de convidados para a Audiência Pública a ser realizada no dia 11 de agosto próximo, objeto do Requerimento nº 27/2014 de 26/03/2014, o nome do Deputado Eurico Júnior (PV/RJ), autor de proposição sobre o mesmo teor da SUG 8.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

O Senador já se manifestou sobre a importância da inclusão do nome do Deputado. Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o requerimento.

É importante registrar – não é, Senador Cristovam Buarque? – que essa audiência pública faz parte de uma programação elaborada por V. Ex^a e aprovada por esta Comissão para debater o tema da maconha, fruto de uma sugestão vinda da sociedade.

Então, parabéns pelo esforço de fazer um bom debate sobre esse assunto.

O item 15 da pauta, que seria o item 14, é um requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. O Senador Randolfe ainda não chegou. Eu acho bom esperar o Senador Randolfe chegar.

Pedirei que o Senador Paulo Paim venha presidir, porque sou Relatora de um outro item, o item 18, que é extrapauta, para que eu possa também aprovar esse requerimento.

Solicito a V. Ex^a que presida a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Requerimento:

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 63, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o Decreto Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp; Representante do Movimento Sem Terras, João Pedro Stédile; Professor Dalmo Dalari.

Autoria: Senadora Ana Rita

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Como já é do conhecimento de todos, existe um decreto que está em discussão aqui no Congresso Nacional, um decreto da Presidência da República, que trata da questão da participação social. É um decreto que disciplina todos os instrumentos existentes no nosso País de participação social.

Gostaria de solicitar aos colegas Senadores e Senadoras que aprovássemos esse requerimento para a realização de uma audiência pública, porque é um tema de interesse da sociedade e é um tema também que todos nós, como Parlamentares, precisamos debater.

Então, acho que poderemos, com a presença dos convidados que aqui já foram mencionados pelo Senador Paulo Paim, que preside neste momento, ter aqui, com certeza, um grande debate, para que possamos aprofundar o debate sobre a importância, com certeza, de disciplinar esses mecanismos existentes de participação social. Conto com a colaboração de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento extrapauta também da Senadora Ana Rita.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta. Os que concordam com a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Coloco em discussão e votação, neste momento, o requerimento do qual vou fazer a leitura, para que V. Ex^a faça a defesa. Em seguida, vamos colher os votos. Tenho certeza de que será aprovado por unanimidade.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 64, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema dos cultivos transgênicos e seus impactos nas populações rurais e urbanas, na soberania alimentar dos povos e sobre a natureza, a terra, a água e as sementes e as economias, principalmente dos países do Sul. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Professor Vanderley Pignati da UFMT;
2. Professor Nodarui da UFSC;
3. Professor Paulo Kasgeyama da Esalq – USP.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, neste momento, para encaminhar.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos recebeu um documento assinado por diversos pesquisadores de vários países sobre esse tema. Na verdade, é a cópia de um documento que foi encaminhado ao Santo Padre, o Papa Francisco, que também é uma pessoa muito sensível a essa temática.

Será feito em Roma um debate sobre esse assunto, sobre as questões mundiais relacionadas a esse tema, aos transgênicos. E são pesquisadores e estudiosos do tema, preocupados com a segurança alimentar mundial.

Em preparação a esse momento, porque o consideramos muito importante, a Comissão de Direitos Humanos fará aqui no Brasil um debate sobre esse assunto para que possamos também nos preparar e acompanhar. Na verdade, é importante estarmos em sintonia com essa atividade que será realizada, acredito, este ano. Será em outubro, em Roma, e possivelmente contará com a presença do Papa.

Então, é uma atividade importante sobre um tema que afeta a vida da população mundial, e também, de um modo muito especial, a nossa população brasileira. Queremos, como um direito humano, o direito à alimentação saudável, à alimentação que não sofra modificação por princípios transgênicos.

Que possamos fazer esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Contamos com o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Aprovado.

Será marcada a data pela Presidenta.

Neste momento, volta a Presidência para a Senadora Ana Rita, para que eu possa argumentar sobre uma audiência pública, sobre um requerimento de minha autoria.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta apresentado pelo Senador Paulo Paim. No requerimento ele solicita a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater o seguinte tema: demissões arbitrárias de sindicalistas. Sugere que sejam convidados representantes das centrais sindicais e representantes das confederações dos trabalhadores.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão do requerimento:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2014

Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: “Demissões Arbitrárias de Sindicalistas”. Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- Representantes das Centrais Sindicais;
- Representantes das Confederações dos Trabalhadores.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim, para justificar a realização desta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr^a Presidenta, tenho sido procurado por representação das centrais sindicais, de confederações, federações e sindicato dos trabalhadores. Fazem a denúncia do quanto é alarmante o número de sindicalistas que estão sendo demitidos em todo o País, na área pública e na área privada, principalmente na área privada. São praticamente cassados dentro do local de trabalho e demitidos simplesmente porque são sindicalistas ou porque lideraram qualquer movimento de protesto dentro do espaço em que trabalham.

É uma política de direitos humanos a livre organização e manifestação do nosso povo na busca de melhores condições de trabalho, de vida, de salário, o combate aos próprios acidentes de trabalho, enfim.

Por isso, depois de ouvir tantas denúncias quanto a essa situação – me pediram, inclusive, que entrasse com projetos pedindo anistia, pedindo que eles possam voltar ao trabalho, ter direito a seu salário e continuar defendendo os trabalhadores –, é que resolvemos, em data a ser combinada, fazer uma audiência pública, na ótica dos direitos humanos, acerca de por que tantos sindicalistas estão sendo demitidos, alegando justa causa.

Esse é o requerimento, Sra Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Senador Paulo Paim e demais Senadores, estamos aqui com três projetos não terminativos. Os autores não estão presentes. Vou solicitar ao Senador Paulo Paim que seja Relator *ad hoc* do item... Só para explicar, a pauta foi divulgada com essa numeração que está aqui. Posteriormente foi alterada e foi feita uma nova publicação, só que não foi reimpressa aqui. Por isso estou fazendo essa modificação. Então, é o item nº 12, mas, na verdade, item 13, esse é o número correto da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Página?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Página 261:

ITEM 13
SUGESTÃO Nº 2, DE 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Agora, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que seja o Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora, vou direto à análise, endossando a posição do nosso querido Senador Aníbal Diniz.

Compete a esta Comissão, conforme disposto no inciso I, do art. 102, “e”, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre sugestões legislativas, nos termos do inciso I, do parágrafo único, do mesmo dispositivo regimental. As sugestões que receberem parecer favorável do Colegiado transformam-se em proposição de autoria da Comissão e são encaminhadas à Mesa, para tramitação regular, incluindo a oitiva das Comissões de mérito competentes.

De acordo com o art. 18 e o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, cabe aos participantes do Programa Senado Jovem a elaboração de proposições que terão o tratamento de sugestão legislativa prescrito no art. 102-E do nosso Regimento.

Considerando atendidos os pressupostos regimentais e não identificando óbice no que respeita à constitucionalidade da Sugestão nº 2, de 2014, entendemos que a matéria deva ser transformada em projeto de lei, de autoria desta Comissão, e submetida ao exame de mérito pelas Comissões competentes.

Ao aprovar a sugestão em pauta, garantimos a realização do amplo debate da matéria pelos Senadores, que certamente saberão ouvir os anseios externados pelos participantes de um programa de fundamental importância no processo de formação da cidadania, que é o despertar da consciência política e da mobilização social de nossos jovens.

Ao transformar a Sugestão nº 2, de 2014, em projeto de lei da CDH, procuramos manter na íntegra o texto proposto pelos autores, fazendo apenas alterações pontuais de natureza redacional.

Voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Sugestão nº 2, de 2014, que passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Enfim, o projeto de lei que ora apresentamos por essa sugestão – ao Relator cumpre o papel de acatar o que foi proposto – dispõe sobre a adoção da prática de construção sustentável. O projeto, na íntegra, consta aqui do livro. Eu li o relatório para que todos tenham ciência. Aqui apenas estamos acatando. O mérito será discutido nas Comissões competentes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta para que passe a tramitar como proposição de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

Nós estamos com dificuldade de continuar a reunião até para votar os não terminativos, porque os autores, os relatores das proposições não se encontram. O Senador Anibal Diniz também é Relator de uma outra matéria, acho importante a presença dele para a discussão e para a leitura desse relatório, e a Senadora Vanessa também. Todos hoje estão na Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça está exigindo a presença unânime da sua composição.

Então, não havendo mais nada a discutir...

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que a assessoria do Senador Capiberibe me disse que ele teria dois requerimentos para colocar em votação. E, como tem que haver um Senador em plenário, eu me proponho a assinar. A senhora poderia, se assim entendesse a sugestão, ler os requerimentos...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E votar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Se houver a concordância do Senador João Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É o que ele está propondo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, podemos. Então, são extrapauta os dois requerimentos? Um está na pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É o item 15 e o outro é extrapauta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vamos votar primeiro. Vamos discutir primeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele está com um problema de doença. Por isso ele pediu para a assessoria solicitar a nós – a mim e à senhora – que aprovemos os requerimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também posso subscrever o requerimento, colaborando com o Senador João Capiberibe, que se encontra doente.

Então, vamos votar primeiro o item 16, que seria o item 15, que é o requerimento de autoria do Senador João Capiberibe. O Senador Paulo Paim fará a leitura do requerimento e a defesa do requerimento:

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2014

Requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, da Câmara dos Deputados, a fim de esclarecer graves ocorrências de violação aos direitos humanos e de acesso a tratamento adequado de saúde na CASA DE SAÚDE DO ÍNDIO (CASAI), pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá e Norte do Pará, localizada na cidade de Macapá/AP.

Solicitamos que sejam convidados para a Audiência como palestrantes: Arthur Chioro – Ministro da Saúde; Débora Duprat – Coordenadora da 6ª Câmara – MPF; Representante da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI; Nilma Pureza – Coordenadora da DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena de Macapá-AP); Simone Angélica Alves de Souza Costa – Enfermeira da CASAI/Macapá; Silvia Nobre – CASAI/Macapá -Tenente do Exército Brasileiro; Representante do Povo Waiãpi.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Lendo aqui rapidamente, eu percebo que o requerimento é de um grande alcance social, porque ele quer discutir a Casa de Saúde do Índio. Por isso, ele faz aqui toda uma justificativa, que, no meu entendimento, merece ser acolhida por esta Comissão.

Ele diz, por exemplo, que, de acordo com os dados recebidos, a Casa da Saúde do Índio (Casai), na cidade de Macapá, enfrenta uma série de problemas graves, conforme relata a seguir. Aí, fala uma série de situações que, de fato, são preocupantes.

Para não ler tudo, eu ficaria com o final, dizendo que eu concordo com os argumentos aqui levantados. Ele convida Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para estar presente; Débora Duprat, Coordenadora da 6ª Câmara; representante da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai); Nilma Pureza, Coordenadora da DSEI (Distrito Sanitário

Especial Indígena de Macapá); Simone Angélica Alves de Souza Costa, enfermeira da Casai/Macapá; Silvia Nobre, da Casai/Macapá, Tenente do Exército Brasileiro; representante do Povo Waiãpi.

Esse é o requerimento. E eu assino embaixo, junto com V. Ex^a, para que seja votado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também quero me manifestar dizendo que esse é um debate importante, porque recentemente eu participei, a convite de todos os caciques do Estado do Espírito Santo, tanto dos Tupiniquins quanto dos Guaranis, da discussão da questão da saúde indígena. E é importante esse debate, porque ele vai nos possibilitar também não só discutir a Casa de Saúde do Índio especificamente daquela Região, a Região Norte do nosso País, mas também vai nos possibilitar trazer uma realidade brasileira com relação à questão da saúde indígena do nosso País. Então, tenho total concordância também com essa audiência pública.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Consulto também os Srs. Senadores e as Sras Senadoras sobre a inclusão de requerimento extrapauta apresentado pelo Senador João Capiberibe e que também tem a assinatura e o apoio do Senador Paulo Paim.

Coloco em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento também solicita a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para tratar da escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica. O problema foi exposto nos meios de comunicação nacionais por investigação conduzida pelo Greenpeace Brasil.

Para tratar do assunto, o Senador Capiberibe sugere que sejam convidadas as seguintes autoridades como palestrantes: o Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo; a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti; a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabela Mônica Teixeira; a irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, a Sr^a Claudelice Silva dos Santos – o Sr. Cláudio foi assassinado junto com sua esposa, Maria do Espírito Santo, caso amplamente divulgado –; também o Sr. Antônio Vasconcelos, da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi; a Sr^a Maria Darlene Braga Martins, da Comissão Pastoral da Terra; e também o Sr. Marcio Astrini, do Greenpeace Brasil/Campanha de Combate à Madeira Ilegal.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar da escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica. O problema foi exposto nos meios de comunicação nacional por investigação conduzida pelo Greenpeace Brasil. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades como palestrantes: 1. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; 2. Ideli Salvatti – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); 3. Izabela Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); 4. Claudelice Silva dos Santos, Irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, assassinado junto com sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva; 5. Antônio Vasconcelos, Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi – APADRITI; 6. Maria Darlene Braga Martins, Comissão Pastoral da Terra – CPT; 7. Marcio Astrini – Greenpeace Brasil/Campanha de Combate à Madeira Ilegal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu faço só um comentário rápido aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fiquei impressionado, Sr^a Presidenta, e dou meu total apoio a essa iniciativa do Senador Capiberibe, porque ele diz aqui na justificativa – nem eu sabia, por isso

dou destaque – que o Brasil se consolidou em 2014 como o País mais perigoso para a defesa do direito à terra e ao meio ambiente, com cerca de 50% das mortes do Planeta. Isso é da maior gravidade. Lendo só essa introdução do nosso querido Senador Capiberibe, mostramos a importância dessa audiência pública.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Parabenizamos mais uma vez o Senador João Capiberibe pela iniciativa. É importante lembrar que o assassinato do José Cláudio da Silva e o de sua esposa foram amplamente divulgados. Este Senado, esta Casa teve a oportunidade também de fazer a menção desse fato. Situações como essa nós precisamos evitar, impedir que aconteçam. Então, esse é um tema da mais alta relevância para o nosso País.

Com a chegada do Senador Aníbal Diniz, nós vamos, então, passar para o item 14 da pauta, p. 274:

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2014
– Não terminativo –

Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Aníbal Diniz, para a leitura do relatório.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr^a Senadora Ana Rita.

Esse projeto, como tantos outros projetos do Senador Paulo Paim, traz uma preocupação específica com os trabalhadores.

O Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2014, do Senador Paulo Paim, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para aumentar os prazos e hipóteses de falta justificada ao trabalho, sem prejuízo do salário.

Assim, estende de dois para oito dias a ausência em razão do falecimento de familiares; de três, também para oito, os dias a serem concedidos em razão de casamento; e, ainda, cria a possibilidade de ausência por até quinze dias por ano de trabalho – prorrogáveis enquanto durar a necessidade, mediante acordo formal entre empregado e empregador –, no caso de necessidade de acompanhamento de familiar acometido por doença.

Ao justificar sua proposta, o autor afirma que o que se busca é igualar em direitos os trabalhadores da iniciativa privada aos funcionários públicos que dispõem de oito dias de licença para o luto ou comemoração, nas hipóteses de falecimento de parente, ou de casamento; e também fazem jus à licença por motivo de doença que acometa familiar seu. Acredita o autor que é necessário e justo conceder um tratamento equânime a empregados e servidores e por isso propõe as mudanças na legislação celetista.

Nos termos do art. 90, inciso XI, combinado com o disposto no art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer.

Sob o aspecto formal, não há óbice à tramitação da proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

No mérito, estamos plenamente de acordo com o autor da iniciativa. De fato, proporcionar tratamento isonômico entre os trabalhadores da iniciativa privada e os trabalhadores do serviço público é um dever do legislador. Não há, no caso que analisamos, razão fundada na realidade que justifique a manutenção dessa desigualdade legal. Aqui, não há nenhuma diferença objetiva entre ser o empregador da iniciativa privada ou ser a Administração Pública. Não havendo substrato suficiente para sustentar a discriminação legal, ela tem que ser eliminada.

Apontamos que a solução encontrada pelo projeto para o caso de necessidade de acompanhamento de familiar do trabalhador acometido por doença é satisfatória e não onera demasiadamente o setor produtivo.

O período de quinze dias proposto está dentro da margem das licenças para tratamento de saúde do próprio empregado que são de responsabilidade do empregador. A previsão torna possível que o empregado ofereça um atendimento direto ao familiar enfermo, colaborando para o pleno e rápido restabelecimento.

Estamos convencidos de que a proposta propiciará maior efetividade às garantias inscritas na Constituição Federal, referentes à assistência à família, bem como à promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Diante de todo o exposto, Srª Presidenta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2014, de autoria do Senador Paim, com os cumprimentos a este Senador tão atento ao trabalhador brasileiro, que é o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

É como voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, autor, para que faça a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, faço só um registro muito rápido, cumprimentando o Senador Anibal Diniz, que atendeu prontamente a nossa solicitação, dando parecer favorável ao projeto, que busca só a isonomia, mais nada. Ele só quer assegurar que o trabalhador do Regime Geral da Previdência, que o celetista tenha assegurados direitos que são assegurados aos servidores, como entendo que os servidores também devem ter direitos outros que são assegurados aos trabalhadores da área privada. Por isso que aqui trato apenas do período de licença, buscando isonomia em caso de morte, em caso de licença maternidade e paternidade, aí nós vamos ampliando o leque, e no caso também de dispensa para atendimento, por motivo grave, a um familiar. Claro que aqui o servidor tem um período muito maior, mas nós ampliamos, pelo menos, para quinze dias para o trabalhador celetista, já que hoje esse direito não é assegurado.

Com isso, Srª Presidenta, baseado naquilo que nós todos defendemos, que são as causas, luto tanto para que o fator não pegue mais ninguém e que haja uma política de paridade e de integralidade tanto para a área pública quanto para a área privada.

Esse projeto vai na linha de ampliar o leque da isonomia. Trabalhadores, para mim, da área pública ou da área privada deveriam ter os mesmos direitos e deveres, porque todos eles têm responsabilidade com o trabalho que exercitam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, acho que é muito justo esse tratamento isonômico, porque, quando se tem alguém da família que depende de um acompanhamento de um familiar, muitas vezes há limites na família. São poucas as pessoas que podem fazê-lo. Se alguém for servidor e não puder fazer esse acompanhamento ou tiver um período muito pequeno, isso realmente compromete. O tratamento isonômico é fundamental. Acho que é uma iniciativa bastante importante.

Senador Anibal, gostaria de se manifestar ainda? Não?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, se V. Exª me permitir, farei só uma consideração rápida. Eu quero aproveitar a presença aqui do Senador Anibal Diniz. Fiquei muito satisfeito por ele ter indicado meu nome para relatar uma proposta de sua autoria que vai garantir que, nas eleições, quando forem duas candidaturas a serem eleitas, no caso do Senado, que uma delas seja para as mulheres. Quero dizer que concordo, na íntegra, com esse seu projeto. Vamos só combinar como é que vamos realizar as audiências públicas. Agora está meio complicado, devido ao processo eleitoral, houve a Copa, mas, em seguida, passaremos a tratar desse tema com o carinho que merece.

Quero só, com essa fala, cumprimentar essa brilhante e corajosa iniciativa do Senador Anibal Diniz, para que, pelo princípio da isonomia – oxalá um dia isso aconteça! –, tenhamos aqui no Parlamento homens e mulheres com o mesmo número de Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aproveitando, Senadora Ana Rita, essa disposição do Senador Paulo Paim, quero dizer da minha alegria de ter essa manifestação pública de apoio do Senador Paulo Paim a esse projeto que reputo como sendo um projeto da maior importância para melhorar a representação feminina no Parlamento brasileiro. Hoje, dos 513 assentos na Câmara dos Deputados, temos apenas 45 Parlamentares mulheres, e aqui no Senado, dos 81 assentos, nós temos apenas 10 representantes femininas, apenas 10 Senadoras.

A minha proposição, caso venha a ser aprovada, é que, na primeira eleição com duas vagas para o Senado, tenhamos, no mínimo, 33% de representação feminina. Isso vai contribuir para melhorar a situação do

Brasil no ranking mundial, Senador Paim. Hoje, o Brasil está na 158ª posição em termos de representação feminina no Parlamento. Nós estamos atrás até dos países árabes, que têm a pior relação de gênero no mundo. O pior é que, desde a Conferência de Beijing, nós tivemos um dos piores crescimentos de participação feminina no Parlamento. Saímos de 6.6 para 8.6, ao passo que a média mundial saltou de 12% para 22%. Hoje, a média mundial de participação feminina no Parlamento é de 22%, e o Brasil está amargando apenas 8.6% de participação feminina.

Portanto, é um projeto da maior importância. Eu tenho certeza de que vai ser uma contribuição para a História se conseguirmos melhorar a possibilidade de termos mais representantes do sexo feminino no Parlamento brasileiro.

A matéria diz respeito especificamente ao Senado, mas já temos também uma posição do Deputado Sibá Machado, que está apresentando um projeto de igual teor na Câmara dos Deputados, também para converter o que hoje é 30% de vagas de candidaturas para que se transformem, efetivamente, em 30% de cadeiras asseguradas às mulheres na Câmara Federal, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e também nas assembleias distritais.

Então, é uma contribuição que eu considero de muita importância para melhorar a participação feminina no Parlamento brasileiro, porque as mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. As mulheres estão presentes, com destaque em todos os cargos, digamos assim, nas carreiras de Estado, e não se justifica, no Parlamento brasileiro, a sub-representação feminina num País que é majoritariamente feminino, porque as mulheres, no Brasil, são maioria e elas têm que ser dignamente representadas no Parlamento brasileiro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabenizo o Senador Anibal pela iniciativa. Nós temos conversado sobre isso. Ele me procurou – não é, Senador Anibal? –, dizendo da proposta. Com muita veemência, com muita força, com muita disposição, ele tem defendido essa ideia, assim como defendeu aqui, agora, na Comissão de Direitos Humanos, e também na tribuna do Senado. Então, parabéns, Senador. Acho que é uma grande conquista, sendo aprovado, esse projeto de V. Ex^a para nós mulheres.

Na verdade, esse é um debate feito por ocasião da discussão da reforma política aqui, no Senado Federal, mas não foi adiante essa discussão. Agora, com esse projeto, com certeza, e com o esforço e o empenho de V. Ex^a e com a contribuição dos colegas Senadores, nós mulheres poderemos ter uma realidade diferente, daqui a alguns anos, com a aprovação do projeto de V. Ex^a.

Então, muito obrigada, em nome das mulheres brasileiras, pelo esforço que V. Ex^a tem feito.

Convido V. Ex^a a presidir esta reunião.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Rita, me permita. Eu estou com um projeto, que é o dos Senadores Jovens, de que também sou Relator. Eu poderia fazer a sua relatoria rapidamente, para que o tivéssemos aprovado, porque ele também é não terminativo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, eu designei o Senador Paulo Paim para ser o Relator *ad hoc* e nós já aprovamos, para podermos agilizar os trabalhos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Melhor ainda.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu não tinha a segurança de que V. Ex^a poderia vir à reunião. Então, adiantamos a aprovação desse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De minha parte, se a relatoria, embora eu tenha lido, puder voltar para o Relator original, não há problema nenhum.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Convido V. Ex^a, então, para presidir, se for possível.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu estou com um problema agora. O Senador Vital acabou de me convidar também para presidir a CCJ, porque ele tem que sair para presidir a CPI. Se for para uma relatoria rápida...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu faço o relatório rápido, Senador. Se o senhor puder presidir, eu agradeço, para termos mais um Senador em plenário. O Senador Paulo Paim já presidiu.

Eu vou fazer uma relatoria rápida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita, para proceder ao seu relatório:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 59, DE 2014
– Não terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Autoria: COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu vou apenas destacar alguns pontos da análise do projeto.

Na verdade, esse projeto é de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e relatado por mim.

O Disque 180 já existe hoje, mas o projeto o formaliza como política pública. Lembro que, em 2005, criou-se o referido serviço telefônico de utilidade pública, sob o formato da Central de Atendimento à Mulher, com o número Ligue 180, destinado a atender gratuitamente mulheres, em especial, vítimas de violência em todo o País. Desde então, como lembra a justificação do projeto sob exame, esse serviço é disponibilizado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluídos os feriados.

Vale dizer que, entre 2005 e 2012, a central realizou quase três milhões de atendimentos, que não se limitaram ao registro das denúncias de violência, envolvendo igualmente a orientação sobre direitos e políticas para as mulheres, o encaminhamento para outros serviços pertinentes e o registro tanto de reclamações sobre os serviços da rede de atendimento quanto de sugestões de políticas públicas e de elogios.

Essa oferta de atendimentos ampla e complexa, que atualmente ocupa mais de duas centenas de pessoas, alcança todos os rincões do País, ganhando ainda maior importância nas localidades em que não há serviços especializados, sobretudo nos Municípios de menor porte.

A central hoje também atende às brasileiras que ligam de três outros países (Itália, Espanha e Portugal), conforme convênio firmado com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e do Departamento de Polícia Federal, para receber denúncias de maus tratos e de tráfico de mulheres. Acho que esse registro é fundamental.

Dadas a complexidade e a amplitude desses atendimentos, que extrapolam o âmbito meramente policial e local, entendemos ser justa e apropriada a alteração do ordenamento jurídico ora proposta.

Então, o nosso voto, Sr. Presidente.

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2014.

Só para registrar, a central de atendimento fica sob a coordenação também da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a Ministra Eleonora Menicucci, que faz todo o acompanhamento.

Por ocasião da aprovação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, este projeto foi para a Câmara, para que começasse a tramitar a partir de lá. Já foi aprovado pela Câmara e hoje está aqui, no Senado Federal.

Então, o nosso parecer é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, é só para elogiar. Não há como não elogiar, nós que falamos tanto – inclusive agora, no seu projeto – sobre a mulher ter o mesmo espaço que o homem no Parlamento. É isso que diz o seu projeto, a essência da causa é essa.

A violência contra a mulher aumenta a cada dia que passa. Eu mesmo recebo denúncias, no gabinete, de mulheres que são agredidas, violentadas, assassinadas. Às vezes, o cidadão é preso e, quando entra em liberdade, fica mais brabo ainda – mais brabo por ignorância e pelo atraso – e, até de forma covarde, volta a agredir a mulher porque ela pediu o mínimo de segurança, com base no que lhe garante a Lei Maria da Penha em toda e qualquer iniciativa.

Nós que fizemos parte da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres fizemos felizes, Senadora Ana Rita, com o seu relatório, que é mais uma iniciativa que visa garantir o mínimo de direito à mulher para que possa denunciar, a qualquer instante, a qualquer momento, qualquer tipo de violência.

É triste a gente ter que admitir isto: dizer que a violência no Brasil parte, principalmente, do seio das famílias, tanto contra o idoso quanto contra a mulher, no caso, do seu companheiro. É a denúncia que eu, pelo menos, recebo mais frequentemente.

Por isso, sou totalmente favorável a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. Vale ressaltar que é um projeto fruto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito voltada para o combate à violência contra a mulher. A Senadora Ana Rita atuou como Relatora e produziu, a partir dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, uma série de proposições que estão tramitando, entre as quais, essa de disponibilizar um número nacional para atender as denúncias de agressões contra a mulher.

Então, parabéns, Senadora Ana Rita.

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

Parabéns, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

É uma conquista das mulheres brasileiras – não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com certeza.

Devolvo a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Rita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui, então, agradecer ao Senador Anibal, por presidir, e também ao Senador Paim, que já esteve aqui presidindo.

Os demais projetos ficarão para a próxima reunião a ser convocada no período do esforço concentrado, portanto, na primeira semana do mês de agosto.

Quero aqui, mais uma vez, fazer um apelo para que, na próxima reunião, nós possamos ter quórum presencial para que os projetos terminativos que se encontram na pauta, e outros que, com certeza, deverão ainda ser incluídos na próxima pauta, possam ser apreciados e votados por esta Comissão.

Não havendo mais o que discutir, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 49^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA N° 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores Ana Rita, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e o não membro Pedro Simon. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa, ambas da Câmara dos Deputados: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 16/07/2014, para debater acerca do “Decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social”. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ministro Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República; Professor José Geraldo de Sousa Junior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – UnB; Ronaldo Tamberlini Pagotto, Representante dos Movimentos Sociais; Maria Emilia Pacheco, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. A Senhora Presidenta franqueia a palavra aos senhores Senadores. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e os Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Raul Cardoso, Professor de escola pública em Ceilândia – DF; Anderson Amaro, da Via Campesina; Maria do Carmo Albuquerque, do CEBRAP – Núcleo Democracia e Ação Coletiva. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 49^a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa, ambas da Câmara dos Deputados, nos termos do Requerimento nº 63, de 2014, da CDH, de minha autoria, aprovado em 16 de julho de 2014, para debater acerca do decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, do link <http://bit.ly/audiencainterativa> e do Alô Senado, pelo número 0800612211, que aparece aqui em nossa tela.

Para compor a Mesa, chamo, agora, os nossos convidados: o Ministro Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Seja bem-vindo, Ministro!

Obrigada pela presença. (Palmas.)

Convido, também, o Prof. José Geraldo de Sousa Junior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB). (Palmas.)

Convido o Sr. Ronaldo Tamberlini Pagotto, representante dos Movimentos Sociais. (Palmas.)

Também, a Srª Emília Pacheco, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). (Palmas.)

Antes de abrir os debates, quero tecer algumas considerações iniciais a respeito do tema da nossa audiência pública.

As palavras de ordem que mais ecoam desde as manifestações de junho do ano passado são: "Vocês não nos representam." A expressão, sem dúvida, nos alerta no sentido de que a democracia representativa, por si só, não dá conta das aspirações populares e da cidadania. A democracia plena vai além e exige participação social direta nas decisões sobre os rumos do País.

Em nossa Carta Magna, esse mandamento vem afirmado e reafirmado em diversos artigos que asseguram a conquista de direitos e da cidadania como deveres da família, da sociedade e do Estado.

É bom frisar que a reivindicação da democracia participativa não vem de hoje. O Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado em 1963 e instituído no âmbito do Ministério da Justiça em 1964, portanto, há 50 anos. Desde então, vimos a multiplicação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre tantos outros que constituem espaços públicos importantes para a participação social.

O acúmulo de aprendizagem e propostas concretas que surgiram das inúmeras conferências nacionais, em diferentes áreas, resultou em políticas públicas adotadas por diversos governos federais, estaduais e municipais.

Penso que quando falamos em participação social não estamos tratando de nenhuma novidade. A novidade que há é a decisão firme do Governo em fortalecer o espaço de participação social nos rumos do País.

De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), praticamente todas as propostas sociais do Governo preveem formas de interlocução com a sociedade. Mas o Ipea também indica a necessidade de fortalecer esse diálogo.

Esse fortalecimento é o que propõe a Secretaria-Geral da Presidência da República, para quem "essa política não cria novos conselhos, nem representará gastos. O que está se fazendo é organizar os conselhos que já existem". A Secretaria enfatiza que a medida, ao contrário do que afirmam seus críticos, não tira atribuições do Legislativo, nem interfere em outros Poderes.

A democracia brasileira ainda é jovem, não rompeu com todas as amarras antidemocráticas. De fato, nossa sociedade ainda não se libertou em plenitude da história marcada pela escravidão e regimes autoritários.

Por isso mesmo, não é de se estranhar que a cada passo que se pretende avançar, alguns setores da sociedade, incluindo uma parcela do Parlamento, resistem, reagem, muitas vezes de forma incontrolada, em busca da preservação perversa de seus privilégios.

Este é o pano de fundo que emoldura o debate sobre o decreto presidencial que estabelece a Política Nacional de Participação Social.

Daí a importância desta audiência pública, que objetiva discutir essa política, sob o enfoque dos direitos humanos, com a participação do nosso Ministro Gilberto Carvalho, que está à frente da Política Nacional de Participação Social (PNPS); do Prof. José Geraldo, estudioso do assunto; da nossa Presidenta do Consea, Maria Emilia, que tanto já contribuiu com o País; e do Ronaldo Pagotto, que aqui representa os Movimentos Sociais, que são os protagonistas de qualquer política de participação social.

Assim sendo, vamos já iniciar o debate, concedendo a palavra ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, a quem agradecemos a presença nessa oportunidade.

Agradecemos também as presenças do Ronaldo, representante dos Movimentos Sociais, do Prof. Geraldo, da UnB, e da Maria Emilia, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Sr. Ministro, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Quero trazer uma saudação muito carinhosa a cada uma e a cada um dos senhores aqui presentes e agradecer muito essa iniciativa que a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senadora Ana Rita, militante histórica dos movimentos sociais, tomou de propiciar este debate nesta manhã de conversa entre nós.

Eu queria também agradecer as presenças do Ronaldo, do José Geraldo e da nossa querida Maria Emilia e de cada um de vocês, assim como também dos nossos companheiros da imprensa que estão aqui presentes e aqueles que nos acompanham via rede.

Tempos atrás, eu escrevi um artigo na Folha de S.Paulo, cujo título era “Bendita polêmica!”, porque, quando foi editado esse decreto pela Presidenta, nem de longe nós suspeitávamos que esse tema, que era um tema, para nós, tão simples, tão trivial, pudesse ganhar essa polêmica e, decorrente disso, essa visibilidade que o tema acabou ganhando. Seja por incompreensão, seja por uma leitura parcial ou atravessada, seja por postura ideológica e política, o decreto, para nossa surpresa, encontrou forte oposição, a ponto de haver uma iniciativa nesta Casa, no Senado, e também na Câmara, de decretos legislativos que tentam anular o decreto da Presidente Dilma.

Assim que surgiu essa oposição, entendemos e propusemos ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, que, antes de uma votação, houvesse a possibilidade de um debate com a sociedade, a possibilidade de um esclarecimento, em que a sociedade, que é parte fundamental e interessada nessa questão, pudesse ser ouvida.

E é por isso, então, Senadora, a importância da iniciativa desta audiência pública. Estamos começando, tendo em vista essa iniciativa, uma espécie de diálogo tripartite porque se trata de Poder Legislativo, Poder Executivo e sociedade. É uma espécie de maratona, porque, hoje à tarde faremos o mesmo debate aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o assunto está em debate, e amanhã teremos também uma audiência pública na Câmara dos Deputados.

Portanto, viva a polêmica! Ela é importante. É uma grande oportunidade que a senhora, o Senado, a Casa nos proporciona, de trocarmos ideias e jogarmos luz sobre essa questão do decreto, mas, muito mais do que isso – é a nossa pretensão – jogar luz e visibilidade no grande processo, ainda que absolutamente insuficiente, de participação social que desenvolvemos não no Governo brasileiro, mas no Estado brasileiro, onde há uma evolução importante, a nosso juízo, dessa prática que simplesmente é o início de um aprofundamento da verdadeira democracia.

Vou ser breve, até porque penso que, depois, com os nossos colaboradores do debate, na plenária, podemos travar um debate mais específico.

Quero lembrar que essa história não começou no governo Lula e nem no Governo da Presidenta Dilma. Essa história começa simplesmente em 1937, quando a Lei nº 378, de 1937, instituía o Conselho Nacional de Saúde. De lá para cá, nestes quase 70 anos de existência dessa história, dessa trajetória de conselhos, criamos, sempre passando por esta Casa, ou a sua imensa maioria, 35 conselhos e cinco comissões de políticas públicas. Realizamos, nesse período – e quando falo realizamos, remeto-me novamente à história dos anos 40 – 128 conferências, e foram constituídas 286 ouvidorias.

Pois bem. Dou esses dados iniciais para dizer que é uma história muito antiga e é uma cultura que foi se cristalizando na sociedade brasileira da prática de conselhos que, naturalmente, a partir dos anos 80, ganha mais intensidade quando também começa a existir nos Municípios brasileiros com mais ênfase, com iniciativas como, por exemplo, o orçamento participativo e tantas outras formas que a criatividade política foi desenvolvendo sob forma de participação social em todas as esferas da Federação – nos Municípios muito intensamente, mas também nos Estados além disso na Federação.

Foi diante da realidade já preexistente, portanto, de uma participação e da existência de conselhos e conferências que sentimos – não “nós” governo, mas “nós” governo com a sociedade – a necessidade de fazer uma espécie de arrumação da casa. Esses conselhos criados por leis diferenciadas, por formas e culturas diferenciadas, assim como as conferências, as ouvidorias, as audiências públicas, as comissões de políticas públicas, faltava para esses conselhos certa unidade de comportamento, de postura, faltava uma inter-relação entre esses conselhos, faltava um disciplinamento de algumas práticas desses conselhos. Portanto, o de que se tratava era simplesmente buscar arrumar a casa.

O nosso objetivo, o objetivo da Presidenta Dilma com o decreto era arrumar a casa no sentido de disciplinar alguns funcionamentos, estimular que esses conselhos se espalhassem para outras áreas do governo, em nenhum momento determinando a criação de nenhum conselho, constrangendo nenhuma área de governo a criar conselhos, mas simplesmente buscar disciplinar, até porque a própria sociedade reclamava, com muita insistência – e reclama ainda, com razão – da insuficiência do funcionamento de muitos conselhos, em que, muitas vezes, o próprio Governo é omisso, não comparece; em que, muitas vezes, o índice entre as propostas

do conselho e aquilo que o Governo realmente aceita e põe em prática há uma defasagem muito grande, e assim por diante.

Portanto, não se tratava de fazer um projeto de lei porque não se ambicionava uma discussão para além daquilo que a realidade já estabelecia. E, se fosse mudar essa realidade, de fato, teríamos de submeter o processo, através de um PL às Casas Legislativas. Mas, tratava-se, simplesmente, de arrumar a casa, até porque, como a Senadora começou dizendo em seu discurso, o grito das ruas ano passado indicava a necessidade também de um revigoramento dessas formas antigas de participação, com a existência, agora, e a prática da internet, das redes sociais, de novas formas e de novas linguagens que poderiam, sim, ampliar a esfera de atuação dos conselhos. Então, o decreto também menciona como possibilidade o uso de novas linguagens para a participação social, atendendo uma demanda das ruas.

Esse decreto não surgiu de uma gaveta, mas foi fruto de um longo processo de discussão, num debate com secretários estaduais, com a participação dos secretários estaduais de quase todos os Estados do País, com a participação de prefeituras, de muitas entidades sociais, e foi submetido à uma consulta pública, via rede, durante três meses.

Como já disse, para além de reconhecer a realidade, ele propõe que haja uma interação entre os conselhos através de uma instância chamada Interconselhos, que não cria nenhum cargo, não aumenta nenhuma despesa, e, portanto, não se trata de nenhum ferimento às prerrogativas do Legislativo, e que estabelece também uma prática fundamental que é a mesa de monitoramento. Porque a grande bronca, a grande reclamação dos movimentos sociais da sociedade civil em relação aos conselhos é que as propostas feitas nas diversas áreas nos ministérios e ao Governo em geral ficavam e ficam, muitas vezes, sem resposta. Então, essa mesa de monitoramento é uma iniciativa para dentro do Governo, para que ele próprio se autofiscalize e preste contas para a sociedade, com transparência, daquilo que, entre as propostas apresentadas, foi aceito e não foi aceito, já que a imensa maioria dos conselhos, como os senhores sabem, tem poder consultivo e não deliberativo.

Além disso, estávamos preocupados – e o decreto tenta trabalhar isso também – com a questão da rotatividade dentro dos conselhos, a transparência, que é importante, essa questão da prestação de contas, e a necessidade de que esses conselhos também fossem trabalhados nos Estados e Municípios.

Portanto, para deixar bem claro qual é o objetivo desse decreto, só para repisar e insistir: ele não cria nenhuma nova instância, ele não cria nenhum conselho novo, não invade competências e não obriga nada a ninguém. Ele apenas faz recomendações.

Para encerrar esse aspecto, essa era a razão pela qual nós entendíamos que não havia sentido em fazer um projeto de lei e, sim, fazer apenas um decreto regulamentador de uma realidade já existente, buscando aperfeiçoá-la, mas, ao mesmo tempo, nos interessa – e acho que esse debate propicia isso, tendo em vista as presenças de muitos conselheiros neste plenário, inclusive aqui na Mesa, nos ajuda a isso, porque temos uma consciência muito grande da insuficiência da participação social nas diversas esferas de Governo na Federação. E é interessante que a polêmica vem do outro lado. É uma polêmica em que os opositores tentam diminuir essa participação, quando a pressão que nós sofremos diuturnamente da sociedade civil, da juventude, dos movimentos das ruas é ao contrário: é que se amplie essa participação.

E, para isso, de fato, nós podemos pensar em ampliar um debate em torno de um futuro projeto de lei que passe a discutir, de fato, o caráter dos conselhos, o critério de representatividade e a sua função, digamos, de novas formas de atuação que permitam, de fato, aumentar essa participação social. Até porque, definitivamente, neste País, nós entendemos que a democracia veio para ficar. A sociedade não se contenta mais com as formas até hoje criadas. Nós precisamos, até para aumentar a legitimidade do Executivo, do Legislativo, do Judiciário – e é importante – pensar em novas formas. Mas aí é um outro capítulo. Aí é um capítulo que nós possamos, talvez no início do ano que vem, iniciar um debate com a sociedade visando a esse aprofundamento.

O que eu queria dizer – já concluindo – é que eu espero que o Senado, que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados, levem em conta a história de extrema fecundidade que a participação social trouxe para este País ao longo dos anos. Os outros oradores poderão fazê-lo, mas nós temos muita clareza de como a participação social tem sido essencial para o aprofundamento da democracia, sobretudo, trazendo sugestões, indicações e fazendo pressão sobre o Governo para que medidas que vão efetivamente ao encontro dos excluídos, dos que mais precisam neste País, fossem tomadas.

Eu sempre digo e quero repetir para finalizar: boa parte das principais políticas sociais que nós realizamos e introduzimos neste País não estavam inscritas nos programas de governo nem de 2002, nem de 2006, nem de 2010, foi resultado dessa relação tensa, difícil, contraditória, mas essencial dos Conselhos e dos movimentos sociais com o Governo. A Maria Emilia, que está no Consea, pode, de maneira muito clara, demonstrar para nós o quanto o Consea, ao longo destes 12 anos, tencionou, o quanto o Consea cobrou e o quanto essa

cobrança foi fundamental para que políticas públicas fossem ampliadas, criadas, renovadas, enfim, para que a gente pudesse estar mais próximo do povo e atender às demandas da sociedade.

Então era isso, Senadora, que eu tinha como contribuição inicial à espera de um posterior debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Muito obrigada, Ministro Gilberto Carvalho, pela exposição, pelos esclarecimentos da constituição desse decreto, da importância e do impacto dele diante dos mecanismos que já existem de participação social no nosso País.

Vou passar a palavra agora ao Prof. José Geraldo de Souza Junior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB).

Professor Geraldo, antes de V. S^a iniciar a sua fala, quero registrar a presença do Senador Jayme Campos, membro também da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Obrigada pela sua presença, Senador. Contamos com a participação de V. Ex^a durante todo o processo e também do debate.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Bom dia a todas e a todos!

Inicio cumprimentando à Senadora Ana Rita que preside esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; ao Ministro Gilberto Carvalho; à Maria Emilia Pacheco, do Consea; ao Ronaldo Pagotto, representando os Movimentos Sociais; ao Senador Jayme Campos; aos demais participantes; às senhoras e aos senhores, eu queria iniciar tomando da expressão do Ministro Gilberto Carvalho duas referências. A primeira em relação à “Bendita polêmica”, lembrar que, para mim, não causou nenhuma surpresa, Ministro, a forte reação que nós vimos se materializar em determinados setores da sociedade brasileira, no sistema político mais horizontal da sociedade civil ou das instituições, entre essas às que têm natureza legislativa.

Não causou surpresa porque essa discussão que o senhor chamou de “polêmica” percorre a formação histórica e social brasileira num contexto de sociedade que emerge de uma realidade colonialista e que, mesmo quando se constitucionaliza em data recente, o faz institucionalizando a exclusão.

Não por acaso, a primeira Constituição, que é do século XIX, chamada pelos historiadores de Constituição da Mandioca, traz para a realidade dos direitos um modelo que ainda preservava, mesmo no contexto de uma cultura ocidental em que o fundamento da cidadania já era a dignidade da pessoa humana e o respeito aos direitos do homem, não será a Constituição a que não assegure a separação entre os Poderes e o direito do homem, como dizia a declaração de 1789, mas que preservou no sistema jurídico um sistema escravocrata, porque a primeira Constituição é anterior à abolição.

Portanto, do ponto de vista da organização do trabalho, o imenso contingente dos trabalhadores não era excluído da cidadania. Era excluído da humanidade, uma vez que, do ponto de vista da escravidão, não se reconhecia a condição humana de quem era portador desse estigma. Tanto que o regime jurídico do escravo era o regime do Código Civil, era o regime de propriedade, de mercadoria. O trabalhador era comprado, era vendido e, como no sistema de Direito Civil, o trabalhador era usado, era objeto de fruição e de abuso.

Sem contar que, do ponto de vista do contexto dessa Constituição, por isso chamada da mandioca, porque ela traz uma ideia censitária, em que a dignidade da cidadania é a dignidade patrimonial, o homem de bem não é o que tem dignidade, é o que tem posses. A condição de exercício da política se dava em função de ter renda, em função de ser branco, em função de ser descendente de europeu, em função de ser católico.

Daí, toda uma sequência de exclusões que, para além da condição do trabalho, que aliena o humano, se projetava para o conjunto de toda a sociedade, em que também eram excluídos com o mesmo processo, as mulheres, os índios. Esses, pelo menos, já tinham um estatuto papal, uma bula do século XVII, dizendo que eram gente e que, portanto, tinham alma, portanto podiam ter acesso aos seus bens desde que se cristianizassem, evidentemente.

Então, a ideia de uma Constituição como os historiadores chamaram de mandioca era referir-se ao seu caráter patrimonialista, ao seu caráter machista, ao seu caráter de elitização, que tinha como referência principal o homem proprietário.

Entre essa Constituição e a atual, que é chamada de cidadã, nós temos todo um percurso de lutas por reconhecimento de todos esses segmentos ainda com pautas abertas, em que o que represente construir dignidade e humanização é buscar espaços de protagonismo e de participação política e social. Por isso que os historiadores que chamaram a primeira Constituição de Constituição cidadã tiveram que se fazer a pergunta acadêmica: existe povo no Brasil?

É a pergunta, por exemplo, que José Murilo de Carvalho faz num livro que estuda a formação da cidadania ativa no País, que é uma cidadania de protesto, um cidadania de insurgência, uma cidadania de sublevação.

A pergunta que ele faz é exatamente para se compenetrar dessa passagem, em que, da alienação completa do humano e da política, os movimentos e organização da participação social escreve a ideia de cidadania como realização de direitos. Não por acaso o livro de José Murilo de Carvalho se chama *Os bestializados*, que era o referencial de registro dessas condições não includentes que os cronistas, os historiadores, os antropólogos faziam em relação à identificação de um outro não reconhecido no processo colonial. Era nos bestiários que os cronistas registravam esse outro que não era propriamente humano, era monstro, era bizarro, era esquisito, era estranho e que, de alguma maneira caracteriza o tremendo processo de reconhecimento com o debate político e acadêmico. Por exemplo, o debate para o reconhecimento da humanidade do índio que se dá no século XVII, em Valladolid, na Espanha, levou à suspensão pelo Rei Carlos V da Espanha de todo o empreendimento da conquista, enquanto não se esclarecesse, o que afinal acabou se realizando, a definição de ser o índio homem ou não, ter alma ou não, o que, depois, o Papa Paulo III estabeleceu através de uma Bula, em 1637.

Então, entre essa condição do não humano, do bestializado, do não incluído, há toda uma história de emergência do social que vai caracterizar este embate entre os que estão dentro e os que estão fora, entre os excluídos e os incluídos, entre os que tutelam e os que são tutelados, os que têm reconhecimento e os que não têm reconhecimento, que é o debate histórico que conhecemos através das lutas feministas, das lutas por emergência de protagonismos sociais e que passaram por diferentes formas de contenção, a mais recente delas, a forma da contenção dentro de uma ideologia de segurança nacional que manteve o protagonismo social à distância por sistemas de negação, como a censura, a tortura, o exílio, cassações, banimento e assassinatos políticos.

Não por acaso, hoje, no País, vigoram ativas algumas comissões que dão a medida disso, comissões de anistia, comissões de mortos e desaparecidos, o que significa, inclusive, a construção de políticas públicas para registrar o paroxismo deste modelo de contenção, que, todavia, sinaliza aquilo que é o registro da história emancipatória da sociedade no nosso País, que está na base de todos os livros de interpretação dessa história. Livros que, por exemplo, Antônio Cândido indicou como uma espécie de cartilha para entendimento do Brasil, livros como *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, livros como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, livros como *Coronelismo, enxada e voto*, de Víctor Nunes Leal, que, neste ano, Senadora, é uma boa agenda para a Comissão, celebra seu centenário. O Supremo acaba de aprovar a entronização de seu busto, num desagravo histórico, porque ele foi cassado no Supremo Tribunal, foi aposentado pelo Ato Institucional nº 6. Livros como *O Povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, que é inserida na interpretação da história brasileira a ideia de que o que caracterizava a política nesse sistema de exclusão era o mandonismo, era o clientelismo, era o nepotismo, era o prebentismo, era o filhotismo, era o que Darcy chamava o cunhadismo, ou seja, uma cultura em que a política se mantinha pelo favor, mas nunca reconheceu a ação transformadora e republicana da política pelo direito.

Então é outra questão que o nosso Ministro acentua e que eu acho que é importante registrar. Nada disso se fez sobre o princípio do reconhecimento formal, mesmo legislativo. Toda essa transformação se fez pela dinâmica da realidade. Por isso que o Ministro disse que o decreto não criou nada, o decreto expressa a realidade.

Quem criou a participação não foi o dirigente político, não foi o representante Parlamentar, não foi o mediador judicial, não foi o intelectual. Quem criou a participação foi o povo. Como é que o povo criou a participação? Reivindicando a rua, reivindicando o espaço público, reivindicando a esfera de manifestação política, de formação de opinião, o lugar de acontecimento, o lugar onde ele realiza procissão, comício, protesto.

Quem nos mostrou como ele nos materializa é muito mais a literatura – Castro Alves, Cassiano Ricardo, Marshall Berman – do que propriamente os intérpretes intelectuais da sociedade. Marshall Berman, por exemplo, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, lembra que é na rua, onde se reivindica a dignidade, a cidadania e os direitos, que a multidão se transforma em povo. Então, aquela pergunta de José Murilo de Carvalho – “há povo no Brasil?” – é respondida por essa presença ativa, transformadora, militante, real, que escreve a participação e que a faz se realizar, ainda que não exista legislação, ou ainda que se produzam legislações, porque foi contra a Lei de Segurança Nacional que essas manifestações se realizaram. Foi contra as constituições do arbítrio, as Polacas e outras, que a construção das sociabilidades emergentes se estabeleceram.

Então nem me estranham a polêmica e as objeções, porque elas são tensionamentos desse tremendo processo que, na verdade, significa as nossas disposições para lidar com essas tensões, ora mais revolucionárias, ora mais reformistas. Às vezes, as reformistas são muito revolucionárias – o MST, por exemplo, que é muito revolucionário, pede reforma agrária, não é? –, mas designam essas transformações.

E não me estranha o fato de que, em que pese toda essa polêmica, a realidade vai prevalecer, porque se não houver espaço institucional de participação, a rua é o lugar do protagonismo. Se não houver articulação para o diálogo, a violência é a forma de afirmar a sua agenda. Se não houver reconhecimento, a identidade vai se estabelecer na capacidade de atuar do modo em que, de alguma forma, a presença política se transforme, e não se detenha diante de nenhuma bastilha, e não assegure a cabeça de nenhum monarca.

Então, é preciso reextraír da realidade essa dimensão de reconhecimento, para se poder construir a condição da política, que é o diálogo, que é a interlocução, que é a mediação, que é a definição de instrumentos, de processos institucionalizados para essa mediação, para essa discussão política. A nossa história está recheada disso. O Ministro lembrou: a primeira conferência é dessa época. Foi Getúlio que a convocou. Getúlio tinha a sagacidade, por exemplo – cínica, ao meu ver –, de dizer que “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. “Para os inimigos, a lei”.

Então, a história da construção da cidadania no Brasil é a história da definição desses procedimentos. As conferências, que agora a gente estuda com esse condão de descobri-las a partir dos monumentos legislativos, foram institucionalizadas pelo protagonismo livre. A OAB (Ordem dos Advogados) realiza, há mais de 30 anos, conferências nacionais. Agora, em outubro, teremos a 14^a ou 15^a. Os bispos brasileiros se reúnem em conferência, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É o espaço de construção de entendimento, de consensos – no caso, teológicos –, mas que implica assembleia livre dos que defendem diferentes opções teológicas, diferentes opções pastorais.

Esses modelos foram todos definidos pela sociedade civil. A legislação não fez mais do que reconhecê-las e explicitá-las e construir sob a forma de medidas reconhecíveis, aptas a proporcionarem essas mediações.

Estamos reunidos aqui numa Comissão de Legislação Participativa. É uma institucionalidade regimental do Senado. Exceto a Presidenta, nenhum de nós é Parlamentar. Entretanto, estamos falando no Parlamento.

A Senadora, ao tempo em que eu era reitor da Universidade de Brasília, instalou uma audiência pública no espaço da universidade, para discutir ação afirmativa, para preparar o diálogo com o Supremo Tribunal que, regimentalmente lendo a Constituição cidadã, como Parlamento, elaborou estratégias de participação – amicus curiae, ações populares, audiências públicas. Quando se questionou, em ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ou em ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), a constitucionalidade das cotas da UnB, foi numa audiência pública, em diálogo com especialistas, com movimentos sociais, que o Supremo formou seu entendimento consciente de que, sozinho... Lembrando Clausewitz, que dizia que a guerra é muito séria para ficar à conta dos generais, a política é muito séria para ficar à conta só dos representantes. É preciso ter seus sujeitos, que é o que a Constituição estabeleceu ao definir esse movimento em que a representação se transforma qualitativamente em exercício direto.

O decreto não criou a realidade. Ele criou instrumentos para que a realidade se tornasse inteligível. O decreto atuou no campo do Executivo, orientou os agentes da Administração, para se darem conta de como eles podem lidar concertadamente com esse processo, assim como o Parlamento criou nos regimentos as suas estratégias: legislação participativa, audiências.

Hoje, os meios de comunicação ainda não entenderam que o Parlamento funciona muito mais nas comissões do que no plenário, e que as comissões constroem o processo legislativo e, às vezes, terminativamente. E não se deram conta. Querem saber se o Parlamentar está colado na cadeira da discussão do plenário, quando ele está fazendo política na esfera pública do grande processo de diálogo nacional.

O Supremo criou as suas estruturas de participação no sistema regimental também. Entendo que o decreto não é questionado por ser ou não constitucional. Constitucional todo mundo sabe que ele é. Ele é questionado porque põe em causa uma questão, que é o imenso protagonismo da política recuperada como uma dimensão republicana do movimento da sociedade civil. Por isso, ele põe causa, e, em vez de extrair disso uma qualificação deste diálogo entre o social e o institucional, cria bloqueios em vez de criar pontes; cria diques em vez de criar canais; cria redução do seu processo político ao invés de amplificá-lo e fazer aquilo que quem teve sagacidade já o fez no processo da renovação política brasileira, independente de partidos. O orçamento participativo nunca foi lei. O poder local das administrações políticas dos governos do MDB, da Arena, já tinham descoberto o sistema de participação direta naqueles modos de governar, que as cidades brasileiras institucionalizadas, que, por exemplo, fizeram a glória do governo Montoro, a forma participativa da administração de poder local.

Então, Senadora, eu queria menos discutir o decreto... Temos feito essa discussão seguidamente. Estou vendo o Pontual aqui, e há poucos dias fizemos um debate com esta configuração no Sindicato dos Bancários aqui em Brasília.

Menos do que discutir o decreto é tentar lembrar que esse debate se faz num trânsito de renovação do processo político brasileiro, e que o decreto, localizado no âmbito da gestão, atende ao comando da Constituição no sentido de que os administradores têm que reconhecer na participação um modo de fazer política que vitalize a gestão pública, que já experimentada na elaboração dos PPAs – os PPAs já fazem isso –, que já está acertada no fato de que muitos desses instrumentos que aí estão mencionados estão previstos na Constituição. O SUS, todo o SUS está previsto nesse modelo de participação popular e controle social, que não é o controle democrático. O controle democrático é o princípio deliberativo. O do controle social, que é a instrumentalida-

de da participação política da sociedade organizada na construção e na execução das políticas públicas e na avaliação delas – na avaliação delas.

Todos os setores. O Tribunal de Contas, que é um organismo do Parlamento, já construiu instrumentos para o diálogo. Há pouco, contra os convênios que o Incra e o Pronera elaboraram para fomentar a educação do campo, o Tribunal tentou glosar os convênios e os Ministros sentaram à mesa com os movimentos sociais para verificarem e aprenderem com esse processo e recuarem quanto à glosa que estavam estabelecendo para restringir essas políticas que são extremamente necessárias para lidar com a dramaticidade do conflito agrário. O Ministro, outro dia, falou no Ministério da Justiça e disseram que queria suprimir do Judiciário o fenômeno da conciliação. É o contrário. Era valorizar o Judiciário, mas criar estratégias para a gestão da mediação.

Então, eu queria me situar menos na análise pormenorizada do decreto, que é uma peça inexpugnável. Ele só será derrotado pelo voluntarismo da política, mas da política que tutela. E acho que o Parlamento tem oportunidade preciosa para se renovar quanto à concepção de política e em relação ao modo como o processo legislativo possa se engrandecer nesse diálogo, realizando o princípio fundamental da Constituição, que o poder emana do povo e que é exercido por ele, por meio de representantes ou diretamente. E esses são os instrumentos para essa renovação da política.

Muito obrigado, Senadora. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem! Muito obrigada, Prof. José Geraldo, que nos deu uma aula hoje de participação social muito bem fundamentada.

Eu só queria, aproveitando aqui o espaço e fazendo um gancho com a fala do Prof. Geraldo, dizer que eu estou com uma material aqui, Professor, que fala de algumas leis já existentes no nosso País. Eu não vou citar o número delas, tem aqui relacionado, mas, veja bem: nós temos sistema nacional de combate à tortura, que prevê a participação de conselhos comunitários estaduais, distrital e municipais; a participação social na elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos; o controle social dos serviços públicos de saneamento básico, através de colegiados no âmbito federal, estadual, distrital e municipal; tem a lei, ainda, que prevê a transparência da gestão fiscal, já assegurada também mediante incentivo da participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos, conforme o senhor já citou aí também...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – A Lei de Acesso à Informação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... a Lei de Acesso à Informação; a participação de organizações da sociedade civil na Agência Nacional de Saúde; também a participação social como regra ao assegurar a atuação de entidades da sociedade civil no trâmite dos processos administrativos, no Conselho Consultivo da Anatel, nos Conselhos Tutelares – eu estava olhando aqui também, inclusive, no Conselho Monetário Nacional...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – No Conselho Nacional de Justiça.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – No Conselho Nacional de Justiça.

Então, nós temos um leque de conselhos, de espaços de participação social extremamente grande. E isso é fruto, com certeza, de uma exigência da própria sociedade.

Vivemos em um País imenso, com uma cultura diversificada, com experiências múltiplas, em que os conselhos e esses espaços são legítimos e importantes e já assegurados por lei. O decreto vem apenas disciplinar o funcionamento disso.

Então, parabéns, Professor!

Muito obrigada pela exposição do senhor. Aprendemos muito aqui hoje.

Convido agora o Sr. Ronaldo Tamberlini Pagotto, representante dos Movimentos Sociais, para que também possa se manifestar aqui.

O SR. RONALDO TAMBERLINI PAGOTTO – Primeiramente, bom dia a todos e todas.

Agradecemos o convite e saudamos a Senadora Ana Rita; nosso Ministro Gilberto Carvalho, um importante interlocutor com os setores sociais, Movimentos Sociais e os setores da nossa sociedade civil; a Prof^a Maria Emilia; o Prof. José Geraldo, Senadores, jornalistas, demais participantes e quem acompanha esse debate também pelos canais interativos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ronaldo, só um segundo. Quero registrar a presença dos dois Senadores que chegaram agora, Senador Eduardo Suplicy e Senador Aníbal Diniz, que também fazem parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Com a palavra V. S^a.

O SR. RONALDO TAMBERLINI PAGOTTO – Venho trazer um aporte de um setor dos Movimentos Sociais. Então, só faço esta retificação: não represento os Movimentos Sociais, que são de uma diversidade muito

grande; represento um setor que está empenhado numa discussão e numa luta pela reforma política. Portanto, venho trazer aqui reflexões desse campo da nossa sociedade civil.

E também, na esteira do Prof. José Geraldo, não ficaria detido especificamente no decreto, mas quero comentar um pouco questões mais amplas do que o decreto para trazer aqui alguma coisa da perspectiva desses setores.

E aí, meus caros, a Senadora iniciou mencionando que temos uma democracia jovem no Brasil, uma democracia ainda ganhando robustez e força, ganhando estrutura. Se formos analisar a democracia brasileira do século XX para cá, temos, aproximadamente, 30 anos de ditaduras. Tivemos o voto feminino só em 1932, ou seja, um período longo com voto eminentemente masculino. Tivemos a inclusão do voto dos analfabetos, que é uma grande parcela da sociedade brasileira – e são cidadãos –, somente na Constituição de 1988. Então, afora os períodos ditoriais, tivemos um longo período de democracia restrita, se quisermos usar algum termo que possa qualificar um pouco o que são esses períodos em que a democracia e a participação social no votar e ser votado, que é um dos elementos importantes, tinham bastante restrição.

Nossa democracia, na nossa avaliação, é resultado de uma luta popular, de uma luta democrática que marcou a história brasileira dos últimos dois séculos, essencialmente. Uma luta que tem, na essência, a busca pelo voto, a busca pela participação popular, a participação nos processos de decisão, a luta pelo controle dos eleitos e das eleitas, a luta para que a sociedade tenha condições de apresentar propostas que interfiriam na realidade política e social, e essa luta não aconteceu sem enfrentamento com os setores que têm uma resistência bastante clara, cristalina a respeito da participação popular, e que são setores que o Prof. José Geraldo tratou de nomear aqui, mas que poderíamos dizer que são setores das nossas classes dominantes históricas, que têm, na sua essência, essa marca antidemocrática e antipopular. Então, essa luta, essa tensão pela construção de uma democracia vigorosa, também se enfrenta durante todo o nosso período com uma resistência bastante robusta, bastante firme desses setores antidemocráticos.

Falando em democracia, é preciso observar que estamos tratando aqui, no fundo, neste debate de hoje, nesta reunião especial sobre o decreto, também da nossa democracia, do nosso sistema político como um todo.

Na nossa avaliação, esses setores que compõem a campanha pela reforma política entendem que a democracia brasileira tem um problema de forma e um problema de conteúdo: problema de forma nos mecanismos de participação social, nos mecanismos de controle dos eleitos e das eleitas, nos mecanismos de proposição de projetos de lei, nos mecanismos de consultas populares, de consultas à população, via referendo, via plebiscito. Esses são problemas estruturais relativos à forma da nossa democracia, mas ela não se estende a limites e a problemas de forma. É uma democracia com problemas de conteúdo, com problemas essenciais.

Não me vou ater aqui – já entraria muito em problemas específicos – ao problema principal, que é a preponderância do poder econômico na nossa democracia representativa. É dizer que quem tem condições econômicas, quem vem das classes mais abastadas tem maior proeminência e chance de ter representação em todas as nossas Câmaras Legislativas e também – por que não? – no Executivo, nas diversas instâncias. Então, são problemas bastante complexos.

Parece-nos que esse problema de conteúdo, que confere ao poder econômico uma especial presença na nossa jovem democracia não raras vezes tem resultado em processos – aqui falo só do aspecto eleitoral mesmo – em que a democracia apresenta um calendário de dois em dois anos para votação. Essa é a participação mais comum e regular. Mas há um elemento, um traço que o Professor e a Senadora trouxeram e que o Ministro apresentou também, que é o fato de que, a cada dois anos, a maioria da sociedade brasileira é convocada a votar em homem branco, rico, heterossexual, ilustrado. Esse é um aspecto que limita a nossa democracia e que, volto a dizer, não é o tema do decreto, mas, como eu disse, o objetivo desta fala era também abordar questões que estão ao redor desse decreto. Esse é um limite muito claro desses problemas de forma e de conteúdo.

No último período, meus caros Senadores, temos acompanhado no Brasil um crescimento das mobilizações sociais. Setores do campo, que estão aqui presentes, crescendo suas mobilizações, dando mais vigor ao seu trabalho político, setores dos movimentos sociais das mulheres, do movimento negro, setores dos movimentos dos ribeirinhos, dos movimentos indígenas, historicamente excluídos, têm aumentado e têm intensificado o seu trabalho político. Esse é um sinal muito importante de vigor da nossa democracia, das ruas como espaço a ser ocupado pelas mobilizações sociais, pelo povo, pelo movimento sindical, especialmente no último período, pela juventude, uma juventude que, como lembrou aqui a Senadora, foi às ruas e apresentou muitas mensagens: redução do custo de vida, pautas específicas, como a pauta do transporte, que é estrutural, pauta da educação, pautas que versam sobre “queremos mais, há mudanças importantes, melhorias importantes, mas não estamos satisfeitos e acreditamos que no Brasil é possível, sim, haver uma democracia no sentido da participação na riqueza social produzida muito melhor do que temos”.

Um dos aspectos, como apresentou aqui a Senadora, foi uma crítica bastante contundente ao nosso sistema político e ao nosso processo de participação política. Isso foi expressado nas ruas em junho, e nos movimentos de juventude isso é muito claro. É uma crítica que, por vezes, chega ao extremo da negação, ao extremo de uma situação que entendemos que é parte do debate, do convencimento, do envolvimento, do trabalho político para que esses setores entendam que a negação não nos vai levar a lugar melhor do que o que estamos.

Nesse cenário, há proposta do decreto que entendemos que não vai enfrentar esses graves problemas. Ele ajuda a enfrentar esses problemas da participação popular, da participação da sociedade civil nas decisões de políticas públicas governamentais, em especial do Governo Federal, com a intenção de que isso se torne algo que irradie para os entes da Federação, quiçá para os Municípios, processos de participação mais ativos.

Então, é verdade que é um decreto que tem bastantes limites, ele enfrenta o problema da participação social, e que nós cerramos fileira em sua defesa, que, embora limitado, é um decreto bastante importante para ajudar à institucionalizar políticas já existentes, a criar mecanismos de participação mais amplos, irradiar processos de consultas públicas, de envolvimento da sociedade civil de uma forma que deixa a nossa democracia cada vez mais viva, pujante e bastante ativa. Ou seja, uma democracia que não conte com representados, com uma postura muitas vezes passiva de votar a cada tempo e esperar que os seus representantes promovam mudanças que esses setores almejam, desejam. Enfim, é necessário que essa democracia conte com uma participação ativa maior do que essa de dois em dois anos haver uma votação, uma decisão pontual.

Bom, e, na nossa avaliação também, a reação a esse decreto, que, volto a dizer, é um decreto importante que nos cerramos fileira em sua defesa, embora não seja um decreto que vá resolver esse problema. Longe disso. É um decreto que institucionaliza e cria mecanismos, fortalece, melhor dizendo, os mecanismos já existentes de participação.

E aí, meus caros, essa reação à proposta do decreto também não nos assusta. É uma reação movida, é claro, em um ano eleitoral, por questões eleitorais, por questões que estão aí na pauta de outubro, e também tem no seu conteúdo da reação ao decreto a presença dos setores que são bastante avessos ao debate da participação popular, ao debate do controle popular dos mandatos, ao debate de uma cidadania ativa para além do voto a cada dois anos. Então, é uma demonstração de um setor que tem bastante combate aos mecanismos de participação social, aos mecanismos que tornam a nossa democracia mais viva, mais vigorosa, envolvendo mais a sociedade civil.

Diria mais: de onde partiram essas reações contrárias, não digo de todas, porque muitos setores estão questionando o processo, enfim, e é legítimo isso nesta Casa, na Câmara, enfim e nos outros espaços, mas daqueles setores mais ideologicamente contra, nos indicam que esse processo está no caminho certo.

Receber a reação desses setores conservadores da sociedade é um sinal de que esse decreto está no caminho certo e de que esse processo de envolvimento da participação social está no caminho certo.

E aí, coincidentemente, são os mesmos setores contrários a dar as respostas necessárias às mobilizações sociais nos últimos anos principalmente, por amplificação dos direitos, por ajustes na educação, na saúde, em todas as áreas sociais de impacto efetivo na população, são os mesmos setores, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes, e representam o que o patrono nesta sala, especificamente, o nosso mestre Florestan Fernandes, tratava lá atrás. São os setores que, na sociedade brasileira, representam o pensamento antidemocrático, representam o pensamento antinacional, representam o pensamento antipopular. São os mesmos setores contrários, então, a essas reformas que ampliem direitos, são os mesmos setores que estão cerrando fileiras contrárias a um decreto que regulamenta o processo de participação social.

E, na nossa avaliação, o resultado desse processo do decreto será um atestado de sanidade dessa nossa democracia. Porque o combate travado a um decreto que regulamenta mecanismos já existentes, criados em um passado até longínquo de envolvimento da sociedade, de consultas regulares, simboliza esse atestado de que o problema da democracia brasileira e do sistema político brasileiro é mais grave ainda do que a gente tem trabalhado. E esses problemas não serão superados se não ...

Esses problemas não serão superados senão via uma reforma política, como tem sido apresentado por vários setores. A própria Presidenta Dilma apresentou essa proposta no diálogo feito com as mobilizações de junho. Mas a proposta da Presidenta Dilma e a proposta de diversos movimentos sociais que compõem esse campo que luta pela reforma política – são mais de 350 movimentos sociais nacionais ou estaduais, construindo comitês; e já alcançamos 800 comitês nacionais – ainda é pouco, mas é sinal de que esse processo está se irradiando, envolvendo a sociedade num debate estrutural.

Há necessidade de se convocar uma constituinte exclusiva para a reforma do nosso sistema político, que é muito mais amplo do que uma reforma eleitoral, tópica, que tende a intervir, modificar e alterar as estruturas do sistema político, de forma e de conteúdo, que apresentamos aqui.

Nós acreditamos que esse processo será vitorioso. Confiamos em que ele está começando com mais vigor agora e que tende a se irradiar pelo País. Esperamos que os setores envolvidos nessa campanha consigam sair vitoriosos desse decreto de participação social e também desse processo de plebiscito, de consultas à população, para construirmos uma ampla mobilização de pressão social.

Que a sociedade responda convocando essa constituinte exclusiva para que, sim, façamos uma profunda reforma do nosso sistema político, capaz de alterar os problemas que alcançam a nossa democracia há muito tempo e impedem que essa democracia seja vigorosa, de participação social ativa, com controle popular dos mandatos e dos processos eleitorais, mais consultas populares regulares, maior possibilidade de proposição de projetos de lei, de propostas, enfim, da sociedade civil.

Essa é um pouco da reflexão que a gente traz aqui desse campo dos movimentos sociais que venho aqui representar, trazendo essa reflexão mais coletiva.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ronaldo Tamberlini Pagotto, representante dos movimentos sociais. Quero aqui parabenizá-lo por sua fala.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Senador Pedro Simon, que sempre está presente nas nossas audiências públicas. Obrigada mais uma vez.

Antes de conceder a palavra à Maria Emilia, gostaria de dizer que estamos recebendo muitas manifestações dos internautas. Através da internet, estão encaminhando várias manifestações, tanto questionamentos quanto sugestões, enfim, manifestando posições importantes a favor e contra o decreto. Isso é muito bom porque é o processo democrático que nos faz perceber como a sociedade está enxergando a instituição do decreto. Isso é fundamental.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que o Senado Federal – e o exemplo está sendo mostrado aqui hoje através da manifestação das pessoas – tem o instituto das sugestões, que são os projetos apresentados pela sociedade civil, através de uma organização da sociedade civil. Então, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação acolhe esses projetos, são sugestões da sociedade, também sugestões vindas do programa Jovem Senador e, mais recentemente, pelo Portal e-Cidadania, que é o que está neste momento viabilizando a chegada dessas sugestões. Então, são três os mecanismos de participação social que o Senado tem, e a Comissão de Direitos Humanos é a porta de entrada dessas sugestões: sugestões de projetos de lei vindas de entidades, sugestões de projetos de lei vindas do programa Jovem Senador e também pelo e-Cidadania.

Segundo pesquisa rápida que fizemos agora há pouco no site do Senado, já foram apresentados, a partir do momento em que esses mecanismos foram instituídos, 98 sugestões de projetos de lei, das quais 33 pelo Jovem Senador, 60 por entidades da sociedade civil e 6 pelo e-Cidadania.

Registro também a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, membro desta Comissão.

Desses, 55 já tramitam como projetos de lei ou como PECs e apenas uma sugestão foi rejeitada porque não apresentava os critérios necessários para tramitar no Senado Federal.

E uma das sugestões já aprovada por esta Casa e pelo Congresso Nacional é a que institui o autismo como uma deficiência, equiparada às demais deficiências, de forma que a pessoa autista passa a ter os mesmos direitos de qualquer outra pessoa com qualquer tipo de deficiência. Essa foi uma sugestão apresentada por uma entidade que atua com pessoas autistas, e hoje o autista tem uma legislação que a protege e assegura a essas pessoas os mesmos direitos das demais pessoas com deficiência. Então, é uma grande conquista e um avanço.

É isso é fruto da sociedade da participação da sociedade através de um mecanismo instituído pelo Senado Federal, que é a possibilidade de apresentação de uma proposta de projeto de lei por uma entidade, que tem x assinaturas, para que a proposta possa ser acolhida e apreciada pelo Senado Federal. Então, faço esse registro para mostrar como é importante haver mecanismos de participação social instituídos legalmente, instituídos não só pelo Poder Executivo, mas também pelo Poder Legislativo. Isso é fundamental e tem ajudado muito os Parlamentares e os Senadores particularmente a apreciarem matérias de interesse da sociedade brasileira.

Concedo a palavra à Maria Emilia Pacheco, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A SR^a MARIA EMÍLIA PACHECO – Um bom-dia a todos e todas. Meus cumprimentos à Senadora, meus cumprimentos ao Ministro Gilberto, ao Prof. José Geraldo, ao Ronaldo, aos demais Senadores e Senadoras, aos jornalistas, a todos e todas presentes.

Muito obrigada, Senadora, por receber o convite para debater um tema que tem, a meu ver, o significado de uma conquista da cidadania e da democracia.

Eu falo a partir de um lugar que é a expressão da participação social, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O princípio da participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas públicas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas do Governo está consagrado em uma lei, a Lei nº 11.346 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela expressa uma importante conquista da democracia. Aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em setembro de 2006, a lei visa a assegurar o direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo com base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A posterior promulgação da PEC nº 47, em 2010, pelo Congresso Nacional, transformando-se na Emenda Constitucional nº 64, em 2010, com a inclusão do direito humano à alimentação no art. VI da Constituição, representou um importante passo na afirmação desse direito. E nesse caminho contamos com a liderança da atuante Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, sob os ecos da campanha Alimentação: Direito de Todos, em articulação com organizações sociais e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Essa construção histórica tem chamado atenção de muitos países interessados em conhecer a experiência brasileira, especialmente sob três ângulos: por constituir-se em política de Estado, ser revestida de um caráter interinstitucional e ter a participação social como princípio.

Esse princípio se expressa nos mecanismos que estruturam o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através da conferência nacional, da existência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que é um órgão de assessoramento direto à Presidência da República, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne a representação de 20 ministérios hoje, de órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e também instituições privadas, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, que manifestarem o interesse de adesão a esse sistema.

Dezenas de comitivas, tanto da América Latina como da África, da Ásia, da Europa, têm visitado o Consea nos últimos anos. Cito como exemplo a delegação de ministros de Estado e assessores do Paquistão que acompanhou a última plenária do Consea em junho.

Na composição do Consea está a fala de sujeitos de direitos, representados pelas organizações dos povos indígenas, população negra, quilombolas, pescadores, povos de matriz africana, extrativistas, como as quebradeiras de coco, organizações da agricultura familiar, mas também estão as entidades que trabalham pela exigibilidade e o monitoramento do direito humano à alimentação adequada, centrais sindicais, redes, fóruns e articulações da soberania e segurança alimentar e nutricional, da agroecologia, da economia solidária, da educação cidadã, mas ainda representações de organizações de matriz religiosa, organizações que reúnem pessoas com necessidades alimentares especiais, como diabéticos, e ainda consumidores, profissionais da área de saúde e nutrição, organizações ligadas à agricultura patronal e também à indústria de alimentos. Não há restrições ou privilégios, como criticam alguns.

Essa participação plural é a expressão das várias dimensões da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, de várias concepções e também das polêmicas e controvérsias que alimentam o debate das políticas públicas.

O espaço do Consea, com caráter crescentemente plural, incorporando organizações da sociedade civil que trazem questões étnicas, raciais, de gênero, criou a possibilidade para o exercício da multidisciplinaridade e tem estimulado, simultaneamente, a criação de novos conhecimentos e novas abordagens sobre a segurança alimentar e nutricional.

O direito humano à alimentação adequada e saudável tem se fortalecido e contribuído para a interação com outros direitos, como o direito à água, o direito ao trabalho digno no campo, o direito a um salário mínimo também digno que garanta uma alimentação saudável, o direito à terra, direitos territoriais, entre outros.

Temos uma institucionalidade, com leis, programas, projetos em andamento, que articulam várias áreas, atores, políticas, tais como assistência social, saúde, economia solidária, etc.

Esse exemplo do processo de participação não se constitui em negação ou ameaça às prerrogativas do Poder Legislativo e, sim, em fortalecimento de sua capacidade de legislar a partir das reais necessidades e anseios da população por ele representada.

Inspirado nas deliberações das conferências nacionais, o Consea tem acompanhado, monitorado a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com seus vários programas, a exemplo do Programa Bolsa Família. Ao mesmo tempo, tem sido espaço, desde a sua reinstituição, em 2003, de proposição ou aperfeiçoamento de políticas públicas, de programas como o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa 1 Milhão de Cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Plano

Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade. Mais ainda, tem sido também um espaço de debate das nossas controvérsias e polêmicas, como é o debate sobre a questão da liberação dos transgênicos no Brasil, sobre a necessidade da redução do uso de agrotóxicos e ainda sobre a necessidade da regulação da propaganda de alimentos no País, e também a necessidade de uma reforma agrária e o reconhecimento dos direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais.

São temas polêmicos, controversos, que fazem parte da vida deste espaço.

A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em 2011, em Salvador, na Bahia, foi o coroar de um movimento que envolveu mais de 75 mil pessoas, com a participação de três mil Municípios de todas as regiões e de todos os Estados. Representou uma inequívoca mostra do alcance da participação e da mobilização social.

A propósito, superando a visão restritivas dos textos constitucionais do passado, que reconheciam apenas que o poder emana do povo e em seu nome é exercido, a nova carta política afirma que todo o poder emana do povo que o exerce, por meio de seus representantes eleitos ou diretamente. Essa é uma significativa mudança no processo de construção democrático.

Concordo com os juristas e acadêmicos que, em seu manifesto, afirmam que o Decreto nº 8.243 traduz o espírito republicano da Constituição Federal brasileira ao reconhecer mecanismos e espaços de participação direta na sociedade e na gestão pública federal.

A diretriz constitucional da descentralização da político-administrativa da participação popular tem sido diretamente responsável por resultados positivos na formulação e avaliação de políticas públicas de setores de direitos fundamentais há muitos anos.

A criação do Fórum Interconselhos é um dos vários mecanismos que a política nacional de participação social considera importante para estabelecer um diálogo entre representantes dos conselhos, das comissões de políticas públicas, das redes e organizações da sociedade.

A exemplo disso, teremos amanhã um encontro interconselhos: Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Comissão de Agroecologia e Produção Orgânica; Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Iremos nos reunir para celebrarmos e identificarmos os desafios e pautas comuns no Ano Internacional da Agricultura Familiar Campesina e Indígena instituído pela FAO.

É essa dinâmica que o Decreto nº 8.243 vem aperfeiçoar. Ele tem como diretriz o reconhecimento da participação social como direito do cidadão, estabelece canais de diálogo positivos em ambientes democráticos.

Há necessidade de inovar os canais de diálogo, inclusive quanto ao impacto da tecnologia na institucionalidade dos debates públicos, como vemos, neste momento, com as perguntas que recebemos.

E o decreto prevê, ao incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias, que incorporem múltiplas formas de expressão e de linguagem de participação social por meio da Internet.

Não se trata de restringir a participação a alguns, como pretendem algumas críticas. É uma perspectiva que interessa à cidadania, e nos afirma como sociedade pluriétnica e democrática. Reconhece e se soma ao sagrado direito do cidadão expresso no art. 14 da Carta Magna, dizendo que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Já, há alguns anos, temos discutido, inclusive no Consea, a ampliação dos canais de participação e estivemos acompanhando e participando da elaboração da proposta do Sistema Nacional de Participação Social desde 2012. O eco das ruas, em 2013, veio reforçar o clamor por mais participação.

É necessário que as vozes dos diversos segmentos da sociedade possam, de fato, se traduzir em ações de Estado, por meio de distintas instâncias públicas de mediação. O debate em curso sobre a reforma política desejada deve resultar na ampliação dos espaços de participação cidadã e reconhecimento do sujeitos políticos, articulando-se a democracia representativa com a participativa e direta.

O decreto reconhece essa realidade e a estimula para o aperfeiçoamento da democracia com processo de consulta, informação, troca, sugestão para os problemas locais e nacionais.

A sociedade brasileira está mais informada e mobilizada. Conhece os seus direitos e acredita que a mobilização social é a melhor forma de conquistá-los. Não podemos retroceder e enfraquecer a nossa jovem democracia.

A consolidação de mecanismos de participação social constitui-se num caminho para assegurar um Estado a serviço da cidadania.

Obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria Emilia Pacheco, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), pela sua exposição.

Nós vamos, agora, conceder a palavra aos Senadores que quiserem se manifestar neste momento.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos tem a possibilidade de também ouvir membros da sociedade, diferentemente das outras comissões, porque esta é uma comissão de legislação participativa. Temos três pessoas inscritas.

Eu consulto os Senadores se gostariam de se manifestar agora ou se vamos ouvir primeiramente os membros da sociedade. Nós podemos ouvi-los ou vocês gostariam de se manifestar?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Podemos agora falar, mas eu dou prioridade ao Senador Pedro Simon.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor gostaria de se manifestar?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Certo. Então, eu concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para que S. Ex^a se manifeste; em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr^a Presidente, é com muita satisfação que estou aqui. Estou exatamente chegando, pois saí de madrugada de Porto Alegre para chegar aqui a tempo de participar desta reunião. Tenho pelo meu amigo Ministro Carvalho o maior respeito e a maior admiração, e, por motivo de fé e outros tantos, eu me identifico com S. Ex^a nas coisas boas e nas críticas que vem recebendo.

Eu acho o seguinte: a primeira análise que temos de fazer com relação a este projeto é a forma como ele apareceu na opinião pública. Eu acho inoportuno o momento. Era um momento em que o Congresso estava tumultuado, com CPI daqui, CPI de lá; e um momento em que estamos às vésperas de nova eleição.

Esse era um belo projeto para ser apresentado no ano passado, que era um ano neutro, um ano normal. Depois de dois anos da posse, a Presidenta pensaria esse projeto e teria um ano tranquilo para discutir, para debater, e, quando ele entrasse em execução ou quando viesse a eleição, ele estaria dentro da rotina.

Então me parece que a primeira questão da polêmica causada foi a oportunidade do tempo, em véspera de eleição. No Brasil, eleição é sempre época de muito tumulto, de muita agitação. Essa seria para ser, e é, depois de tanto tempo, uma eleição das mais normais.

Aos poucos, o Brasil está se acostumando à democracia. Primeiro, o Collor, que deu errado; depois, o Fernando Henrique, que errou ao pedir a reeleição, na minha opinião, porque não era para ter reeleição no Brasil. Veio a reeleição, consolidou. Veio o PT, o Governo Lula, com interrogações enormes, um bom governo. Veio agora a Presidente Dilma, e estamos às vésperas de um grande debate.

E, no meio deste debate, entra essa questão que paga o preço que ela não tem; paga o preço de ser um projeto político, porque o PT está querendo arrumar o Governo, quer sitiar, vai colocar cargos. Quem vai nomear esses cargos vai ser a Presidente, que coloca o conselho A, B, C, D; quem quiser, quem não quiser; vai dar remuneração, não vai dar remuneração.

Então, com toda a sinceridade, não foi o melhor momento. Com toda a franqueza, se analisarmos que oito anos de Lula e dois anos de Dilma, dez anos, era um prazo mais do que suficiente para este projeto ter sido apresentado – por exemplo, no ano passado. Não! Deixaram não só para este ano, mas para este ano quando estamos em plena campanha, quer dizer, no auge da confusão e para confundir ainda mais o problema da Petrobras. No meio disso, entra esse projeto.

Então, ele está pagando um preço que não merece. Eu vejo com simpatia o projeto. Acho que é interessante, é importante, tudo que a gente vá buscar orientação na participação política é positivo – não tenho nenhuma dúvida. Claro que aquilo que diz a oposição não é uma forma de querer empregar o Governo botando ao lado uma estrutura de baixo que tem o controle. Eu acho que esses conselhos serão democráticos, escolhidos democraticamente. Claro que o Partido A vai agir mais do que o Partido B, mas deverão ser órgãos onde democraticamente se decida a participação no Governo e não uma instituição que esteja aparelhada para, a qualquer momento, quando saia o projeto, o conselho tal é favorável, o conselho tal é favorável. Não creio que é por aí.

Na minha opinião, com toda sinceridade, o Governo lançou o decreto de uma maneira que ficou a interrogação, mas cabe ao Governo lançar o decreto; isso é matéria a ser criada por decreto; competia ao Governo mandar um projeto de lei e esse projeto de lei ser discutido democraticamente com a sociedade, via Congresso Nacional. Essa foi, então, a grande discussão.

Vejam que, até agora, não estou entrando no conteúdo a favor ou contra o projeto, estou entrando nas questões que acompanharam a vinda desse projeto. A maioria das pessoas, a não ser as apaixonadas por partidos, as opositoras radicais ao PT, a análise que elas fazem não é no sentido de que o PT quis fazer isso ou quis

fazer aquilo, mas no sentido de que a racionalidade do bom senso aconselhava que viesse ao Congresso em forma de projeto de lei.

O Governo não só não mandou para o Congresso na forma de projeto de lei, como mandou – pelo menos, peço desculpas, mas eu e as pessoas com quem tenho conversado receberam de inopino, abriram o jornal e ali estava o decreto criado. Muita gente não sabia, não houve nenhuma discussão interna no Governo, pública, de que o Governo está debatendo. O Ministério está debatendo, o Ministro Carvalho está reunindo setores para discutir, para apresentar. Não, isso eu não conheço e as pessoas com quem eu falo também não conhecem. O que elas viram foi que apareceu o decreto e o decreto foi publicado e o Governo quer executá-lo.

Então, essa é a questão em que nós estamos agora. Houve um silêncio da Bancada do PT no Congresso. Um ou outro pode ter falado. E houve uma atividade muito intensa da oposição contrária ao projeto. E de saída apareceu um ato na Câmara dos Deputados pedindo urgência urgentíssima, que não foi votada porque a liderança, principalmente o Presidente do Senado entrou no sentido de dialogar com a Presidenta e o Presidente da Câmara para não ser votada, mas já queriam entrar com pedido de urgência urgentíssima anulando o decreto por um ato do Congresso Nacional.

O Congresso está aí. A Câmara está querendo botar em votação hoje ou amanhã e o Governo – é meio estranho a bancada do Governo se declarar em obstrução ou coisa parecida –, que tem ampla maioria, não quer deixar votar. Então, essa é a situação em que se encontra a questão.

Eu não sei, com toda sinceridade, meu amigo Ministro Carvalho, acho que uma matéria como esta tinha condições de sair como fruto de entendimento da sociedade com o Congresso e com os partidos em geral. Eu vejo por mim, pelas pessoas com quem tenho falado, que veem o projeto com simpatia. Não se trata daquilo que alguns estão imaginando, que nada, nenhum ministro pode mandar projeto ao Congresso se o Conselho não aprovar, que o Congresso não pode aprovar absolutamente nada que não tenha passado pelo Conselho. Não me parece que esse seja o objetivo, até por ser irracional. Eu vejo com muita naturalidade que é uma instituição para ajudar e para fazer.

Eu tenho desconfiança muito grande. Fui contra, no governo do PSDB, à criação daquelas entidades paraestatais para cuidar das estatais. Eu, sinceramente, fui contra e votei contra. Eu votei contra porque não vi nada de positivo naquilo. O que eu via era que as estatais precisam de proteção. Precisam? Precisam ter fiscalização? Precisam. Há mil coisas a fazer? Há. Mas aquilo é uma entidade, com cargos bem remunerados, que são indicados. Nós aprovamos a indicação, mas aprovarmos e nada é a mesma coisa. Lamentavelmente, no Congresso brasileiro, um dos maiores defeitos que temos é não termos seriedade, não termos responsabilidade na hora de escolher. O que vem é aprovado, a não ser por motivo político e, geralmente, por motivo político. Quando é rejeitado, é porque é um cara muito bom, que é de um lado, e o outro lado não gosta. Eu já fiquei envergonhado de ver pessoas não passarem no Supremo sem que houvesse motivos para que não passassem no Supremo, a não ser que fosse uma questão de quem indicou, fulano e fulano. Não foi nem de Governo e Congresso, foi uma situação interna aqui que causou uma confusão e foi rejeitado.

Mas, na verdade, é isso. Nós não temos... Então, fica o Congresso com essa responsabilidade de escolher ministro do Supremo. E olha que missão dramática esta: ministro do Supremo. E indicamos todo mundo, ninguém tem coragem de rejeitar. Passou um ministro contra o qual eu havia votado, e disse abertamente que tinha votado contra. Por que eu votei contra? Ele tinha feito concurso para juiz de Direito em Rondônia, não passou. Ele era advogado e, como advogado, havia sido condenado numa ação. Olhei e vi que aquela ação era injusta, ele seria absolvido na segunda instância. Mas eu argumentava e argumentei da tribuna: "Mas o Lula que espere a segunda instância, porque uma coisa é aprovar um juiz contra quem não se tem nada e outra coisa é aprovar um que está condenado em grau de recurso, mas está condenado." Uma condenação, na minha opinião, ridícula, que ele não merecia, mas estava condenado. Havia duas vagas, eu disse: "Troquem, deixem-no para a segunda. Esperamos que a segunda instância resolva, absolve e estaria equacionada a questão." Não. Ele entrou, está lá, e até está sendo um bom juiz, diga-se de passagem, tenho o maior respeito por ele, mas tem esse carimbo na entrada. É um cidadão que não passou no concurso para juiz e, como advogado, tinha uma ação processada, advogado do PT.

Eu acho, com todo respeito – e não é só do PT –, que alguém, para ir ao Supremo Tribunal Federal, não deve ter nenhuma espécie de vínculo com partidos, deve ser um grande jurista, um grande nome, um grande cidadão, mas não o advogado político do PMDB, que durante oito anos é advogado do PMDB e, de repente, do título de advogado do partido, pula para ser advogado-geral da União e pula para a Presidência do Supremo.

Então, essas questões fazem com que eu não veja nada de positivo nos conselhos criados para fiscalizar as estatais. Por Deus do céu que eu não vi. O que eu vi foram notícias de que aconteceu isso mais aquilo, o parente do membro da Comissão foi nomeado para isso, foi nomeado para aquilo, mas, na verdade, de bom não vi nada, e foram criados. Foram criados, malcriados.

O governo do Fernando Henrique, na verdade, também criou de cima para baixo, não deu satisfação para ninguém, ele tinha maioria aqui, não deu bola para ninguém. Criou. E, acerca de várias pessoas, discutímos que não era o negócio.

A resposta era esta: queremos criar, é um órgão estatal, para mostrar que o Governo fiscaliza. Há uma empresa, ela está trabalhando, e ninguém está cuidando dela. Não, o Estado vai cuidar, vai fiscalizar, é altamente positivo. Mas não foi.

Então, vejo sobre essa questão um debate muito sem graça no plenário – parece que estou antecipando – muito sem graça. Essas questões que estou levantando são as que vão apurar o debate: “É, o PT está aí, está aparelhando o Estado.” E até vai ser usado neste sentido: “Não vote de novo no PT, porque o PT vai ficar 16 anos, e 16 anos, emparedado como está, na verdade, ninguém tira mais.”

Aliás, vai ser difícil! (Risos.)

Por isso, acho, meu grande amigo Gilberto, que o projeto é bom, vejo-o com simpatia. Acho que corresponde àquilo que está incrementando, às misturas que devemos fazer no meio das coisas que estão erradas.

Todos nós sabemos que a ONG é uma instituição positiva no mundo inteiro – positiva no mundo inteiro! –, é uma grande instituição. Infelizmente, no Brasil terminamos criando uma CPI para cuidar das ONGs. Quem criou a CPI foi o PSDB, em cima de duas ONGs do PT e outras tantas que ele queria apurar. Então, criou-se a CPI, foi criada a CPI.

Na primeira reunião, havia a CPI que o PSDB pediu para apurar, e o PT, de saída, já entrou com outras duas CPIs que eram obra do PSDB. E foi uma confusão, foi um vexame, o Congresso sofreu uma humilhação tremenda, porque não tivemos categoria, foi vergonha. Aqui entre nós, o PT e o PSDB se uniram e se acertaram: “Eu não examino a sua e você não examina a minha!” – e não se examinou coisa nenhuma.

Essa foi a realidade, não se examinou. Eu fui, fiz um apelo nesse sentido. “Vamos examinar só essas duas, não vamos nem discutir, não vamos entrar em debate, vamos debater as duas e pronto, vamos analisar essas duas e vamos falar sobre ela.” Não se analisou. Nada, não houve um depoimento. Abriram as CPIs das ONGs, debateu-se; fechou-se a CPI, e não houve uma análise, nenhuma. Inclusive em duas, uma de cada lado, em que há coisas sérias e graves que sabemos que há e que não há como explicar. Esse é um exemplo.

Agora, estamos vivendo um momento que é uma tragédia. Assinei, porque assino CPI, mas, se dependesse de mim, não teria assinado a CPI da Petrobras, porque sabia que iria dar nisso, sabia que iria ser um papel estranho, horrível, mas parece que cada vez temos condições de baixar mais. Mas essa que apareceu aí, aqui entre nós, é primária!

Quer dizer, pegam as perguntas, encaminham as respostas, é dado para o Relator. “Olha, essas perguntas é que vamos fazer, essa é a resposta que você vai dar.” Não dá para acreditar nisso nem em um grupo escolar! No Congresso Nacional, num Senado brasileiro, num regime de democracia, numa entidade da importância da Petrobras é a desmoralização do cidadão do Senado Federal! Como é que uma pessoa pode fazer uma coisa dessa? Mas como? Nem fingir fingiu!

Quer dizer, o troço foi objetivo: “Estão aqui as perguntas, assim, assim, assim. Estão aqui as respostas, assim, assim.” E ainda houve reunião para discutir, para saber como seria a pergunta que ele vai fazer e para ele saber como seria a resposta, para depois, de novo, entender e acertar.

É o que está acontecendo com a Petrobras. Isso para não dizer sobre a Petrobras na CPI Mista – na Mista! –, a de todos os Partidos. Na primeira reunião decidiram não convocar nenhuma das empresas fornecedoras da Petrobras, não é preciso dizer mais nada: “Não, fornecedor da Petrobras não vamos colocar, porque, se vier para cá, vai ser uma confusão; é a tua empresa, é aquela, é aquela, é aquela...”

É melhor não colocar... Então, a Petrobras vai já examinar as coisas internas, mas o que é fundamental, que é a atividade da Petrobras com as entidades que, ao longo dos anos, vêm negociando com ela... Nenhuma pergunta. Em resumo, está a Petrobras, e é uma humilhação. Admiro a Petrobras, acho que ela tem mil qualidades. Eu tenho a convicção de que uma das poucas coisas em que todos estamos juntos é querer o bem para a Petrobras, seja governo, seja oposição. Não conheço ninguém que queira o mal. Esteja de um lado ou esteja do outro lado, mas todo mundo vibrava com o negócio de a Petrobras ser a sexta empresa do mundo e todo mundo está chorando porque agora ela vale metade do que valia há dois anos.

Mas é exemplo das coisas de um Congresso que não faz o seu papel, e um Congresso que não faz o seu papel não é bom para ele, Congresso, e não é bom para o Governo. Não é bom para o Governo. E um governo, que começou no PT, era um governo de um grande entendimento. O grande erro do PT, meu amigo Carvalho, foi querer fazer maioria a qualquer custo, na base do é dando que se recebe, toma lá, dá cá. Daí é que partimos de 20 ou 16 partidos e hoje somos 31. Eu já fui convidado, desde que cheguei aqui, nestes últimos 15 dias, para mais de seis partidos que estão se organizando, na hora de compor de um ministério. Mas já tem 40; não, mas quem tem 40 tem 45, porque como é que se compuseram os ministérios, que até ontem eram 12, 13 ou 14 e,

de repente... É muito simples, pega 7 deputados, bota um senador, e esse é o nosso grupo, e pega o ministério. E é isso que está acontecendo.

Eu tenho dito, meu amigo Carvalho, que o Brasil não aguenta mais quatro anos com isso, nem com PT, nem com PMDB, nem com PSDB, nem com nada. Quatro anos governando, ganhe quem ganhar, não é dando que se recebe

Eu acho que, e tenho feito essa proposta da tribuna e vou fazer hoje de novo no Senado, a própria Presidente, a nossa querida Presidente podia fazer o entendimento e chamamento em torno de algumas linhas em que todos vamos andar dentro da campanha e lá na eleição. O Itamar fez isso. Eu fui Líder do governo Itamar aqui no Senado, foi o momento mais dramático no Brasil; quer dizer, aquelas Diretas Já, aquela maravilha, o povo na rua, aquela felicidade, aquele espetáculo. O próprio cidadão que ganhou a eleição na base da moralidade, da decência, um segundo Jânio Quadros, que ia fazer não sei o quê e não sei mais o quê, e deu no que deu e ele foi cassado. Quando ele foi cassado, foi uma bomba, o que eles vão fazer? O Itamar, com a cara de bobo, que a imprensa debocha dele a vida inteira, reuniu todos os presidentes de partidos, de todos os partidos, e fez uma reunião, e aí ele pediu, inclusive, que eu falasse em nome dele. E nós fizemos o seguinte: Olha, nós estamos aqui, nós estamos vivendo um momento, uma tragédia, cujo resultado pode ser positivo ou negativo. Uma coisa é clara: está aqui um Presidente que não tem povo, ele não representa o povo. O povo votou no Collor. O Congresso cassou o Collor e o Congresso deu a Presidência para o Itamar. Então, está aqui o Itamar, mas o Congresso é responsável. Aí se abriu um diálogo. Eu vou governar com o Congresso e vou governar com a sociedade, e não procurou nenhum partido. Reparem no governo do Itamar, não teve nenhum partido, ele não procurou maioria parlamentar. Ele ia discutir com todos os partidos, inclusive com o PT, e fez uma reunião com os presidentes de todos os partidos, e criou uma espécie de Pacto de Moncloa, como aconteceu em 1977 na Espanha.

Nós vamos nos reunir, essa reunião que está aqui com todos os partidos. Qualquer presidente de partido, por menor que seja o partido, pode vir e pedir uma reunião igual a essa. Há uma crise nacional, vamos nos unir, e eu, Presidente, quero ter o mesmo direito: se eu achar que tem uma crise nacional, reúno para nós discutirmos. E foi aceito. E não foi preciso nenhuma reunião, porque não houve nenhuma crise nacional.

E o Presidente mandou para cá o projeto mais complicado, mais importante, talvez, na história do Congresso Nacional, tirando a Petrobras, o projeto mais profundo, confuso e complexo foi o Plano Real. E o Plano Real foi votado. Eu fui Líder do Governo. Foi votado pelo Congresso Nacional sem medida provisória. Foi votado pelo Congresso Nacional, e os Ministros do Itamar vieram dez, vinte, trinta vezes aqui para discutir, para debater. Aumentamos, mudamos de montão. Mas nenhum copo d'água, nenhum Deputado teve coragem de pedir e nenhum membro teve coragem de oferecer. Foi votado como quis. Inclusive, na hora, cá entre nós, por motivo político, o PT votou contra. Quero fazer justiça ao PT no seguinte sentido: se o PT quisesse que não fosse aprovado, não seria aprovado. Quer dizer, se o PT, com a força que tinha, quisesse rejeitar, estava rejeitado. Agora, o PT queria que fosse aprovado, mas, cá entre nós, pelo mesmo motivo que ele não deixou a Erundina – a Erundina foi Ministra, o Itamar escolheu a Erundina para Ministra, e ela teve que sair do PT para ser Ministra, porque o PT não queria –, o PT votou contra o Plano Real. Mas deixou aprová-lo, e foi aprovado.

Então, eu acho, quando a Presidente começou... Olha, durante seis meses aqui, todo mundo perguntava: O que houve com o Simon aqui? O Simon endoideceu? Só vive apaixonado pela Presidente, vai à tribuna para defender a Presidente. Eu ia duas vezes, por dia, para defender a Presidente, quando ela demitiu aqueles Ministros. Apareceu negócio, deu errado, ela demitia. Apareceu negócio, deu errado, ela demitia. Aí começaram a fazer: "Volta Lula". E aí, daqui a pouco, a imprensa começou a divulgar que quem vai sair é a Dilma. E eu tenho a impressão de que ela não teve força e nós, Congresso Nacional, não tivemos força, porque o "dando que se recebe" no PMDB, no PDT, no PT, no PSDB, é tão grande que nós, que queríamos mudar, não tivemos capacidade.

Eu dizia da tribuna: "Vai, Presidente, que damos força para a senhora, damos força para a senhora" E ela teve que entrar na rede. E entrou, e o Governo que ela fez é isto aí: é dando que se recebe.

Por isso, acho que agora, que vem a campanha eleitoral, que se está na expectativa – até aquilo que no mundo é positivo, mas todo mundo está com medo – de as redes sociais, porque dizem que há um bando de gente aqui preparado para bater lá e um bando de gente aqui, do outro, quer dizer, uma guerra em vez de um debate. Eu acho que, se conseguíssemos fazer isto, conseguíssemos até – CNBB, OAB – sentar à mesa para dizer algumas coisas que vamos fazer, ganhe quem ganhar, eu acho que seria uma grande coisa, com toda sinceridade.

Com a influência que V. Ex^a tem, olha... Eu acho que o PT, eu fiquei até magoado, eu deveria ter entrado no PT e não entrei lá no início. (Risos.)

Porque eu achei que era um partido perfeito: realmente, a pureza, lá no Rio Grande do Sul, idealismo. Não há no mundo partido que foi mais bacana do que o PT na oposição. Até exagerou. Se fosse o PT, o Maluf era o Presidente, e não o Tancredo, porque ele não votou contra, não votou no Tancredo. Porque ele tinha aquela

linha, e a linha que ele seguia, e seguiu bem. Foi um grande partido da oposição. Agora, no Governo, fez igual aos outros, igual aos outros. Foram se acomodando, acomodando e tal.

O cidadão que fazia campanha de pés descalços lá no Rio Grande, pessoas de vila, de bairro, pessoas modestas, advogados, gente importante, faziam por amor, mas, de repente, disseram:

“Não, mas me deram um salário de seis mil, de sete mil, de oito mil... Nem sei o que eu faço.”

Eu disse a Dom Evaristo: o senhor fez muito bem em ajudar a criar o PT. As comunidades católicas, o senhor empurrou para o PT. Nota dez. Mas cá entre nós, Dom Evaristo, o senhor errou porque foi criado o PT e, no governo, o senhor deveria tê-lo ensinado a ser governo. E o senhor não ensinou. O senhor não deu uma palavra sobre o que fazer no governo.

Sei que me estendi e peço desculpas, mas foi uma espécie de desabafo.

Eu acho que tu, meu amigo Gilberto, talvez tivesse uma grande oportunidade de sentar os três e encontrar uma forma, uma forma de respeito recíproco, uma forma de entendimento recíproco, uma forma que nos levasse a algum lugar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Pedro Simon, como sempre dando uma aula para nós.

Então obrigada pela intervenção.

Vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, nós vamos conceder cinco minutos para cada convidado que está aqui e participante. E vou dizer quais são as pessoas que se inscreveram, porque não é possível ampliarmos muito o tempo para as pessoas em função do nosso horário. Então está o Raul Cardoso, o Anderson Amaro e a Maria do Carmo.

Então, em seguida, após a palavra do Senador Eduardo Suplicy, cinco minutos para vocês. Tudo bem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Rita, meus cumprimentos pela iniciativa da audiência pública.

Quero cumprimentar o querido Ministro Gilberto Carvalho, cuja presença inspirou o Senador Pedro Simon hoje para fazer um depoimento histórico de grande relevância.

Pelo que sempre percebo aqui, o Senador Pedro Simon, assim como fazia quando comentava o Governo do Presidente Lula, ao falar da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro Gilberto Carvalho, ele sempre tece considerações e às vezes críticas, mas como um amigo. Então ele fala como uma pessoa que ama o Brasil e tem o maior carinho e respeito. Eu sou testemunha das vezes em que ele falou com tanto carinho e respeito pela Presidenta Dilma Rousseff.

Quero cumprimentar também o Professor José Geraldo de Sousa Júnior, a Presidenta Maria Emilia Pacheco e o Ronaldo Tamberlini Pagotto, representando os movimentos sociais.

Eu queria até ressaltar, relacionado à questão da participação popular, que desde 2005 o Senador Pedro Simon, que observara os governos Olívio Dutra e Tarso Genro ali na Prefeitura de Porto Alegre, resolveu apresentar um projeto de lei que tramita até hoje para se instituir o orçamento participativo em nível federal. E quero assinalar que esse projeto teve... Eu fiz duas emendas ao projeto que foram aprovadas. E pedi a sua assessoria para me dar informação sobre em que pé está. E ele me disse que está pronto para ser votado no plenário há um ano. Portanto, é algo que se relaciona com o tema da participação social. Tendo em consideração o que testemunhou em Porto Alegre e depois no Rio Grande do Sul como sendo muito positivo, ele resolveu aqui propor que algo que nasceu muito do PT fosse aqui considerar.

Quero assinalar que, no dia 15 de julho último, li da tribuna do Senado, num pronunciamento, o que o Professor Dalmo de Abreu Dallari colocou num artigo que me pareceu tão claro, com o qual estou de acordo.

O artigo diz que o Decreto nº 8.243, de 2014, cria conselhos populares, objetivando o aperfeiçoamento instrumental do apoio ao Poder Executivo para implementação de uma política nacional de participação social. Segundo ele, é um passo importante, altamente positivo no sentido de ampliar as práticas da democracia participativa e na sociedade brasileira. Ele conclui o seu artigo, depois de uma análise pormenorizada da sua constitucionalidade, dizendo que o Decreto nº 8.243 é rigorosamente fiel à Constituição, dá importante contribuição à prática da democracia participativa, ou seja, para que tenha efetividade e proclamação constitucional do Brasil como Estado democrático de direito.

Acredito que, hoje, ele estará aqui à tarde na Comissão de Constituição e Justiça, juntamente com V. Ex^a e certamente o ouviremos com toda a atenção, assim como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, eu queria apenas ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

Sim, porque eu e ele precisamos voltar à Comissão de Justiça e voltar correndo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria, Ministro Gilberto Carvalho, que V. Ex^a pudesse, então, tecesse as considerações sobre as observações e até sugestões do Senador Pedro Simon se será possível na reflexão que ele fez caminhar em direção a um entendimento com o Congresso Nacional, com os diversos partidos. Em que medida isso, eventualmente, poderá ser viável para levar adiante essa proposta que me parece positiva e que considero constitucional.

Também vou me ausentar e volto aqui para ouvi-lo porque estão chamando-nos urgentemente para votar na CCJ. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Depois o Senador Eduardo Supilcy poderá concluir a sua fala.

Vou conceder, então, a palavra aos três que se inscreveram assim que chegaram: Raul Cardoso, professor da Secretaria Estadual de Educação e da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia. Raul, por cinco minutos.

Em seguida, o Anderson Amaro, da Via Campesina.

O SR. RAUL CARDOSO – Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, queria agradecer, Senadora, pela possibilidade de contribuir também com as discussões em uma audiência pública acho que das mais relevantes neste dia, para conversar um pouco sobre o Plano Nacional de Participação Social, que acho ajuda a gente a refletir sobre as próprias estruturas políticas.

Eu, conforme fui apresentado, sou professor da Secretaria de Educação e, no ano passado, estava dando aula, e foi superinteressante porque eu encontrava vários estudantes em sala de aula de manhã e, à no final da tarde, reencontrava pelas ruas da cidade nas várias manifestações. E muitos deles e delas, com seus 15, 18 anos, pela primeira vez na vida, estavam indo a uma manifestação. Eles, no início daquela empolgação de ver muita gente na rua, mesmo que de forma difusa, confusa, em grande parte, mas ainda numa grande empolgação no sentido de que vislumbravam uma mudança possível.

Conversando muito com eles, ficava muito claro que, com toda essa variedade de pauta que foi apresentada no ano passado, existia um sentimento comum da não representatividade do sistema político vigente, mas que a resposta deveria passar necessariamente pelo caminho de mais política e de mais participação social, como forma de a gente resolver os grandes problemas desse sistema político que a gente tem hoje.

E, no meio daquele processo, quando a Presidenta Dilma vai em cadeia nacional fazer uma declaração, ela fala dos cinco pactos, e um dos pactos que ela menciona naquela ocasião é a da constituinte, exatamente para garantir essa reforma política. E é bem interessante porque ficou claro para que, enquanto essa mobilização no seu sentido progressista era muito difusa, os setores conservadores dessa nossa sociedade, ou uma elite que tem dificuldade de abrir mão dos seus privilégios, rapidamente se organizou, conseguiu travar boa parte das discussões; tanto é que todo debate sobre reforma política, no Congresso Nacional no ano passado se resumiu, como o próprio Ronaldo comentou, a uma minirreforma eleitoral, que não dialogava em basicamente nada com os anseios da sociedade. Acho que há certo padrão aí de comportamento.

O professor José Geraldo mencionava José Murilo de Carvalho, o povo assistindo bestializado, inclusive, à proclamação da República aqui, no Brasil, e como isso tem se desenvolvido. Há uma passagem de que gosto muito de um *rapper* aqui da cidade, o Gog, em que fala que as mãos que menos abrem são as que mais festejam e as mãos que menos cultivam são as que mais apedrejam.

É um pouco do que a gente tem visto.

Os setores que se mostram, desde o início, contrários a qualquer discussão do PNPS (Plano Nacional de Participação Social), que nem traz grandes inovações, são exatamente aqueles que se recusam a abrir mão de seus privilégios, não estão abertos ao debate para acabar com privilégios e constituição de direitos.

É interessante percebermos que, na verdade, o que vemos, olhando nosso histórico, é um conjunto de mudanças tuteladas na história do Brasil. Como é difícil estabelecermos rupturas. E, por uma vez, temos a constituição de uma regulamentação a partir da Presidência, que coloca, de forma desaparelhada – que é isto, é a participação aberta – a possibilidade da transformação.

Então, quando vislumbramos, por mais que isso já exista em vários espaços, que, de fato, organizadamente em vários setores, pessoas, movimentos, organizações podem participar, influenciar e determinar rumos da política no Brasil, isso foge ao controle de alguns: esse negócio é um absurdo, esse negócio tem que ser acabado, tem que ser enterrado. E o espaço para discussão acaba se fechando.

(Soa a campainha.)

O SR. RAUL CARDOSO – E, muitas vezes, a gente – só para encerrar – se refugia nos argumentos de forma, ou seja, da forma como foi apresentado, de quando foi apresentado e não entra no mérito, de fato, do conteúdo.

E, aí, só para encerrar, lembro Herrera Flores, que diz que o debate de direitos humanos se dá em duas grandes dimensões: no pensamento sistematizado e na ação política de fato.

Então, se o pensamento sistematizado não existe ou não está aberto ao diálogo, é na ação social que, de fato, se constituem as mudanças.

Tivemos exemplos em Brasília em 2009, quando denúncias apareceram contra o governador daqui, e a Câmara Legislativa à época nada fez. O movimento social, no diálogo, não conseguiu nada, então, na ação direta, em ocupação daquele espaço, conseguiu iniciar todos os processos que culminaram com a derrubada daquele governador.

Outros movimentos sociais se organizam como, por exemplo, movimentos que hoje chamam por Transparência. A Câmara hoje tem o Laboratório Hacker, que trabalha exatamente com a ideia da transparência política como forma de resolver ou iniciar a resolução dos nossos problemas de representatividade. O que está por fundo aqui e o que é necessário em que avancemos é a disputa de valores dessa sociedade por uma sociedade que tenha menos privilégios para poucos e a garantia de mais direitos para toda a população.

O Plano Nacional de Participação Social, de fundo, mais do que regulamentar algo que já existe, mais do que isso, está disputando valores, e coloca a participação social como eixo da construção cidadã e da construção democrática deste País.

É por isso que é necessário que façamos inclusive mais atividades e mais debates como este de hoje. E, no mais, obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor Raul Cardoso, que bom o senhor estar aqui e fez essa brilhante fala.

Eu vou conceder a palavra ao Anderson Amaro, da Via Campesina.

É você, Anderson?

Sim.

O SR. ANDERSON AMARO – Bom dia à Senadora Ana Rita, ao Gilberto, à companheira de Conselho, nossa Presidenta Maria Emilia, ao professor José Geraldo, ao companheiro também Ronaldo Pagotto, ao Senador Pedro Simon, e aos demais senhores e senhoras aqui presentes, jornalistas.

Para nós, da Via Campesina, o Decreto 8.243, de 2014, nada mais é do que uma forma de regulamentar o que há muito tempo existe em nosso País, como bem já expôs o professor José Geraldo, ou seja, as formas pelas quais a sociedade vem atuando e participando dos espaços. De fato, se faz necessário que a sociedade brasileira o faça.

A gente defende o Decreto nº 8.243 por vários motivos. Primeiro, porque, quando se veem alguns setores mais conservadores que estão, também no espaço do Congresso Nacional, posicionando-se contra, isso já nos alerta para uma coisa fundamental: se eles estão contra, é porque estão contra, de fato, a maioria da sociedade brasileira, porque são os setores conservadores que sempre estiveram contra essa participação, de forma diversa possível, que há na nossa sociedade.

Eu estou trazendo isso, companheiros, companheiras, senhores e senhoras aqui presentes, para dizer que vários setores invisibilizados na sociedade – que participam, hoje, tanto da Via Campesina, que estou aqui representando, quanto de vários conselhos por este País afora, em especial o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), do qual eu também tenho orgulho de ser membro... São um dos poucos lugares que esses setores têm para se expressar e se posicionar quanto às suas necessidades, à necessidade de se implementarem políticas públicas para essas camadas que têm pouca voz. E, às vezes, não há voz no Congresso Nacional que possa defendê-los.

Cito alguns aqui que eu conheço de perto, que existem, inclusive, muito no meu Estado, que são os fundos e feixes de pasto, que poucos conhecem, que é uma realidade muito bonita. Temos ali inclusive no Sertão da Bahia. Temos os vazanteiros, temos os geraizeiros, temos os catadores de coco babaçu, os pescadores artesanais, dentre tantos outros camponeses e camponesas pelo País afora.

Se não fosse o espaço dos conselhos, o espaço promovido para que se possam expressar e dali propor políticas públicas importantes, que depois o Congresso tão bem aprova, instituídas pelo Poder Executivo, não haveria condição alguma de crescer e, inclusive, de se emancipar do ponto de vista de acesso aos direitos básicos, que muitas vezes são negados para esses setores da sociedade.

Então, é nesse aspecto que a gente vem defender também esse decreto, porque o que está em jogo, ao nosso ver, também é essa participação fundamental do setor da sociedade que fica...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON AMARO – ... à margem dessa sociedade.

E, para não dizer que não falei das flores, parafraseando um grande poeta, no Nordeste brasileiro, do qual eu tenho orgulho de fazer parte – sou da Bahia –, instituiu-se durante muito tempo a política do cabresto, do voto de cabresto, ou seja, do controle absoluto por alguns setores da sociedade política. Ao constituírem algumas formas de participação, legitimavam alguns processos de alguns desses políticos. E não havia a diversidade de que há hoje. Ou seja, era indicação de alguns políticos, o que não ocorre hoje com os espaços que temos.

Então, a gente está percebendo que alguns setores, que alguns políticos que estão nos setores conservadores estão com medo, de fato, de perder – o que já se perdeu há muito tempo em alguns espaços no Nordeste – esse controle que alguns ainda detêm em alguns lugares. Eles acham que, detendo esse controle absoluto, eles vão conseguir continuar se perpetuando no poder, como sempre fizeram no Nordeste brasileiro, trocando favores, etc.

Para concluir, essa participação da sociedade como é tida hoje, nesse processo de dez anos... E aí, Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permita dizer que, para nós, nunca é tarde, mesmo com o momento em que se instituiu o decreto, para reparar aquilo que é necessário e fundamental para a sociedade brasileira.

Então, nunca é tarde para se fazer o que vem para favorecer e para legitimar a participação da sociedade brasileira. É um pouco isso o que a gente tem para dizer.

A gente agradece a participação, esperando, de fato, que este Congresso, que em alguns momentos nos honrou e em outros nos desonrou, possa conceder a participação social e não cassá-la como estão querendo alguns setores conservadores, repito, que atentam contra a democracia e o Estado de direito que a gente tem no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada Anderson pela sua intervenção.

Concedo agora a palavra à Maria do Carmo Albuquerque do Cebrap, Núcleo Democracia e Ação Coletiva.

A SR^a MARIA DO CARMO ALBUQUERQUE – Bom dia a todos.

Eu também queria agradecer a oportunidade de estar ocupando este espaço, de participar deste momento. Quero parabenizar extremamente a Senadora Ana Rita, o Ministro Gilberto e os demais componentes da Mesa pela importância desta audiência. Esta é a primeira vez que eu estou falando no Senado Nacional e, assim como os meus dois colegas e as pessoas da sociedade civil que estão sentados à Mesa, é dessa participação que trata a Política Nacional de Participação Popular que a gente está debatendo aqui hoje.

A primeira vez que eu vim ao Senado foi na Campanha Pró-Participação Popular, na Constituinte, trazendo meu filho bebezinho. Foi a primeira vez que entrou a sociedade civil no Senado, sem roupa, sem terno, mas ninguém de nós falou. Hoje, há um espaço no Senado em que a sociedade civil pode falar. Eu estou, há mais de 30 anos, como educadora popular, estive junto com a Senadora Ana Rita quando ela era educadora popular no Espírito Santo. Pedro Pontual foi o meu grande mestre na educação popular, e através de ONGs a gente fez a educação popular e a gente acompanhou a central de movimentos populares que está aqui hoje.

E hoje eu estou trabalhando numa instituição, no Mestrado Profissional Adolescentes em Conflito com a Lei e no Cebrap, participando aqui da Associação Brasileira de Ciência Política, apresentando um trabalho sobre o papel dos movimentos na formação de políticas públicas. Enfim, minha vida deu voltas, mas sempre em volta da participação, sempre em volta do fortalecimento do lugar do movimento social como alguém que fala e contribui para a construção das políticas promotoras de direitos no Brasil.

Eu acho que a fala de várias pessoas, do Ministro Gilberto que retrata essa longa trajetória dos conselhos do Brasil...

A Ana Rita está aqui como pessoa que participou do Conselho Popular de Vitória, que foi a primeira experiência de Orçamento Participativo ainda nos anos 80.

E aí também valorizando muito a fala do professor José Geraldo quando trouxe a pergunta do José Murilo de Carvalho: "Existe povo no Brasil?". A participação popular é a resposta a essa pergunta. É um povo que não é bestializado, é um povo que quer contribuir para a construção de políticas públicas de Direito para a construção dessa democracia jovem.

Eu, como educadora popular, tive uma entrevista com uma liderança importante do Movimento de Moradia e da Central de Movimentos Populares que me falou assim: "Vocês acham que o nosso papel é apenas queimar pneus e que quando a gente está sentado numa comissão de conselho a gente não está exercendo o papel de movimento social?" Acho que a política nacional de participação, os conselhos, são exatamente a criação de canais de canalização dos protestos. Se a gente não quer que os protestos continuem apenas queimando-se pneus, jogando-se cadeiras e falando-se de uma forma desarticulada, é necessário criar pontes de diálogo.

Queria falar um minutinho também sobre o impacto, de que várias pessoas já falaram, o impacto importante da participação. A criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a criação de toda uma legislação articulada que transforma a assistência social em política de direitos e não em caridade.

A constituição do que eu estou mais ligada hoje em dia do ECA e do Sinase (Sistema Nacional de Aendimento Socioeducativo), a constituição de direitos do adolescente em conflito com a lei veio através dos conselhos. O Consea, a campanha do Um milhão de Cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos que permite avançar além da assistência no Bolsa Família para a profissionalização e a criação de trabalho são exemplos das milhares de contribuições da sociedade através dos canais de participação.

Então, sem entrar em toda a relevância que o Senador Pedro Simon nos trouxe do contexto desse decreto, eu queria falar da importância do Plano Nacional de Participação como reconhecimento e estímulo ao fortalecimento dessa democracia jovem, incipiente que o Brasil está construindo com a participação da cidadania, com a participação dos camponeses. Destaco apenas dois aspectos essenciais dessa política nacional, que são a criação do Interconselhos, a possibilidade de os conselhos conversarem entre si e não terem atuações sedimentadas e fragmentadas, e a mesa de monitoramento, que é a maneira do Governo refletir, analisar e responder à sociedade no que ela traz de cabível ou não cabível, mas que sejam espaços de interlocução, de transformar em inteligível a voz dos protestos, porque, se a gente não tiver espaços de voz, de fala inteligível, a voz vai ficar no barulho e na manifestação desorganizada.

A Política Nacional de Participação é a possibilidade de abrir canais efetivos de diálogo para a construção, para a proposição, para que os protestos se transformem em proposição.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É muito bom ter a Maria do Carmo e o Pedro Pontual aqui, lembrando nossos velhos tempos que foram no início dos anos 90. Foi em 1990 e 1991, quando eu fiz um curso de formação de formadores no Instituto Cajamar. A Maria do Carmo e o Pedro Pontual foram meus professores naquela época. Então, que bom vê-los aqui. Que bom! A gente fica lembrando do passado. É muito bom. Obrigada pela presença e obrigada também pela intervenção, Maria do Carmo.

Olha, nós recebemos aqui diversas perguntas, diversas manifestações, de mais de 40 pessoas. Em torno de 50 pessoas se manifestaram aqui através do e-Cidadania e através do Alô Senado. Muitas manifestações contrárias ao decreto, questionando o decreto, questionando a necessidade do decreto e dizendo que não há necessidade de se ter um decreto, considerando que já se sentem representados pelo Legislativo, pelo Congresso Nacional.

Por outro lado, várias pessoas se manifestaram também questionando a representatividade do Congresso, a representatividade dos Parlamentares, e alguns de forma muito clara dizendo que os Parlamentares são corruptos, que não os representam. Então, também há essas manifestações.

Há outras manifestações de reconhecimento da importância do decreto, reconhecendo que o decreto é importante, mas também fazem algumas observações quanto ao decreto e perguntam se não é possível ainda fazer alguns ajustes no decreto, em alguns artigos do decreto.

Fica difícil selecionar. Eu vou ler pelo menos umas quatro ou cinco manifestações. Estou tentando selecionar de Estados diferentes inclusive, para a gente ter uma visão nacional das questões que chegaram, mas é muito difícil aqui ler todas elas, porque são muitas, e o tempo não permite.

Elas estão à disposição de vocês. Os convidados já tiveram a oportunidade de lê-las e, então, todos têm conhecimento das perguntas. Quero aqui publicamente agradecer aos internautas. Tive a informação de que está havendo um debate entre os internautas. Quem está acompanhando ali pela internet sabe como é que essa coisa funciona: uma pessoa manifesta uma posição, a outra entra reagindo, colocando também o seu posicionamento.

Então, ao mesmo tempo em que estamos debatendo aqui, os internautas estão debatendo entre eles. Inclusive, alguns internautas alegaram o seguinte: por que esta audiência pública só trouxe pessoas para cá que defendem uma mesma visão e não visões diferentes?

Eu quero até esclarecer que este é o primeiro debate deste tema; outros debates irão acontecer. A preocupação com esta audiência pública era justamente fazer um esclarecimento sobre o decreto. Agora, o debate vai continuar, tanto que a Comissão de Constituição e Justiça vai fazer a sua audiência pública também hoje na parte da tarde, com outros convidados. O Ministro também é convidado, mas teremos outras pessoas nessa audiência pública de hoje à tarde. Então, é um debate que não se encerra aqui hoje. Ao contrário, ele continua, e é importante a participação de todo mundo.

Então, eu vou ler algumas perguntas rapidamente; não são perguntas, são afirmações também.

Se o Brasil quer levar a sério, como democracia, tem que se comportar como tal. Conselho popular é igual a golpe. É o voto quem me representa, e jamais membros de movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados. A proposta só pode ser uma: revogação já do Decreto 8.243.

Então, essa é um posição de um internauta, e outras pessoas também se manifestaram de forma muito semelhante.

Há uma outra questão aqui:

Sugiro que quem quer viver sob esse decreto ditatorial se mude para a Venezuela, porque eles estão em fase mais avançada nesse sentido. Deixe o Brasil para quem preza a democracia. O Estado Democrático de Direito respeita as instituições e leis.

Então, também é uma opinião.

Outra questão aqui. Eu estou pegando aqui aleatoriamente.

As duas perguntas que eu li são do Estado de São Paulo. Esta é do Rio de Janeiro:

As críticas precisam vir acompanhadas de propostas para efetivamente ampliar a participação do cidadão. Logo, quais são as propostas? Acredito que os mecanismos de representatividade social deveriam vir com obrigatoriedade de respaldar suas decisões com base na participação direta cidadã.

Então, essa é do Rio de Janeiro. Vou pegar mais uma aqui. Deixe-me ver se eu tenho de outro Estado. Do Rio Grande do Sul. Do Rio Grande do Sul, fala o seguinte: "Sou contra o Decreto 8.243. O Governo não tem o direito moral de tentar impor um modelo arcaico, maligno e controlador de vida aos cidadãos deste País".

Aqui do Distrito Federal: "Me assusta um evento onde todos os palestrantes iniciam sua fala com "bom dia a todas e a todos. Além disso, falam em 'Presidenta'"

Então, aqui também há uma característica de gênero.

Enfim, há algumas aqui... Há uma outra do Ceará:

Se esse decreto é assim tão bom quanto o Governo quer fazer acreditar, por que, então, o decreto não foi enviado em forma de projeto de lei e não se abriu discussão antes da assinatura do decreto, permitindo a participação popular e consultando previamente os segmentos da sociedade?

Também chegaram perguntas pelo Alô Senado 0800. É uma pergunta direcionada ao Ministro Gilberto Carvalho. Comenta que pessoas morrem por falta de solidariedade. Então, ele pergunta quem é culpado pela falência dos direitos humanos? O povo ou os políticos?

Uma outra pergunta... Essa que eu li, gente, é de São Paulo, Jardim dos Pinheiros.

Esta outra é de Rio Branco, do Acre: "qual é o motivo da demora na discussão do tema?" Considera tal debate oportunista, visto que as eleições estão chegando.

Também esta aqui é de Ipiranga, Belo Horizonte, Minas Gerais. A cidadã afirma que não vê a legislação como uma participação social, mas, sim, como um interesse político.

Agora, há outras questões aqui também.

Temos que pensar na política de participação social como uma forma de participação direta do cidadão, sem desmerecer as instâncias de representatividade social. Não foi isso que ecoou nas ruas em 2013 e, antes, em outras manifestações contra a corrupção.

Também existe uma afirmação de Minas Gerais. Aqui está no leque daqueles que apoiam o decreto:

Parabéns ao Governo por uma proposta que reconhece o direito do cidadão para propor uma lei diretamente. A presente questão é a quem interessa o poder de legislar. Todos somos cidadãos, e cargo de parlamentar é transitório. Sendo assim, prevalece a Constituição Federal Cidadã.

Também há uma outra de Pernambuco:

Considero e apoio integralmente a Política Nacional de Participação Social. Considero fundamental a existência de espaços que ampliem a participação popular. Percebo como incoerentes argumentos e entendimentos de que maior democracia, mais participação popular e de maneira cada vez mais direta, estejam ligados a regimes totalitários.

Então... São essas as manifestações.

Vamos, então, passar a palavra para nossos convidados. Para que tenhamos uma ideia, há opiniões a favor e contra e opiniões que também questionam o Poder Legislativo.

Vou conceder a palavra... Vamos começar, novamente, pelo Ministro? Pode ser, Ministro? (Pausa.)

Então, passarei a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho. Não estou estipulando tempo para nossos convidados. Acho que nós temos de aprofundar esse tema.

Então, fique à vontade quanto ao tema, sabendo que já é meio-dia e, às 14h30min, teremos a outra audiência pública também sobre o mesmo tema.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Até, em função disso, tentarei ser breve em respeito a todos vocês.

Queria agradecer muito as intervenções aqui da Mesa, dos Senadores, e também dos internautas e dos participantes.

Queria pedir licença a vocês para, inicialmente, me dirigir a nosso querido Senador Pedro Simon. Dizer para você, Pedro, se me permite chamá-lo assim, porque eu me inscrevo entre aqueles que lamentam muito que, no ano que vem, não teremos sua presença aqui nesta Casa. Você vai fazer falta. Eu acho que seu espírito profundamente franciscano, que eu conheço bem, nos deu aqui hoje uma oportunidade rara, histórica... Acho que a rapaziada nova que está aqui tem de se dar conta do que ouviu hoje da parte de um... Eu vi, ontem, matérias sobre os 60 anos da morte de Getúlio, e o Pedro estava lá em São Borja no sepultamento de Getúlio. É uma figura que percorreu na resistência democrática: foi Governador de Estado, Senador. Como ele mesmo diz, embora com muitas divergências, mas com profundo respeito, eu acho que o Senado Federal perde muito com a ausência do Pedro, e a República perde.

Mas eu espero, Pedro, que isso não ocorra, porque há uma tarefa, que eu queria sugerir, pois a angústia de seu coração é a mesma minha e de muitos de nós. Todos nós estamos, e as eleições estão, de novo, demonstrando isto: o quanto nosso sistema político tem de ser mudado. Quando você diz que o Governo do PT foi igual aos outros, eu entendo sua afirmação em um aspecto. Eu não concordo que foi igual, porque, Pedro, se eu tenho um orgulho em minha vida é de, nestes 12 anos, termos conseguido, com todos nossos erros e limitações, fazer uma mudança na autoestima do povo e permitir que mais de 40 milhões de brasileiros voltassem a ter um mínimo de dignidade.

Eu ando muito neste País e fico muito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILBERTO CARVALHO – Não, não, não... É isso!

Eu acho que isso nos salva, digamos assim, por ter... Mas é verdade que, do ponto de vista da lógica da relação política, nós não mudamos. E, infelizmente, com tristeza, eu vejo que nos adaptamos ao que estava dado. Aí, não há outro jeito. A bendita da reforma política, de que o Ronaldo aqui falou, a meu juízo, é a única forma que nós temos para alterar essa relação, porque a fisiologia, ao fim e ao cabo, decorre de um sistema eleitoral em que o poder econômico – e o estamos vendo de novo – tem um poder... Me dá um desespero, Senador, pensar que, cada vez mais, o critério de eleição de alguém será sua capacidade de manusear recursos, de angariar recursos. E você sabe melhor do que eu que, uma vez angariados esses recursos, cria-se uma dependência. Eu fico com pena! Nós tínhamos de libertar nossos Parlamentares, nossos candidatos, dessa dependência, acabando com essa perversidade do financiamento empresarial de campanha.

Mais do que eu, o senhor conhece essa realidade. *(Palmas.)*

Mais do que isso, também sabemos que uma discussão mais profunda sobre novas formas de participação mais efetivas decorre também de uma reforma política, porque, quando penso em reforma política não é apenas reforma eleitoral. Ela é importante, sem dúvida alguma, pelas causas que acabei de mencionar – a questão da fidelidade partidária, a questão de lista ou não de candidatos, a questão do financiamento público, pessoal ou parcial, a se ver –, mas ela também pode trabalhar, sim, através de uma lei, de uma participação social mais abrangente, mais verdadeira, porque o que estamos falando aqui, nesse decreto, Senadores, amigos e internautas, é apenas de uma arrumada da casa que a Presidenta Dilma fez.

Não é uma lei, porque ela não institui decreto algum. Eu queria insistir novamente: durante o governo Getúlio Vargas, em 1937, foi criado o primeiro conselho, o Conselho Nacional de Saúde. E os conselhos foram sendo criados um após outro por legislações aprovadas nestas Casas: Senado e Câmara. O decreto não cria, insisto, nenhum conselho.

Aliás, eu queria, por sugestão de um assessor, recomendar só uma coisa, sobretudo aos internautas que xingaram muito o decreto: leiam o decreto; não se orientem por colunistas ideológicos que deturparam completamente o sentido desse decreto; leiam o decreto. *(Palmas.)*

E quem ler o decreto honestamente vai perceber, primeiro, como o Gilson Dipp, o nosso insuspeito Presidente em exercício do STJ, deixou claro, que não há constitucionalidade no decreto, porque ele versa sobre assuntos do Executivo. Em nenhum momento, ele cria instância, cria cargos, cria despesas.

Aproveito para dizer que deveríamos render uma grande homenagem a todos os conselheiros dos 35 conselhos, porque é um trabalho voluntário. Ninguém recebe por nada. Recebem, sim, uma diária quando vêm a Brasília, porque eles têm que se hospedar naqueles hoteizinhos lá do SIA, porque nenhum hotel aqui da cidade de Brasília dá para o pessoal. Pergunta para os conselheiros que estão aqui se a diária é suficiente. *(Palmas.)*

Então, é um trabalho voluntário. Por isso, amigos, o decreto, não esperávamos de maneira alguma...

E aí quero concordar com você. Não há dúvida alguma de que o momento em que ele sai é inoportuno porque ele foi clivado pela divisão eleitoral. Eu concordo inteiramente. Agora, ele levou tempo para ser elabor-

rado. Ele foi submetido, ao contrário do que muitos pensam, a um longo processo de discussão. Ele foi discutido com todos os secretários de participação ou de relações sociais de todos os 27 Estados. Ficou em consulta pública via internet por três meses. Fizemos uma série de seminários nacionais e internacionais. Agora – é claro –, infelizmente, a imprensa não falava desse decreto porque ele não era... A participação social é um não assunto quando sempre há um tipo de padrão de informação que privilegia a desgraça, o ruim. Como aqui isso funcionava bem ou razoavelmente bem, não era notícia. Infelizmente, não foi notícia.

Então, quero essa concordância e pedir que você, Pedro, embora deixe o mandato parlamentar, seja um dos nossos líderes nesse processo que a CNBB, a OAB e os movimentos sociais estão fazendo pela reforma política. (*Palmas.*)

E, melhor do que eu, você sabe que, se não houver uma grande mobilização, não vai haver reforma política, porque pedir para os donos do poder que modifiquem o poder sempre é muito difícil.

Portanto, a mobilização social, a mobilização cidadã é a única forma que teremos. E está chamado para o 7 de Setembro um grande movimento de mobilização pela reforma política. É a única que forma que teremos.

Eu enxergo na sua pessoa a autoridade moral, a autoridade espiritual, a autoridade capaz de incorporar e de dar muita força para esse processo. Será um belíssimo legado que você nos deixará cada vez mais. E muitos anos ainda de trabalho entre nós, por favor.

Bem, eu queria, ainda, lembrar o seguinte – vejam que coisa irônica: esse Sistema Nacional de Participação Social está previsto no PPA (Plano Plurianual), que foi votado no Congresso Nacional, em 18 de janeiro de 2012. O art. 4º, inciso II, prevê a criação do Sistema Nacional de Participação Social. Portanto, não foi uma invenção também da cabeça da Presidenta.

Já estava mais do que claro que era preciso normatizar, minimamente, o funcionamento desses conselhos que, insisto, existem há muitos anos.

Finalmente, para, sobretudo, os internautas, que dizem muito: "Eu não preciso de nada que me represente. Eu já tenho meu voto," quero dizer uma última palavra. Temos, no País, duas saídas.

Uma é a saída individual, em que eu me represento, acho a minha solução e nego a política – e muita gente tem interesse na negação da política, porque, quando você nega a política, prevalece o poder dos poderosos, daqueles que, via poder econômico e outros caminhos, querem ser os donos do País. Se quiserem seguir nesse caminho, que é o caminho do individualismo, que, ao fim e ao cabo, gera a divisão, o ódio, a competição, o consumismo e assim por diante, tudo bem.

Agora, se quisermos fazer um caminho, que é o caminho da solidariedade, o caminho coletivo, em que se acredita na democracia verdadeira, aí, para além do voto, necessário, o voto que é essencial para instituições fundamentais da República, como o Congresso Nacional, o Executivo, o Judiciário, e assim por diante, temos que ir além, temos que nos unir e nos organizar.

Bem-vindos, benditos os movimentos sociais, as ONGs... Estamos felizes porque aprovamos, agora, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que facilita essa relação. E benditos aqueles que se dedicam voluntariamente aos conselhos e a entregar sua vida à causa pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ministro Gilberto Carvalho. A Comissão de Direitos Humanos do Senado se sente muito honrada com a presença de V. Ex^a, contribuindo, com certeza, com este debate que é muito importante para a sociedade brasileira.

Passo a palavra, agora, ao Professor José Geraldo de Sousa Júnior, da UnB.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Bem, nem é preciso pôr em relevo aquilo que foi a qualidade deste debate, valorizando o que, hoje, é uma condição inafastável na experiência política e de protagonismo da nossa sociedade. Quer dizer, radicalizar o quanto possa aquilo que está por trás desta discussão, que é a nossa realização democrática.

Nesta reunião, Senadora, que é a expressão desse processo... Há um mês eu participava de uma outra audiência desta Comissão, presidida pelo Senador Cristovam, sobre o analfabetismo como violação dos direitos humanos. Era, de novo, esta experiência de diálogo entre a instituição e os movimentos, e o protagonismo social, valorizando este espaço de participação, por exemplo, que a senhora sinalizou sobre vários ângulos da gestão do processo legislativo, que passa pelas comissões e por essas formas de interlocução.

Estou impressionado com o número de manifestações. Mesmo aqueles que se manifestam criticando o procedimento, estão fazendo isso dentro do procedimento, com a audiência de suas opiniões, na configuração daquilo que é a dimensão democrática da criação de uma esfera pública onde a opinião se forma, onde as posições são estabelecidas e onde os instrumentos de emergência da ação política se realizam.

Maria do Carmo, eu participei, como você, e você vai se lembrar de um personagem que foi chamado “cidadão constituinte”, do Chico Whitaker. Todos nos lembramos daquela presença maciça de protagonismo social que obrigou à transmutação, à metamorfose da experiência parlamentar no Brasil.

Outro gaúcho muito importante – nem sei por onde anda –, João Gilberto Lucas Coelho, que foi vice-Governador lá no Rio Grande do Sul, foi assessor da UnB para a construção da elaboração, vamos dizer assim, dos elementos interpretativos da construção do processo constituinte. Ele se referia à “guerra do Regimento”, quando essa irrupção de protagonismo entrou no Parlamento e resgatou o espaço da política para esse diálogo entre representação e exercício direto.

Os 12 milhões de assinaturas que serviram para os projetos de iniciativa popular, e aquele espaço de diálogo que as 24 subcomissões abriram como oportunidade para que o povo, organizadamente, e os Parlamentares, os Constituintes, escrevessem a nossa Constituição. A nova Constituição foi escrita a quatro mãos: as duas mãos dos Parlamentares e as duas mãos do povo organizado.

Eu me lembro de ter participado de uma audiência aqui, representando, Ministro, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que sugeria, como eixo da sua contribuição aqui, que os Parlamentares se representassem, se vissem na linguagem de reconhecimento do que ela chamava, no documento daquela época, de alavancas de transformação social.

O que eram as alavancas de transformação social? De um lado, o reconhecimento da subjetividade ativa dos movimentos sociais, que, se deixados à sua própria lógica, vão criar direito, mesmo que eles estejam contra as leis – vão criar direito, mesmo que eles estejam contra as leis.

É por isso que eu trabalho, nesses longos anos, com a tentativa teórica de criar mecanismos de tradução num projeto que se chama exatamente Direito Achado na Rua, que é a forma de compreensão do que é criado como subjetividade jurídica transformando as instituições, o que me parece ser a mensagem dessa experiência. Dizer que o que caracteriza a democracia não é nem o voto, porque a deliberação pode-se dar de muitos modos – o voto é uma técnica de recolher a deliberação. É essa possibilidade de criação permanente de direitos, que a Constituição disse que é obra do coletivo, porque ela diz que o Legislativo, em si, não dá conta desse processo.

O Código Civil levou 20 anos para ser discutido e aprovado. Até lá, estaremos quase todos ou mortos, ou dementes.

O processo legislativo, pelas suas características, é uma condição de enunciação de vozes que se articulam. Mas a democracia é democracia porque é o espaço de invenção de direitos. É por isso que a Constituição disse que os direitos não são quantidades, não são elementos estocáveis numa prateleira de um almoxarifado de normatividades. Eles são relações. Por isso, falamos “todos e todas”. Antes, não se podia dizer “todas”, porque as mulheres não tinham representação da sua dignidade e da sua cidadania. (*Palmas*.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Agora, têm. E nós temos de reivindicar isso e olhar que a representação passou por esses limites de reconhecimento tanto, tanto, que, mesmo na Constituição de 1934 e na Constituição de 1946, nenhuma mulher foi representada. Nenhuma! Na de 1946, até os comunistas foram. Até ali, eles eram vistos na condição subumana, tanto que Sobral Pinto precisou aplicar a lei de proteção aos animais, para que se trabalhasse a dignidade do cidadão, mesmo comunista. E tivemos, pelo menos na de 1946, nove comunistas, entre eles: Jorge Amado, João Amazonas, Marighella. A leitura criminalizadora, que é de exclusão, tentou passar à sociedade como se fosse agente do terrorismo, sem reconhecer aquilo que foi a sua luta política para a construção de uma subjetividade realizadora de direitos.

Então, a Constituição é a tradução desse processo. E, por isso, a Constituição disse que, mesmo aqueles que, no Parlamento, fossem reconhecidos como elenco aceitável numa determinada conjuntura, não excluiriam outros direitos que derivassem da natureza da Constituição ou dos princípios que ela adota.

Que outros direitos são esses? São os que os movimentos sociais são capazes de representar no simbólico das suas lutas, das suas lutas por reconhecimento de direito. O direito de morar, por exemplo, não surgiu da legalidade; surgiu das favelas, surgiu da luta pela cidade, surgiu da luta por reconhecimento da dignidade da existência, que deve ser material, e não apenas formal.

Precisou ir aos fóruns internacionais para, pela mediação dos direitos humanos em debate internacional, impressionar o Legislativo, que até ali criminalizava os movimentos e a sua luta por direitos, como continua a fazer até hoje, porque tipifica penalmente o sentido dessas lutas, e não politiza, filosoficamente ou de qualquer outra forma legitimadora, o sentido ampliativo da experiência de convivência civilizada no contexto da cultura do País.

Que outros direitos são esses? São os que são inventados pelas lutas sociais; são os que são representados pelos princípios que a Constituição adota. Se a Constituição tem um regime, esse regime é o da democracia.

O que é democracia, então? É uma experiência cotidiana de construção de direitos. O que é a principiologia da Constituição? São as referências a esses significados pré-legislativos, às vezes, ou no diálogo com as

instituições legislativas, que vão, por exemplo, se orientar pelas demandas, pela pauta, pela agenda dos direitos humanos.

Eu acho que menos do que aqui tomar posição... Eu não faço parte do Governo, eu não estou vinculado a nenhum partido, eu não tenho nenhum compromisso, a não ser os de afetividade, com pessoas que circulam em todos os âmbitos da política, mas eu não posso ignorar o sentido político dessa luta social.

Ontem, na reunião da Comissão Justiça e Paz, em um debate sobre fé, política e cidadania, eu vi, mesmo com as contradições de movimentos teológicos – e ali estava presente o Conic, estavam presentes intelectuais, estavam presentes teólogos, o Raul estava ali presente –, que não há recuo. Não há recuo em um processo. Ou nós nos colocamos atentos a ele ou nós seremos atropelados pela história. A história não perdoa. A história atropela, ela desloca para a lata de lixo aqueles que se colocam em contradição com o seu movimento. E os movimentos sociais estão fazendo história, estão construindo o País, estão descriminalizando as condutas, estão politizando as relações. Eu acho que essa é a essência.

Não sendo nem advogado, nem porta-voz desse processo, com a liberdade de pensar, eu fiz algumas anotações aqui sobre a leitura. Fui ler. “Não li e não gostei”, é o que dizem por aí. O que o decreto faz o Ministro já mencionou. Mas o que ele não faz? Ele não cria nem conselhos, nem comissões, não instala órgãos na Administração Pública Federal, não realiza despesas, não cria cargos. Não pode; senão, ele fere a sua legitimidade propositiva. Aí, é inconstitucional. Então, ele não faz isso. Não obriga a criação de conselhos, de instâncias de participação em nenhum órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

O Ronaldo mencionou a LOAS, não é? São mais de 5.100 conselhos no País, em todos os Estados, administrados por todos os partidos. São mais de 5.200 conselhos de saúde, em todos os Municípios, administrados por todos os partidos. É uma forma irrevogável, irretratável. Não engessa as decisões da Administração, porque cabe aos gestores definir quando é pertinente recorrer às instâncias de participação.

O Pontual, no debate de que falamos, diz que é um método. Não é uma institucionalização de estruturas, mas um método. É um método de administração. Por isso, é uma diretriz para o agente que administra. Está dizendo: “aja assim, porque o social se organizou desse modo”. Não restringe o conceito de sociedade civil, que chega a atomizar para incluir todos os cidadãos, organizados e não organizados, e as entidades que os traduzem.

Não submete as instâncias de participação social a qualquer controle centralizado do Governo Federal e, por conseguinte, não inventa nada, não cria nada de novo. Apenas contribui para que haja concertação, que dialogue. E atualiza tecnologicamente, como fizemos aqui: quarenta e tantas questões. Então, há uma estrutura de informática para acentuar o trânsito dessas manifestações ou uma mesa para poder construir um lugar de diálogo.

Agora, como eu mencionei, isso é a realidade. Não quero dizer como aqueles que são tão egocêntricos em relação a sua visão de mundo que, quando se defrontam com a realidade, acham que a realidade é que tem que reformar.

Então, não adianta retirar da existência do real aquilo que o decreto é apenas uma representação simbólica, porque não se revoga a lei da gravidade; não se revoga também o princípio da cidadania que é conquistada como experiência que se incrusta na ação política da atividade educadora da vida nas cidades, da vida na sociedade.

O decreto é uma espécie de cartilha da pedagogia da cidadania. Não passa disso. E é uma atenção que, eu penso, os agentes públicos, do Ministro à Presidenta e seus assessores, no diálogo que puderam encetar, foram capazes de estabelecer enquanto desenho.

E aí eu não queria viver de novo a experiência da frustração simbólica como brasileiro, de passar pelo mundo testemunhando e compartilhando nas exaltações que fazem das nossas conquistas... Orçamento participativo, que o Fórum Social Mundial, por exemplo, levou para o mundo inteiro; Bolsa Escola. Há poucos dias, vi, tal como orientei uma dissertação sobre fundos e um baiano, assessor de um movimento social, vê a Bolsa Escola ser estudada na universidade comparando aquilo que o Senador Suplicy já dizia há tempos, de que as políticas compensatórias eram uma realidade no mundo notadamente capitalista. A comparação entre Bolsa Escola na Colômbia, no Brasil e em Nova York. A gente assiste a essas experiências no mundo todo, algumas decorrentes do licor de jabuticaba, porque é só nosso, e aqui a gente diz “pior para a realidade.”

A realidade está aí, cobrará os custos históricos da nossa condição de ler os sinais de transformação do mundo, e a questão é saber se estamos à altura do nosso tempo e em condições de transmitir algum legado para a posteridade.

Acho que aqui, Senadora, a senhora contribuiu para isso e deu substância ao sentido participativo da experiência democrática que o Parlamento está realizando, e bem. Até o Judiciário está realizando, onde a gente ainda se organiza em cortes, de forma hereditária. Lá, portanto, a sua principal questão é o nepotismo! Até lá, as estratégias de participação estão sendo experimentadas.

Acho que o nosso Parlamento, que sempre soube discutir as grandes questões, não vai ficar a reboque desse processo. Ele tem que ser o protagonista. Ele tem que estar com o povo. Ele tem que estar sintonizado com a agenda da política de vanguarda. E o Brasil, nesse aspecto, por favor, sabe dar lições. E acho que, aqui hoje, foi uma oportunidade para mais uma lição nesse aspecto.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. José Geraldo, Coordenador do Núcleo de Estados da Paz e de Direitos Humanos da UnB.

Inclusive, professor, eu fiquei me lembrando aqui quando o senhor falou a respeito do Chico Whitaker, eu participei ativamente naquele processo de constituição de grupos de acompanhamento aos Legislativos municipais, e o Estado do Espírito Santo criou vários desses grupos em diversos Municípios, e inclusive estadual. Então, isso fez uma diferença muito grande, no período em que esses grupos existiram, no processo realmente de funcionamento das câmaras municipais.

Então, acho que nós temos muitas experiências brasileiras positivas, fruto realmente da mobilização social e de forma voluntária, de forma voluntária, por compromisso, por dedicação de diversas pessoas nos nossos Estados. Então, uma experiência muito bacana.

Eu vou conceder a palavra agora ao Ronaldo Tamberlini Pagotto, representante aqui dos movimentos sociais. Ronaldo.

O SR. RONALDO TAMBERLINI PAGOTTO – Sim. Farei um esforço de dialogar com as questões trazidas, tanto pelos internautas, quanto aqui presencialmente. Não diretamente, porque o tempo e já também as abordagens anteriores ajudaram a enfrentar.

Mas nós chegamos a um consenso, de certa forma, nesta Mesa, de apresentação, de detalhamento dessa proposta, de que não se trata de uma proposta inovadora, algo que caiu da cabeça de alguém, algo que partiu de uma... Ela reflete uma realidade e aprimora essa realidade. Então é o que o Prof. José Geraldo tratou aqui, dessa experiência do Direito, que regulamenta a experiência social. Ele não vai criar um cenário futuro. Também existem as leis que dirigem a sociedade, apontam para a frente. Essa procura regulamentar experiências pretéritas.

E há um contrassenso que aparece um pouco nas questões trazidas pelos internautas, que diz assim: um mecanismo que vai aprofundar a participação social, ou seja, que vai lapidar a democracia brasileira nesse tópico da participação, seria uma ameaça à democracia. Quer dizer, é um contrassenso da maior gravidade. Um processo que busca aprofundar a democracia é lido como uma ameaça à democracia.

Como pode um processo que aprofunda aqui, lastreia mais o processo de participação social ser uma ameaça? Quer dizer, vem uma outra pergunta então, de contrassenso: qual é o temor da participação social? Quem teme a participação social? Quem teme um envolvimento maior da sociedade? Ou melhor dizendo, quem teme a maior presença das maiorias nas decisões de políticas públicas, no envolvimento de políticas governamentais e até mesmo na incidência nos processos legislativos?

São perguntas que ficam como substrato desse debate que a sociedade está fazendo e que é muito influenciado por uma leitura ideológica de setores da grande imprensa que acabam cumprindo um papel muitas vezes de esclarecer, muitas vezes de ajudar, mas, invariavelmente, em muitas outras vezes, e muito mais, de confundir, de gerar uma ideia equivocada, dessa coisa do “não li, não leia”. E há a crítica pronta, está aqui. E induz críticas que são bastante absurdas, como a gente ouve por aí – não é aqui só.

Acho também – aí é uma opinião muito... – que esse debate quanto à forma, quanto à oportunidade, quanto ao método, ao processo anterior, sim, tem relevância. Nós estamos falando de um processo de participação social, em que a gente quer que as coisas também refletem um processo de envolvimento da sociedade até para isso. Mas acho que, mesmo as maiores críticas, as mais corretas críticas, observações, preocupações não devem ofuscar que se trata de uma medida necessária, democratizante, regularizando processos reais, que já acontecem, criando mecanismos que aprofundam, como lembrou a Maria do Carmo, de envolvimento, de criação, de monitoramento, coisas que vão ajudar.

Voltando a dizer, não, não resolvem os graves problemas da democracia brasileira, do sistema político brasileiro. Não resolvem.

Ajudam, lapidam, envolvem mais a participação, estimulam mais a participação.

Por isso, eu queria finalizar. Como bem disse o Ministro, a campanha pela reforma política é uma ampla coalizão; não é uma campanha de um determinado partido, ou de uma determinada corrente política. É uma ampla coalizão, envolve diversos setores do campo democrático brasileiro. Envolve setores, como foi dito aqui da Igreja, da sociedade civil organizada, como a OAB e outras entidades importantes da sociedade, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, enfim, uma ampla gama, que, a cada dia cresce e vai envolvendo mais setores.

Esse é o caminho que, entendemos, permitirá destravar a democracia brasileira do enfrentamento dos seus grandes e graves problemas que são da sociedade brasileira como um todo, os problemas reais, que são, em resumo, as dívidas históricas e sociais com o povo brasileiro.

Eu queria citar alguns problemas que a coalizão pela reforma política entende como consensos, como medidas importantes para que esse sistema político seja reformado, e a democracia brasileira passe por um processo, efetivamente, de enraizamento, de ganhar robustez, de passar da fase da juventude da democracia para uma fase mais madura e mais efetiva. Essa questão de representantes que elegem representantes, os representados, que também têm uma participação direta efetiva.

Esse é um dos pontos: como instituir, aprimorar e regularizar a participação direta da cidadania ativa no Brasil? Mecanismo de referendo, mecanismo de plebiscito, que, hoje, são bastante difíceis pelas formalidades legais de se convocar do ponto de vista do povo. Isso é uma questão até cultural, em que precisamos intervir para que se aprofundem esses mecanismos e se avance nisso.

Segundo elemento importante: a sociedade brasileira não é refletida nas instâncias do Parlamento e do Executivo; ou seja, trocando em miúdos, há uma sub-representação das mulheres, uma sub-representação dos negros, uma sub-representação dos trabalhadores do campo, uma sub-representação de indígenas, uma sub-representação de trabalhadores. E, se há uma sub-representação da maioria, há uma super-representação de uma minoria. Esse é um problema nuclear, digamos assim, que uma reforma do sistema político tem que enfrentar e passa por um terceiro aspecto de consenso, que é enfrentar o problema do financiamento privado e empresarial. Todo mundo sabe quais são as regras desse jogo, todo mundo conhece como funciona esse processo. Financiou não é por um exercício absoluto de cidadania; é por um exercício de cidadania restritíssima, mas é por um exercício de poder disputar isso depois, poder cobrar a fatura, poder incidir, poder criar expectativa, criar dependência, como disse o Ministro.

Então, são três aspectos dessa ampla coalizão por uma reforma política: instituir mecanismos, radicalizar a democracia, amplificá-la. E, na nossa expectativa, acreditamos que isso só acontecerá por uma Constituinte exclusiva. E, aí, senhores e senhoras, exclusiva quanto a sua convocação, eleitos, exclusivamente, para realizar uma Constituinte que tenha como tema exclusivo também a reforma política. No jargão jurídico, é uma Constituinte derivada, amplamente cabível no nosso ordenamento jurídico. Não tem nenhuma distorção ou uma crise nesse sentido. Embora até alguns setores tenham preocupação com essa possibilidade, é um debate jurídico de menor relevância, porque isso é previsto na Constituição, e acreditamos que é esse o caminho para destravar, aí, sim, as grandes reformas estruturais que visam a democratizar a sociedade brasileira.

Vejam: ninguém está falando aqui em instituir um Brasil socialista.

Embora possa ser o sonho de muitos, o desejo, estamos falando de um Brasil democrático, que passa pela democratização do acesso à renda, passa pela democratização do acesso à renda, passa pela democratização do acesso à cultura, passa pela democratização do acesso à educação, a um trabalho digno, à igualdade de gênero, à redução ou eliminação das assimetrias regionais – bandeiras lá do Celso Furtado, de correntes de 60, 70 anos atrás. Ou seja, passa pelo enfrentamento da principal bandeira popular do Brasil dos últimos 150 anos, que é a reforma agrária, uma dívida histórica do Estado com os camponeses.

Então, é com essas medidas de conteúdo social efetivo que uma reforma do sistema político abrirá possibilidades de fazer uma disputa mais real, para que esses processos de democratização do Brasil aconteçam. Essa é a nossa aposta, essa é nossa crença, e esse é o nosso convite a todos e todas aqui, para que se somem a esse processo, a essa amplíssima coalizão que envolve, no dia de hoje, mais de 350 organizações nacionais ou estaduais de todos os Estados. Todos os Estados realizando um processo de um trabalho popular. Não está ligado à institucionalidade. É um trabalho feito pelo povo, onde há condições – nas paróquias, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos diversos rincões deste País. Esse é o convite para que nós nos envolvamos.

Nós teremos, de 1º a 7 de setembro, um momento importante dessa luta, que é a efetiva consulta popular, a consulta pública. Nós vamos à população com uma pergunta: "Você concorda com a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva pela reforma do sistema político brasileiro?" Essa é a pergunta. De 1º a 7 de setembro é um episódio dessa luta, que vai acumular força, que vai a todos os cantos deste País, que vai expressar um trabalho popular.

Então, esse é o convite que apresentamos aqui a todos, reiterando o convite ao Senador, para que se some também a esse processo, aos dois Senadores aqui presentes, à Senadora Ana Rita, enfim, a todos os presentes aqui, para que se somem a essa ampla coalizão por um tema candente e necessário para mudar o Brasil, aprofundar as mudanças, avançar nas mudanças e, sobretudo, aprofundar a democratização deste País para os menos favorecidos, quem são as dívidas históricas com o nosso povo.

Quem quiser conhecer é: plebiscitoconstituinte.org.br. Esse é o link do guarda-chuva que tem todas as informações para conhecer mais sobre isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ronaldo, representante dos movimentos sociais.

Esperamos que o plebiscito que acontecerá na primeira semana do mês de setembro realmente seja bastante participativo e que a sociedade realmente se envolva, emitindo a sua opinião. É importantíssimo isso, para que tenhamos uma assembleia constituinte responsável para realizar a reforma política no nosso País.

Eu vou passar a palavra agora à Maria Emilia Pacheco, Presidenta do Consea.

Com a fala dela nós vamos encerrar esta audiência pública.

A SR^a MARIA EMÍLIA PACHECO – Obrigada, Senadora.

Mais uma vez, parabéns por esta iniciativa, porque as perguntas e as manifestações nem sempre são consensuais, mas são a expressão exatamente da afirmação da cidadania e da participação. Nós vimos uma presença muito ativa dos internautas e das internautas nesse debate.

Eu queria fazer apenas alguns comentários, porque são muitas as perguntas, as observações, mas chamou-me a atenção, por exemplo, uma internauta que disse que não é necessário haver comissões, que elas são muitas vezes trampolins de carreiras políticas e que todos podem manifestar suas opiniões através de redes sociais.

Eu quero dizer para essa internauta que, talvez, isso seja uma conclusão um pouco apressada, porque as milhares de pessoas que participam dos conselhos pelo Brasil o fazem em nome da defesa de causas, como no caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Todos estamos lá convencidos de que é preciso que se torne cada vez mais realidade o direito humano à alimentação adequada e saudável, e nós não temos essa pretensão de carreira.

Ela chama a atenção para uma coisa e diz que podemos participar através de redes sociais. Eu quero lembrar exatamente a ela que...

E por isso é importante mesmo a leitura da proposta do decreto, porque o art. 6º, quando lista as instâncias, cita o ambiente virtual de participação social como uma dessas possibilidades, um desses mecanismos, que ela mesmo faz nesse exercício quando se dirige a nós.

Também quero dizer que há uma preocupação de alguns internautas, insistindo em que essas modalidades, essas instâncias vão substituir o Congresso, vão substituir o Senado. Nós já mostramos aqui, com alguns exemplos concretos – tentei fazê-lo falando como funciona e a história recente do Consea –, que não há usurpação desses direitos. Pelo contrário, há uma reafirmação do que representa de importante a participação social, para propor políticas ao aperfeiçoamento delas que são trabalhadas, que são debatidas com o Congresso. Fiz inclusive referência a algumas campanhas que tivemos a possibilidade de fazer conjuntamente com a Frente Nacional de Segurança Alimentar e Institucional.

Também há uma preocupação expressa por um dos internautas sobre critério de escolha de integrantes de conselhos, como se fosse algo manipulável e tal. Quero dizer que esses critérios são definidos pelas conferências nacionais. E, quando eu exemplifiquei, no caso do Consea, da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que chegou a reunir 75 mil pessoas em várias instâncias, e que, na instância nacional, com o acúmulo dos debates, desde os Municípios, Estados, até chegar no plano federal, chegamos a definir e publicizar os critérios de composição do conselho, tenho consciência de que o fazemos de forma transparente e fazendo o exercício democrático.

Quero também dizer para um dos internautas que chamou a atenção para o fato de o Governo impor um modelo arcaico, que também é de uma temeridade a sua afirmação, porque perde de vista que nós estamos, como bem sinaliza no diálogo outra internauta, que a nossa Constituição já prevê a democracia participativa como complemento do sistema representativo. Não é algo arcaico. Pelo contrário, nós estamos baseados naquilo que foi construído no momento da Constituinte, seguramente com a participação desses internautas ou pelo menos daqueles que são mais velhos, e agora estamos num processo de aperfeiçoamento de sistematização, de organização, sob forma de método, como disse também o Professor Pedro Pontual, esse caminho que vimos traçando.

De maneira que fica aqui o apelo que no final da minha fala registrei.

Do meu ponto de vista – e falo aqui em nome do Consea –, a consolidação de mecanismos de participação social significa exatamente assegurar esse caminho do Estado a serviço da cidadania. E desse caminho nós não podemos retroceder.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria Emilia Pacheco, Presidenta do Consea, pela sua participação.

Queremos aqui agradecer a todos os internautas que se manifestaram através da internet, mas também através do Alô Senado. Foram inúmeras manifestações, mais de 70 manifestações e várias que ainda não foram impressas, uma participação bastante expressiva.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram.

Agradecemos aos Senadores aqui presentes, Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Simon, e também aos demais Senadores que por aqui passaram. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite-me, Presidenta. Essa foi uma das melhores audiências públicas presididas por V. Ex^a na CDH.

Parabéns a V. Ex^a. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador.

Também agradecemos a presença do Senador Jayme Campos, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Aníbal Diniz e do Senador Wellington Dias.

Agradecemos profundamente ao Ministro Gilberto Carvalho, ao Professor José Geraldo, ao Ronaldo e à Maria Emilia pela presença.

Agradeço a fala do Raul Cardoso, do Anderson Amaro e da Maria do Carmo Albuquerque.

Muito obrigada.

Um abraço a todos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA 50^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA N^o 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa, ambas da Câmara dos Deputados: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 66 de 2014-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe e outro, aprovado em 16/07/2014, para “esclarecer graves ocorrências de violação aos direitos humanos e de acesso a tratamento adequado de saúde na CASA DE SAÚDE DO ÍNDIO (CASAI), pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá e Norte do Pará, localizada na cidade de Macapá/AP”. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e, às quatorze horas e trinta e três minutos, passa a presidência para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente João Capiberibe passa a palavra para os convidados nesta ordem: Simone Angélica Alves de Souza Costa, Enfermeira da Casa de Saúde do Índio – CASAI; Kumaré Waiápi, Cacique da Associação Waiápi Terra Ambiente e Cultura – WATAC; Ana Maria Quaresma de Souza, Servidora Pública da Casa de Saúde do Índio de Macapá-CASAI; Silvia Nobre, Tenente do Exército Brasileiro, médica e integrante da etnia Waiápi; Antônio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos senhores Senadores e à Deputada Federal Janete Capiberibe, na qualidade de membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 50^a Reunião da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, nos termos do Requerimento nº 66, de 2014, da CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 16 de julho de 2014, para esclarecer graves ocorrências de violação aos direitos humanos e de acesso a tratamento adequado de saúde na Casa de Saúde do Índio, pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá e Norte do Pará, localizada na cidade de Macapá (AP).

Convidado, para compor a Mesa, o Senador João Capiberibe, autor do requerimento, que irá presidir esta audiência pública, e a Deputada Federal Janete Capiberibe, que é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Também convidado, para compor a Mesa, o Sr. Antônio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai).

Seja bem-vindo, Sr. Antônio.

Convidado ainda a Srª Simone Angélica Alves de Souza Costa, enfermeira da Casa de Saúde do Índio, e Silvia Nobre, Tenente do Exército Brasileiro, falando como médica e integrante da etnia waiãpi.

Por favor, Silvia, sente-se aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tenente do Exército Brasileiro, falando como fisioterapeuta, biomédica e integrante.

Depois o Senador João Capiberibe vai organizar isso aqui.

Também convidado o Sr. Kumaré Waiãpi, Cacique da Associação Waiãpi Terra Ambiente e Cultura, e a Srª Ana Maria Quaresma de Souza, servidora pública da Casa de Saúde do Índio de Macapá.

Seja bem-vinda.

Vou apenas fazer uma rápida introdução ao tema. A audiência pública será presidida pelo Senador João Capiberibe.

É uma alegria recebê-los e recebê-las aqui para a realização desta audiência pública a fim de esclarecer graves ocorrências de violação aos direitos humanos e de acesso ao tratamento adequado de saúde na Casa de Saúde do Índio, pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá e Norte do Pará, localizada na cidade de Macapá/AP.

Parabenizo aqui o Senador João Capiberibe, que tem uma atenção especial à realidade dos povos indígenas, especialmente do seu Estado, o Estado do Amapá.

Também quero parabenizar a Deputada Federal Janete Capiberibe, que é membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que, em conjunto com esta Comissão, realiza esta audiência pública.

Quero desejar que esta audiência possa ser bastante produtiva, como têm sido as audiências públicas aqui no Senado Federal. Não é a primeira vez que a Comissão de Direitos Humanos se reúne para discutir a questão indígena, mas esta audiência pública tem um caráter especial, que é discutir a questão da saúde, da Casa de Saúde do Índio do Amapá. Então, é uma questão importantíssima, e nós precisamos, realmente, oferecer, aqui, a nossa contribuição, fazendo este debate e tirando deste debate alguns encaminhamentos.

Então, eu vou passar a Presidência ao Senador João Capiberibe, para que possa conduzir os trabalhos desta audiência pública. Eu vou estar aqui, participando como membro desta Comissão.

Então, Senador João Capiberibe, por favor, ocupe esta cadeira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, da Comissão de Direitos Humanos, parceira de trabalho em oitivas, em questões importantes, na garantia dos direitos humanos de todos os brasileiros e, principalmente, daqueles que não têm voz. Esta é a Comissão que recebe segmentos da nossa sociedade cujos direitos são desrespeitados. Nós tratamos de ouvi-los e de encaminhar os seus pleitos.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer a todos os convidados: ao Secretário Nacional de Saúde Indígena, que atendeu ao nosso convite; à Drª Silvia, que é fisioterapeuta e pertence à etnia waiãpi, situada a oeste de nosso Estado; e ao cacique Kumaré, que eu conheço de muitos anos. Eu tive a felicidade de participar da festa de demarcação da Terra Indígena Waiãpi, uma área de 540 mil hectares, um processo de autodemarcação, um dos processos mais bonitos de demarcação de terra indígena de que nós tivemos a oportunidade de participar. Também cumprimento a Deputada Janete Capiberibe, que deu origem a esta audiência pública, a enfermeira Simone e, também, a Ana Maria Quaresma, que é servidora pública federal da Casa de Saúde Indígena do Amapá.

Eu espero que tenha cumprimentado todos.

Esta audiência pública teve origem a partir de uma denúncia da enfermeira Simone, falando das condições precárias de atendimento às populações indígenas.

A Deputada Janete foi até a Procuradora Federal Deborah Duprat para ofertar essa denúncia, e a Procuradora declarou que não haveria razão para a precariedade do atendimento, já que os recursos destinados à Casai do Amapá seriam suficientes para atender àquela população, que não é uma população tão grande. Eu confesso que varia, talvez, entre 8 e 14 mil – alguém da Funai poderia confirmar com mais precisão esses dados –, até porque a Casai atende os povos indígenas do Amapá, cuja população gira em torno de 6 mil habitantes, e do norte do Pará, da Serra do Tumucumaque.

Eu levantei, no Portal da Transparência do Ministério da Saúde, que o Fundo Nacional de Saúde destinou à Casai Amapá o valor de R\$8.918.132,92 – R\$8,9 milhões – em 2013.

O objetivo nosso é saber qual é a razão, havendo recurso, de o atendimento ser precário. Se não houvesse o recurso, evidentemente, se entenderia, mas, havendo disponibilidade de recurso, é necessária, é claro, uma explicação dos executores, dos gestores desses recursos financeiros do Ministério da Saúde.

Nós, evidentemente, queremos saber como esses recursos são aplicados – R\$8,9 milhões em 2013. Em 2014, já foram executados, pelo que eu tenho aqui, pelos dados da transparência do Ministério da Saúde, R\$3,672 milhões.

Então, vamos ouvir os convidados.

Inicialmente, esclareço, também, que esta audiência é conjunta da Comissão de Direitos Humanos do Senado e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e teve origem a partir de uma denúncia formulada pela enfermeira Simone. A Deputada Janete Capiberibe foi à tribuna da Câmara e apresentou a denúncia. Então, a partir daí, nós tomamos a iniciativa de entrar com um requerimento, que a CDH aprovou, e, hoje, nós realizamos esta audiência.

Para iniciarmos, eu gostaria de passar a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SR^a JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Obrigada, Presidente João Alberto Capiberibe, Senador.

Minha saudação à Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senadora Ana Rita.

Sáudo o Sr. Antônio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai).

Minha saudação à Simone Angélica Alves de Souza Costa, enfermeira da Casa de Saúde do Índio (Casai).

Sáudo a Silvia Nobre, Tenente do Exército Brasileiro, falando como biomédica e fisioterapeuta.

Minha saudação ao cacique da Associação Waiápi Terra Ambiente e Cultura, Kumaré Waiápi; e a Ana Maria Quaresma de Souza, servidora pública da Casa de Saúde do Índio de Macapá, a Casai.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema desta audiência pública, eu quero pedir, aqui, o apoio ao líder indígena Davi Kopenawa, ameaçado de morte, em Roraima, por sua luta contra a garimpagem ilegal e a retirada de riquezas naturais da Terra Indígena Yanomami.

Nós mesmas já apoiamos, em diferentes momentos, os índios yanomamis, por conta da invasão de garimpeiros, com equipamentos muito grandes e pesados, na sua área já demarcada e homologada, para a retirada do ouro da Terra Indígena Yanomami.

Proponho que todos nos manifestemos para que o Poder Público garanta a vida do Davi Kopenawa e combata os crimes ambientais, de evasão de divisas e, especialmente, de violação dos direitos humanos desse líder indígena yanomami, conhecido mundialmente, neste momento que ele vive. Nós não queremos a eliminação física do Davi, porque ele representa um povo que lutou para ter a sua terra demarcada. O presidente Lula, no seu governo, propiciou esse acontecimento, atendendo ao desejo e à necessidade do povo indígena yanomami.

Agora, no que diz respeito ao tema desta audiência pública, agradeço, mais uma vez, Senadora Ana Rita.

Nós estamos em um período em que não é muito fácil uma Comissão realizar uma audiência, mas eu quero dizer que tornei público o abandono da saúde indígena na Casai Macapá no plenário da Câmara e ao Ministério Público Federal à Dr^a Deborah Duprat, que é uma defensora dos direitos humanos dos povos indígenas, conforme denúncia que recebi da enfermeira Simone, que agora sofre retaliações por causa da sua determinação de querer ver garantidos os direitos dos índios à saúde pública gratuita e de qualidade. Outra funcionária da Casai Macapá nos confirmou as denúncias que fizemos aqui da tribuna, no Plenário Ulysses Guimarães.

A Sesai Amapá recebeu mais de R\$8 milhões em 2013, mas a Dr^a Deborah Duprat nos informou que o loteamento de um órgão tão importante para a vida do povo indígena não poderia acontecer mais. Vivemos no Amapá e sabemos que o PMDB no Amapá indica a Casai, a Funasa. Então, sobra descaso, má gestão, desinteresse e desrespeito para com os povos indígenas que estão precisando dos cuidados da saúde na Sesai Amapá.

A enfermeira Simone, a Silvia, o Kumaré aprofundarão, assim como a Sr^a Ana, a situação da Casai Macapá. Por isso, não vou me deter nela. Adianto ao Secretário Antônio, Dr. Antônio, que é urgente uma ação imediata do Governo Federal, do Ministério da Saúde. As denúncias se repetem. Nós nos preocupamos em que a omissão e a má gestão prejudiquem as populações indígenas do nosso Estado do Amapá, também a má gestão ali, na Casai Amapá.

Ainda na época da Funasa, temos exemplos que não são muito positivos com relação aos benefícios que os índios têm, desse orçamento da saúde. Sob gestão do PMDB na Funasa, em 2011, há uma auditoria da CGU, em que um relatório de 389 páginas comprovou o prejuízo de R\$6,2 milhões, fraudes em licitações, compra de remédios e outros produtos, com preços acima dos praticados no mercado e pagamentos indevidos por serviços não prestados. O dinheiro, segundo a Polícia Federal, parte dele, foi parar na conta do PMDB local para financiar as campanhas a prefeitos de dois irmãos do ex-Senador Gilvam Borges, do PMDB. Por essas práticas que se repetem, onde quer que o PMDB do Amapá coloque a mão, é que a saúde indígena do Amapá está na dificuldade nesse momento. Quem sofre são as populações indígenas.

Os cidadãos indígenas não podem ser submetidos a essa situação por conta de composições políticas. O Ministério Público Federal nos afirmou que não deveria existir mais loteamento político em órgão de tão grande importância para os povos primeiros, aqui no nosso País. Merece, assim, nossa indignação o fato de que servidores que primam pela qualidade do serviço público sejam ameaçados, como é o caso de quem denuncia a situação atual. Pretendo ouvir da Sesai medidas concretas para solucionar o problema, não medidas paliativas tomadas emergencialmente após a denúncia que fiz ao Ministério Público Federal em 21 de maio, ao discurso que proferi, da tribuna da Câmara dos Deputados no dia 22 de maio e ao requerimento de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que aprovou, em 11 de junho, esta audiência pública.

Queremos saber os motivos de termos chegado a uma situação tão degradante e terem sido mantidos os gestores, que são os responsáveis, pois eles estão à frente da execução do orçamento da Casai e da Sesai Amapá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Deputada.

Eu estou aqui fazendo o cálculo do tempo, Senadora Ana Rita. Aqui nós temos cinco depoimentos, e haverá Ordem do Dia lá pelas 17 horas, no mais tardar. Então, queria estabelecer o tempo de dez minutos com uma prorrogação de mais cinco. Isso daria 15. Eu acho que estariam de bom tamanho dez minutos com uma prorrogação de mais cinco. Pode ser?

Eu queria acrescentar algo no que adiantou a Deputada. A assistência à população indígena no nosso Estado, principalmente pelas instituições federais, tem um histórico muito negativo. No caso específico da assistência através da Funasa, antes da criação dos distritos indígenas – na época em que fui Governador, terminamos influenciando muito para que isso acontecesse –, nós descentralizamos a nossa relação com os povos indígenas do Amapá, através das suas associações. Foi uma experiência muito bem-sucedida. A União terminou entrando por esse viés da descentralização.

A Fundação Nacional de Saúde – eu confesso que não tenho levantamento –, durante 20 anos ou mais, investiu na área de saneamento das aldeias indígenas. E, por incrível que pareça, Senadora Ana Rita, até hoje nenhuma das aldeias conta com água tratada. E os investimentos foram altos. Em algumas delas, no norte do Estado, como em Kumarumã, um aldeamento com uma população de 2 mil pessoas, você não encontra água tratada, mas encontra castelos construídos, canos abandonados. Ou seja, os recursos foram alocados. O único aldeamento que conta com água tratada é a aldeia do Manga, na margem do Rio Curupi, que foi construído quando eu era Governador, onde implantamos uma estação de tratamento de água. Esses investimentos da Funasa não se concretizaram, e foram milhões e milhões de recursos investidos.

A minha preocupação é que possa estar ocorrendo... Quando se olha, rapidamente, a execução financeira, eu já observei aqui, por exemplo, que, em diárias civis, foram consumidos R\$750 mil. Aí comparo com o Senado Federal. O Senado Federal, no ano passado, por exemplo, que tem 10 mil servidores públicos e 81 Senadores, que viajam pelo mundo todo, gastou R\$1,250 milhão. A Casai Amapá gastou R\$750 mil.

Então, o que mais me interessa é saber o seguinte: como esses recursos estão sendo aplicados?

Agora, vamos ouvir a autora da denúncia, a enfermeira Simone. Eu acho importante nos situarmos.

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Muito boa tarde. Quero cumprimentar, nesta tarde, todos que compõem esta Mesa: o nosso Senador João Capiberibe; a sua esposa, Deputada Federal Janete; o Secretário da Sesai, Dr. Antônio Alves; a Diretora da Casai, Ana Quaresma; a Tenente Silvia Waiápi e o Cacique Kumaré Waiápi.

Nesta oportunidade de tratar sobre a saúde indígena, eu fiz essa denúncia baseada na minha vivência com os indígenas desde 2010. Eu fui coordenadora técnica interina do DSEI Amapá, em 2010, por uma ONG, ainda na época da Funasa, e pude observar e conviver com muitas irregularidades.

Aos meus olhos, naquela época, eu não tinha tanta visão, porque eu não tinha tanto acesso, como tive desta outra vez, que passei a trabalhar na assistência e viver na pele...

Então, em 2012, quando fui trabalhar na Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), através do processo seletivo, vivenciei situações críticas, como vocês verão nas imagens e, na função de coordenadora e com a experiência que eu tinha de equipe, vi uma necessidade urgente de agir. E, paralelo a isso, procurei apoio

à minha administradora, a Diretora Ana Quaresma. Fiz inúmeros documentos, solicitando alguns serviços e, como vocês verão na apresentação...

Aqui, uma breve apresentação da minha pessoa: sou enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Amazonas, em Manaus, especializada em UTI, com ênfase em urgência e emergência; sou bioeticista em saúde pela Universidade Católica de Uberlândia; sou enfermeira do trabalho e, agora, em maio, concluí Doenças Crônicas Não Transmissíveis pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Gostaria de começar falando que a Casai, como já foi colocado pela Secretária da Sesai, Verbena, e pela própria diretora, gestora, Nilma Pureza, é de atenção de média e alta complexidade. Porém, muitos aqui podem observar e pesquisar no site do Portal da Saúde do Governo Federal que a Casai, atualmente, não atende nem a saúde básica, muito menos a saúde de média e alta complexidade.

A Constituição de 1988 nos garante saúde, que é um direito de todos e dever do Estado.

A Lei nº 8.080. Por que eu trouxe isso? Porque, nessa lei de setembro de 1990, foi implantado o Capítulo V, que fala do subsistema da saúde indígena. É a lei que trata e detalha como devem ser tratados os povos indígenas no âmbito da saúde. E há uma parte aqui, que eu gostaria muito de ler, que é a letra F do art. 19 dessa lei – sou apaixonada pela letra F desse subsistema –, que diz assim:

Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e a especificidade da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

Então, o índio tem garantidos todos esses direitos, e a Casai, por ser uma casa de apoio à saúde indígena, por abrigar esses índios, não cumpre essa lei. Por quê?

Voltando aqui para não perder – senão, não vai dar tempo...

Os meus objetivos com essa denúncia foram: planejar e direcionar as ações de saúde de forma mais acertada, dinâmica e eficiente, visando à população indígena; adequar as normas e legislação vigente; atender as premissas básicas de um setor de saúde, já que isso não acontecia – o índio não era tratado como um paciente; zelar pelo cumprimento das diretrizes do SUS e das leis complementares específicas para a saúde indígena.

Quando aconteceu a denúncia, comecei a sofrer perseguição por parte da minha chefe imediata. A primeira denúncia foi feita pela Tenente Silvia Waiãpi ao povo dela – uma das vítimas até está aqui, Namirom Waiãpi, que foi deixado ao sol. Daí, então, passei a sofrer retaliação. Fui removida do meu local de trabalho duas vezes e, por fim, a gestora me encaminhou para o Parque do Tumucumaque.

Nessa situação, fiquei transtornada, tive de procurar acompanhamento psicológico, porque eu amo trabalhar com a saúde indígena, e essa psicóloga me encaminhou para o psiquiatra, para que ele me prescrevesse algo para dormir. Eu não dormia, porque sentia vontade de voltar a trabalhar com os indígenas. E eu já ouvia conversas de que a chefe não ia renovar o meu contrato porque eu tinha hospedado a Silvia Waiãpi na minha casa.

E eu a hospedei, porque a Silvia é minha amiga particular.

Então, aqui estão alguns documentos. Eu trouxe cópias desses documentos, encaminhados para a minha chefe. Naquele primeiro documento ali estou pedindo providências no serviço de lavagem de roupas de cama e material hospitalar, com urgência. No corpo do texto, peço para conseguir imediatamente três colchões, porque havia indígenas dormindo pelo chão. Ela ficou muito furiosa quando recebeu esse documento e sequer o passou para frente. Ficou na sala dela; ela me devolveu, dizendo que eu sabia que ela não tinha condições de providenciar aquilo. E me devolveu de uma maneira muito ríspida.

E continuei fazendo outros documentos da segurança orgânica da Casai; nós não tínhamos segurança, vigilantes. Como é terceirizado, estava há algum tempo sem. Então, a gente ficava muito vulnerável lá dentro. Para completar, estava sem portão, com um muro derrubado. A gente estava muito vulnerável lá, tanto os indígenas, como todos os profissionais. Também pedi a ela providências. Ela também não gostou. Ligou para mim durante o meu almoço, falou muitas coisas comigo, que não gostou de eu ter feito esse documento.

Por fim, há outros documentos que não coloquei, para não tomar muito tempo, mas há um muito especial. Sugerí a criação do livro de normas e rotinas, que não tínhamos na Casai. Sugerí isso, porque eu já tinha uma experiência com isso. Trabalhei na UTI durante dois anos como coordenadora e formulei o livro de normas e rotinas desse setor, que é conhecido também como POP (Procedimento Operacional Padrão). Ele tinha mais de 5 mil páginas. Eu queria implementar isso na Casai para dimensionar e direcionar o serviço de toda a equipe, não só da enfermagem – da nutrição, fisioterapeuta, assistência social. Fiz o documento, conversei com algumas colegas, mas não vi interesse de nenhuma. Então, fiz sozinha, encaminhei para ela, sugerindo a criação. E, no começo do documento, se vocês observarem – não dá muito para ler –, eu coloco: "Srª Diretora da Casa de Saúde do Índio, venho por meio deste tratar a pauta, a saber [...]" procedimentos, eventos, coisas

que aconteceram. Conto episódios de técnicas de enfermagem que não obedecem às enfermeiras, porque lá há técnicos concursados, os mais antigos, e há os do contrato. E os antigos não obedecem, porque qualquer coisa que acontece, eles se reportam a ela. Então, eu coloquei que isso não era certo, que eles tinham de se reportar à enfermeira, e tal. Fiz isso com educação, com jeitinho, sugerindo. E eu gostaria que o colega soltasse o áudio, por favor, a resposta dela quando entreguei esse documento. Espero que saia. (Pausa.)

É só clicar em cima. (Pausa.)

Não? Infelizmente, mas ali ela briga comigo, fala que é besteira, que é bobagem esse documento, que eu a agredi, que eu não deveria ter feito um documento daquele; que ela se sentiu, sim, agredida por mim

Infelizmente, vocês não escutaram isso. Então, mais documentos, mais documentos.

Aqui, a recepção da Casai...

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Acabou o tempo?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Não, tem mais cinco minutos. (Fora do microfone.) Pode continuar.

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Também tinha uma gravação de um vigilante, mas vou colocar aqui, que está no meu celular. (Pausa.)

(Execução de áudio via celular.)

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Então, ele vai contando aqui muitas coisas, fala que procurou a direção para pedir treinamento para a equipe.

Aqui, a Casai atual. Ali é o consultório do enfermeiro; ali, uma maloca onde o médico atende os indígenas. Foi colocado um médico em abril, depois de reivindicações. As enfermarias são três, mas, na realidade, só funcionam duas; a pediátrica não funciona e está servindo de depósito.

Essas são fotos do começo deste mês.

Vou passando, porque, infelizmente, o tempo não vai dar. Quero mostrar as imagens.

Primeiro, essa cama que vocês estão vendo é uma cama box doada por mim em 2012 para um indígena que tinha problema de coluna. Não era aí o local dela. Ela deveria ficar na maloca. Aquela outra cama de madeira não é apropriada para a enfermaria, porque não pode ser desinfectada com álcool. Ali embaixo, se vocês observarem, há um colchão.

O isolamento. Existe um isolamento lá, sem mobília adequada. Essas fotos foram tiradas agora, recentemente. Não tem nada. Não tem ventilação, como prevê a Anvisa. Não tem nada.

Esta é a sala das enfermeiras. Não tem como fazer uma triagem, um atendimento.

A sala do curativo. A maca da denúncia continua lá, gente. Essa foto foi tirada no início de agosto. A denúncia foi feita no começo do ano. A maca continua lá. O Secretário da Sesai esteve lá. Estava bonitinha, forradinha, mas, levantando, continua lá. Isso é degradante.

Olha a escadinha como é. Essas fotos foram tiradas agora, há dois dias.

Essas fotos são da denúncia da Silvia. É só para mostrar a maca ainda enferrujada, que agora está pior.

Essa salinha aqui embaixo é a sala do curativo, micro. Os profissionais que fazem a medicação ali não conseguem se movimentar direito. É superquente, sem ventilação.

Não tem sala de vacina. E podem falar: "Mas não está na cidade?" Mas tem que ter, porque os índios da cidade têm que se reportar à Casai. Temos que ter nossa sala de vacina na Casai, sim.

O laboratório é isso aí. Não tem nem onde coletar o sangue do paciente. Isso está hoje lá.

A superlotação continua.

Essa é uma equipe do Exército que consegui trazer para a Casai, em 2012, porque meu esposo é militar e, através dele, consegui uma parceria com o Exército. O Exército doava muita coisa. Sempre estava presente com a gente.

Essa foi uma ação de três dias que eles fizeram. Levaram medicamentos, tinha enfermeira, tinha técnico de enfermagem. Era tudo deles. Eles levaram tudo. Até estetoscópio foi eles que levaram.

Esse é o repouso dos técnicos hoje. Essas duas camas também fui eu quem doe, porque a gente não tinha onde dormir. Plantão noturno? Eu levava a minha caminha desmontável e repousava. Em nenhum momento a administração se preocupou com isso.

Continua o alojamento dos profissionais, o que ficou para eles. Tem armário. Na enfermaria não tem armário. Os índios colocam suas roupas onde dá. Armam varal, penduram em cima das camas, em redes, em corda.

Isso é uma cozinha onde os técnicos fazem a sua própria comida. A Casai não oferece comida para os seus funcionários. Trabalhamos em plantão de doze horas e temos obrigação de receber alimento. Não rece-

bemos. Quem come lá tem que fazer sua própria comida. É feita uma coleta, uma vaquinha e um funcionário sai da assistência para servir de cozinheiro.

Aí, tem uma colega fazendo a comida.

Esse é o lugar onde a gente fazia palestras, porque não tinha local próprio, exclusivo para a equipe de saúde multidisciplinar se reunir. Os índios ficavam... Eles são curiosos. Eles ficam observando. Então, não tem como a gente desenvolver uma atividade, porque eles querem perguntar, eles querem saber, e isso interfere um pouco no andamento.

Ali era a lavanderia antiga. Tem som.

Esse primeiro som é uma discussão da gestora punindo e brigando comigo e outra enfermeira porque ela comprou material para fazer limpeza e relatou no livro, e os técnicos todos assinaram, porque participaram dessa limpeza da sala. Limpou. Várias vezes ela limpava. Então, ela fez o documento. A diretora levou para ela a situação, e a gente foi chamada ao DSEI. Ela fala muito, fala que já gastou muito, que achava isso uma miserabilidade a gente está reclamando por algo que gastou. Infelizmente não tem som. Vocês iriam ouvir ela mesma falando.

A sala de lazer...

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Vou passar algumas fotos porque quero chegar aqui.

Mais dois minutos? Tá.

A ambulância que o Secretário de Saúde viu na Casai está parada desde 2011. Está bonitinha, lavadinha, mas com o pneu furado há muito tempo. A mecânica dela não é boa. Ela foi arrumada ela ONG Apiwata em 2011, para ser levada para uma aldeia, mas estragou; retornou e está no pátio da Casai, parada, não anda. Ela colocou lá, bonitinho, para o Secretário, quando esteve visitando lá no dia 24, agora. Ele esteve visitando e viu a Casai muito bonitinha.

Infelizmente não tem som. Esse indígena conta a história dele.

Ah, esse vídeo passa.

Ela xinga esse indígena, toma o celular dele porque ele bebeu.

Eu gostaria de mostrar para vocês que a nossa administradora da Casai não tem qualificação, nem perfil para o cargo. Ela é concursada como datilógrafa. Ela não tem nem o mínimo da saúde para chefiar a Casai, que lida com a saúde, com uma equipe multidisciplinar, com médico, enfermeiro, fisioterapeuta, assistente social. Enfim, com quem entende.

Aqui é a visita do nosso Secretário no dia 24 de julho.

Aqui é no dia 24 de julho ainda.

No dia 28 de julho, nossas caminhadas, como são na realidade. Não são forradinhas, bonitinhas daquele jeito. Essas fotos foram agora, de julho.

A cama que eu doei continua lá ainda, graças a Deus.

Isso aqui eu quero muito mostrar. Os índios sobrevivem comendo este tipo de alimento: caça. Todos aqui sabem disso. Eles usam isso para sobreviver; a nossa chefe usa para se divertir.

Olha só: "Banquete para não índio". O que ela postou na rede social do grupo da Sesai. "Adoro jacaré assado na brasa com Coca-Cola. Luxo que só o DSEI pode nos proporcionar. Quem já provou sabe do que estou falando. Aldeia Kumarumã".

Então, ela usa... Os profissionais veem a gestora fazer isso. O que eles vão fazer?

Esse aqui é nosso posto na aldeia Mariru.

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Quero mostrar uma coisa. Não posso ir embora sem mostrar. Os tiryós me pediram muito.

Em abril, teve a mobilização dos povos indígena. Todas as etnias se reuniram no dia 17. Foram mais de 300 lideranças. Eles colocam ali embaixo:

Enfatizamos nosso total repúdio a qualquer forma inadequada de posicionamento ou resposta a questionamentos de nossas lideranças indígenas por parte dos gestores das instituições e segmentos que atuam junto aos povos indígenas na nossa região. Tomamos como exemplo o posicionamento intimidador e ameaçador da gestora do DSEI Amapá e Norte do Pará em resposta a nossas reivindicações e questionamentos das lideranças indígenas nessa mobilização, quando questionada sobre os diversos problemas na atenção à saúde dos povos indígenas. Repudiamos essas atitudes.

Então, os próprios indígenas repudiam a forma de ela os tratar.

Trouxe – está aqui – o abaixo-assinado com mais de 180 assinaturas de Lideranças. Tem uma cópia que eu trouxe para mostrar e deixar.

Tenho provas de tudo isso que mostrei. Tem som. Gravei em CD o áudio e os vídeos.

Infelizmente, fui demitida. Eu era contratada, mas não renovaram o meu contrato. Tive o meu pagamento suspenso. Por fim, ela disse que não precisava dos meus serviços. Em um documento anterior, ela fala que o DSEI tem carência de enfermeiro, mas, no mês seguinte, ela me demite.

Essa denúncia eu fiz porque vi a necessidade de uma intervenção. Tive coragem de fazer. Não me arrependo e faria outras vezes, porque o índio tem sentimento, o índio sente saudades, o índio precisa de atenção. Ele é protegido por lei de todas as formas. Então, temos que fazer valer isso. Se os gestores demonstram para os seus subordinados um compromisso com a saúde indígena, com certeza, os funcionários vão seguir o exemplo deles.

Espero que o que vai ser falado aqui não fique só aqui, mas que providências sejam tomadas para o bem-estar dos indígenas, porque eles precisam e merecem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado, Enfermeira Simone.

Realmente é uma denúncia que merece toda nossa atenção. Certamente, suas palavras não ficarão apenas aqui. Algumas providências certamente serão tomadas pelo Ministério da Saúde. Está aqui presente o Secretário Especial da Saúde Indígena e também membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, que darão encaminhamento. Tomaremos providências.

Vamos ouvir o cacique Kumaré Waiápi, que é da Associação Waiápi Terra Ambiente e Cultura.

O SR. KUMARÉ WAIÁPI – (Fala em língua indígena.)

Boa tarde a todos e todas.

Sou Kumaré Waiápi e moro na aldeia onde minha comunidade está. Além disso, sou do Conselho Waiápi, Apina. Sou representante da comunidade do Waiápi.

Como todos falam da saúde, realmente essa saúde é muito difícil, muito precária nas aldeias. Existem no Amapá três etnias. Esse problemas para a gente... Nós, como indígenas do Amapá, sempre nos reunimos para resolver a nossa saúde, para melhorar nossa comunidade.

Isso, para a gente, indígenas do Amapá, nós repetimos muito. Essa não é uma palavra nova que eu trouxe para cá, para Brasília. É uma palavra antiga que nós repetimos. Por isso, nossas reivindicações estão repetidas.

Onde nossa comunidade está, nas aldeias, ela sofre muito. Sofremos por causa de medicamentos. Os medicamentos não chegam às aldeias. É muito difícil chegar. O transporte não chega. O carro de saúde não chega à nossa aldeia. Temos carros velhos. Quando chegam lá carros velhos, chegam à aldeia Waiápi, só passam dois dias, quebrando. Não tem nem tração. Então, esta é a nossa reivindicação: a nossa aldeia precisa de carro para transporte para paciente, um carro novo, com tração. Uma ambulância é muito importante para a gente. Essa nossa reivindicação é de muito tempo. A nossa aldeia não tem transporte.

A Coordenadora Nilma Pureza, na nossa aldeia, nas assembleias, prometeu, pessoalmente, à comunidade de Waiápi, porque as lideranças precisam de transporte como a voadeira, como se chama, mas botou de popa.

Então, a Nilma prometeu, mas até hoje não chegou. É muito difícil.

As lideranças cobram da Sesai/Macapá. Sempre a Coordenadora Nilma diz que não chega dinheiro a Macapá, que Brasília não manda, que Brasília segura muito os recursos para os indígenas. Então, há muito tempo não chega recurso ao Amapá. Até hoje, nossa comunidade Waiápi está esperando.

Essas são as nossas reivindicações.

Outra reivindicação também: para o paciente, na aldeia, é muito difícil ter tratamento, porque não tem transporte para ele ir para a Casai de Macapá. É isso que queremos melhorar.

Outra, a construção de postos de saúde. Não tem nas aldeias. A Sesai prometeu muito que vai fazer a construção de postos de saúde nas aldeias. Até hoje não têm. Na aldeia Mariru tinha posto da Funai antiga-mente. Esse posto da Funai da Mariru acabou. Não somente precisa de posto a Mariru; cada aldeia precisa de posto de saúde. Isso é importante para a gente. Queremos melhorar o atendimento de saúde nas nossas aldeias.

A Casai, na cidade, tem uma casa de apoio, como chamamos. É muito difícil para a gente. Quando chega paciente a Casai, em Macapá, não tem medicamento, não tem transporte para levar o paciente no hospital.

Só fica paciente na Casai aguardando para fazer consulta quase três meses esperando, porque não tem dinheiro. Então, esse é o problema. Por isso, o paciente, quando chega à Casai, em Macapá, o paciente que tem que comprar remédios em particular, para tomar. O paciente não tem dinheiro. De onde é para tirar o dinheiro para comprar remédio particular para ele? Então, esse é o problema para a gente.

Nesse Parque do Tumucumaque, nossos parentes sofrem muito por causa de transporte também. Só pagam transporte de voo, aéreo, em particular, também. Então, isso é problema para a gente.

Nós queremos que melhore atendimento da nossa saúde na Casai também. Então, na Sesai não estão respeitando nossa saúde.

Nós já conversamos muito com Nilma Pureza e com a coordenadora da Casai, Dona Ana, também, só que até aqui não resolveu nada! Por isso, nós indígenas do Amapá procuramos onde podemos resolver esse problema o mais imediatamente possível, porque a saúde precisa melhorar.

A doença, como nossa liderança está falando, não espera. Nós somos seres humanos também. Casai é muito difícil pra gente. Quando tem parente que está na Casai, não tem transporte para que ele volte para a aldeia. Paciente de alta fica na Casai um ano, até que pegue outra doença. Isso nós queremos melhorar!

Por isso, nós sempre conversamos com a coordenadora de Macapá na Sesai, Nilma. Nós repetimos muito para eles. E outra: quem pode resolver isso para a gente? Nem chega o responsável pela saúde indígena, Antônio Alves. Ele não chega a nossa aldeia, onde nós estamos, nas nossas comunidades.

(Soa a campainha.)

O SR. KUMARÉ WAIĀPI – Só fica aqui em Brasília. Dessa vez, nós queremos que Antônio Alves chegue a nossa aldeia, onde está nossa comunidade.

Estão me entendendo? Eu estou falando muito mal o português. Se eu falar na minha língua, falo muito corretamente. Não tem problema que não estejam entendendo. Eu vou repetindo!

Então, era isso que eu queria falar na frente das autoridades, nossas autoridades. Nós queremos que nossas autoridades resolvam esse nosso problema de saúde urgente, porque já esperamos muito!

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, cacique Kumaré.

O cacique tem inteira razão. Essa dificuldade da saúde indígena vem de muitos anos.

Eu queria dizer o seguinte: queria informar ao Dr. Antônio Alves de Souza, que é o Secretário Especial de Saúde Indígena, que há muitos anos nós prestamos assistência às comunidades indígenas do nosso Estado e o local onde foi construída a Casai foi na frente de uma praça. Eu destinei, quando era prefeito de Macapá, essa área, e a construí quando era governador; foi reformada ultimamente. Então, a gente tem um trabalho e uma interação com os problemas das comunidades indígenas que vem de muitos e muitos anos.

Para informar às pessoas, a comunidade waiápi é uma comunidade tupi-guarani que faz parte da diáspora da costa leste brasileira; eles se internalizaram e hoje vivem numa região inusitada: nas fraldas da cordilheira da Serra Tumucumaque.

Em 1973, ainda no período da ditadura militar, decidiu-se construir a Perimetral Norte. Eram vários trechos e um deles começou ali no Amapá e contatou essa comunidade, que foi praticamente dizimada. Calcula-se que, de mais de mil indivíduos, restaram 150. De famílias inteiras restou apenas um indivíduo. Então, é uma história de muito sofrimento na relação com a comunidade envolvente.

O desvio de recursos públicos é algo que nos preocupa. Eu estava comentando aqui com a Drª Silvia que ano passado foram gastos... O cacique Kumaré fala que a Casai alega não ter recurso, mas o Ministério da Saúde transferiu, para equipamento e material permanente, R\$411 mil. E a Drª Silvia me mostrou uma relação de equipamentos doados por ela e pelo Exército à Casai do Amapá.

Também o cacique Kumaré fala da falta de investimentos na construção de prédios para abrigar postos de saúde na área indígena, mas vejo aqui que ano passado foram investidos R\$1,273 bilhão. Estou destacando aqui porque concreto é o recurso financeiro. Nós estamos discutindo gestão. Então, esses dois pontos me chamaram a atenção.

Então, nós vamos ouvir a servidora Ana Maria Quaresma de Souza. Eu gostaria até de saber se Ana Maria, que foi destaca para vir aqui, tem alguma função de direção, para fazermos anotação aqui.

A senhora está com a palavra.

A SRª ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Eu queria colocar aqui para vocês que trabalho com a saúde indígena há 17 anos. Só na Casai estou há 12 anos. Eu estive, pela primeira vez, na Casai, por três anos, saí e após seis meses retornei a pedido dos indígenas. Passei mais dois anos e oito meses. Saí por problema político, porque o Gervásio era coordenador da Funasa. E, em seguida, ele me pediu para retornar e me nomeou novamente como chefa da Casai. Nesse último período eu estou há seis anos; vai fazer agora dia 4 de novembro.

Eu quero colocar aqui para vocês que realmente, como a enfermeira Silvia falou, eu não tenho nível superior, tenho apenas o 2º grau. Mas, sinceramente, meu povo, eu não invejo nível superior de ninguém, porque tive uma criação muito boa, graças a Deus, e tenho muito amor no meu coração. Sempre trabalhei com muito amor e sempre trabalhei com os indígenas por amor.

Quero colocar para vocês que quando comecei a trabalhar na Casai, a minha gratificação era R\$350. Trabalhei por muitos anos por esses R\$350, porque era o disponível para eu ajudar os indígenas, quando era necessária uma roupinha para uma criança, alguma coisa. Nunca trabalhei por gratificação, foi por amor.

Depois que a Secretaria indígena foi criada, eu ainda passei um ano e seis meses trabalhando como voluntária na Casai, sem e seis meses trabalhando como voluntária na Casai, sem ganhar gratificação nenhuma devido a nossa redistribuição. Não foi disponibilizado nenhuma gratificação devido ao fato de que, quando a gestora fosse assumir, tinha que escolher a nova chefa da Casai. Ela tentou escolher outra pessoa e, no momento, os indígenas fizeram outro abaixo-assinado pedindo pra eu ficar na Casai. E eu estou até o momento. Já pedi para a gestora para eu sair por três vezes, mas infelizmente até agora não conseguimos uma pessoa para ocupar o lugar.

O que eu queria colocar é que eu não tenho nível superior, mas tenho uma experiência muito grande em trabalhar com indígena. Já andei em quase todas as áreas indígenas, passando muito sacrifício realmente.

Bom, gente, como o tempo é pouco, o que eu queria colocar para vocês é que, realmente no tempo da Funasa, como a Deputada Janete e o Senador Capiberibe colocaram, foi crítica mesmo a nossa situação no tempo da Funasa. Eu não vou mentir. Nós tivemos muitos problemas sérios. Mas com a criação da Secretaria, eu coloco pra vocês, mudou muito. Hoje está muito melhor. Muito melhor mesmo! Nós temos realmente recebido doações. Eu agradeço à Silvia Waiãpi, inclusive, que doou uns aparelhos que têm sido muito úteis para a casa, agradeço muito a ela, fui eu que assinei todas as doações que ela me passou. Foi ela que passou.

Queria colocar pra vocês que eu trabalho com muito amor na Casai, nunca tratei nenhum índio mal, nunca maltratei ninguém. Saem a hora que querem e voltam à hora que querem. Não tem essa coisa de maus-tratos, não.

Agora a Casai está reformada, está muito bonita, está muito boa mesmo, e os equipamentos estão sendo comprados. Se eu não me engano, o processo de compras pra várias coisas para Casai, para equipamentos para Casai parece que está aqui em Brasília. Não sei dizer porque quem poderia informar melhor seria a Nilma, mas ela não pôde vir porque estava doente. Eu também vim por muita força de vontade, porque estou com o meu esposo com câncer, está praticamente em fase terminal, tenho sofrido muito por causa disso, mas estou lá no meu trabalho até o último dia que a gestora decidir ou alguém decidir que eu tenho que sair.

Eu queria colocar aqui também que a enfermeira Simone disse que eu não encaminhei os documentos dela. Encaminhei sim. Todos os documentos são encaminhados. Tenho como provar isso. Todos os documentos eu encaminho para a Diasi e chegam à Coordenadora, que é a Nilma Pureza. Todos os documentos; tenho certeza absoluta.

Realmente se ela citou alguns defeitos meus aí, eu tenho, mas com certeza crimes eu não cometí com nenhum indígena, porque o meu telefone, o meu pessoal, porque agora que faz um mês que foi instalado telefone na Casai, o meu telefone, em qualquer hora da noite, da madrugada, eu estou pronta a receber a ligação e me dirigir à Casai. Nós temos um problema muito sério na Casai, que é bebida. E quanto a isso peço providências pra vocês, pelo amor de Deus! Nós já fomos até ameaçados de morte, indígena já tentou me bater, várias coisas por bebida, porque eu tento acalmar. Graças a Deus, há depoimentos de várias pessoas, eles me respeitam muito. Graças a Deus! Quando eu chego, eles vão se deitar e conseguem se acalmar.

Agora eu vou dizer sim. Eu acho que crime quem cometeu foi a Sra Simone, quando deixou uma índia... Às seis horas da tarde, ligaram do Hospital da Mulher pedindo pra eu pegar uma índia, que estava lá, de alta médica na maternidade. E eu liguei para a enfermeira que estava de plantão, que inclusive era uma moça que já tinha trabalhado comigo na Casai, Jaqueline, e pedi que ela deixasse a indígena que estava operada, com um bebê prematuro, na maternidade até pela manhã que eu ia providenciar um leito para ela ficar. Por quê? Porque estávamos numa casa muito pequena, que foi alugada, porque a casa estava em reforma e não tinha como abrigar. O que aconteceu?

Mais ou menos, meia-noite, a enfermeira Simone recebeu o recado que a indígena estava de alta, pegou o transporte da Casai, foi até a maternidade, trouxe a indígena operada e o bebê recém-nascido de sete meses e disse que procurou um leito e não conseguiu encontrar. Não me ligou, porque se ela tivesse me ligado com certeza eu traria uma rede para outro paciente e ia conseguir o leito para a paciente. Ela pegou a paciente e pediu para a paciente ficar dormindo no banco do carro, do nosso carro, até amanhecer o dia, operada, com um bebê recém-nascido de sete meses.

Então, gente, o que eu quero pedir aqui pra vocês é só o exemplo que eu vou dar de algumas coisas que foram cometidas: que se monte uma comissão de sindicância pra provar a minha inocência, porque, gente, há 15 anos que eu trabalho na saúde indígena. Não pode ser jogado fora dessa maneira!

Os indígenas, sim, são recebidos na Casai e encaminhados pra consultas médicas diariamente. A gente faz até coleta se for necessário, porque a gente não vai adivinhar qual a medicação que o médico vai receitar

para o paciente. Nós fazemos coletas para comprar medicação se for necessário; fazemos sim, todos nós fazemos. Todos nós já conseguimos muitas coisas para os índios, mas em nenhum momento nós ficamos relatando, porque é doação. A gente está fazendo de coração. Não precisa todo mundo ficar sabendo que estamos doando isso para o índio.

Outra coisa, o índio está tendo consultas sim. A gente está tendo uma demora muito grande devido às especialidades, porque são atendidos pela Secretaria de Saúde no Estado, no Hospital de Especialidade, e demora muito porque não tem, às vezes... O governador do Estado também está tendo problemas com os médicos. Às vezes, a gente vai consultar, ele não está. Aí o paciente volta. E isso vai começando a apertar a situação.

Por exemplo, dinheiro que nós temos pra receber, recursos para fazer exames... Graças a Deus, agora, semana passada, foram disponibilizados, através de uma reunião com a Nilma e o Dr. Jardel, vários recursos para exames, como tomografia, ressonância magnética, porque não tem como...

Então, é assim, a gente depende da rede SUS, depende de parcerias. A cidade está muito grande, cresceu muito. Nós não temos quase médicos na cidade. Alguns exames são encaminhados, a gente consegue, pelo Ministério Público, fazer alguns exames bem rápidos, em conversa com a Secretaria de Saúde, com alguns amigos nossos e consegue fazer os exames.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Então, é isso, gente que acontece. Eu peço mais uma vez que seja montada uma comissão que vá até o nosso Estado para apurar a realidade, porque existe muita mentira nessa situação.

Em nenhum momento, a Sr^a Silvia nos procurou para conversar. Durante esses 15 anos, eu conheci a indígena Silvia uns meses atrás. Eu tive oportunidade de falar com ela uma vez, porque eu estava com o meu marido passando muito mal no hospital e fui até chamada às pressas lá e consegui encontrar com a Silvia, que estava fazendo uma visita na Casai. Em nenhum momento, ela me procurou pra gente conversar. Realmente a área Waiápi precisa de ajuda urgentemente mesmo, urgentemente, mas na parte de bebida alcoólica está sendo cruel, cruel mesmo. Não tem nem mais o que a gente fazer.

Muito obrigada. O que eu tenho a dizer é isto: que os nossos índios não são maltratados, não, com certeza. Eles estão sendo atendidos, o carro está indo para a Waiápi duas vezes na semana, levando os indígenas, muitas vezes eles não querem, porque o nosso carro não dá para levar bastante material, que eles compram, aí eles fretam um carro pra ir. Mas a Waiápi está indo; duas vezes na semana tem carro. Nossa dificuldade está sendo um pouco para o Parque Tumucumaque, para Missão Tiriyó, mas assim mesmo a gente está conseguindo mandar os indígenas em tempo hábil.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Ana Maria.

Ana Maria, queria lhe fazer uma pergunta. Você tem alguma função específica na Casai? Ou apenas é funcionária, servidora pública?

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Eu sou chefe da Casai, fui nomeada chefe da Casai. Como eu expliquei (*Fora do microfone.*), estou pela terceira vez como chefe da Casai há doze anos; há seis anos agora, a terceira vez, vai fazer seis anos. Contando todo o tempo que eu passei, tem doze anos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – E a Sr^a Nilma Pureza é o que na Casai?

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Ela é coordenadora do Distrito, do DSEI.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Do Distrito?

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – É, do DSEI.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Ela está acima da senhora.

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Eu sou subordinada à Sr^a Nilma.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – E quem faz as compras pra abastecer...

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Isso seria a D. Nilma que teria que responder. Entendeu? Isso eu não posso responder porque eu estou na Casai há todo esse tempo, mas nunca, na minha vida, passou pela minha mão sequer um centavo em dinheiro para eu comprar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Entendi.

A SR^a ANA MARIA QUARESMA DE SOUZA – Eu queria colocar mais uma coisa. Eu acho que o Senador Capiberibe deve se lembrar de mim. Deve se lembrar da minha família, nós nos criamos no mesmo bairro desde a adolescência. Ele sabe a capacidade da nossa família, porque não sou só eu que estou assumindo esse cargo, tenho também parentes na Secretaria de Saúde, que são da família Quaresma. Nunca, nunca na minha vida, durante esses anos todos, eu respondi algum processo por roubou ou por outra coisa qualquer. Então, acho que eu mereço respeito.

Por isso, eu peço, mais uma vez, uma comissão para apurar a realidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado.

Ana Maria, não há nenhuma desconfiança em relação ao seu trabalho. A questão de gestão foge completamente à sua alçada. Você executa um trabalho direto. A ideia era ouvir exatamente os responsáveis pela execução orçamentária e financeira da Casai. Infelizmente não tivemos essa oportunidade.

Dando sequência, vamos ouvir a indígena Silvia Nobre.

A SR^a SILVIA NOBRE – (Fala em língua indígena.)

Primeiro, eu falo em minha língua para que vocês saibam que eu existo. Porque um povo que não preserva a sua identidade nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai.

Antes de eu começar a minha explanação, eu gostaria apenas de emendar com o áudio que foi gravado, quando Namirô, que está aqui em plenário foi torturado, submetido a ficar sob o sol quente por mais de duas horas, intencionalmente, para que ele morresse. Foi dado ordem pela Sr^a Ana que era para deixá-lo lá para morrer sob o sol quente. Ele foi socorrido pela enfermeira Simone, que foi ameaçada.

(Procede-se à apresentação de áudio.)

A SR^a SILVIA NOBRE – A senhora nunca os torturou, senhora? (Pausa.)

(Continua a apresentação do áudio.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Palhaço!

(Continua a apresentação do áudio.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Não quero repetir isso.

Cachaceiro.

(Continua a apresentação do áudio.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Tirou o celular dele e foi embora e só o devolveu três dias depois.

(Continua a apresentação do áudio.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Isso tudo, se vocês quiserem, vocês vão receber.

A minha explanação vai ser bem rápida, até porque eu aprendi e quero fazer uma reverência ao Cacique Juruna, que nos ensinou muita coisa com o jargão: "Cacique grava tudo". Hoje, nós gravamos, filmamos e fotografamos, porque nós sabemos que se nós não fizermos isso nós não podemos provar nada daquilo que falamos.

Saúde indígena: um labirinto político ou violação de direitos humanos?

Um povo que não preserva a sua identidade nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai.

Essa é um foto, na minha aldeia, o meu pai, Cacique Seremeté, minha mãe, Pupira, meus irmãos Cassiano, toda a minha família. Ali onde fica a terra indígena Waiápi, longe do Amapá, quase 300km; são mais de 200km da capital; são seis, sete horas de carro para que nós possamos chegar até o centro da cidade, para que possamos ter atendimento de saúde. Ao polo de saúde nós levamos oito horas de barco para poder chegar até lá.

No próximo eslaide eu falo que quando nós olhamos o outro como diferente e quando geramos em nós um estranhamento, estamos diante do etnocentrismo. E quando esse estranhamento gera necessidade de classificação do que nos é diferente, criamos então o estereótipo do que nos é alheio. Quando esse estranhamento gera um sentimento negativo em relação ao outro e quando esse sentimento inferioriza o outro, tem o racismo como comportamento desagregador que gerará a indiferença e a desigualdade.

Aqui nós estamos justamente para esclarecer essas graves denúncias de violação de direitos humanos e de maus-tratos ocorridos dentro da Casai, da Casa de Saúde Indígena, localizada no Estado do Amapá, na cidade de Macapá.

Aí, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Antonio Alves.

E vamos fazer o joguinho dos sete erros. Ali nós temos uma pulseira em pleno procedimento de curativo médico-cirúrgico; nós temos uma maca enferrujada; um lixo aberto; material de equipamentos de xerox, de cópias misturados com locais de medicação. Aquele dreno deveria estar abixo e não acima, porque está tendo retorno do material drenado desse abdômen para dentro da cavidade abdominal do paciente. Aquelas luvas são luvas de procedimento, não são luvas estéreis.

Próximo.

Logo depois, o antes e o depois, aquela barriga aberta, em cima daquela maca enferrujada, que vocês já viram, e que foi maquiada, daqui a pouco vocês vão ver um *show* de maquiagem que foi feito no DSEI, no dia 24.

Nós temos, ali, um procedimento que deveria ser feito de forma estéril, sendo feito de forma contaminada. Se vocês observarem bem no cantinho ali onde está aquela senhora com uma pulseira, vocês vão ver, além da ferrugem da maca, vocês vão ver que a perna da cadeira está toda enrolada com o papel para esconder a ferrugem, sendo que aquele local é para coleção de crescimento de bactérias e microrganismos.

Voltando um pouquinho, se vocês observarem no momento do curativo desse senhor que está de costas, nós temos uma mão encostada na parede, mais à frente, sendo contaminada para depois tocar no paciente.

Próximo.

Novamente outro procedimento sendo feito de forma contaminada. Isso são violações, porque se você é formado em saúde e sabe que o procedimento que você está fazendo está em desacordo com aquilo que você aprendeu, então não é culposo; isso é doloso! Porque você está atentando contra a vida de alguém. Você não pode realizar esse procedimento. Mas não, lá é feito assim mesmo.

Vejam: uma criança na mesma maca enferrujada. Vejam a forma como ele foi tratada.

Isso, senhores, é porque não é o seu filho, mas é meu parente! E eu não vou me silenciar. Poderia ser o meu filho. Se fosse o seu filho, o senhor estaria aqui no meu lugar, não estaria fazendo maquiagem, como fez no dia 24, como nós temos fotografia para mostrar para o senhor, lá.

Próximo.

Vejam como é o acesso para nós podermos ter saúde. O nosso difícil acesso dentro do rio.

(Soa a campainha.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Nós temos que alugar barco, nós temos que comprar gasolina.

Próximo.

A forma como eu tirei meu irmão de dentro da aldeia. Meu irmão tetraplégico. O meu outro sobrinho, esse de camisa preta, como leishmaniose. O outro, de camisa amarela, nós tivemos que abrir o curso do rio, eu empurrando canoa. Por quê? Porque nós precisávamos de atendimento médico e não conseguimos localizar, falar com o DSEI para que mandasse nos buscar – próximo – porque o rádio estava desligado para não receber pedido de socorro. Isso por ordem da Sr^a Ana. Está aqui na gravação que eu não deixei vocês ouviram até o final, mas vocês podem ouvir, ao final, se precisar.

Próximo.

Meu irmão foi operado – está morando comigo –, foi operado três vezes no Hospital Municipal Souza Aguiar, muito bem atendido, no Rio de Janeiro.

O outro, que já foi tratado e curado da leishmaniose; meu irmão pintando, já regressou às suas atividades normais. Está comigo, em minha casa.

Próximo.

Aqui é apenas o relato daquele áudio que vocês ouviram primeiro.

Próximo.

Aqui, dizem que não perseguiram ninguém, mas eu tenho, ali... “Eles, daqui a pouco, quando saírem daqui vão demitir e perseguir esta funcionária, assim como fizeram com Simone.” E ela diz ali: “Entendi, Silvia, pois, como a Nilma disse que nós hospedamos você, então, aqui, eu e Simone não temos valor. Pelo contrário. Somos vistas como ameaça. Silvia, nós vamos precisar mesmo da sua ajuda, pois, aqui, a nossa chefe já quer tirar a Simone daqui e a colocar no DSEI. A Simone é a melhor enfermeira da Casai, Silvia. Isso é um absurdo. Ela não falou comigo, mas eu já percebi que algumas pessoas estão me tratando diferente e com a cara virada.”

Próximo.

E ali a nossa coordenadora superprotegida, a superprotegia que nunca comparece à reunião nenhuma, que nunca vem falar conosco, está ali. Adora jacaré assado na brasa com coca-cola, luxos que só o DSEI pode nos proporcionar. Ali, no outro, vejam – isso aí nós conseguimos do próprio Sesai-AP do norte do Pará. Ela veiculou. Eu não invadi a privacidade dela, ela veiculou no próprio meio de contato com os funcionários. A outra já está mandando mensagem para ela notificando tudo aquilo que nós estamos falando aqui. Mas pode notificar; e ela ainda ri.

Vejam: temos os índios todos sem dentes, e ela diz: “Meu plano odontológico VIP, mega, power, ultra, master, golden, prime”, diz rindo! Rindo! E ainda diz que recebeu mais de R\$400 mil, com parte de materiais que nós, indígenas, tivemos que comprar do próprio bolso. Está aqui, eu tenho três livros de prestação de contas de medicação, remédios que foram comprados pela associação que nos pertence, materiais básicos, inclusive gaze.

Ali, enquanto ela fala que tem luxo, veja como a nossa população vive: a base do açaí, a base daquilo que nós cassamos e a base daquilo que nossas mulheres preparam.

Próximo.

E esse caso, que eu preciso mostrar para vocês, que é o caso de uma criança que ficou mais de um ano internada, esperando uma cânula metálica, porque estava usando essa portex há mais de um ano e que precisa de ser trocada e que não foi trocada, e que eu tive de comprar, no valor de R\$110,00 e não comprei só uma, comprei várias, para que fosse feito o teste, para que essa criança a recebesse. Eu estou aqui com os recibos e vou entregá-los à Mesa.

Ali, diz assim: "Silvia, você sabe o que eu estou sentindo. Acompanhei essa criança há um ano e quatro meses e ver o sorriso, a alegria deles... O que é isso? Silvia, você me faz acreditar que a saúde indígena não está perdida." Eu não vou me silenciar, Antonio Alves. Não vou! "Silvia, acabamos de sair do hospital. Graças a Deus deu tudo certo!" Ela vem narrando a história de que a cânula da criança foi trocada, mas a criança ficou internada mais de um ano por conta de uma cânula metálica! Uma cânula, que só meu custou R\$110,00!

E ela diz assim: "Nem sei como te agradecer, Silvia."

Ao final, ela fala: "O pai do Tanaíro está muito feliz. Ele queria te agradecer." Um ano? Um ano esperando!

Próximo.

E ali a reunião do grande mutirão para fazer daqui a pouco o que vocês vão ver, para tentar ludibriá-los como se o Casai fosse uma casa perfeita, mas isso tudo foi fotografado pelos nossos indígenas. E aqui eu tenho uma postagem do Waikiru Waiápi, em que ele fala que o nosso posto de saúde lá no Mariru está abandonado desse jeito, e é assim que eles dizem que tem saúde indígena.

(Soa a campainha.)

A SR^a SILVIA NOBRE – Próximo.

Eu preciso denunciar.

E, quando eu digo, numas denúncias que eu fiz, que saúde indígena no Amapá é genocídio, eles disseram: "Ah, ela vai ter que provar. Onde estão as certidões de óbitos?" Ali eu tenho a declaração do Waikiru Waiápi dizendo que o neto dele faleceu no dia 30 de janeiro, e até hoje a equipe do Sesai, o DSEI, não entregou a certidão de óbito do neto dele que morreu.

Nós não podemos provar, sim, porque as certidões de óbitos não foram entregues. Elas nos foram surrupiadas. Nós não recebemos nada. E aqui um relato de uma indígena, Wayana Apalai, dizendo, agora no dia 29/7, numa conversa pelo Facebook, que eles não têm enfermagem no local há mais de dois anos. Entendeu? E eu pergunto: "Qual a sua aldeia?" E ela retrata: "Do Parque do Tumucumaque, Aldeia Bona."

Próximo.

Este é tudo que nós temos de melhor que são os nossos postos de saúde, que foram construídos por dinheiro que veio de órgãos internacionais. E não foi nada do Sesai.

Próximo.

Este é o caso Meronica Waiápi, que eu prometi, no leito de um CTI, que eu jamais me silenciaria e eu não deixaria o nome dela ser apagado. Meronica ficou internada por nove meses, esperando transferência para um hospital para operar, e essa cirurgia poderia ser feita no Amapá se o Casai fizesse documento e pedisse a cirurgia dessa criança. Já havia morrido duas crianças Waiápi cardiopatas. Essa era a terceira.

Próxima.

E a minha conversa com o médico agradecendo o laudo que ele me deu, a forma como a equipe, a assistente social dele me atendeu para me dar os documentos quando eu consegui a vaga no Rio de Janeiro para a cirurgia dessa criança. Infelizmente, a criança faleceu, sem poder realizar a cirurgia. Esperou por nove meses! Nove meses! E eu não tenho medo dos maus, eu tenho medo do silêncio dos bons.

Próximo.

E, quando eu era criança, a única coisa que eu pedi foi para ser orgulho para o meu povo. Então, aqui eu não quero nada de ninguém. Quero apenas sonhar os meus sonhos, aqueles que sonhei sentada na beira do rio. Quero poder voltar para o meu povo um dia e ensinar para eles tudo aquilo que aprendi. Mas é só ciência, gente, são apenas letras, e essas letras não vão apagar o meu sangue e nem o espírito do guerreiro que mora em mim.

Por isso eu digo que, quando uma nação deixa que outros lhe imponham seus costumes, suas tradições, ela deixará de ser o que é para se tornar escrava.

Próximo.

E, dia após dia, eu ensino aos meus filhos que o verdadeiro galardão de um homem está na sua vida de servir sua pátria. E, dia após dia, eu deixarei a todos o meu exemplo: viver e morrer com honra. É assim que eu quero que esta Nação se lembre de mim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem. Um depoimento importante e esclarecedor da situação da saúde indígena.

Na verdade, isso vem de muitos e muitos anos. Quando fui Governador de meu Estado, criei um programa específico de assistência à saúde indígena. Na época, como disse a enfermeira Ana, a saúde indígena era cuidada pela Funasa, e havia realmente um abandono total. E aí nós tivemos que desenvolver no Estado, com poucos recursos, um programa específico para a saúde indígena. Quando eu vejo os valores que estão sendo investidos pela União, pelo Fundo Nacional de Saúde, na saúde indígena do Amapá, fico realmente indignado de ver essa situação.

Fique certa de que as providências serão tomadas.

Mas vamos ouvir o último depoimento do Dr. Antônio Alves, Secretário Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, da Cesai.

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA – Boa tarde a todos e todas!

Quero saudar, aqui na Mesa, o Senador João Capiberibe, a Deputada Janete, a Simone, o Cacique Kumoré, a Silvia Nobre e também a Ana Maria Quaresma, além de uma saudação àqueles que nos assistem aqui.

Quero agradecer o convite que me foi formulado a participar desta audiência, dizer que nós temos muita satisfação em poder estar aqui, Senador, até para esclarecer alguns fatos, já que a saúde indígena é uma área que não é muito compreendida. Não o era, inclusive, até pelo próprio Ministério da Saúde, que, quando se transfere da Funai para o Ministério, para o Governo Federal, ela é delegada a uma fundação, uma autarquia, portanto, passou durante os 12 anos da sua transferência, que foi basicamente de 1999 até 2011, a ser executada paralelamente ao Sistema Único de Saúde. E isso foi algo que prejudicou bastante a evolução dessa área no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A partir de 2008, o movimento indígena, indignado com a situação que vinha sendo vivenciada por eles reivindica ao Presidente Lula que desse alguma solução. Ele então determina ao Ministro José Gomes Temporão e ao Presidente da Funasa, o Danilo Fortes, que tomassem uma providência, quando, então, se começa um debate e se cria um grupo de trabalho durante o ano de 2009 para estudar a transferência da administração indireta, que era a Funasa, para a administração direta, que é o Ministério da Saúde.

O Presidente Lula, corajosamente, cria, por meio de uma medida provisória, porque ele sabia que, se fosse por meio de projeto de lei, não seria criada essa Secretaria. Ele encaminha a MP 483, que é aprovada em agosto de 2009 pelo Plenário do Senado, faltando seis horas para vencer o prazo final daquela MP. E, no dia 20 de outubro de 2010, ele cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena como a sexta Secretaria no âmbito do Ministério da Saúde.

Como nós trabalhamos? O subsistema, que pertence ao Sistema Único de Saúde, tem responsabilidade de oferecer atenção básica primária nas aldeias. Essa ação é complementada pelo Sistema Único de Saúde nas cidades, nas sedes dos Municípios, por meio da estrutura do Sistema Único de Saúde.

Então, nós fazemos desde a vacinação, o acompanhamento pré-natal, do hipertenso, do diabético, mas, quando o indígena necessita de uma intervenção de média ou alta complexidade, ele é levado para a cidade e aí vem a parceria com o Sistema Único de Saúde.

Como nós vimos nas fotos, uma cirurgia não é feita pela Sesai, porque, aliás, aquele paciente não deveria nem estar na Casai. Ele teve alta precocemente, provavelmente, porque fez uma deiscência em seguida. Um paciente com aquela sutura, aquela cirurgia extensa não era para ter saído de alta hospitalar. Ele tinha que ter continuado, porque a Casai não é um hospital. A Casai é um estabelecimento de cuidados de enfermagem. Inclusive nem uma hidratação deve ser feita na Casai, porque tem que ter todo um equipamento, caso haja um choque anafilático, para garantir a recuperação desse paciente se houver um agravo ou um problema mais sério.

Então, a nossa missão, a nossa função como Secretaria é contratar equipes de trabalhadores que são médicos, enfermeiros, dentistas, os agentes indígenas de saúde, de saneamento, os técnicos de enfermagem, auxiliares de saúde bucal e levá-los para fazer o atendimento nas aldeias, nas ações de promoção de saúde, prevenção de doenças, e nos tratamentos daqueles casos que não exigem uma tecnologia mais complexa.

Temos, hoje, no Brasil, 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que são territórios onde vivem os 817 mil indígenas deste País, distribuídos nas 27 unidades da Federação. Temos cerca de 5.150 aldeias. Temos 750 postos de saúde, alguns em precária condição, como foi aqui mostrado, é verdade.

Infelizmente, não foi dada essa prioridade quando a saúde, essa área era executada pela Funasa. Daí termos herdado, em 2010 e em 2011, uma condição, e, de lá para cá, a própria Casai... As fotos que foram encaminhadas à Deputada foram tiradas antes da reforma. Essa foi uma das CASAIs que visitei ainda como coordenador do Grupo de Trabalho, em 2009, quando nós propusemos a transferência para o Ministério da Saúde. Foi uma das primeiras CASAIs que fiz questão de visitar.

Agora, recentemente, no dia 24 de julho, estive lá, para ver outra Casai, que vou mostrar aqui, agora. E não é, como foi dito aqui, um *show* de maquiagem. Eu não vim aqui para fazer maquiagem. Eu vim aqui para dizer que a saúde indígena é a área mais difícil da saúde no Brasil. Nossas equipes, para chegarem à aldeia, ao polo-base, para iniciar um trabalho, viajam de barco por 14 dias. E temos equipes que passam 30 dias trabalhando na área, num regime trabalhista, portanto, que nenhuma de nossas legislações prevê, nem mesmo o Regime Jurídico Único. E, no Amapá, todos são regidos pelo Regime Jurídico Único, porque são contratos temporários da União feitos por meio de uma ação civil pública impetrada pela Ministério Público. Houve uma decisão judicial que obrigou a União a fazer esse contrato temporário de até quatro anos. A cada ano, avalia-se se se renovam ou não esses contratos. Depois que terminam os quatro anos, tem de se dar um intervalo, para depois contratar novamente, se for o caso. Não tivemos ainda autorização para realizar concurso público.

No Estado do Amapá, pegando a parte do norte do Pará, há três etnias, com cerca de 461 trabalhadores. São 72 Agentes Indígenas de Saúde, 40 AISAMs. Lá há 127 aldeias. Há uma reforma que começou em 2012, logo depois que a Sesai começa a se firmar como secretaria do Ministério. Custou R\$1,160 milhão essa reforma. Era uma Casai que estava em condições precaríssimas, como vimos nas fotos apresentadas.

Tivemos, no ano passado, um orçamento de cerca de R\$7,067 milhões, dos quais quase a metade é destinada para contrato de hora-voo. Lá tivemos de fazer isso para garantir uma remoção rápida, urgente. Antes, isso era feito por meio de barcos, ou até se utilizava a benesse da Força Área, que, quando podia, nos cedia o salvamento aéreo. Portanto, tivemos de fazer esse contrato.

Temos uma Casai onde há, em média, de 80 a 100 pessoas, das quais, em média, 30 são pacientes, e os demais são acompanhantes. A comunidade indígena tem esta tradição: nunca vem sozinha para ser internada ou para fazer tratamento. Geralmente, quando o marido está doente, vem com ele a esposa, e, quando a esposa está doente, com ela vem o esposo. E, se eles têm filhos, eles trazem também os filhos, porque eles não têm o costume de deixá-los com parentes nas aldeias, como nós não indígenas fazemos. Portanto, é uma Casai que se prepara para receber o paciente e também os seus acompanhantes.

Todas as nossas CASAIs – são 66 no Brasil – oferecem cinco refeições diárias para aqueles que as ocupam.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA – Nós tivemos e temos um processo de compra de equipamento. Ainda não foi possível terminar a compra. Mas são cerca de R\$300 milhões para comprar equipamento para a Casai de Macapá e para a do Oiapoque. Aliás, hoje, no Oiapoque, há um hotel que nós alugamos, porque a Casai era muito ruim. Não foi possível reformá-la. Tivemos de alugar um hotel, em que cada quarto é uma suíte, de bastante qualidade, e é o que eles merecem.

Nesse período, no contrato, na seleção que foi feita em 2012, havia sete vagas para médicos, mas não conseguimos contratar médicos. Somente agora, com o Programa Mais Médicos, nós aportamos sete médicos para o distrito. Portanto, há até médico na Casai, e não era para haver. Eles aproveitam para, no período de arejamento, dar apoio à Casa de Saúde Indígena nas aldeias, num rodízio, logicamente, porque são 127 aldeias. Sete colegas cubanos estão dando esse atendimento, e há também depoimentos gravados sobre a excelência do resultado desse trabalho não só nas aldeias, como também nos 126 distritos que compõem hoje o Estado do Amapá dos 16 Municípios que lá existem.

De fato, Senador, nós não temos nenhuma relação com a Funasa hoje, a não ser obras que ela não concluiu. Estamos, inclusive, entrando na Justiça, para que a gente receba essas obras, ou pelo menos que sejam encerradas, porque, enquanto houver, não podemos licitar outra.

Não houve, durante a minha gestão – estou há três anos e nove meses na Sesai –, nenhuma indicação político-partidária para nenhum cargo da Sesai em todo o Brasil, e são 12.900 trabalhadores. Até hoje, não houve, embora, com muita pressão. Inclusive, lá, no Estado, nós sofremos pressão e definimos um perfil junto com as comunidades indígenas de como é que deveria ser o gestor da saúde indígena – isso está publicado inclusive no site da Sesai –, justamente para evitar e tentar impedir aquelas indicações que ocorriam não por interesse da melhoria da qualidade, mas, à medida que a Sesai aumenta o seu orçamento, e ela tem aumentando... Começou com 400 milhões ainda na época da Funasa. Hoje, nosso orçamento, em 2014, é de 1,93 bilhão. Era para ser 300 milhões a mais, mas, na discussão do orçamento, foram retirados 300 milhões para fazer parte das emendas impositivas, que estão aqui, no Congresso Nacional, e não há nem uma destinada à saúde indígena – nem uma, por enquanto; pode ser que venha aí.

Portanto, é uma área na qual a gente vem fazendo um grande esforço, e o Ministro Padilha deu apoio nessa linha – e agora o Ministro Arthur Chioro também –, para que possamos avançar.

Claro que há muito ainda para fazer, porque a dívida era muito grande, mas a gente está avançando.

Vou mostrar o resultado da Casai.

Por favor.

A reforma que nós fizemos. Estive lá recentemente para participar do seminário Mais Médicos e aproveitei, até como havia uma denúncia da Deputada, que foi deixada com o Ministro, para visitar a Casai. Fiz questão. Eu já havia ido antes.

Aqui mostra, no relatório, várias áreas. Aí mostra as áreas que temos hoje. Estas não são minhas fotos. As minhas estão a seguir.

Então, mudou totalmente aquela Casai, que era, de fato, um local inadequado. Os indígenas não mereciam aquele tratamento, mas, infelizmente, foi o que recebemos. O local, realmente, como disse o Senador, é privilegiadíssimo. Há uma praça em frente à Casai, que é utilizada hoje inclusive pela nossa fisioterapeuta, para tentar fazer promoção de saúde, para que o indivíduo não fique somente internado no interior dessa Casai.

Então, há várias fotos.

É uma casa que tem uma estrutura inclusive diferente de outras. Eram banheiros inadequados, totalmente sujos. Hoje, nós temos serviço de limpeza e conservação.

A empresa que contratamos para fornecer alimentação – cinco refeições ao dia – é de altíssima qualidade. É a refeição que hoje lá é servida.

Aqui é a farmácia. E aí vou chamar a atenção também: se o SUS não se organizar nos locais onde temos a necessidade do tratamento dos indígenas, vamos continuar tendo problema. Os nossos colegas médicos – sou médico também – que receitam pelo SUS não respeitam a Relação Nacional de Medicamentos – são cerca de 900 itens –, e muitas vezes a gente tem que ir para a farmácia para não deixar o indígena ficar sem o remédio, quando ele recebe a receita do SUS.

Nós fornecemos, pela nossa competência, os medicamentos da Atenção Básica. São 184 itens. Quem tem que oferecer o medicamento da atenção de média e alta complexidade é a Secretaria do Estado da Saúde ou o Município, quando tem condição. Quando não tem, a gente tem que se virar e comprar esse medicamento. Algumas vezes, o próprio parente, como foi dito, acaba, em alguns locais, se virando, porque não pode ficar sem o remédio.

Quem marca a consulta com o especialista não é a Sesai. Nós dependemos da agenda que nos é oferecida pela Secretaria de Estado da Saúde, que é quem coordena o serviço de especialidades: o cardiologista, o endócrino, o neurologista. Portanto, se o SUS está bem organizado...

Conversei com o Dr. Jardel nessa minha ida. Nós vamos voltar lá para fazer uma integração, que é preciso. Por quê? Embora o indígena tenha assegurado, no art. 231 da Constituição e na Lei nº 8.080 também, na 9.836, que criou o subsistema, um tratamento diferenciado, infelizmente isso não é oferecido a ele.

O Sistema Único de Saúde ainda não criou as condições para que o indígena rapidamente seja atendido e devolvido à sua aldeia, que é o seu local de moradia. Ele não tem onde ficar na cidade, ele não tem parente; a Casai é o único local, o único abrigo em que pode ficar.

Essa compreensão, infelizmente, nosso sistema de saúde ainda não assegura, não oferece. Estamos lutando, junto ao Conas e ao Conasems, para buscar essa integração e essa garantia.

Falava também da questão da iluminação. Aqui, uma foto que mostra externamente, hoje totalmente modificada, com uma praça muito bonita. Está bem iluminada.

Pode passar.

Aquela outra, por favor, porque eu preciso... Este sistema aqui não...

Aqui dá para ver. Vejam, com a reforma, como ficou essa Casai. Eu fiquei impressionado, de fato. E isso não é maquiagem, é foto tirada de uma Canon, máquina que tem uma imagem muito boa. Eu a levei comigo para fotografar porque eu queria saber o que estava acontecendo.

E estou encaminhando para a senhora, Deputada, o relatório final. Convido-a também – é uma pena que não pôde visitar comigo; como é período eleitoral, a senhora não pôde ir a nenhum seminário –, assim como o Senador, para fazermos uma visita à Casai e a essa comissão que a Ana propõe constituir lá, inclusive com atores externos, como uma auditoria, para mostrar como está funcionando hoje.

Pode passar o seguinte, por favor.

Aqui, a entrada da Casai, totalmente modificada.

Pode ir passando, rapidamente.

Aí, uma vista interna. É uma Casai que tem uma estrutura... São chalés, tipo bangalôs, muito bem organizados. Aqui, a entrada, a recepção da Casai, o acolhimento, que mostra como está hoje.

Pode ir passando, rapidamente, nosso tempo está encerrando.

Pode passar.

Pode ir.

Aqui, o sistema de rádio, em que há um plantão permanente. É claro que ainda faltam móveis, não os adquiri, com o processo de licitação em andamento.

Pode passar.

A sala de rádio. Ainda faltam vários equipamentos. Foram aproveitados os antigos.

Pode passar.

Isso, pode ir.

Aqui, eu estava conversando com uma mãe. Essa criança é prematura. Portanto, está e tem que ficar lá.

E quando a colega cita a questão da cânula, realmente, não faz parte da nossa lista de material. Quem faz traqueostomia sabe que é um serviço de média e alta complexidade. Não é possível fazer um serviço desse tipo numa Casai. Portanto, não há cânula numa Casai. Nunca haverá.

Pode passar.

Isso, pode ir passando.

Hoje, ficou mais confortável. Aqui, são as enfermarias, mas há os locais onde eles ficam nas redes. Essa criança foi picada por cobra, estava lá em recuperação.

Pode ir passando.

Vai.

Hoje, inclusive, a Casai faz coleta de exames laboratoriais na própria Casai. O paciente não precisa sair para ir ao laboratório. Acho que esse é um ganho importante também.

Pode ir passando.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Essa pessoa levou um tiro, tem uma fratura, está em tratamento, em recuperação, lá no hospital.

Pode ir passando.

Vai.

Pode ir passando rapidinho, para encerrarmos.

Bom, aqui, uma colega fisioterapeuta, contratada por nós também. Essa criança tem uma deficiência e ela faz eletroestimulação com esse aparelho. E fiquei surpreso porque ela inclusive fala todas as línguas das etnias do Estado do Amapá. Uma pessoa jovem, essa fisioterapeuta. E estava conversando com a mãe na língua waiápi.

Pode passar.

Pode ir passando.

Vai.

Outro waiápi.

Aqui, uma das áreas externas da Casai.

Pode passar.

São vários como esse. Aí, um local com televisão, onde as pessoas ficam. Aqui, corredor de acesso.

Vai.

Aqui, um local de lazer, onde eles fazem artesanato, com seus pertences, que vendem também. É uma terapia ocupacional importante para quando eles ficam ali.

Vai, pode ir passando.

Aí, outra vista da Casai. Ali, o refeitório. Ainda faltam todos os equipamentos. Aqui é a cozinha, onde essa empresa contratada, antigamente, comprava alimento e fazia o cozimento na Casai. Acabamos com isso, porque compramos um serviço que se oferece e pagamos por refeição servida, de acordo com o cardápio feito pela nutricionista da empresa e supervisionado pela nossa nutricionista.

Pode ir passando.

Mais outro.

Aqui é a vista externa dos banheiros.

Vamos ver um alojamento.

Aí é o sistema de caixa d'água. São mais de 10 mil litros.

Pode ir passando.

Esse terreno vizinho é da Infraero, e a gente está pensando em ver se consegue uma cessão, para que a gente possa ampliar e fazer uma área de convivência ali. É importante e talvez o Senador possa nos ajudar. Porque isso está sendo utilizado para nada pela Infraero, portanto, pode nos ceder.

E aqui são os alojamentos. Essa é a madeira central. Em todas elas há vários armadores de redes, porque eles utilizam o sistema de redes, que é a preferência, o costume das etnias.

Pode ir passando.

São separados por etnia, em cada bloco desses.

Pode ir passando.

Aí, por exemplo, é a do Oiapoque. Todos com ventilador instalado no teto, o que ajuda bastante a climatização do ambiente.

Pode ir passando.

Aí é um auditório em que usam... Ainda estão faltando os móveis. Aqui são os livros que doam para fazer trabalho.

Pode ir.

Eles estão lá trabalhando com uma horta, tentando fazer uma plantação de plantas medicinais. Isso está em fase inicial. E quem cuida é o próprio servidor da Casai.

Aí é o sistema em que se fazem as coletas. Quando há suspeita de malária, a própria técnica já faz a leitura e se detectar um dos dois tipos: *plasmodium falciparum* ou *plasmodium vivax*, já entra imediatamente com o tratamento.

Pode passar.

A administração.

A sala de coleta.

Ainda é tudo velho. Foi aproveitada a antiga Casai. Não há equipamento novo.

Pode passar.

Está terminando. Acho que está fechando.

Acho que já deu para ver que a reforma foi concluída, foi entregue no mês de maio.

Aqui é a farmacinha. Essa farmácia é só para medicamentos da Casai. Não é a farmácia do DSEI, que fica na sede do distrito, para que depois vou fazer um convite para a senhora visitar com o Senador.

Pode fechar.

Ainda faltam investimentos para a gente recuperar as unidades básicas de saúde em aldeias, de fato. E aí temos uma grande dificuldade, Senador, que é encontrar empresa que se disponha a ir para, por exemplo, a Waiápi, Aramirã. Eu fui àquela inauguração, daquele posto que foi construído por uma ONG. Eu estive lá naquele época e fizeram... Quer dizer, a pessoa que conduziu aquela obra ficava lá o tempo todo. Então, as empresas têm essa dificuldade. A gente abre o processo licitatório, mas muitas vezes ele é deserto porque ninguém se dispõe. E, quando se candidata, quer cobrar um preço que basicamente leva o nosso orçamento, muito caro.

Bem, era essa a minha experiência na saúde indígena, mostrando aqui um pouquinho do sistema. Há mais 33 espalhados pelo Brasil. Esse não é dos mais difíceis; nós temos Vale do Javari, que é muito mais difícil, e outros na região... São sete no Estado do Amazonas, mas é uma área que nós vimos tentando recuperar na medida das possibilidades, sabendo que precisamos da grande parceria com o Sistema Único de Saúde, parceria com o Dr. Jardel, com a própria Secretaria municipal de Saúde de Macapá, isso é fundamental para que a gente possa continuar garantindo atenção integral aos povos indígenas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Dr. Antonio.

Eu queria fazer uma pergunta.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – A execução orçamentária, financeira é descentralizada? Quem faz é o DSEI, é o ministério diretamente, como é?

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Não. Uma das reivindicações do movimento, quando se fez a proposta de criação da Sesai é de que cada distrito se constituísse como unidade gestora com autonomia orçamentária, financeira e administrativa. Nós conseguimos, durante o ano de 2011, organizar isso. No final do ano, todas já eram. Então, nós descentralizamos os recursos para cada distrito, e aí há uns critérios que a gente utiliza: populacional, perfil epidemiológico. E o próprio distrito é que faz a execução.

Todo DSEI hoje tem sua comissão de licitação, que pode licitar. Logicamente, há uma legislação nacional que estabelece que, até R\$500 mil, ela pode fazer qualquer utilização lá; de R\$500 mil a R\$1 milhão, pode ser um diretor de departamento; de R\$1.000.001,00 a R\$10 milhões, passa para o Secretário; acima de R\$10 milhões, o Ministro da Saúde tem que autorizar. Mas autorizou a despesa, o recurso é descentralizado, e o próprio DSEI é que faz a execução orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Essa reforma, por exemplo, foi o DSEI que...

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA – O DSEI que fez.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – A reforma foi toda conduzida pelo DSEI. Eu me lembro de que a ideia, na época, levou mais tempo na discussão do projeto arquitetônico da casa que, na época, não era casa de saúde...

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA – Era casa de apoio, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – A ideia era criar uma espécie de embaixada dos povos indígenas. Então, havia uma ideia de criar uma embaixada para recepcionar as diversas etnias que recorriam a Macapá. Tanto é que havia vários espaços. Os espaços foram definidos por etnia. Eu acho que continua.

O SR. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA – Continua. Continua porque...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – E eu me lembro de que foi muito tempo, porque foi uma discussão com todas as etnias, e os nossos arquitetos e os nossos gestores não tinham essa intimidade.

A mesma coisa na Saúde – você tem razão. Na Saúde, foi um problema muito complicado, porque, quando nós definimos o programa de saúde, o custo *per capita* na época, eu me lembro muito bem, era em torno de R\$500,00. Nós tínhamos um programa específico para a etnia waiápi. E nós consumíamos, o Estado gastava em torno de R\$300,00 *per capita*, e o custo da saúde indígena era quase o dobro. E o secretário à época, que era um médico, resistiu muito em implementar o programa. Mas a gente terminou conseguindo.

Nós estamos muito próximos de começar a Ordem do Dia, e você sabe que aqui há uma regra: na hora em que se inicia a Ordem do Dia, suspende-se qualquer outra atividade.

E eu gostaria de perguntar se algum dos convidados, bem rapidamente, gostaria de usar a palavra aínda; se alguém se dispõe. (Pausa.)

Enfermeira Simone? Pois não.

A SR^a SIMONE ANGÉLICA ALVES DE SOUZA COSTA – Eu gostaria de falar para todos vocês sobre essa reforma da Casai. Como vocês veem, esteticamente, está muito linda, pintadinha, mas não é só a estética que dá saúde para o índio. Vocês viram que, várias vezes, a palavra do secretário foi: “Está faltando, está faltando.”

E eu gostaria de ler... Eu trouxe duas cópias do processo do Ministério Público de 1.200 páginas, com fotos, com relatos e com a visita do dia 3 de junho de dois procuradores da República à Casai. O processo está aqui comigo, e há vários relatos com as mesmas deficiências. Está aqui para todo mundo folhear e ver. Indígenas continuam reclamando que compram remédios. Eles falaram diretamente para o procurador. Está aqui. Os próprios indígenas reclamam, dão seu testemunho aqui de que está faltando transporte, que as malocas continuam lotadas, que eles estão comprando medicamentos. Isto aqui é do dia 3 de junho. É recente.

Então, os problemas continuam. E a Diretora Ana fala que ela trata bem os índios, mas há dois indígenas aqui que já sofreram na pele maus-tratos dela. Tem um aqui, o Namirom. A Sílvia fez questão de pagar a passagem para ele vir aqui. Se ele tiver oportunidade, ele pode contar a forma como ela se direciona. Eu várias vezes presenciei ela gritar com indígena, ela xingar indígena, até os próprios funcionários. Há funcionários lá dentro que já prestaram queixa na delegacia local por serem ofendidos por ela. Ela xinga, chama palavrão. É um comportamento totalmente fora do normal.

E a questão da indígena que ela colocou eu até gostaria que fosse investigada, porque essa indígena realmente – isto foi no meu plantão – recebeu alta no dia anterior e, como ela era da etnia Oiapoque e tem muitos parentes na cidade, foi para a casa de parente sem avisar ninguém. A enfermeira do plantão do dia não sabia, eu estava à noite, e alguém ligou do hospital informando que ela estava lá. Ela estava largada lá. Era uma da manhã. Eu fui buscar essa menina – o filho dela não era prematuro, não foi parto cesáreo, foi normal –, eu a trouxe e fiquei acordada com essa indígena até cinco e meia da manhã, que era a hora que eu tinha que levantar e fazer a visita local. Não havia onde colocá-la para dormir. Não havia. Nem eu dormia. Não havia nem para mim. O que eu fiz? O vigilante da noite perguntou: “Enfermeira, não é melhor colocá-la na caminhonete para ela pelo menos descansar?” Eu respondi: é. Como a caminhonete fica bem embaixo, na Casai, protegida, não fica ao relento, fica na nossa porta, eu a coloquei lá e ela realmente ficou lá descansando, porque não havia onde colocar essa indígena. E eu fiquei acordada com ela.

Então, eu até sugiro que isso seja investigado, porque, no caso dessa indígena, não foi parto cesáreo, o que a chefe nem sabe dizer, foi normal, e não havia onde essa pessoa ficar. Não havia leito para ela – por aí você já vê –, os poucos leitos que havia já estavam ocupados por outros pacientes graves, que recebem alta hospitalar e têm que se recuperar em camas improvisadas, como vocês viram, em camas de madeira, em uma cama box também que fica lá na enfermaria...

Para quem quiser, depois, ter acesso, eu trouxe isso da visita do Ministério Público. Tudo continua do mesmo jeito. Só foram criadas, construídas mais algumas malocas, as paredes foram pintadas, mas o problema de equipamento, de falta de material de qualidade para trabalho, de profissionalismo, isso está faltando.

Aqui também temos a ONG que custeia a etnia Waiápi. Essa ONG é mantida pela Alemanha. Então, essa ONG ajuda muito. Não deu para mostrar o posto que ela construiu lá, com um consultório odontológico padrão, com cadeira, com tudo, com todo o instrumental, com enfermarias com leito, com redes, muitas redes bonitinhos, cobertores, coisas que a Casai não tem. O índio que vem para a Casai tem que trazer sua própria rede, comprar o seu cobertor, comprar seu material de higiene, comprar seu papel higiênico... Então, é um caos

total. Dessa ONG vem um enfermeiro, todos os dias, à Casai para perguntar se estamos precisando de alguma coisa. Ele leva a listagem e compra. Tem aqui os relatórios de 2011, de 2012, de 2013 e de 2014, com todo o gasto, coisas simples, coisas básicas, como gaze estéril. Tem até coletor para fezes e urina. Isto é incrível, mas há, aqui, vários comprados.

Então, a saúde indígena precisa de uma atenção. E eu quero pedir aqui que não fique, mais uma vez, só neste momento; que as coisas fluam, para que as coisas aconteçam em prol da saúde indígena do Amapá e também do Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem.

Eu pergunto se...

Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Só para ressaltar, mais uma vez, como quiseram mostrar, inclusive no relatório que encaminhou a Ex^{ma} Sra Deputada, que a Casai não é um hospital, não é para ser um hospital; é uma casa de apoio para que o índio possa ficar enquanto recebe o tratamento, aí sim, de um hospital do Sistema Único de Saúde.

Portanto, alguns procedimentos que foram informados no relatório que a Deputada nos deixou no Ministério da Saúde não devem ser feitos na Casai. Se estão sendo feitos, ou o SUS não está fazendo o seu papel, ou estão sendo feitos inadequadamente. Não é para haver médico na Casai. Nós mantemos lá enfermeiros 24 horas, depois da Sesai – antes não era assim –, e um técnico de enfermagem, para cuidados de enfermagem. Portanto, essa Casai, da forma que está, e a de Oiapoque, da forma como está organizada, são locais de abrigo necessário e de boa qualidade para os indígenas. É claro que nós precisamos que o SUS funcione para que ele permaneça o menor tempo possível nessa Casai. Mas, enquanto lá estiver, deve receber um tratamento humano, digno, como merecem eles e todos os demais cidadãos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu vou aceitar o convite, Dr. Antonio, para, juntos, fazermos uma diligência, para visitarmos lá o serviço de atendimento às populações indígenas e vamos convidar os Secretários de Saúde estadual e municipal para que a gente possa ter uma ação conjunta no sentido de buscar soluções para os diversos problemas que, imagino, não devem ser pequenos.

E também nós vamos solicitar, por intermédio da Comissão, que o Denasus proceda a uma auditagem nos gastos dos últimos três anos da Casai. Eu acho que é importante, atendendo a pedido da Dr^a Ana, que o Denasus proceda a essa auditagem, uma vez que, assim, nós teremos realmente um relatório definitivo sobre a aplicação dos recursos.

Recebi, também aqui, um documento, um abaixo-assinado, encaminhado por vários indígenas. Como há a solicitação de que eu leia o documento, passarei a lê-lo. Apesar de ser um pouco extenso, vamos ver se conseguimos concluir antes de a nossa campanha tocar.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senador Federal.

1. Em nome dos povos indígenas das etnias Tiriyó, Aparai, Katxuyana, Wayana, como liderança representada de nossos povos, viemos, através do presente documento, informar à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal as precárias condições da assistência à saúde prestada aos povos indígenas do Estado do Amapá, bem como solicitar, mui respeitosamente e de forma urgente, as vossas intervenções e providências, açãoando as autoridades responsáveis pela atual estrutura estatal (Sesai, DSEI/AP e Norte do Pará, Casai), para que cumpram a finalidade para a qual existem, havendo real eficiência de suas ações nos cuidados da saúde indígena, o que só será possível através de mudança e melhoria significativas, com intuito final da preservação do bem maior: a vida e a saúde do nosso povo, e, assim, garantir a continuidade da existência de nossas etnias, resultando na preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

2. Dessa feita, reunidas as principais lideranças, na data de 24 de julho de 2014, com o intuito de formular este documento, levantamos e passamos a relatar as principais carências, dificuldades e deficiências sofridas pelo nosso povo.

3. A saúde dos povos indígenas se encontra extremamente precária. Faltam medicamentos, inclusive os básicos, tanto na sede, nos polos, quanto nas aldeias. Os tratamentos, quase sempre, são interrompidos por falta de remédios ou como meio de administrar a situação. O tratamento, que seria normalmente de oito dias, é ministrado em apenas quatro ou três dias, inclusive os tratamentos com antibióticos, ocasionando fortalecimento da doença e a resistência aos medicamentos, comprometendo até a vida dos pacientes indígenas; e, muitas das vezes, uma gripe ou infecção de garganta se transforma em tuberculose, pneumonia e óbito. Salientamos que isso não é apenas uma possibilidade; estamos descrevendo fatos ocorridos. Os profissionais

de saúde dizem sempre a mesma coisa: "Não tem o medicamento, Tem que comprar. O DSEI não mandou os remédios". Assim, o indígena continua com os seus problemas de saúde, sofrendo até ser encaminhado à Casai da capital, Macapá, onde permanece por longo período, até por meses e anos, se tratando, longe de seus familiares, povo e cultura, gastando do próprio bolso para pagar exames e comprar remédios, mendigando a ONGs e particulares por ajuda financeira para custear o que o governo já nos garante como direito. Isso, para alguns, significou a perda da vida, como, por exemplo, do indígena Muremessu Tiryiyó, que veio removido de urgência para fazer cirurgia de apendicectomia e passou um ano se tratando na Casai; e, após meses de depressão por não retornar para a sua aldeia por falta de transporte aéreo, morreu de infarto fulminante. As condições de trabalho da equipe de saúde nas aldeias são inaceitáveis, sem material, equipamento, condições mínimas; faltam postos de saúde e, quando tem, são extremamente precários e os profissionais, na sua maioria, vivem fora de situação. Não usam uniforme, não têm expediente regular nos postos de saúde, não desenvolvem programas e projetos nas áreas, não fazem visitas às aldeias adjacentes, principalmente por falta de transporte fluvial e combustível. Falta saneamento básico e água tratada para a maioria das aldeias. Os indígenas não têm completo acesso à Casai-Macapá e, quando chegam lá, se não forem diretamente enviados por um resgate oficial da área, são barrados no portão, independentemente das condições de saúde e das necessidades que o motivaram a ir àquela casa, bem como os seus acompanhantes são restritos e limitados, tendo que, muitas vezes, a esposa ficar longe do esposo, pais longe dos filhos e vice-versa, alegando a lotação da Casai, o que leva as etnias a providenciar a locação de casas na sede, tradicionalmente chamadas de casas de apoio.

Não existem condições mínimas na Casai, pois o índio não recebe material de higiene pessoal, sequer papel higiênico, sabão para lavar roupa, roupa de cama, redes e mosquiteiros, colchões. A alimentação oferecida na casa de saúde é ruim, mal confeccionada e no seu cardápio não existe a menor preocupação em relação à dieta da cultura indígena, o que afeta ainda mais o psicológico do índio quando se encontra obrigado a permanecer na Casai. Na rotina diária da sede das aldeias não tem transporte suficiente para levar os indígenas para receber os atendimentos médicos necessários, consulta, exames, perícias e visitas aos parentes internados, ocasionando a descontinuidade de tratamento, perda de cirurgias programadas, exames e retornos. Nas aldeias, polos e na Casai não têm consultório odontológico, dentre muitas carências e deficiências que redundam na perda de vida.

Recentemente foi colocado um médico cubano do Programa Mais Médicos atendendo na área do Parque do Tumucumaque, que não dá a atenção devida ao paciente, principalmente porque não consegue se comunicar com o índio, não fala bem o português, dificultando seu atendimento, e, ao final da consulta, o médico diz sempre a mesma coisa: "Você não tem nada. Pode ir para a sua aldeia".

Senhores, o índio precisa ser tratado com atenção, respeito e humanidade por profissionais compromissados com a saúde indígena. Assim, solicitamos mudanças urgentes, que só serão eficazes se começadas pelos gestores, pois tudo começa pelos líderes e chefes que possuem o poder de gestão. O profissional da sede, área ou da aldeia não será compromissado se não vir seus líderes compromissados, e com gestores compromissados os recursos que nossos governantes destinam aos cuidados de nosso povo serão eficientemente aplicados: haverá medicamentos, haverá tratamento digno, vidas serão poupadadas, a continuidade da existência do nosso povo será garantida.

Senhores, não queremos mais ver o nosso povo morrer, não queremos perder a nossa cultura, o nosso legado, não queremos deixar de existir como povo, como tantas outras etnias indígenas que deixaram de existir ao longo da história da Nação brasileira. Está em vossas mãos o poder de fazer alguma coisa. Clamamos respeitosamente e piedosamente: façam, em nome do nosso povo, promovam as mudanças necessárias para fazer cumprir o que prevê a lei. A população indígena contará com regramentos diferenciados de acesso compatível com as suas especificidades e com a necessidade de assistência integral à sua saúde, de acordo com a disposição do Ministério da Saúde (parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2001).

Seguem as assinaturas das lideranças e o texto, em nossa língua.

Aqui está a assinatura, já havíamos encaminhado.

Nós vamos solicitar essa auditoria, vamos fazer essa diligência, vamos combinar para visitar não apenas a Casai, mas, se possível, outras áreas de atendimento à população indígena e vamos trabalhar juntos para – acho que é preciso – integrar. O fundamental desse trabalho que a gente pode fazer é juntar a União, os Estados, os Municípios e as lideranças indígenas, a comunidade indígena, considerar todas as denúncias aqui ofertadas, tomá-las como sérias, porque ninguém faz esse tipo de denúncia a não ser que tenha, de fato, vivido, experimentado. Então, essas denúncias têm que ser consideradas, nós vamos considerá-las e vamos tratar de buscar soluções. Nossa papel aqui é o de intermediador dessas soluções e a convivência que nós temos com as comunidades indígenas e a nossa experiência como gestor público nos mostra que o caminho é a integração. Vamos trabalhar juntos em busca dessa solução.

Não havendo mais intervenção, agradeço aos presentes, agradeço...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – ... agradeço a presença de todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu estou recebendo aqui uma carta que é direcionada ao Dr. Antonio Alves e um termo de depoimento prestado no gabinete do Procurador da República Thiago Cunha de Almeida, na verdade, alguns termos de depoimento que nós vamos incorporar à documentação da CDH e, se for o caso, encaminhar ao Ministério Público Federal.

Nós vamos estudar toda a documentação que nos foi repassada para dar o devido encaminhamento.

Agradeço a presença de todos os convidados, que vieram de tão distante, principalmente aos que vieram lá das aldeias Waiápi, do Aramirã, e também à Drª Sílvia e à enfermeira Simone, que se deslocaram para cá.

Eu acho que a Drª Sílvia mora no Rio de Janeiro, não é?

Agradeço também, pela participação, à Srª Ana Maria, ao Dr. Antonio e à Deputada Janete Capiberibe, que tem uma identidade enorme com a causa indígena e é porta-voz desse povo de pouca voz aqui no Parlamento brasileiro.

A todos muito obrigado.

Dou por encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE AGOSTO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA N° 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 16/07/2014, para debater sobre o tema: "cultivos transgênicos e seus impactos nas populações rurais e urbanas, na soberania alimentar dos povos e sobre a natureza, a terra, a água, as sementes e as economias, principalmente dos países do Sul". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os convidados nesta ordem: João Pedro Stedile, Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Rubens Onofre Nodari, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Paulo Yoshio Kageyama, Professor da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo – USP. A Senhora Presidenta franqueia a palavra para que as pessoas presentes no plenário da Comissão façam perguntas aos palestrantes. Fazem perguntas aos expositores as seguintes pessoas: Samuel Gomes dos Santos, assessor do Senador Roberto Requião; Gilles Ferment, Biólogo, Consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Marcelino Toledo da Silva, do Movimento Pequenos Agricultores. A Senhora Presidente passa a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dois minutos, lavrando eu, **Tânia Márcia Oliveira de Andrade**, Secretária-Adjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 64, de 2014, da CDH, de minha autoria, aprovado em 16 de julho de 2014, para debater o tema: "Cultivos transgêni-

cos e seus impactos nas populações rurais e urbanas, na soberania alimentar dos povos e sobre a natureza, a terra, a água e as sementes e as economias, principalmente dos países do Sul".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link <http://bit.ly/audienciainterativa>, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Tanto o endereço do link quanto do Alô Senado estão na tela para que os internautas possam se manifestar.

Já para iniciar quero aqui convidar os nossos palestrantes.

Convido o Dr. Rubens Onofre Nodari, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Seja bem-vindo, professor Rubens. Obrigada pela presença.

Convido também o Professor Paulo Yoshio Kageyama, Professor da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (USP). Obrigada pela presença.

Convido também João Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Seja bem-vindo.

Antes de abrir os debates, quero pedir licença aos nossos convidados para tecer algumas considerações iniciais que extraí da literatura existente, sobretudo das pesquisas e estudos feitos pelos nossos ilustres convidados apenas para introduzir, situar os internautas sobre esse debate. É uma fala inicial que quero fazer.

Os transgênicos são organismos produzidos a partir da transferência de genes de um ser vivo para outro ser vivo, por técnicas de engenharia genética. Na agricultura, basicamente existem dois tipos de transgênicos: os que criam plantas resistentes a determinados agrotóxicos e os que criam plantas que produzem veneno contra insetos e pragas.

A transgenia é um processo extremamente complexo e, na prática, incontrolável. Há imensas dúvidas científicas, o que demandaria grandes investimentos financeiros e tempo para realizar estudos sobre os impactos dos transgênicos na saúde humana e no meio ambiente. As poucas iniciativas científicas têm sido censuradas por pressão das transnacionais do setor.

Apesar desse cenário de total insegurança, os transgênicos têm avançado em vários países. Isso se dá porque, mais do que uma tecnologia, o transgênico é um motor de enriquecimento das transnacionais do agronegócio. As mesmas empresas que desenvolvem as sementes transgênicas são as que produzem os agrotóxicos que são jogados nas lavouras. Atualmente, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dow e Dupont dominam 60% do mercado de sementes e 76% do mercado de agroquímicos.

No Brasil, os transgênicos entraram de forma criminosa, fora da lei, no final da década de 90. A própria Monsanto estimulou a criação de lavouras transgênicas ilegais no Rio Grande do Sul, para criar pressão no Governo Federal pela legalização dos transgênicos.

Sem o tempo e o debate necessários, a Lei de Biossegurança foi criada em 2003, liberando os transgênicos a partir da aprovação da Câmara Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Os impactos dessa liberação no Brasil são alarmantes. No campo ambiental, nos tornamos, nos últimos seis anos, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sem sermos o maior produtor. Isso se deve principalmente pelo grande aumento de consumo de glifosato, herbicida lançado sobre a soja e o milho transgênico. Nos últimos dez anos, o consumo desse herbicida aumentou 130%. Hoje, cada brasileiro consome cerca de seis quilos de agrotóxico por ano.

No plano econômico, a agricultura brasileira se torna cada vez mais refém das empresas transnacionais. Em 2013, 70% da soja plantada no Brasil foi produzida a partir de sementes da Monsanto.

O direito dos agricultores também vem sendo violado, uma vez que a contaminação, principalmente das lavouras de milho crioulo, é um drama que avança velozmente.

Apesar de ter no nome a biossegurança, a CTNBio se consolidou como um dos mais vergonhosos capítulos da ciência brasileira. Ao longo de seus quase dez anos de operação, as organizações sociais denunciaram inúmeras vezes o vínculo umbilical entre a maioria dos pesquisadores da CTNBio e as transnacionais. Diversos tiveram pesquisas financiadas por Monsanto, Syngenta e outras empresas. Processos de liberação de transgênicos foram e são aprovados em tempo recorde, sem estudos de impacto realizados no Brasil. Regras para evitar a contaminação de lavouras convencionais são definidas sem critérios científicos. A situação é tão alarmante que recentemente o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) escreveu recomendação à Presidenta da República, solicitando que sejam criados mecanismos para garantir a transparência e participação social na CTNBio.

O resultado dessa articulação entre a força das transnacionais agroquímicas e a captura corporativa da CTNBio é o acelerado processo de liberação de transgênicos e a ausência absoluta de monitoramento dos impactos dessa tecnologia no campo. Até hoje foram liberados 5 tipos de soja, 18 de milho, e 12 de algodão transgênico, além de 1 de feijão.

Nenhum procedimento de monitoramento foi instaurado pela CTNBio. Muitas têm sido as frentes de luta social para garantir que os interesses coletivos sejam respeitados e a ganância das grandes corporações seja controlada. Uma delas é a batalha para que pesquisadores éticos, preocupados com o meio ambiente, com a saúde humana e com os direitos dos agricultores, estejam na CTNBio.

Embora a força das empresas nesse órgão seja majoritária, pesquisadores como os Professores Doutores Rubens Nodari, que está aqui ao nosso lado, e Paulo Kageyama, dentre outros, se esforçaram para que os princípios democráticos sejam garantidos nessa instância.

Nossos convidados, o Prof. Rubens Nodari e o Prof. Paulo Kageyama, são renomados geneticistas, pesquisadores da biodiversidade, produção agrícola e florestal. Estiveram durante anos defendendo os princípios de uma ciência ética. Mesmo fora da CTNBio, continuam pesquisando os impactos dos transgênicos, principalmente na contaminação das lavouras crioulas de agricultores camponeses em todo o País.

Nosso companheiro de lutas João Pedro Stédile vem desempenhando o importantíssimo papel de conscientizar os pequenos agricultores e os consumidores em geral sobre os impactos na nossa saúde, meio ambiente, entre outras consequências.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas, eu quero também fazer aqui uma colocação no sentido de que este debate está sendo feito do ponto de vista dos direitos humanos, do ponto de vista da defesa de uma alimentação saudável para todas as pessoas e também na defesa dos agricultores, camponeses, que trabalham em suas propriedades e muitas vezes também são contaminados por pulverização aérea. Isso já foi pauta de debate nesta Comissão em outras ocasiões. Inclusive, esta semana, viajando pelo interior do Espírito Santo, mais uma vez esse assunto foi colocado, pois propriedades que se utilizam da pulverização aérea têm contaminado pequenas propriedades de agricultores, de camponeses, em função dessa que é uma prática, na minha opinião, condenável, porque, ao pulverizar de forma aérea uma plantação, não se tem um real controle de onde esse produto vai cair. Isso tem tirado, inclusive, a vida de pessoas e deixado muitas pessoas doentes.

Então, este é um debate importante para nós aqui hoje do ponto de vista da defesa dos direitos humanos, das pessoas, dos agricultores e de toda uma população que se alimenta sem muitas vezes saber exatamente o que está comendo, e a sua saúde vai ficando extremamente comprometida.

Eu já fiz uma consulta aos nossos convidados. Nós vamos conversar primeiro com o João Pedro Stédile, será o primeiro convidado a se manifestar, que é o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

João Pedro, nós temos aqui um tempo bom, um tempo razoável. Então, vou deixá-lo à vontade para que possa se manifestar.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito obrigado, Senadora. Agradeço, lisonjeado, esta oportunidade, pois é um privilégio estar aqui nesta Comissão e poder, através dela, me comunicar não só com os Parlamentares desta Casa, mas, sobretudo, com toda a população brasileira que, de alguma forma, através da Rádio e TV Senado e da internet, pode acompanhar os debates desta Casa.

A motivação primeira de nossa participação aqui é também compartilhar a posição que a Via Campesina internacional e a Via Campesina do Brasil, da qual o MST faz parte, têm assumido, ao longo desses anos, na nossa luta contra as sementes transgênicas.

Há muito tempo nós víhamos sendo alertados, pelos cientistas de todos os países do mundo, dos riscos que essa técnica da transgenia poderia trazer para a agricultura e, sobretudo, para a produção de alimentos. Além das advertências acadêmicas e de cientistas, começamos a nos dar conta, na prática, ao longo dos anos, dos problemas que a adoção de sementes transgênicas vem trazendo em todo o mundo.

Em primeiro lugar, nós somos contra as sementes transgênicas porque elas representam a introdução da propriedade privada sobre as sementes. Isso é uma afronta, como a Senadora comentou, aos próprios direitos humanos. Todos os agricultores do mundo têm o direito de usar quaisquer sementes. As sementes são um patrimônio da humanidade. Elas foram sendo domesticadas na natureza ao longo de milhões de anos. Agora, as empresas não podem arvorar-se o direito de serem proprietárias privadas dessas sementes só porque elas têm uma mutação genética.

O segundo motivo é porque as sementes transgênicas não são democráticas, elas não convivem com os outros tipos de semente. Então, considerando dois agricultores vizinhos, se um planta soja transgênica e o outro não, naturalmente, pela natureza, a soja transgênica vai contaminar a outra. Portanto, não podem conviver. Isso é um absurdo, porque você não dá oportunidade de escolha. Na medida em que se vão expandindo as sementes transgênicas, elas vão contaminando, pari passu, todos os seus vizinhos. É por essa razão, inclusive, que, aqui no Brasil, na medida em que a CTNBio vai liberando comercialmente as sementes transgênicas, em pouco tempo, dois ou três anos, essas sementes vão tomar conta de toda a lavoura, como é o caso da soja, como é o caso do algodão, como é o caso do milho.

O terceiro motivo é porque todas essas sementes que estão no mercado, em todo o mundo e não só no Brasil, têm um componente de transgenia para resistir a um veneno. Portanto a sua difusão implica uma maior utilização de determinado veneno que, por coincidência, é também de propriedade da mesma empresa que é dona das sementes. Nisso eles até são honestos. A soja, por exemplo, Roundup, que é a soja transgênica, leva esse nome porque implica a aplicação do herbicida Roundup. Então, o sujeito que usa a soja Roundup já sabe que obrigatoriamente ele vai ter de usar mais veneno e só Roundup, ao qual aquela semente é resistente. E assim são os outros casos: o do algodão e o do milho.

Então, como já foi dito aqui, a ampliação do uso de sementes transgênicas traz como consequência imediata a ampliação do uso de venenos. E esses venenos matam a biodiversidade, matam a natureza, contaminam as águas e trazem graves consequências para a saúde humana.

O quarto motivo é porque as sementes transgênicas, ao utilizar grande quantidade de veneno, acabam destruindo a biodiversidade que existe na natureza, que acaba se transformando num monocultivo só de soja, só de milho, ou só de eucalipto e assim por diante.

O quinto motivo é porque, ao termos um ser vivo apenas, como a soja ou o milho, a destruição da biodiversidade e uma produção em alta escala, evidentemente, isso traz consequências para o meio ambiente e para as condições climáticas, porque agora a natureza se alterou e, portanto, aquelas condições que havia, as condições climáticas a que estávamos acostumados, com determinada biodiversidade, agora, necessariamente, se alteram. E acerca disso não é preciso muita opinião de cientistas, embora possamos perguntar para eles dois. Mas todo mundo que mora em São Paulo vem percebendo como, nos últimos anos, com a difusão do monocultivo da cana, a temperatura aumentou. Portanto, alteraram-se as condições climáticas do Estado de São Paulo em função do monocultivo da cana. Se alguém tiver alguma dúvida que se arrisque a mudar para São José do Rio Preto, para Araçatuba, Araraquara, Ribeirão Preto, que se darão conta do que vem acontecendo ao conversar com a população de lá.

Por último, somos contra, como movimento, porque, lendo todas as pesquisas que vão aparecendo e das quais aqui nós temos dois autores, todos eles nos dizem que não há certeza de quais efeitos esses alimentos transgênicos provocam no ser humano, quais são as consequências, que células são alteradas. Então, se ninguém tem certeza do que acontece com o ser humano, embora já haja pesquisas com animais acerca das graves consequências, é melhor adotarmos o princípio da precaução. Ou seja, enquanto não temos certeza das consequências para a saúde das pessoas, é bom não ultrapassar a fronteira do conhecimento, porque, depois, pode haver consequências incontroláveis.

Então, com esse espírito dos movimentos sociais do campo de todo o mundo de que nós não podemos aceitar a difusão das sementes transgênicas, nós, ao longo destes últimos anos, temos feito várias articulações, algumas ações diretas contra as empresas que muitas vezes burlam a lei.

Lembro aos companheiros que já havia a soja transgênica, no Rio Grande do Sul, ilegal e nós, durante o Fórum Social Mundial, com o movimento da Via Campesina, fomos lá nas lavouras da Monsanto, em Não-Me-Toque, e destruímos as lavouras. Nós fomos acusados, na imprensa, de bárbaros, baderneiros e recebemos tudo quanto é nome feio. Mas ninguém disse que aquela lavoura era transgênica, que aquilo era ilegal, portanto, era um crime. Em vez de nós termos destruído aquela lavoura, quem deveria ter destruído era o Ministério Público, açãoado a Polícia Federal ou seja lá quem fosse para fazer aquela ação.

Os agricultores, em outras partes do mundo, como a Índia, tiveram que fazer isso com o algodão. Há o agravante, que está comprovado, de que o uso intensivo dos venenos que vêm com a semente transgênica do algodão, na Índia, está provocando uma disfunção neurológica nos agricultores. Centenas de agricultores já foram ao suicídio depois que começaram a usar semente de algodão transgênico, o que vem sendo denunciado, há muitos anos, pela nossa companheira Vandana Shiva, que é uma das signatárias do documento a que, em seguida, vou me referir. Também na Europa muitos agricultores já destruíram plantações de soja e de milho. Essa é uma forma de denunciar para a sociedade.

As outras articulações que temos feito é procurar barrar a legalização da semente transgênica, é incentivar a pesquisa. Todo mundo quer ter certeza do que vem acontecendo. Por isso temos nos aliado à comunidade científica, que aqui está presente, para que eles pesquisem e nos deem as respostas que as empresas não podem dar, porque o objetivo da empresa não é aumentar a produtividade das plantas, o objetivo da empresa não é dar uma contribuição ao mundo, o objetivo das empresas é ter lucro. É isso que elas dizem e está lá no contrato social. Olhem a que ponto nós chegamos.

Agora, no Uruguai, vocês sabem, legalmente vai ser liberado o plantio de maconha. Já há uma empresa americana que se ofereceu para o governo do Uruguai para plantar maconha transgênica, para ter mais lucro e dominar as outras variedades que podem ser competitivas com a deles, que eles desenvolveram nos Estados Unidos, uma maconha transgênica.

Então, as empresas não têm nenhum compromisso social, nem com os direitos humanos, nem com o direito dos animais. Elas têm o único compromisso com a conta bancária, com a sua taxa de lucro.

Por fim, para não me alongar muito, porque acho que o principal desta audiência – agradeço à Senadora Ana Rita – é ouvirmos a comunidade científica, pois são os que podem nos dar um aval, do ponto de vista da ciência, sobre essa questão, lembro que, no ano passado, em outubro, estivemos no Vaticano, em representação dos movimentos sociais, e lá estabelecemos um diálogo sobre diversos temas acerca dos quais, como movimentos sociais, gostaríamos de que a Igreja Católica se manifestasse, ainda mais agora com o Papa Francisco, que tem demonstrado claramente que está a favor dos pobres, dos trabalhadores, dos excluídos, dos explorados. Um dos temas que colocamos foi o tema dos transgênicos. E eles nos pediram que, como movimento social, articulássemos a comunidade científica que se posiciona contra os transgênicos para que essa comunidade científica apresentasse um subsídio técnico e científico para o Papa Francisco. Fizemos isso e, durante quatro meses, de fevereiro até abril, mobilizamos oito cientistas em todo o mundo, de diferentes especialidades e de diferentes países, para não dizerem que era uma corrente única ou para que não pairasse alguma dúvida de amizade ou algum tipo de manipulação.

Conseguimos, então, mobilizar: a companheira Ana Maria Primavesi, que é de todos conhecida como a maior cientista do mundo de solo tropical, da vida do solo e seus componentes; mobilizamos a companheira Vandana Shiva, a que já me referi, uma grande cientista da Índia que acompanhou toda essa luta contra o algodão da Monsanto; mobilizamos o Pat Mooney, um grande cientista do Canadá; a companheira Elena Álvarez, que é uma cientista do México; o companheiro Carrasco, um médico pesquisador sobre as doenças, no organismo humano, causadas pelos agrotóxicos e transgênicos – infelizmente ele veio a falecer no mês de junho –; os dois companheiros que estão nos acompanhando, Prof. Rubens Nodari e Prof. Paulo Kageyama; e mais o Prof. Wanderlei Pignati, da Universidade Federal de Mato Grosso, infelizmente não pôde estar aqui hoje conosco, que fez aquela brilhante pesquisa, durante 10 anos, em silêncio, sobre o leite materno em Mato Grosso, na qual eles concluíram, com todos os critérios e rigores da ciência, que infelizmente as mães que amamentavam seus filhos naquela região de Lucas do Rio Verde, que só tem soja, o leite materno já estava contaminado com o glifosato, que era aplicado nas lavouras de soja. Provavelmente a origem não era só a alimentação com soja, mas também o secante que as lavouras usam, que vai para atmosfera e depois volta com a chuva. A população tem o costume de usar a água das chuvas ou para irrigar as plantas ou para tomar como água potável, já que antigamente se dizia que a água da chuva era a melhor água. Hoje não é mais, pois vem contaminada com glifosato. Então, infelizmente, o nosso Prof. Wanderley Pignati chegou à conclusão de que havia altas doses de veneno, inclusive no leite materno. Até a Globo, que, como todos sabem, é defensora das empresas transnacionais, teve que se resignar e denunciar, em rede nacional, essa pesquisa do professor.

Então, esses oito cientistas de todo o mundo preparam um documento, durante esses três meses, para o Papa, que o recebeu no dia 1º de maio. Como era uma carta pessoal que a Via Campesina havia se proposto a entregar esse documento técnico, nós mantivemos certa reserva, até que, no mês de julho, perguntamos se era possível publicar, já que ela era pessoal. Finalmente recebemos o sinal verde, na linguagem da Igreja antiga: imprimatur est, em que o Vaticano liberou que esse documento viesse a público.

Agradeço, mais uma vez, em nome da Via Campesina, não só a do Brasil como a internacional, por este espaço que a Comissão de Direitos Humanos e a Senadora Ana Rita nos proporcionam, de trazer isso a público. Hoje de manhã entregamos para a CNBB, que também não tinha conhecimento disso, o documento. E hoje, através desta reunião, queremos fazer chegar ao conhecimento do Congresso brasileiro e da opinião pública nacional.

Esse mesmo tipo de comunicação está sendo feito em Roma, para a opinião pública, e também na cidade do México. Infelizmente, em Buenos Aires, não vamos poder fazer, porque o nosso saudoso e querido Carrasco faleceu, vítima de um câncer que provavelmente adquiriu nas pesquisas e dos agrotóxicos que ele andou comendo, junto com a soja Roundup, já que lá na Argentina foi onde ela primeiro se instalou.

De maneira que espero que esse documento tenha circulação no meio acadêmico, nas igrejas de todo o mundo e que, com isso, mais além de ter sido um subsídio ao Papa para que ele tivesse informação científica e pudesse dar uma palavra do ponto de vista da doutrina da Igreja, nós pudéssemos ter elementos científicos e a opinião de cientistas sobre um tema que atinge toda população brasileira, que atinge todo mundo, já que, todos vocês sabem, hoje, cinquenta empresas transnacionais controlam 85% de todo o comércio de alimento do mundo. Por isso eles têm esse controle quase absoluto.

Agradeço à querida Senadora e também, de certa forma, aos nossos cientistas e professores, que aceitaram abrir suas agendas para estar aqui conosco nesta tarde.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, João Pedro Stédile, representante aqui do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e também dos movimentos sociais do campo.

Só para informar aos nossos participantes da audiência pública e aos internautas, do documento que foi entregue ao Papa há uma cópia aqui conosco, do documento e da carta. Após esta audiência pública terão a sua devida divulgação para que seja de conhecimento público o conteúdo do documento e também o conteúdo da carta que foi entregue ao Papa.

Obrigada, João Pedro, por sua presença, pelos esclarecimentos e pela luta que tem empreendido neste País e no mundo em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Muito obrigada, mais uma vez, pela sua contribuição, pela sua grande contribuição ao povo brasileiro.

Vou conceder a palavra ao professor Paulo Kageyama.

Eu faço questão aqui de, se vocês me permitem, como temos dois cientistas, dois professores e duas pessoas altamente conhecidas e que têm oferecido uma grande contribuição nesta questão, acho importante isso, fazer uma leitura do currículo de cada um para que quem está nos acompanhando pela tevê, principalmente pela TV Senado, e também pela internet possa saber com quem estamos dialogando agora, pelo conteúdo de seu currículo.

Então, o Dr. Paulo Kageyama, que nós vamos ouvir aqui, é engenheiro agrônomo pela Universidade de São Paulo, doutor em genética e melhoramento de plantas pela USP, professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, pesquisador em genética e biodiversidade de ecossistemas tropicais e aplicação da agrobiodiversidade em assentamentos rurais da reforma agrária. É uma referência internacional no tema da biodiversidade florestal e tem importantes pesquisas e ampla experiência nas áreas de genética e conservação, com ênfase na genética de espécies arbóreas, restauração de áreas degradadas, variabilidade, estrutura genética e fluxo gênico. Ex-diretor do Programa Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e ex-membro da Comissão de Biossegurança do Brasil (CTNBio).

Então, Prof. Paulo, por favor, com a palavra.

O SR. PAULO YOSHIO KAGEYAMA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer muito à Senadora Ana Rita, que representa a Comissão de Direitos Humanos, por nos convidar. É um prazer e uma honra tanto participar desta audiência pública como também ter participado desse documento importante que foi citado, enviado ao nosso querido Papa Francisco, em que vislumbramos um futuro melhor para as comunidades rurais de todo o mundo.

Não está ligando o micro na minha palestra, mas eu vou já adiantando.

Como foi dito, eu participei – acho que é o mais importante –, por quatro anos, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Governo, que é o órgão que discute e aprova os transgênicos. Nesse tempo de quatro anos, tivemos um período muito difícil, já que, por razões de domínio do poder na CTNBio, a gente foi minoria nesse período, e ainda permanece como minoria. As pessoas que são mais críticas aos transgênicos são menosprezadas, eu diria assim.

Na minha carreira de 30 anos de academia, chegando ao título máximo na USP de professor titular, nunca fui tão humilhado fazendo pareceres e esses pareceres sendo menosprezados, eu diria, pela CTNBio por questão de quórum de poder.

Enfim, em função disso é que persistimos por quatro anos. Não era para a gente ficar nem um dia, um acadêmico que se preza e que respeita os seus pares, que é a nossa principal característica na academia, respeitar os seus pares, na CTNBio; isso é humilhante. Então, nós ficamos lá por quatro anos só para mostrar, para documentar, na verdade. Está tudo muito bem documentado. Espero que isso venha a público, com olhos, de fato, críticos, porque lá está tudo documentado. Produzimos lá, cada um de nós que é crítico aos transgênicos, dezenas de documentos bem documentados. Estão todos lá.

Então, é triste a gente declarar isso. Mas, de qualquer forma, vamos ver um pouco dessa experiência que a gente vai colocar aqui, até para colocar a público, num ambiente tão propício como este, como de fato uma questão que deveria ser científica, uma questão que deveria ser seriamente tratada pode ser tratada da forma como o é.

Então, eu vou começar a minha palestra falando que eu trabalho nesse laboratório. Sou coordenador desse laboratório de reprodução e genética de espécies arbóreas. E trabalho com biodiversidade, através de técnicas moleculares, as mesmas técnicas moleculares que são utilizadas para os transgênicos, só que eu trabalho muito mais, vamos dizer, visando ao fluxo gênico ou, na verdade, em como essa tecnologia, como esse transgene, muitas vezes do mal, pode contaminar as populações e as comunidades de camponeses e campomenses no campo, principalmente com as sementes crioulas.

Eu, então, venho trabalhando mais na pesquisa ação, digamos, no campo, com assentamentos rurais de reforma agrária, tentando documentar com pesquisas a contaminação e, principalmente, a importância de

outras tecnologias que eu vou mostrar aqui, nas pesquisas dos nossos alunos, pesquisas que vão para o lado contrário, na verdade, ao dos transgênicos e de agrotóxicos.

Então, eu trabalho com a agrobiodiversidade na agricultura familiar, com sistemas agroflorestais, os SAFs, e silvipastoris em assentamentos de reforma agrária desde 1995. Portanto, então, há quase vinte anos, vamos dizer. Estamos no Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, extremo sul da Bahia, regiões de IDH mais baixos, na verdade, do Estado de São Paulo e do País.

Bom, professor sempre quer dar um pouco de aula, colocar um pouco de conceito. Então, vamos ver um pouco da biodiversidade, o que é a biodiversidade.

Nós estudamos cinquenta espécies da Mata Atlântica para entender um pouco dessa biodiversidade natural. Ela é, o mais importante, responsável pelo delicado equilíbrio das florestas tropicais. Então, vamos dizer, a biodiversidade provoca equilíbrio. Na floresta tropical não existe praga ou doença. Existem, sim, insetos e micro-organismos, mas praga ou doença não existe. Eu questiono as pessoas que afirmam que viram uma praga ou uma doença em uma floresta natural. A Mata Atlântica é riquíssima, muito bem estudada. Riquíssima. Tem quinhentas espécies de plantas por hectare, um quarteirão quadrado ou um campo de futebol. Isso é o mais importante. Com muitas plantas e árvores, epífitas e lianas, etc. E a gente vem estudando isso para entender, de fato, essa biodiversidade.

Agora, o mais importante é que, além de quinhentas espécies de vegetais, quinhentas espécies de plantas em um hectare, nós temos cem vezes mais insetos e micro-organismos. E insetos e micro-organismos que, ao cortarmos a floresta e plantarmos principalmente poucas espécies ou uma espécie com pouca diversidade genética, esses insetos e micro-organismos tornam-se pragas e doenças.

Na verdade, é necessário entender isto: como é que a evolução ocorreu. Elas evoluíram, na verdade, as plantas, para se defender desses insetos e micro-organismos, que são cem vezes mais em número. Agora, elas venceram. Elas venceram a guerra, digamos, da evolução.

Segundo Christian, esse grande escritor, grande cientista, graças aos compostos secundários químicos – é só uma aulinha pequena para entender o que decorre disso quando o homem usa isso, digamos, para o mal, vamos lá – então, esses compostos secundários químicos que as plantas produziram na evolução para se defenderem dos insetos e micro-organismos são potenciais em dois pontos importantes. Primeiro, na fabricação de fármacos pela biotecnologia. Daí, a biopirataria. Nossa biodiversidade vem sendo biopiratada há muito tempo e continua sendo. E, em segundo lugar, para equilíbrio e proteção dos agrossistemas e para uso nosso, dos pequenos agricultores, principalmente, porque falar, no agronegócio, uma coisa dessa é, na verdade, um sacrilégio para eles.

Então, é isto o que a gente vai falar: por que a agrobiodiversidade ou a biodiversidade no agrossistema que é utilizado pelos agricultores familiares, como ela pode ser uma ferramenta para equilíbrio? Para equilíbrio significa não utilizar agrotóxico. Simplesmente isso. Agora, agrotóxico é importante porque o custo de produção na agricultura convencional, 70% a 80% do custo é de insumos químicos.

Então, aí vem, na verdade, a verdadeira história, como é que a biodiversidade natural nos dá uma lição de como a gente deve incluir a agrobiodiversidade nos agroecossistemas dos camponeses e camponesas. Essa é a nossa principal linha de pesquisa.

Aí é só para mostrar que a gente está trabalhando. Acho que todos sabem que a agricultura familiar, comparada à patronal, nós somos 30% das terras em área e somos 85% em número de estabelecimentos. Então, 85% dos estabelecimentos são familiares, e somente 30% das áreas. Mas, segundo o próprio IBGE e MDA, responsáveis pela produção de 70% do alimento básico do País, com 30% das terras. Por isso aí vem o nosso lema: com uma reforma agrária mesmo, certamente exportaremos alimentos se de fato tivermos mais terras. Isso é importante.

Aí está um pouco dos dados que atestam isso.

Aí, a taxa de crescimento de venda de agrotóxicos. Em 2010, era 5,2kg por brasileiro – a Senadora Ana Rita colocou 6kg, deve ter aumentado, de fato, na estatística atual, mas, comparativamente ao mundo, na verdade, nós estamos sendo muito mais realistas que o rei.

Aí estão os agrotóxicos que estão sendo produzidos e o aumento gradativo vertiginoso.

Aí, dados da Andef, dados oficiais da Sindag, na verdade, não é um dado não oficial.

Aí são as famigeradas, já citadas aqui.

Os OGMs comerciais da agricultura trazem vantagem somente às indústrias de sementes e agrotóxicos. Isso já foi aqui frisado. Acho que não vou... Vou só reforçar. E, é lógico, o impacto sobre o segmento de agricultores familiares, os pequenos agricultores, vamos dizer, pobres, que, de fato, dependem principalmente de reforma agrária, dependem principalmente de tecnologia mais adequada a eles. É isto que a gente vai demonstrar: que existe tecnologia mais adequada.

Cuidados com a biossegurança, vamos dizer, com os OGMs, com certeza, é a prioridade absoluta, porque é uma tecnologia excludente, como disse já o Frei Sérgio muitas vezes. Os atuais OGMs são excludentes. Eles apontam para alguns OGMs do futuro, mas isso tem sido futuro e futuro. Na verdade, não existe essa tecnologia, a não ser a de agrotóxico.

Lei de Biossegurança. Isso já foi falado. Ela veio até, vamos dizer, com boas intenções, mas, logo a seguir, as primeiras emendas do Congresso, a mudança de quórum para aprovação foi o ataque mortal, na verdade, na nossa esperança de alguma democracia dentro da Lei de Biossegurança. E vêm mais coisas por aí, como a proposta de lei da Terminator, rotulagem, que está prestes a ser aprovada. Enfim, estamos, então, à mercê da não democracia da CTNBio.

E, o mais importante, vamos dizer, é, na verdade, o que foi aprovado na CTNBio sobre a contaminação, o perigo da contaminação ou a possibilidade de coexistência entre transgênico e não transgênico, principalmente, entre o milho geneticamente modificado e o outro milho. Para o caso dessa resolução de 2007, foram determinados cem metros – estou destacando aqui e colocando uma interrogação que é minha –, cem metros de limite para contaminação do milho OGM e não OGM. É um absurdo isso! É um absurdo porque o vento é que leva o pólen do milho. Todos sabem, a maioria sabe disso e nós vamos demonstrar. A lei, a resolução da CTNBio fala em 100 metros ou então 20 metros com bordadura. Isso é um sacrilégio, alguma coisa muito pesada de fato.

Bom, em função disso, vocês se lembram do que disse a Folha de S.Paulo. Esta data eu acho que é para a gente comemorar: 10 de maio. Foi inédito: em uma página inteira, a Folha de S.Paulo se rendeu e publicou a questão da contaminação de pequenos agricultores principalmente pelo milho transgênico, agricultores principalmente familiares. Aí está um pouco do que disse a imprensa. A maior cooperativa de milho declarou-se impossibilitada de separar o convencional do transgênico. Enfim, foi, de fato, vamos dizer, o reconhecimento de que há grande perigo – há perigo, não; houve, de fato, contaminação, o que foi verificado no Paraná principalmente, das variedades crioulas, das variedades não transgênicas por transgênicos.

A questão das variedades crioulas, por incrível que pareça, é ignorada na CTNBio. O presidente da CTNBio declarou: "Sementes crioulas não existem." Isso está registrado lá, por muitas vezes. Que diremos nós, que vamos a várias festas de sementes crioulas, à festa de Anchieta, que é a mais importante? Eu estive na última festa de Anchieta, e, vamos dizer, a centenas de festas de sementes crioulas, de troca de sementes crioulas. Para eles, não existe.

Agora, o mais importante é que essas sementes crioulas são a fonte, de fato, que originou os híbridos e os transgênicos. É por isso que eles não querem admitir, na verdade, que existem as sementes crioulas, mas, felizmente, agora o MDA está preparando um edital que é inédito, para, de fato, pesquisadores quantificarem e qualificarem essas sementes crioulas em todo o País. É um mérito muito grande do MDA, que está fazendo esse trabalho.

O importante é que os consumidores também vêm fazendo sua opção, dando preferência por produtos mais saudáveis, como orgânicos e naturais. Reparamos, vamos dizer aqui, que nos supermercados de ricos, é importante colocar, não nos lá dos bairros pobres, a gôndola de naturais e de orgânicos está aumentando a olhos vistos, sinal de que o consumidor está de olho e está desconfiado de que alguma coisa está acontecendo. A gente até arrisca... Uma professora fez isto, a Profª Rigotto, estudiosa em questão de saúde, fez um teste com um padre na sua comunidade. Foi isto o que ela falou: "Os que têm doença de câncer na família levantem a mão." Ficaram os dois assustados, porque foram levantando as mãos e encheu-se de mãos levantadas a igreja. Então as pessoas estão notando isso, não é verdade? Isso está havendo.

Essas variedades crioulas são menos dependentes ou não dependentes de alta tecnologia. O mal, vamos dizer, o maior exemplo disso é o México. O México é o centro de origem do milho, quer dizer, a evolução surgiu lá, a dádiva, o grão nasceu lá, por sorte do México. Agora, por azar do México, ele estava ao lado dos Estados Unidos, e foi encontrado lá, isso foi publicado, milho crioulo do México contaminado lá no centro de produção do milho, lá longe dos Estados Unidos. Por quê? Porque a contaminação do milho se dá pelo vento. Ventos fortes levam a quilômetros e quilômetros, e aí vai indo. Foi isso que encontraram.

Foi publicado. Aliás, a Alvarez-Buylla consta neste documento, é uma das cientistas do México mais renomadas e foi incluída neste documento ao Papa. Ela publicou um artigo na Nature, em 2001, e depois o reforçou – na Nature, não foi numa "revistinha" – na Molecular Ecology, que é a principal revista de genética molecular do mundo. Os geneticistas se orgulham de dizer que têm um artigo na Molecular Ecology. Isso foi em 2008.

Isso é só para mostrar para vocês que existem mais do que evidências, de fato, das arbitrariedades desse famigerado transgênico. Falo mais do aspecto da contaminação, que é a minha parte. Depois o Professor Nodari vai fechar com chave de ouro, falando da parte mais importante que são os problemas, as barbáries na parte genética da construção dos transgênicos.

Eu vou só colocar aqui, mais porque haverá uma audiência pública para aprovar o eucalipto transgênico comercial no próximo mês. Então, fiz esse apêndice, saindo um pouco de alimento, indo para o eucalipto transgênico. Na verdade, é um eucalipto em que se reduz a lignina da madeira. A madeira tem lignina e celulose. A celulose serve para a indústria de celulose e a lignina atrapalha a retirada da celulose. Então, falaram: "Vamos retirar a lignina da madeira". A lignina é o que dá a dureza da madeira. Os pesquisadores, inclusive, estão pagando para ver o que vai acontecer com o vento. Mas essa é uma outra história. Só que eles tiveram um azar, porque o único paper básico apresentado para aprovar a pesquisa de eucalipto transgênico foi um trabalho feito por uma aluna orientanda minha, de mestrado. Mas eles não perceberam. Era o Pacheco, o Kageyama, eu era um dos terceiros autores, porque o orientador fica para trás. Enfim, as empresas falaram: "Vamos propor 100 metros". Mas isso arbitrariamente, aliás, como é feito na verdade. Como eles têm maioria, eles fazem essa barbaridade. Então, eu denunciei, escrevi esse paper, denunciando, na verdade.

Vejam como foi. Ele falaram que, como o pico de contaminação aqui é não por genética molecular – naquele tempo não existia genética molecular; é de 1984 esse trabalho, aliás, de 1986, são quase 30 anos; é o único trabalho de fluxo gênico publicado em 30 anos, porque não havia interesse na verdade –, eles pegaram esse ponto, 100 metros, e disseram: "A maioria do pólen vai a 100 metros. Então, vamos fazer de 100 metros o limite para contaminação." Eu falei: pessoal, mas a 300 metros tem 55% ainda de pólen marcado. Então, apresentei essa curva para eles. Fiz um desdobramento da curva e foi a 760 metros. Desculpem-me dar os detalhes, mas acho que é importante apenas para dizer da arbitrariedade que é a CTNBio, o que eu já denunciei várias vezes. Por incrível que pareça, naquele dia houve um baixo quórum e três pessoas mudaram de lado. Os que sempre votaram com as empresas viram os erros: "Mas é um artigo feito por uma orientanda de uma pessoa aqui da CTNBio. Não podemos ser contra." Aí as pessoas mudaram o voto. E nós ganhamos, de fato, a parada. O comunicado mudou. E no Comunicado nº 2 falou-se que são mil metros de distância que foram aprovados. Por causa disso, se inviabilizou. Mil metros de distância em volta do eucalipto transgênico inviabiliza as plantações. Então, estão querendo resolver isso aí.

Agora, o mais importante são as consequências. Duas baixas na CTNBio. Das três pessoas que votaram, duas pessoas foram decapitadas, defenestradas, como disse o próprio presidente, por terem votado, imediatamente. O terceiro só não foi defenestrado, porque era um ícone como cientista, na verdade; era imexível, como já disse alguém. Enfim, foi só um parêntese.

Na verdade, eu venho trabalhando com agricultores familiares, principalmente em assentamentos rurais, fazendo novas tecnologias, usando sistemas agroflorestais, botando agrobiodiversidade. Biodiversidade não sendo monocultivo, não monocultivo, plantando vinte espécies juntas. É possível? Sim. Espécies juntas produzindo alimentos, produzindo nitrogênio, produzindo biomassa. Esses são cacau com banana, biodiversidade sem pragas e doenças. Isso é importante. É disso que precisa, de fato, o pequeno agricultor familiar pobre, na verdade. E existe tecnologia, para ele não entrar na onda do "agronegocinho", como dizem. Na verdade, é isso que o nosso...

Estamos fazendo projeto de pesquisa no Pontal do Paranapanema, com a macaúba que produz biodiesel. Aí o sistema que nós estamos produzindo, biodiesel com alimento.

Estamos trabalhando também no extremo sul da Bahia, com a Fibria, que nos convidou, juntamente com o MST, para produzir um projeto via assentamento sustentável. A empresa, pela primeira vez, cedeu área para reforma agrária, desde que produzissemos um projeto de assentamento sustentável junto com o MST. E nós topamos a parada. E o projeto está lá, já desde 2012, em andamento. Há também uma escola, a Escola Popular Egídio Brunetto, em que fazemos uma homenagem. É um dos acampamentos que foi sendo transformado em assentamento.

Aí sou eu propondo, na verdade, aos assentados o projeto. Eles falaram: "Como? Que projeto? Você veio lá da USP, de São Paulo. Qual a sua credencial?" Eu falei: eu venho trabalhando há 15, 20 anos com o MST de São Paulo, na verdade. É isso que me trouxe aqui. Eles disseram: "Quem nos diz que você não está sendo enganado e nos enganando?" Eu falei: o tempo dirá, mas, no momento em que vocês falarem que duvidam, vocês param. É um acordo de três partes, não é?

Enfim, nós estamos produzindo pesquisas com os nossos alunos de mestrado e de doutorado – por exemplo, plantio de tomate rodeado de biodiversidade, orgânico –, em tese, na verdade, em documento científico, comprovado. Aí é tomate rodeado de biodiversidade. Ao fundo, vemos parte da Mata Atlântica regenerada. Aí o assentado mostrando a beleza do tomate sem nenhum agrotóxico.

Agora, o mais importante é o custo. O problema é esse que eu queria mostrar, que estamos documentando, o custo de produção. A produção, na verdade, é menor: 200 caixas contra 50 caixas por 1.000 pés. Só que o custo de produção é 5.000 contra 700. O retorno econômico é quase igual, só que ele não gastou os 5.000, porque não tinha, ele ia se endividar. Vejam aqui: em dois meses em meio, o convencional teve 36 apli-

cações. É quase um dia sim e um dia não. A cada aplicação vai mais de um agrotóxico. Isso que é a propaganda do agronegócio, na verdade. E essa é a nossa propaganda para a agricultura familiar. Nós estamos produzindo experimento com cultivo orgânico.

Outra tese, com banana. Aí é mais gritante ainda. Comparamos um convencional assentado com um SAF orgânico. Normalmente, a produção é menor, mas a produção por área. Agora, veja o retorno econômico, com o custo de produção novamente – aqui, não está faltando zero, não. Aí, então, a renda líquida, que é o mais importante. É muito maior, 50% maior o retorno líquido para a banana orgânica. Isto é que é o mais importante: 70% ou 80% do custo de produção do cultivo convencional é de químico. É esse o problema nosso, disso que estamos falando aqui. Quem são os ganhadores nessa história? Então, é contra isso que nós estamos lutando.

Essa é a última tese de doutoramento agora, recém-terminada, vai ser defendida agora. Veja o que nós fizemos: pegamos o café com biodiversidade. Então, um sistema agroflorestal com alta diversidade, a quantidade, a avaliação de um ano, a avaliação de uma tese de doutorado do Paulo Lopes.

Aqui é a quantidade do bicho mineiro, que é a principal praga do café – alguém que conhece um pouco de café sabe disso. E aí vem, em segundo lugar, o quê? SAF com média diversidade. Em terceiro lugar no triângulo: SAF com baixa diversidade. Com mais, quase que com o total de quantidade de bicho mineiro: monocultura com cercas vivas. E, por último, com o máximo de pragas: monocultura sem cerca viva. Então, parece até um dado fabricado. Apenas vamos ter que explicar para banca, na verdade – vai ser agora no mês que vem a defesa de tese. Isso parece um dado fabricado, mas é o real, que vamos publicar, de fato; e vamos atestar que é isso que acontece de fato.

Enfim, nós somos o País de maior biodiversidade do Planeta. A agrobiodiversidade dos agricultores tradicionais vem sendo contaminada pelos transgênicos. Têm-se questionado as tecnologias baseadas no uso cada vez maior de agrotóxicos e de transgênicos, que são os dois lados da mesma moeda.

A biodiversidade pode ser ferramenta de equilíbrio: agroecossistemas construídos com alta diversidade são altamente vantajosos para a agricultura familiar, para os nossos clientes preferenciais. E as pesquisas voltadas para a agroecologia devem ser prioridades pelas universidades e movimentos sociais, com políticas públicas voltadas para este segmento.

Enfim, é isso que defendemos. E é isto que somos contra, na verdade: contra essa hegemonia desse agronegócio, que é um horror, na verdade, para a biodiversidade, para a agrobiodiversidade e para os agricultores.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Paulo Kageyama, pela exposição, pelas informações, que são importantíssimas para nós aqui. Obrigada pela presença também.

Eu vou conceder a palavra ao Prof. Rubens Onofre Nodari, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

É engenheiro agrônomo, com mestrado em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor pela Universidade da Califórnia; Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, com ampla experiência na área de genética, com ênfase em genética vegetal, atuando principalmente em pesquisa de temas de diversidade, conservação genética, fitomelhoramento e biossegurança de OGM.

É Coordenador do grupo de pesquisa em biossegurança e biodiversidade da Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenador da pós-graduação em recursos genéticos vegetais. Administra disciplinas relacionadas com a caracterização da diversidade, conservação genética e genética de populações.

Desde a década de 90, atua na área de biossegurança dos organismos geneticamente modificados. No âmbito da colaboração da Universidade Federal de Santa Catarina e do Centro de Biossegurança (Genok), da Noruega, desenvolveu e orientou pesquisas e estudos em riscos biológicos, diretos e indiretos, derivados da introdução de organismos geneticamente modificados no ambiente.

Ex-gerente de recursos genéticos do Ministério do Meio Ambiente e ex-membro da Comissão de Biossegurança do Brasil (CTNBio).

Professor, obrigada pela presença. A palavra está com o senhor.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado, Senadora Ana Rita, pela grande oportunidade.

Eu queria fazer aqui duas referências. A primeira é que, na época da ditadura, quando eu era estudante universitário, não imaginava que um dia eu iria estar aqui, em uma Comissão de Direitos Humanos, tendo este privilégio. Então, isso é, de fato, compensador.

Discutir uma tecnologia que é contra a vida também faz parte de um tema sobre direitos humanos.

Também quero agradecer aqui ao João Pedro Stédile pela oportunidade que nós tivemos de nos agregar e fazer esse documento que foi enviado ao Papa.

Agora eu gostaria de fazer um breve comentário porque algumas pessoas que me conhecem não conseguem entender por que é que eu, tendo feito o curso de doutorado na universidade de Davis, na Califórnia, tendo como professores aqueles que desenvolveram aqueles plasmídios recombinantes e a tecnologia do DNA recombinante, pude enveredar para o lado da biossegurança.

Eu, no meu primeiro semestre de curso, na Universidade da Califórnia, tive uma disciplina de genética molecular e as aulas práticas eram de como desenvolver uma planta transgênica. E eu obtive uma planta transgênica, eu era obrigado, era uma das tarefas dos alunos. Na época eu pensei, sonhava em resolver todos os problemas da agricultura usando a engenharia genética. Depois eu li um artigo de um grande geneticista que se chama Norman Ellstrand, que trabalha com fluxo gênico. Ele escreveu um artigo que dizia o seguinte: "Transgênico, avenida para o escape de genes." Aí eu comecei a pensar o outro lado. E, ajudado também por uma frase do Einstein, que disse que quem quiser ser um autêntico cientista tem que tirar meia hora por dia para pensar o contrário de seus colegas, eu comecei a tirar meia hora e agora tiro 24 horas por dia.

Então, o que eu vou mostrar para vocês é basicamente uma amostra de como um pesquisador, sendo independente e pensando ao contrário do establishment, pode compartilhar com a sociedade.

Aqui vocês têm o meu endereço eletrônico para qualquer xingamento. Qualquer documento vocês podem pedir que eu mando.

A grande dúvida é a seguinte: até onde vão as ameaças? Porque a cada dia que passa a gente descobre mais uma, assim, talvez, não haja limites. Vamos ver.

O Papa sumiu da tela? Então está bom.

Quando era criança e reclamava para o meu pai, ele dizia assim: "Vá se queixar para o bispo." Nessa fotografia, vocês podem verificar, à direita, o Prof. Potrikus, que desenvolveu o arroz transgênico. Ele foi se queixar para o Papa, literalmente. Por quê? Porque o arroz transgênico é para produzir provitamina A. Ocorre que os campos de produção, os testes que estão sendo feitos com o arroz transgênico começaram na Tailândia, e a população da Tailândia, Stédile, destruiu os experimentos de arroz dourado. Por quê? Porque é o alimento deles diário, e eles não querem comer arroz transgênico, mesmo porque o arroz transgênico tem genes de bactérias que são alergênicas – eu não tenho tempo para dizer detalhes, mas depois eu posso falar com vocês. Então, já que eles foram se queixar para o Papa, nada melhor do que nós também termos mandado a carta para o Papa.

E por que os proponentes à tecnologia vão se queixar para o Papa? Não deve ser boa coisa. Vamos ver.

Onde é que eu encontro provitamina A? Eu, como sou um bom italiano, como o Stédile, ninguém diz, eu não estou colocando a cenoura, que é uma das mais ricas fontes, mas a rúcula, que tem umas vinte vezes mais provitamina A do que o arroz dourado, que é transgênico. Variedades de mandioca – porque a mandioca é tida como um produto nutricionalmente pobre. Há povos indígenas que têm variedades com 50 vezes mais provitamina A do que o arroz dourado transgênico, sem falar – para aqueles que conhecem uma boa pitanga – que, além da pró-vitamina A – e ela tem mais do que o arroz dourado –, tem outras vitaminas. Ou seja, do que é que nós estamos falando? Nós temos uma natureza rica, que nos dá tudo aquilo de que nós precisamos. Então, a primeira pergunta é: é pertinente esse tipo de tecnologia? Se pensarmos nos direitos humanos, é pertinente que nós, como cidadãos, não tenhamos escolha?

Aqui, está o grupo. Eu tinha colocado isso no eslaide, mas o Stédile já comentou sobre o documento, em que se discutem algumas questões. Há o fato de que a revista Nature é mantida pelas grandes empresas e corporações e de que eles colocaram num tubo de ensaio os alimentos. E isso foi feito várias vezes. Essa revista é de 2010.

Ou seja, essa biotecnologia vai poder alimentar o mundo? Por que essa tecnologia é defendida por alguns para alimentar o mundo? Porque o DNA, segundo alguns pensadores, é uma molécula morta. Nós podemos fazer o que quisermos com o DNA. A única função do DNA numa célula é armazenar informação. Mas posso pegar uma molécula de DNA, que é uma escada retorcida, como vocês estão vendo, posso fervê-la num tubo de ensaio, deixá-la esfriar, que as duas fitas se anelam, e a molécula não perde a função. É a única molécula do reino biológico que não conseguimos desnaturar como uma proteína. Se você pegar um ovo e cozinhá-lo, serão desnaturadas as proteínas, que não voltam mais ao estado anterior. O DNA volta. Mas mais importante do que isso é o fato de que posso sintetizar numa maquinazinha alguns degraus dessa escada e inseri-los aqui dentro, tanto é que a maioria das plantas transgênicas contém segmentos de DNA que são, em parte, naturais e, em parte, sintéticos e que funcionam. Ou seja, o DNA é passível de manipulação sem perder a função. É por isso que a indústria percebeu rapidamente que essas propriedades lhe permitiriam fazer desenhos vários e ganhar muito dinheiro. E o limite disso é a imaginação.

Não sei se isso será conseguido. Mas mostrei aqui que, manipulando isso, aqui está a ganância, aqui está o milho, e, aqui, talvez, esteja a utopia.

Aqueles que quiserem um pouco de literatura científica, há um livro bastante profundo sobre o assunto. Esse é um livro que foi editado pelo Nead, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de vários autores, em que nós discutimos algumas questões que vão ser postas aqui.

E, para aqueles que ainda não tiveram oportunidade – não sei por que a indústria não divulga esse tipo de gráfico –, esse é um texto da FAO de 2010 sobre a insegurança alimentar do Planeta. Quando a fome estava diminuindo no mundo, apareceram os transgênicos. À medida que aumentou a área de cultivo dos transgênicos, aumentou a fome no mundo. Certo? Qual é a razão? Os transgênicos não aumentam o rendimento, eles são desenhados para facilitar práticas de manejo dos agricultores. Então, não tenho maior rendimento por que uso um transgênico. Isso facilita práticas agrícolas durante curto espaço de tempo, como vou mostrar para vocês.

Ela se expandiu para animais, se bem que nem tanto. Esses são os tipos de animais sobre os quais se obtém experimentação. São animais completamente deformados. Expandiu-se para peixes, que ainda não estão no comércio. Ali há um salmão transgênico de mesma idade. Imaginem, se ele escapa para a natureza, o quanto ele vai competir por alimentação com os demais organismos aquáticos!

Esse é o panorama do Brasil, com suas respectivas proponentes.

Agora, até a Embrapa tem um feijão transgênico – e, se der tempo, eu vou comentar.

Temos também mosquitos transgênicos. A construção genética desse mosquito é de uma vulnerabilidade sem precedentes. Uma parte do DNA que foi inserido é, inclusive, de uma sequência que pode pular no genoma. Se o mosquito picar a gente aqui, ele fica por aqui. Então, nós não sabemos se vai haver integração dessa parte transgênica entre os mosquitos, entre as diferentes espécies, e, inclusive, entre os eucariotos.

Eu vou começar discutindo a precisão da tecnologia, porque eu aprendi que tecnologia, para ser chamada de tecnologia, precisa ter precisão, precisão industrial. Vamos lá! Isso está escrito pelos teóricos da tecnologia, na revista Nature sobre transgenia. O que é transgenia? "Tecnologia que emprega modificação genética precisa, específica, racionalmente desenhada, para alcançar objetivo específico de engenharia". Perfeito! O edifício não cai; o Coliseu de Roma vai durar milhares de anos.

A justificativa é de que, com o melhoramento clássico, quando se cruzam duas plantas ou dois animais, eu vou ter uma mescla dos genes das duas variedades de plantas ou de animais. Se o interesse é só nesse gene, não vem só esse gene; virão outros verdinhos. E, aí, os teóricos dizem que essa é uma tecnologia imprecisa e que vai demorar muito tempo. E nós fizemos melhoramento genético clássico há muito tempo. Demora? Demora. Então, qual é a proposta? Eu isolo essa molécula e vou inserir no genoma de um hospedeiro, de uma planta ou de um animal, e eu não tenho nenhuma outra sequência de DNA, só aquela de interesse. Perfeito!

Além disso, eu posso trazer sequências de DNA de outros organismos; não precisa ser de outra variedade de milho, mas de qualquer organismo. Se não estiver contente, com uma bactéria eu posso sintetizar um gene.

Até aí, tudo bem! O que entra em uma planta?

Muito bem! Essa é uma sequência de DNA que foi engenheirada in vitro. É isso aqui que tem na planta, no milho Monsanto 810, que é o Hilgard, uma das variedades plantadas no Brasil.

Desculpe! Esse aqui é o milho T25. Foi desenhado isso e entrou isso, ou seja, entrou um pedaço a mais. Esse é o milho Hilgard da Monsanto 810. Desenhado isso, falta um pedaço. Desenhado isso, entrou isso.

Então, eu quero chamar a atenção de vocês para a ilusão de que essa tecnologia é precisa. Nós não temos nenhum controle. Eu posso isolar o DNA – perfeito! Eu posso construir uma molécula – perfeito! No momento da inserção, da transferência, nós não temos nenhum controle sobre o que vai acontecer com essas moléculas, a ponto de terem de ser geradas centenas ou milhares para uma ser selecionada.

Um dos primeiros produtos dessa tecnologia é um derivado, não é um OGM. Aqui vocês têm um triptofano produzido a partir de uma bactéria – um suplemento alimentar –, que acabou causando a morte de muitas pessoas nos Estados Unidos e deixando muitas com sequelas. Esse não é um transgênico; é um derivado. Transgênica era a bactéria, que produziu esse derivado.

O critério para usar e aprovar essas plantas transgênicas, que tem sido usado na maioria dos países do mundo, é a equivalência substancial.

Aqui é uma prova de que as empresas, inclusive no Brasil, pedem análise de equivalência substancial. Mas isso não está previsto pela norma legal brasileira. Contudo, como disse o Professor Paulo, a CTNBio aceita.

O que é equivalência substancial? Se eu comparo dois organismos... Se se fizer uma composição de todos os componentes – aminoácidos, gorduras, proteínas, tipos de outras substâncias –, se eles têm valores aproximados, eles são considerados substancialmente equivalentes. Esse é um conceito da economia que foi introduzido na biologia.

Aqui vocês têm o desenho de uma proteína normal e aqui, o desenho de uma proteína alterada. A sequência de aminoácidos das duas proteínas é a mesma, mas a conformação é diferente, o desenho é diferente. A conformação espacial é diferente. Pois bem, essa molécula perfura o cérebro de um animal causando o que nós

conhecemos como “vaca louca”. Então, se eu comer carne de vaca louca, minhas proteínas, que são normais, podem ser modificadas por aquela anormal. Elas são substancialmente equivalentes. Não são transgênicos, mas é o mesmo critério. Se eu usar o critério para comparar a carne de vaca louca com carne de vaca sadia, eu verei que elas são equivalentes. Portanto, mesmo risco.

Então, esse conceito que está sendo usado não tem a menor base científica. O fato de dois indivíduos terem composição similar não significa que eles são de mesmo risco, mas as agências regulatórias assim entendem.

Entretanto, mesmo esse conceito de equivalente substancial já está sendo...

Desculpem-me essas transparências em inglês, mas eu quero mostrar que a soja geneticamente modificada, a convencional e a orgânica, que têm diferentes compostos, como frutose, glucose, etc., quando nós vamos para os resíduos de glifosato no grão, vemos que quem come soja transgênica está comendo também resíduos de glifosato e AMPA, enquanto que no orgânico e no convencional isto não existe.

Num estudo feito há uns dez anos, um gene foi tirado do feijão comum e colocado na ervilha.

Isto aqui é um padrão de proteínas.

Vocês notem que um pedaço da proteína está no feijão e não está na ervilha. Só isto tornou a ervilha alergênica. Então, quando se fala em precisão da tecnologia... Ou seja, eu isolo um gene do feijão que não é alergênico e o coloco na ervilha que não é alergênica e ela se torna alergênica. Certo? Então, o que está acontecendo? A ervilha, certamente, tem um conjunto de genes que, pela adição de um gene do feijão, a tornou alergênica. Ou seja, há uma interação natural de diferentes genes no mesmo organismo.

O que mais eu tenho para dizer para vocês? O que nós já conhecemos de impactos? Eu vou dar apenas uma amostra. Abelhas alimentadas com pólen de milho transgênico modificam sua dança. Vocês sabem que as abelhas que vão forragear no início da manhã localizam o alimento e voltam para a colmeia para fazer uma dança e, assim, pela dança, indicar para as outras a direção e a distância onde há alimento para elas. Pois bem, abelhas alimentadas com pólen de milho transgênico dançam de tal maneira que as outras não conseguem identificar a direção e a distância. Ou seja, há uma mudança no comportamento.

Essas são as toxinas usadas nos alimentos.

Esse é um estudo que ainda não está publicado, foi submetido... Esse é o estudo de um dos nossos alunos.

Isso aqui é um organismo clássico que nós usamos em toxicidade, a *Daphnia magna*. Pois bem, alimentando esses crustáceos, que são aquáticos, com pólen de milho Bt nós verificamos que a quantidade de progenies é menor. Ou seja, afeta a reprodução desses organismos.

Esta é uma transparência preparada pelo Gilles, que está aqui. É só para citar para vocês o número de componentes da biodiversidade de espécies não alvos.

Aqui o tipo de toxina que foi testada pelos autores. Em todos, foram detectados efeitos adversos, e esses são componentes da biodiversidade. No nosso laboratório em Santa Catarina, recentemente, publicamos um artigo nesta revista *Protein Science*. Nos primeiros seis meses, ele recebeu mais de quatro mil acessos e requisitos de artigo, portanto, ele tem um grande impacto na comunidade científica. Nesse estudo, nós detectamos, de forma estatística, várias proteínas que são diferentes, que estão no milho transgênico e que não estão no convencional, e vice-versa.

A Sara terminou a sua tese de doutorado, e nós já a enviamos para publicação. Já foi aceito um novo artigo onde nós mostramos a diferença nos eventos em que há os dois transgênicos: o de resistência e o herbicida – e também as toxinas. Hão de vir mais surpresas.

Nós também detectamos proteínas em milho. Esse fato refere-se a outro artigo em que nós sequenciamos as proteínas que estão no milho Bt e que não estão no outro, cuja grande parte – cada letrinha aqui é um aminoácido – tem uma similaridade com proteínas alergênicas para humanos.

Um dos trabalhos mais recentes e mais polêmicos publicados pelo grupo do Prof. Séralini, na França – foi o primeiro estudo de duração de ciclo longo com ratos – obteve o seguinte principal resultado: os tumores cancerígenos que se desenvolvem em ratos alimentados com milho Bt resistente ao glifosato aparecem aos quatro meses em ratos machos e aos sete meses nas fêmeas. Vocês sabem o que a CTNBio exige de estudos para as empresas? Estudos de alimentação por três meses. Por isso que existe essa polêmica internacional. São resultados diferentes? É claro que são. Por quê? Porque as empresas fazem estudos de três meses, e não de quatro meses, não de oito meses, não de dois anos. Certo? Além disso, é importante mencionar que os tumores foram causados por alterações bioquímicas que também foram medidas, e esses parâmetros de bioquímica e fisiologia não fazem parte dos requisitos da CTNBio das agências regulatórias. Por isso, essas imagens que percorreram o mundo causaram tanto espanto, a ponto de a revista – esta revista aqui – *Food and Chemical Toxicology* retirar de publicação o artigo. Mas uma outra revista republicou o estudo. Então, ele está valendo, enquanto ninguém provar o contrário.

Isto aqui são estômagos de suínos. O estômago deste suíno, segundo os autores, está totalmente comprometido pela alimentação, pela toxicidade do milho Bt.

Nós não sabemos o que acontece em humanos, mas nós temos aqui uma possível indagação. Esse é um estudo feito, no Canadá, em 39 mulheres grávidas, em que se procurou detectar se o glifosato ou as toxinas de Bt estavam presentes no líquido amniótico dos fetos. E estavam. Ou seja, mulheres grávidas que se alimentam de milho Bt, de milho transgênico, passam para o feto. Se uma mulher grávida se alimentar de um alimento que tem resíduo e glifosato, vai passar para o feto. Pergunta que não quer calar: o que vai acontecer com esse feto? Não sabemos, porque não se pode fazer esse tipo de experiência.

Por isso, a minha pergunta dessa palestra é: até onde vão as ameaças? Ou seja, nós estamos expondo, Senadora, as futuras gerações aos produtos de uma tecnologia que sequer sabemos seus efeitos. Onde estão os direitos dos não-nascidos? Alguém tem que responder.

Então, eu só queria concluir – não sei quanto tempo tenho. (Pausa.)

Tudo bem.

Eu quero mostrar, também, como as empresas preparam os seus dossiês. Eu vou pegar uma ou duas perguntas – eu tenho bastante lá, mas vou poupar vocês –, e gosto de pegar o texto original.

Esse é o texto original que a empresa Monsanto submeteu à Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos para provar a soja transgênica lá. A cópia que nós temos do Brasil é uma tradução com pequenas adaptações, que está lá na CTNBio. Eu tenho cópia dos dois documentos. O que eu quero ressaltar para vocês é que, na p. 56 deste dossiê, diz o seguinte. Eles consultaram alguns especialistas. O que diz aqui? "Os especialistas concordam que é altamente improvável que a resistência de plantas daninhas ao glifosato se torne um problema como resultado da comercialização da soja Roundup Ready." Ou seja, é improvável que aconteça, segundo os especialistas, isto é, não tinham nenhum dado. O que aconteceu? Nos Estados Unidos, a revista Science, uma das mais famosas, nos primeiros anos de cultivo, já tinha relacionado 12 espécies resistentes ao glifosato. E, aqui no Brasil, foi o ano, Stédile, em que o Congresso Nacional aprovou a nova lei de biossegurança, e a soja, por tabela, nos seus artigos. Olha o que está ali. O mundo inteiro já estava sabendo, pela ciência, que nós iríamos ter plantas resistentes. Uma hora, a ciência é levada em consideração; outra hora, não.

Vamos em frente.

Problemas econômicos graves em vários países. Em toda essa região dos Estados Unidos e na Argentina existem cálculos de danos econômicos.

Isso é nos Estados Unidos.

Essa é uma espécie de amarantos.

Esse é um pesquisador americano que estuda a resistência. Essa espécie não se consegue controlar mais.

Aqui é Campos Novos, soja, o prejuízo de um agricultor. O que ele ganha plantando soja transgênica, se ele tem competição com ervas daninhas que não consegue controlar? Prejuízo econômico.

Eu ia fazer uma brincadeira e dar um prêmio aos agrônomos presentes para dizer que lavoura é essa. Era para ser uma lavoura de feijão. O que aconteceu? O agricultor plantou milho resistente ao glifosato e colheu, mas, na colheita, se perde muitos grãos. Em seguida, plantou feijão, que tem um ciclo mais curto, para fazer rotação de culturas, e o que aconteceu? Nasceu o milho, e ele não tem como controlar o milho. Então, daqui a alguns dias, ele vai colher uma nova safra de milho e não vai colher feijão. Depois vou comentar, mas a Embrapa está percebendo, está finalmente acordando, e dizendo que o milho resistente ao glifosato pode se tornar uma erva daninha. Eu não gosto desse nome, mas foi a Embrapa que disse.

O fenômeno de plantas resistentes a herbicidas é um velho conhecido da ciência. Engraçado, a CTNBio não exige das empresas estudos desta natureza: se nós vamos ter problemas de ter plantas resistentes ou não. Não sei por quê. A ciência está cheia desse tipo de situação. Tudo isso é científico. E o nosso glifosato, agora...

Onde estão as glicínias aqui? Vermelhinha, começou aqui; vai de vento em popa.

E, aqui, no dia 29 de julho, finalmente, a Embrapa sai da toca e admite algo que a ciência vem dizendo há 40 anos.

Alguém, antes, estava me perguntando: mas há alguma vantagem nos transgênicos? Eu prefiro chamar de premissas. Vamos ver por quê?

Nos Estados Unidos, eles prometeram que iam diminuir os agrotóxicos. O que aconteceu nos três primeiros anos dos Estados Unidos? Diminuiu-se o uso dos agrotóxicos, até que as plantas se tornaram resistentes e o agricultor teve que aumentar o número de doses, outros herbicidas. O que aconteceu? Nos primeiros anos, mais agrotóxico se usou nos Estados Unidos. Se eu fizesse um gráfico atual, 10 anos depois daqui, vai estar muito maior.

Aqui, inclusive, mudam-se os agrotóxicos da lavoura, mas se dizia que não se mudaria nenhuma prática de cultivo. Mudam os tipos de agrotóxicos. Quem não usava tem que usar. Os que usavam um agora vão ter

que usar outro, dois, três, ou usavam apenas glifosato. Então, ele diminuiu e agora vai ter que usar mais de um produto.

Isso já foi mostrado no Brasil.

Eu quero fazer um pequeno comentário conhecido da ciência, ciência centenária.

Esse é um estudo feito que mostra perdas por insetos em lavouras – insetos, doenças e chamadas plantas daninhas – sem pesticidas, desde 1904. Vocês notem que as percentagens de perdas não mudam muito com o advento dos agrotóxicos. Por quê? Porque as pragas se tornam resistentes a esses pesticidas. Dura muito pouco tempo. E aí nós temos uma espiral, que é a seguinte: usam um produto, vem resistência; usa outro, vem resistência; e assim por diante. Nós temos 100 anos de história. Não sei por que não usamos esse conhecimento acumulado antes de tomarmos decisões.

As superpragas.

Eu vou terminar a minha apresentação com esse negócio aqui. Eu sempre começo pelos Estados Unidos porque eles desenvolveram a tecnologia. Como eles têm mais tempo, mais experiência e mais estudos do que nós, eu começo por eles. Há estudos publicados; só vou mostrar um.

Aqui temos uma lagarta que se tornou resistente ao milho Bt.. Ninguém esperava que isso iria acontecer. Está aqui o bichinho, bonitinho. Agora ele come as raízes do milho e fica alegre e contente.

Fora isso, na África do Sul, o grupo do Prof. Jonny detectou, e há vários artigos publicados, uma praga no milho. Na Índia, temos uma do algodão, que é um inseto que se tornou resistente ao algodão. Há nos Estados Unidos e em várias partes do mundo. É aquela música do Raul Seixas: sai uma praga e vem outra em seu lugar.

Isso na China.

Se nós temos um algodão resistente, por exemplo, a uma praga que é secundária, ela vira primária. Isso também acontece.

Também aumentam os afídeos, ou seja, pulgões.

Vou mostrar a área cultivada com milho no mundo, milho Bt – perdão, não é milho, mas cultivos Bt em geral, algodão, soja e milho –, e o número de pragas de espécies resistentes ao Bt. Isso aqui vai aumentando. Tudo isso nós sabemos.

Aqui está a famosa armígera, que já foi objeto de audiência pública na Câmara dos Deputados. Os produtores da região da Bahia sofreram enormes prejuízos.

Vou terminar minha apresentação com um exemplo do Estado onde vivo, porque já sou quase catarina – sou um gaúcho cansado.

Vocês sabem que, no milho, existe uma lagarta que se chama *Spodoptera frugiperda*, que é a lagarta do cartucho, para a qual essa planta devia ser resistente. Essa é uma planta transgênica. A lagarta já está resistente ao milho transgênico. Mas não é só isso. Quando termina a safra do milho, para onde vão as lagartas? Para as pastagens que estão ao lado. Os agricultores de Santa Catarina já nos procuraram, e eu fui ver. A quantidade de lagartas que você encontra em uma área é uma coisa brutal. A pergunta é, e nós deveríamos estudar, se a passagem dessa lagarta, a passagem da toxina de Bt, nessa lagarta, alterou o escopo dos seus hospedeiros? Ela pode, agora, ir mais longe? O que o Bt fez com essa lagarta, que nunca atacava as pastagens? Por que ela está nas pastagens agora?

Vou parar por aqui. Preparei mais algumas transparências para os que tiverem interesse acessar e comprovar. A maioria delas estão com citação e eu me coloco à disposição para complementar informações que vocês me mandarem.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Rubens Nodari, pela presença, pela exposição muito importante. Fiquei impressionada com as informações. Acho que todos ficaram.

Eu gostaria de perguntar aos presentes, porque, em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, normalmente, nós abrimos para algumas falas além dos Senadores presentes, e, neste momento, não temos Senadores aqui presentes, se, das pessoas que estão aqui, alguém gostaria de formular alguma pergunta, algum questionamento. (Pausa.)

Sim, assessor do Senador Requião. Por favor, se apresente melhor.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Samuel Gomes.

A pergunta seria a seguinte. Temos a informação de que há um movimento, na Europa, de consumidores, inclusive de supermercados, que querem manter o consumo de soja não transgênica, mas que há uma solicitação no sentido de que seja mantido o consumo de soja transgênica. O Brasil, e aí o Senado terá um papel, não teria condições de segregar, de fazer a logística para fornecer. Nós, do Paraná, buscamos, desde o governo Lula, no primeiro governo do Requião, manter o Paraná como uma área livre de transgênicos, e a visão que nós tínhamos se revelou correta com o passar do tempo. Para além da questão mais importante, que é a ques-

tão da vida, da preservação da saúde, interessaria, do ponto de vista comercial, ao Brasil e, no caso, ao Paraná manter esse mercado. Na época, se pagava US\$2.00 a tonelada de prêmio pela soja não transgênica; chegou a US\$100.00; e, hoje, está em US\$80.00. Nossa problema é como segregar, como fazer a logística para isso.

Parece-me que está faltando, Senadora, pelas informações que estamos recebendo, no Paraná, de operadores logísticos, inclusive de cooperativas que querem plantar soja não transgênica, uma palavra mais firme do Governo, do Ministério da Agricultura às instâncias, às entidades, aos organismos europeus no sentido de que o Brasil tem condições de plantar soja não transgênica e exportá-la sem a contaminação com a soja transgênica. O Ministério da Agricultura, fundamentalmente, precisaria dar essa palavra firme no sentido de que o Brasil pode fazer essa produção.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Samuel.

Eu pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar, porque, senão, vamos caminhando para o encerramento.

O SR. GILLES FERMENT – Boa tarde.

Meu nome é Gilles. Sou biólogo, consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e gostaria de fazer duas perguntas. A primeira poderia ser direcionada para os dois professores, Prof. Nodari e Prof. Kageyama.

Vocês comentaram que existe tensão entre a CTNBio e dois grupos de membros: um, que aparentemente tem um perfil mais biotecnólogo, que aceita a equivalência substancial, que não exige estudos de longo prazo para a saúde, e outro, minoritário, então, que parece estar mais pautado sobre a aplicação do princípio da precaução. Considerando que as deliberações na comissão são feitas por maioria e que a maioria desta comissão tem um perfil mais a favor das biotecnologias, que trabalha com biotecnologia, tudo lá dentro está aprovado. Sempre vai ser aprovado assim, se ficar desse jeito. O que exatamente poderia ser o problema: a Lei de Biossegurança ou a composição da comissão, o perfil das pessoas escolhidas? Dá para comentar um pouco desse assunto?

A segunda pergunta, para o Sr. João Pedro Stédile.

Você mencionou que há muitos casos de contaminação no campo. Quais problemas socioeconômicos que isso gera nas comunidades? Dá para comentar um pouco o que poderia ser feito para diminuir ou evitar a contaminação? Como conseguir separar as cadeias produtivas? Quem tem que fazer isso?

Agradeço pela oportunidade das perguntas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Mais uma intervenção e, em seguida, vamos encaminhar para o encerramento.

O SR. MARCELINO TOLEDO DA SILVA – Não vou fazer pergunta, mas uma observação.

Quero, primeiro, agradecer a oportunidade de estarmos discutindo esse tema, novamente, no Senado...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apresente-se também, porque é bom.

O SR. MARCELINO TOLEDO DA SILVA – Sou Marcelino Silva, do Movimento Pequenos Agricultores, e acompanho o tema.

Acabei não podendo assistir à fala do companheiro João Pedro, mas acho que os três trouxeram vários elementos. Queria ressaltar um tema que o Prof. Kageyama mencionou e que, a princípio, pode ter passado meio despercebido.

Ele fez um anúncio de que, agora, no início do mês que vem, vamos ter uma nova audiência pública na CTNBio. Ele usou uma palavra “para aprovar transgênicos”. É uma palavra provocadora, porque essa é a postura que a “Comissão Técnica Nacional de Biossegurança”, entre aspas, faz no seu procedimento, no seu modo de fazer o debate. Como a lei obriga, se faz um momento que daria para chamar, nós, como sociedade civil, de um circo, porque é uma encenação. Trazem alguns que defendem, segundo as palavras do presidente, na última reunião, na semana passada, para apresentar as vantagens da tecnologia. Se quiserem, outros grupos participam trazendo os riscos, os perigos da insegurança dessas tecnologias que são apresentadas pelas empresas. Essa é uma questão. A postura, a forma do tratamento da coisa é pública. Os professores e o companheiro João Pedro trouxeram alguns elementos que demonstram que mentiras repetidas muitas vezes acabam se transformando em verdades, mas, com o tempo, caem por terra, como foi bem comprovado ali.

Ao cidadão comum, acho que a plateia sentiu um pouco como é difícil tratar o tema. Ele é muito complexo, é muito técnico, mas não é por isso que, nós, cidadãos comuns, não tenhamos que tomar conhecimento, não do risco, simplesmente, mas do perigo que já está evidenciado. Nós, dos movimentos dos agricultores, camponeses, de forma geral, temos sentido muito a postura, a posição do Estado nacional. Ora o posicionamento do Governo é associado... Nós temos diferentes problemas de estrutura para acompanhar. Quando não há decisão política, o sistema privado acaba tomando conta do processo. E nós já estamos sentindo hoje a redução da base alimentar e o risco iminente de perda das variedades, por outros fatores além desse, mas esse é um dos mais graves.

Como cidadão comum, a ineficiência da aplicação da lei do acesso à informação. Vivemos, hoje, na comissão, um processo muito complicado de acessar as informações, que deveriam ser de domínio público. Há um lobby muito forte da indústria para considerar essas informações como simplesmente segredo industrial. É uma briga entre elas que acaba penalizando a sociedade como um todo e o direito do exercício à cidadania.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marcelino, pela sua intervenção.

Eu gostaria de fazer o seguinte encaminhamento. Primeiro, reafirmar aqui a importância de nós termos, nesta Mesa, dois pesquisadores bastante reconhecidos e conhecidos pelo trabalho, que atuam também de forma independente e em uma relação muito próxima com os movimentos sociais. Os movimentos sociais carecem também de uma assessoria técnica, de uma assessoria científica, e, conforme disse o próprio Marcelino, esse não é um tema simples, é altamente complexo, difícil para que nós possamos acompanhar.

Mas, quando os pesquisadores se relacionam com os movimentos, com a sociedade, de forma muito direta no diálogo, conseguem também traduzir isso numa linguagem que possamos acompanhar. Mas, mais do que isso, é a partir também de uma realidade concreta, pelo menos foi o que pude perceber da fala do Prof. Paulo, estando presente nas atividades, dialogando com os pequenos agricultores, para também oferecer conhecimento e haver troca. Eu acredito que o pesquisador troca muita informação; ele não só oferece, mas ele também recebe muita informação. Então, é muito bom poder saber, conhecer e poder acompanhar esse trabalho que vocês que estão aqui hoje estão oferecendo para nós.

E é muito bom também ter a presença do João Pedro Stédile, que é um grande militante e que tem todo o nosso respeito pela sua atuação.

Esta audiência pública foi preparada, pensada e planejada justamente para dar visibilidade a um documento que foi entregue ao Papa, o Papa Francisco, que tem toda uma sensibilidade com as causas sociais. Sentimos, então, a necessidade de tornar público este trabalho e toda essa iniciativa dos movimentos sociais, mas também de diversos pesquisadores, muitos, de várias partes do mundo, e também pesquisadores brasileiros.

Então, antes de passar a palavra para vocês, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta que me ocorre aqui: qual é a expectativa dos movimentos sociais e a expectativa dos pesquisadores que subscritaram este documento, com a entrega deste documento ao Papa? Qual é a expectativa de vocês? Quer dizer, ao tornar o Papa um aliado, ou ter o Papa como um aliado nesse processo, qual é a expectativa de todos vocês em relação a essa iniciativa?

Então, eu vou conceder a palavra, e, através dessa palavra, já fazemos as considerações finais e concluímos esta audiência pública.

Vou conceder a palavra, então, ao João Pedro Stédile, representante aqui do MST e dos demais movimentos sociais e um grande incentivador dessa causa.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito obrigado, Senadora. Agradeço enormemente o privilégio de estar aqui e poder dar uma opinião, uma opinião pública, e já vou me desculpando porque tenho que sair às 16h45.

Seja bem-vindo Senador Suplicy.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Suplicy chegou ansioso. Estamos passando a palavra para Mesa, para as considerações finais.

Se o João Pedro permitir uma breve fala do Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Terei que ser muito breve, não poderei ficar, querido João Pedro Stédile, prezado Prof. Paulo Yoshio Kageyama e Prof. Rubens Onofre Nodari, Sr^a Presidente Ana Rita. Aconteceu um impasse. Estava presidindo a comissão mista de inquérito para instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente, mas o PMDB indicou para Presidente o Senador João Alberto, que viajou para o Maranhão. Houve um grande debate. Não houve eleição de Presidente. Precisei, depois de longo debate, marcar para 2 de setembro, às 14h. Além disso, estou com uma premência urgente. O João Pedro Stédile sabe da estima que tenho por ele, e quero sempre estar conversando, mas, hoje, infelizmente, não terei condições de permanecer aqui. Vou pedir licença.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, sempre muito prestativo e atento às demandas da Comissão de Direitos Humanos. Obrigada pela presença de V. Ex^a

João Pedro Stédile novamente com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Muito obrigado. Só estava pedindo a sua assessoria para entregar uma cópia do documento ao Papa. Aqui é a carta inicial e depois ela vai providenciar, ou por correio eletrônico...

Muito obrigado, Senador. Contamos com o seu apoio contra a Monsanto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Papa Francisco volta em 2017, pelos 300 anos de aparição de Nossa Senhora Aparecida. Já marcou encontro com ele então.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE – Vou retomar o tema das duas questões que foram colocadas, dirigidas mais aos movimentos.

O Prof. Samuel também já se referiu ao tema da contaminação. Não há dúvida nenhuma disso, e há centenas de casos e provas contundentes, seja contaminação na lavoura por vizinhança, seja por uma prática que temos que denunciar e que ocorreu tanto com a soja no Rio Grande do Sul quanto com o milho: as transnacionais, antes mesmo de ser liberado comercialmente, doavam sementes para os agricultores, induzindo que era uma variedade nova, que deveria ser experimentada. A distribuição dessas sementes foi geograficamente planejada para que os vizinhos depois se contaminassem. Isso aconteceu em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há essa contaminação dos depósitos, porque não há nenhuma separação. Hoje, praticamente, é impossível os pequenos agricultores terem segurança de que vão plantar uma variedade convencional e não vão colher transgênicos.

A nossa posição, como movimento social da Via Campesina, é que somos, de forma contundente, contra qualquer semente transgênica, partindo de todos esses argumentos a que já me referi na introdução e apelando para o direito de precaução.

Então, seguimos pesquisando – ninguém é contra a ciência, ninguém é contra pesquisa – para que os resultados que o Prof. Nodari apresentou não acabe sendo uma realidade triste que afeta milhões de seres humanos. Então, a medida concreta é que temos que proibir o uso das sementes transgênicas, assim como a maioria dos países europeus já está praticando. Pelas informações que eu tenho, por exemplo, o milho, na Europa, acho que só a Espanha aceitou o milho transgênico, os outros todos o proibiram. De maneira que a proibição é uma necessidade para conter e preservar a biodiversidade.

Agora, se quisermos discutir formas paliativas para impedir uma contaminação maior, um caminho poderia ser o de criar áreas liberadas em que os transgênicos não pudessem ser cultivados. Outro caminho que eu acho também necessário – e já deixo como sugestão para a Senadora Ana Rita – é que o Código do Consumidor vem sendo sistematicamente violado, porque as empresas não respeitam a identificação nos produtos de que aquele produto tem composição de transgênicos e muito menos de agrotóxico. Esse é um direito do consumidor: saber o que ele está comprando. Então, às vezes, eu já vi nas prateleiras dos supermercados, o óleo de soja, em que eles põem o tezinho do transgênico, como determina a lei, e ao invés de eles colocar: "Cuidado! É transgênico!" Eles botam: "Aprovado pela CTNBio". Aí o consumidor vai ver o tezinho e aprovado. Ou seja, eles inverteram a lógica da advertência. Isso é uma manipulação grosseira. Assim como o caso dos agrotóxicos. Nunca vi em supermercado nenhum, em nenhuma prateleira, dizerem: "Cuidado, essa batata tem tanto de agrotóxico!" "Cuidado, esse arroz – que todo mundo come – está cheio de agrotóxico!"

Então isso é uma necessidade para que a população saiba e, quem sabe no futuro, evoluirmos para uma legislação parecida com a dos Estados Unidos em relação ao tabaco. Se o sujeito conseguir comprovar, como a Prof. Raquel Rigotto – que a senhora deveria chamar aqui –, que é uma das nossas grandes pesquisadoras na área médica, que comprovou que trabalhadores que aplicavam agrotóxicos em plantas transgênicas de frutas lá na Serra do Apodi vieram a falecer por causa disso, nós deveríamos processar criminalmente as empresas produtoras do agrotóxico e dos transgênicos como responsáveis por aquela morte, como já existem em alguns estados americanos em relação ao tabaco, em que os fabricantes dos cigarros são também penalizados ou pelo menos induzidos a pagarem os custos do tratamento de saúde.

Agora, nós achamos que o papel fundamental, e por isso nós estamos aqui, é convencer a opinião pública, é esclarecer à opinião pública, porque só o povo, a essa altura do campeonato. Nós não acreditamos mais no governo. O nosso Governo, infelizmente, é hegemonizado pelo agronegócio. Nós não acreditamos no Estado. O Poder Judiciário, no Brasil, é venal, e a CTNBio, estão aqui dois ex-membros, que já comentaram como eles aprovam pareceres que são traduzidos do inglês, imagino que até mal traduzido.

Eu li, também na história desta Casa, que a Lei de Patentes, que foi a primeira lei aprovada pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi traduzida pelo Senador Suassuna, da Paraíba, do inglês, e a traduziram mal ainda. Então a nossa própria Lei de Patentes, que é o substrato jurídico para depois introduzir a propriedade privada das sementes transgênicas, foi aprovada pelo Senado brasileiro, simplesmente a traduzindo do inglês! Do que o embaixador americano entregou em mãos para o então Senador Suassuna, que, em função desse pecado tão grave, o demônio já o levou. Infelizmente. Devia pagar os seus pecado aqui no Brasil.

Então, essa é o comportamento dos gestores públicos, que são completamente venais aos interesses das empresas transnacionais. É por isso que nós estamos apelando até ao Papa, ao povo e ao Papa, que podem nos salvar.

E também quero aqui fazer uma agradecimento e um elogio público, porque, além do Papa, os bispos da CNBB se reuniram em maio deste ano e produziram um documento sobre a questão agrária brasileira, e eles foram enfáticos e corajosos. Por unanimidade, aprovaram um artigo em que a CNBB se posiciona frontalmente contrária ao uso de sementes transgênicas no Brasil. De maneira que a Igreja Católica do Brasil já está mais avançada do que o Vaticano, porque registrou e aprovou em assembleia.

Esse é o nosso trabalho: permanentemente procurar conscientizar as pessoas e mobilizar a opinião científica, a opinião pública para que haja uma mudança de comportamento nas instituições responsáveis.

Quero terminar com uma pergunta, além da sugestão que já lhe dei, uma pergunta ao Prof. Kageyama, que, para quem não sabe, é o nosso maior especialista em eucalipto. Eu queria saber dele quais as consequências para os pequenos agricultores se o eucalipto transgênico vier a ser aprovado, como tudo indica, na comissão da CTNBio.

Agradeço mais uma vez a atenção de todos, a gentileza da Senadora e peço licença para me retirar – dou uma de Suplicy –, porque eu tenho que viajar.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, João Pedro Stédile, pela sua presença, pela contribuição. Esteja à vontade para poder se retirar.

Quero dizer a V. S^a, João Pedro Stédile, que a Comissão de Direitos Humanos está inteiramente à disposição da luta dos trabalhadores. A razão de existir da Comissão de Direitos Humanos é a defesa dos interesses, a defesa da vida das pessoas que dependem do Poder Público também, dependem do Estado, mas também das pessoas que lutam por uma vida melhor e nem sempre conseguem apoios necessários para que possam superar as dificuldades. E a Comissão de Direitos Humanos pode oferecer essa contribuição sendo um instrumento de apoio. Então, coloco a nossa Comissão inteiramente à disposição também para contribuir, para ajudar naquilo que for necessário.

Concedo a palavra ao Prof. Paulo Kageyama.

Prof. Paulo, V. S^a terá o tempo necessário para responder, mas nós gostaríamos de concluir os trabalhos aqui o mais tardar às 17 horas. Por isso peço-lhe que, se puder, faça as suas considerações finais em 10 minutos.

O SR. PAULO YOSHIO KAGEYAMA – Agradeço.

Na verdade, como o Samuel Gomes saiu, é bom lembrar que, de fato, graças aos problemas tão grandes que vêm ocorrendo com a soja transgênica, primeiro, não sendo a mais produtiva, que já foi comprovado, e com tantos problemas, na verdade, já existe até uma associação de produtores de soja não transgênica, que vem crescendo vertiginosamente. Agora, o grande problema de exigir que o Mapa apoie qualquer coisa em relação a isso, é como o Samuel propôs ou perguntou se poderia, na verdade, esbarra sempre no problema da hegemonia política, que o João Pedro Stédile colocou, que existe nesse setor nosso, infelizmente. Mapa e o Ministério da Ciência e Tecnologia, na verdade dominam esse segmento.

Por isso que a gente fala que a CTNBio, na verdade, já é de um jogo de cartas marcadas. No máximo a gente consegue sete voltas de vinte e sete. Então, são vinte contra sete. Em relação a isso não há nenhuma dúvida. A gente acaba de ler um processo, vamos dizer, que é crítico a qualquer transgênico, e aí eles não discutem, eles simplesmente só perguntam: "Já terminou de ler o relatório?" Aí, quando dizemos "sim", eles dizem: "Então, vamos votar". Quer dizer, sabendo que se vai votar de cartas marcadas. Então, por isso que existe, de fato, os dois lados dos biotecnólogos na CTNBio e os chamados xiitas, nós somos chamados xiitas na verdade.

Por isso, ao responder ao Marciano também, a própria audiência pública é para aprovar, como eu disse, não é para discutir e decidir, na verdade, é para aprovar. Então foi dito de propósito: para aprovar de fato, porque a gente sabe que eles decidem pelo voto. E, com a hegemonia, vota-se sempre "sim". O único caso em quatro anos em que não se votou favoravelmente foi, de fato, para o eucalipto, como eu disse, porque constrangeu os membros, porque era um *paper*, um trabalho, uma dissertação feita por uma orientanda minha. Então, eu estava presente lá. Eles não perceberam ou então não tinham outra saída, porque era o único trabalho em 20 anos sobre o tema, enfim. Por isso, respondendo ao João Pedro Stédile quando pergunta o que vai acontecer com a audiência pública que vai aprovar o eucalipto transgênico.

Vamos ver o que acontece com o eucalipto transgênico. Eles ficaram sete anos tentando aprovar comercialmente o eucalipto transgênico com redução de lignina. Então, reduzir a lignina significa tirar da madeira a lignina para ficar mais fácil de aproveitar a celulose. Só que a lignina é o componente principal para o eucalipto, para a madeira, eucalipto para serraria, eucalipto para móveis, enfim, para uso da madeira, que é muito maior o seu uso para a madeira. Só que a indústria de celulose é a mais poderosa, porque é a grande exportação, a grande *commodity*, na verdade, é a celulose, não é a madeira. Então, eles dizem assim: "Nós somos hegemonicos, então nós decidimos". Agora, com prejuízo para a indústria de madeira, a indústria de energia, a indústria de carvão, os pequenos produtores de mel. Ou seja, existem muitas variedades. Eu mesmo sou criador de uma

variedade de eucalipto para madeira e mel, para o pequeno produtor, que é supercomercializada. Milhares de quilos dessas sementes foram comercializadas. Mas eles querem saber disso? Não. "Nós somos hegemônicos". É uma barbárie na verdade. "Nós somos hegemônicos politicamente", porque são hegemônicos na Câmara e no Senado, em que os ruralistas dominam, como todo mundo sabe, podemos falar claramente. Então, há esse desbalanço, na verdade.

Qual é a saída? A saída, na verdade, é como o João Pedro disse: é a comunidade se empoderar dessa informação, de todo esse conhecimento que está sendo colocado aqui, por exemplo, o que é, de fato, o transgênico, o que é, de fato, o problema.

Os pequenos produtores, a gente vem exatamente trabalhando para eles por isso. Nós os elegemos como os nossos clientes preferenciais por que eles são os que podem fazer mudar na verdade, porque eles são maioria, como mostrei no eslaide. Oitenta e cinco por cento das propriedades rurais brasileiras são de agricultores familiares, 85% com 30% das terras. Se de fato eles se conscientizarem que essa tecnologia do "agronegocinho" não é a deles, muda a situação. Agora, só que quem domina a política agrícola no País, na verdade, infelizmente, o Mapa é que tem esse poder e é frontalmente contra essas ideias.

Então, nós lutamos contra poderosos. É briga de cachorro grande, na verdade. Como fazer isso? O que resta? Recorrer ao Papa. "Vá reclamar para o Papa". E nós fomos reclamar para o Papa. Parece brincadeira, mas é um alternativa para que haja uma mudança de consciência geral no mundo, na verdade. Se alguém realmente com carisma e poder como tem esse Papa Francisco, que tem sido, vamos dizer, progressista nas suas determinações, de fato, é uma saída, uma das saídas, não é? Agora, vamos lutar para a universidade estar junto com os movimentos sociais. Todos os nossos projetos de pesquisa são convênios sociais. Vamos conscientizar a população. Temos que trabalhar, também, com a população. Nas audiências públicas, nas manifestações, a gente sempre coloca, de fato, que se o povo mudar os seus hábitos, pode mudar, de fato, essa situação.

Muito obrigado. Agradeço, novamente, a oportunidade. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Paulo Kageyama.

Eu fiquei, aqui, pensando: acho que nós vamos trazer o senhor mais vezes aqui. Talvez, não só aqui no Senado, mas lá no Espírito Santo. O Espírito Santo tem uma boa parte do seu território de plantio de eucalipto e as terras indígenas, olhem, encolheram bastante por causa disso.

Acho que esse vai ser um bom debate. Posteriormente, nós poderemos conversar sobre isso.

Agradeço muitíssimo a presença do senhor aqui.

Eu vou, agora, passar a palavra para o Prof. Rubens Nodari, para que também tenha o tempo necessário para fazer as considerações finais.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Rapidamente, as questões que foram postas se relacionam com a facilidade que as empresas proponentes dessa tecnologia encontraram no Brasil, digamos, uma CTNBio composta, majoritariamente, por biólogos moleculares.

Então, para a avaliação de risco, eu não preciso ter um biólogo molecular, ou, pelo menos, não precisam ser todos biólogos moleculares, porque o risco tem que ser estudado após o desenvolvimento do produto. Se eu tenho uma variedade transgênica, ela já está feita, então, o que eu precisaria ter ali? Entomologistas, nutricionistas, fitopatólogos, especialistas na vida do solo, eu precisaria ter médicos, eu precisaria ter gente que vai cuidar exatamente do risco à saúde humana e à biodiversidade. A CTNBio não quer se envolver com a questão econômica, mas poderia, ou seja, nem sei se tem toxicologista na CTNBio.

Então, é o seguinte: essa é uma questão, ou seja, quem está lá para avaliar risco não faz pesquisa com risco.

Também, a outra questão é que quem está lá, normalmente, está envolvido com a biotecnologia. Tem, inclusive, pesquisadores da Embrapa, que fazem parte da CTNBio, que desenvolvem transgênicos.

Então, quer dizer, numa sociedade democrática, este é um pilar que deveria ser respeitado: quem é parte do negócio não vai julgar se é bom ou se é ruim.

Também, uma terceira questão em relação à composição da CTNBio é que um Ministério tem o privilégio de nomear 13 membros dos 27. Então, é um poder de... E de vetar. Eu, mesmo, fui vetado uma vez. Fui indicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a CTNBio e o Ministro da Ciência e Tecnologia disse que não ia me nomear, como se ele tivesse poder para isso. Ou seja, isso é uma demonstração inequívoca de que existe censura, de que existe um andar, uma avenida pavimentada para a indústria.

O segundo ponto que eu queria colocar, e, infelizmente, o assessor do Senador Requião se ausentou, é o da logística.

Na época em que foi aprovada a lei, esse debate ocorreu, ou seja, havia uma logística para a produção convencional e a orgânica. Com o ingresso, se os transgênicos fossem aprovados, as empresas deviam criar uma logística para os novos produtos. O que eles fizeram? Não criaram. Então, é muito fácil desenvolver uma tecnologia sem ônus. Toda logística foi anteriormente desenvolvida pelo outro setor, pelo convencional, que

arcou com as despesas, o Governo também. Agora vem uma nova tecnologia, que veio de paraquedas, usa a logística que está estabelecida. Assim é muito fácil desenvolver. Aí você pega uma CTNBio, que não vai se preocupar com o risco, mas com o avanço da tecnologia, pega uma logística já estabelecida, pega tudo estabelecido. É muito fácil! Mas se o Estado tivesse obrigado o desenvolvimento de uma outra logística, certamente isso iria sair mais caro, nunca sairia mais barato.

Então, não analisamos na plenitude os impactos e a história de como essa tecnologia entrou no País. Se nos dedicarmos a isso, vamos ver que foi um equívoco do País. Estamos em um momento de desenvolvimento em que não precisamos dessas tecnologias. Não vou dizer que não vamos precisar no futuro. Não sou contra a tecnologia em si. Mas neste momento não precisamos de nenhum desses produtos liberados pela tecnologia, até agora. Eles só criaram problemas.

Eu queria concluir dizendo o seguinte, a maior perversidade da tecnologia é prejudicar quem não a usa. Por exemplo, o produtor convencional produz convencional e o sistema, a logística vai contaminar o produto dele. Ele não está usando, mas será prejudicado. O agricultor que mantém a variedade de crioula de milho não usa tecnologia, mas se for contaminado, ele não poderá vender como orgânico. O consumidor que não usa, nem sabe, pode ser prejudicado. Ou seja, os maiores prejudicados são aqueles que não optaram por usar a tecnologia.

Essa é a maior perversidade da tecnologia, que, por si só, não deveria estar liberada enquanto isso não fosse equacionado.

Era isso e muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Rubens Nodari.

Realmente, professor, normalmente os prejudicados são aqueles que não participam do processo e acabam sendo vítimas de algo que não querem, que não conhecem, que não sabem as consequências. Então, acho que esse é um debate extremamente importante. Na verdade, hoje aqui o objetivo maior foi o debate, o objetivo maior foi a divulgação do documento, a divulgação dessa iniciativa dos pesquisadores de vários países, inclusive o Brasil. E aqui estão vocês presentes como membros signatários desse documento, da entrega para o Papa, e que o Papa seja essa pessoa, essa autoridade, vamos dizer assim, que tenha compromisso e que tenha sensibilidade com a causa, para que possa também contribuir, ajudar, enfim, de alguma maneira, pois a sua fala, a sua expressão pode ser de grande valia, trazer uma grande contribuição para nós.

Só quero aproveitar a oportunidade para informar aos internautas, porque alguns se manifestaram por escrito, não fizeram perguntas, portanto eu não li por causa disso, mas alguns se manifestaram questionando por que esta audiência pública não está sendo ao vivo, não está sendo neste momento transmitida pela TV Senado. Só quero informar que este é o horário do plenário do Senado, os Senadores estão, com certeza, utilizando a tribuna do Senado, por isso a prioridade é para o plenário do Senado. Porém, esta audiência será divulgada posteriormente. Estamos ainda obtendo a informação se será divulgada hoje ou amanhã.

Gostaria de informar que recebemos também notícia da TV Senado de que está sendo construído, elaborado um programa especial sobre este tema. Quero aqui agradecer à TV Senado por esse trabalho. Então, um programa especial sobre este assunto está sendo construído, elaborado, preparado pela TV Senado e, daí a umas duas semanas, irá ao ar. Então, além desta audiência pública, que posteriormente irá ao ar, também um programa especial sobre este tema. Isso é muito importante. A presença dos senhores professores aqui, do João Pedro Stédile proporcionou esta possibilidade de a TV Senado elaborar esse programa. Então, quero agradecer a vocês, mas também agradecer profundamente à TV Senado por essa iniciativa.

Pergunto se já há horário. (*Pausa.*)

Ainda não. Será divulgado possivelmente amanhã. Então, nós estaremos aqui. Quem acompanha a TV Senado permanentemente vai ficar sabendo o horário.

Eu quero também informar que a TV Senado é uma TV muito ouvida nos Estados, muito ouvida. Eu sou testemunha disso porque as pessoas nos procuram e falam. Então, quero agradecer mais uma vez pela importância da TV Senado na vida do povo brasileiro, passando informações corretas, informações com conteúdo e informações fruto dos debates que acontecem nesta Casa, tanto no plenário, quanto nas comissões. E o trabalho nas comissões é um trabalho extremamente rico, em que se discutem não só os projetos que tramitam aqui, mas temas de interesse da coletividade, e um desses temas é a questão dos transgênicos. A TV Senado cumpre o papel de cidadania, levando aos cidadãos e às cidadãs brasileiras informações primordiais, que contribuem não só para o conhecimento das pessoas, mas também para uma mudança de comportamento dos nossos brasileiros e das nossas brasileiras. Então, agradeço à TV Senado por isso.

Já há a informação, Tânia? (*Pausa.*)

O programa que vai transmitir esta audiência pública será o programa Em Discussão. Não temos ainda o horário, mas vocês fiquem atentos – quem está nos acompanhando pela internet –, para que possam acompanhar.

Muito obrigada a todos vocês. Eu quero agradecer muito, de coração, ao Prof. Rubens, ao Prof. Paulo, ao João Pedro Stédile, pela presença e pela contribuição que trouxeram aqui, hoje.

Este é um debate que vai permanecer. Esta não será a primeira, nem a última audiência pública. Com certeza, outras audiências públicas poderão ser realizadas aqui na Comissão de Direitos Humanos, trazendo outras pessoas também para aprofundar o debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia quinze de julho de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró, Jayme Campos** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 25ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Lido requerimento de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**. Tem início a apreciação da pauta.

Item 1 – Mensagem (SF) Nº 51, de 2014, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**.

Resultado: *lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.* **Item 2 – Mensagem (SF) Nº 52, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ROMEU DONIZETE RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**. **Resultado:** *lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.* **Item 3 – Mensagem (SF) Nº 53, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor TIAGO DE BARROS CORREIA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*”. **Relatoria:** Senador **Humberto Costa**.

Resultado: *lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.* Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão em exercício, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Leitura de requerimentos.

Requerimento nº 22, de 2014, assinado por S. Exa o Senador Ricardo Ferraço:

REQUERIMENTO N° 22/2014-CI

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Infraestrutura – CI, para tratar instruir devidamente o Pro-

jeto de Lei do Senado nº 37 de 2011, de iniciativa do senador Marcelo Crivella. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. Ildo Grudtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Romeu Ruffino, Diretor-Geral da ANEEL; Sidney Simonaggio, Vice-Presidente de Operações da AES Eletropaulo; Eduardo Camillo, Superintendente de Relações Institucionais da LIGHT; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do SindiTelebrasil; Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Segue a justificação de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Feita a leitura do requerimento, está apto a entrar na pauta de nossa próxima reunião.

Pauta do dia de hoje.

Gostaria inicialmente de tecer alguns comentários explicitamente a S. Ex^{as} as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Serviços de Infraestrutura com relação à realização desta reunião extraordinária.

Considerando que a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica é um órgão colegiado composto por cinco diretores e que o mandato de dois deles encerra-se na primeira quinzena de agosto, considerando ainda a proximidade do recesso parlamentar, que poderia comprometer a análise tempestiva das indicações presidenciais à agência e com base nos atos e procedimentos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, esta Presidência entendeu conveniente a realização da presente reunião extraordinária para viabilizar a realização da sabatina dos indicados pelas Mensagens nºs 51, 52 e 53, de 2014, já em nossa próxima reunião a ser realizada amanhã, dia 16 de julho, a partir das 7h30. Tal procedimento está de acordo com os atos normativos desta Comissão e propiciará a celeridade requerida na tramitação das referidas mensagens sem prejuízo da análise de V. Ex^{as}.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Será concedida vista coletiva após apresentação e discussão do Relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-Cl).

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Humberto Costa para proferir seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor André Pepitone da Nóbrega para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (Cl).

André Pepitone da Nóbrega nasceu em 21 de janeiro de 1974, na cidade de Maceió, capital de Alagoas. Tem, portanto, 40 anos, é solteiro e engenheiro civil graduado pela Universidade de Brasília (UnB) em 1997. Na mesma universidade, em 2010, concluiu curso de pós-graduação *lato sensu* em Geotecnia. Em 2006, obteve diploma de especialização em Theory and Operation of a Modern National Economy (Programa Minerva), na Universidade George Washington, em Washington – DC, Estados Unidos da América.

Sua experiência profissional inclui atividades de engenheiro civil, de 1997 a 2000, na empresa Themag Engenharia. Na área de estruturas, participou da elaboração da concepção estrutural dos aeroportos de Natal e Belém. Na área de Geotecnia, integrou a equipe responsável pelos estudos de inventário, viabilidade, proje-

to básico e projeto executivo de empreendimentos hidrelétricos, tais como a UHE Lajeado; a UHE Candonga; a UHE Corumbá IV; a UHE Rondon II. Atuou, também, na definição da participação de quedas dos rios Verde, Claro, Doce e Tocantins – Trecho Cana-Brava-Lajeado e Lajeado-Estreito.

Encontra-se em exercício na Aneel desde 2000. Até 2002, desempenhou a função de coordenador do grupo de autorizações da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração, na qual executou atividades relacionadas aos processos de licitação, outorga e contratação de concessões e autorizações de geração de energia elétrica.

De 2002 a 2006, atuou na Superintendência de Estudos Econômicos do Mercado, quando desempenhou tarefas referentes a processos de supervisão do mercado de energia elétrica, com vistas à competição e ao equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica. Realizou, ainda, serviços concernentes à avaliação e à definição de sistemática de leilões públicos de compra e venda de energia elétrica.

Ressalte-se que foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Especialista em Regulação da Aneel, sendo nomeado em 20 de maio de 2005.

De 14 de agosto de 2006 a 13 de agosto de 2010 foi assessor de diretoria da agência, no qual exerceu diversas atividades, com destaque para a prestação de assessoramento técnico ao colegiado de diretores em matérias afetas às atividades de regulação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como para a coordenação e a articulação de assuntos relacionados a processos de regulação, fiscalização, mediação, outorga e gestão administrativa.

Em 12 de agosto de 2010, foi nomeado para exercer, por quatro anos, o cargo de Diretor da Aneel, tornando-se o primeiro servidor efetivo da carreira de regulação a ocupar esse cargo. Ademais, desempenha desde 2012 a função de Diretor da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar).

Com referência à sua participação em eventos relacionados a energia, ressaltam-se os seguintes:

- *Eleventh International Training Program on Utility Regulation And Strategy*, ministrado pela Universidade da Flórida, na Warrington College of Business, em Gainesville, Estados Unidos (2002);
- *Smart Grid International Plenary* do Comitê Europeu de Normalização Eletrotécnica (CENELEC) & Comitê Europeu de Normalização (CEN), em Bruxelas, na Bélgica, como palestrante convidado (2012); e
- a chefia da representação brasileira na Mesa Redonda de Reguladores Nacionais de Energia, no âmbito do Grupo de Sustentabilidade Energética do Grupo dos 20 (G-20), em Kazan, na Rússia, como Diretor da Aneel (2013).

Além disso, o engenheiro André Pepitone da Nóbrega possui diversos trabalhos publicados nas áreas de energias renováveis, comercialização de energia, redes elétricas inteligentes e regulação do setor de energia, bem como participação relevante em seminários nacionais e internacionais sobre regulação e energia elétrica.

O candidato declara, também, que desde o início de suas atividades profissionais, sobretudo a de Diretor da Aneel, tem pautado sua conduta no respeito aos adequados valores individuais e coletivos que norteiam as relações sociais. Acredita distinguir comportamentos positivos de negativos e possuir capacidade de liderança democrática e de atuação assertiva e eficiente diante de situações adversas e complexas. Declara aprovar os bons costumes e seguir, tanto na vida pessoal quanto na profissional, as prescrições definidas pela sociedade brasileira e pela Administração Pública.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a recondução do Senhor André Pepitone da Nóbrega ao cargo de Diretor da Aneel.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Humberto Costa, pela leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009-Cl, com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-Cl.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 52, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor ROMEU DONIZETE RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica (ANEEL).

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observação: Será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do presente relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Romeu Donizete Rufino para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, a matéria cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Romeu Donizete Rufino nasceu em 23 de abril de 1956, na cidade de Coromandel, no Estado de Minas Gerais. Tem, portanto, 58 anos, é casado e contador graduado pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) em 1982. Possui, ainda, cursos de Pós-graduação em Contabilidade Gerencial, pela Fundação Getúlio Vargas, e em Skills, Tools and Competencies – STC, pela Fundação Dom Cabral e pela Kellogg Graduate School of Management, além de diversos cursos de especialização nas áreas de administração gerencial, auditoria contábil e qualidade.

Sua experiência profissional iniciou-se, em 1978, na PriceWaterhouseCoopers, na qual permaneceu até 1982, exercendo as atividades de auditoria e de consultoria nas áreas societária, fiscal, contábil e financeira de empresas. Trabalhou nas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (EletroNorte), entre 1983 e 1998, galgando diversas posições até assumir o cargo de Assistente do Diretor Financeiro. Foi membro dos conselhos fiscais da Fundação de Previdência Complementar Previnorte, entre 1991 e 1997, e da Companhia Energética de Brasília (CEB), entre 1996 e 1998, tendo presidido este último conselho.

Encontra-se em exercício na Aneel desde 1998. Até 2006, foi Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira, no cargo executou atividades relacionadas aos processos de fiscalização do desempenho econômico e financeiro das concessionárias do serviço público de energia elétrica, bem como validação das informações prestadas por essas empresas nos processos de reajuste e de revisão tarifária. Participou também da definição e supervisão dos procedimentos contábeis adotados pelos agentes do setor elétrico e da análise prévia da Aneel sobre ações desses agentes em matéria de contratações, alterações societárias e do estatuto social, e captações financeiras. Foram relevantes também sua contribuição na elaboração do novo modelo do setor elétrico e sua participação como palestrante em diversos eventos do setor elétrico.

Desde 2006, faz parte da Diretoria colegiada da Aneel. Exerceu a função de Diretor até 2013, quando passou a exercer o cargo de Diretor-Geral, posição na qual permanece.

O candidato declara sentir-se apto a continuar exercendo o cargo de Diretor-Geral da Aneel, tendo em vista o seu bom desempenho, fruto da experiência de mais de três décadas de trabalho dedicado ao Setor Elétrico Brasileiro sem nada que desabone a sua idoneidade moral e conduta intelectual, e do contínuo aperfeiçoamento técnico. Destaca, ainda, o seu empenho em prestigiar a atuação da Comissão de Ética da Aneel e sua participação na estruturação do atual modelo do Setor Elétrico Brasileiro.

Em atendimento ao inciso II do art. 1º do Ato nº 1 – CI, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o candidato também declara: i) não ter parente que exerça ou tenha exercido atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional; ii) não participar nem ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais; iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; iv) ser réu em Ação Civil Pública, em razão de questionamento sobre o índice de reajuste tarifário anual de 2014 da Enersul, e indica a tramitação processual atualizada; e, v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, como conselheiro de administração de empresas estatais, e ser diretor da Aneel desde 2006.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o candidato atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Sendo assim, esta Comissão tem condições de deliberar sobre a recondução do Sr. Romeu Donizete Rufino ao cargo de Diretor-Geral da Aneel.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Humberto Costa pela leitura do seu relatório, que coloco em discussão. (*Palmas*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, com redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor TIAGO DE BARROS CORREIA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: Será concedida vista coletiva automaticamente, após a apresentação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 04, de 2013, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Tiago de Barros Correia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, a matéria cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Tiago de Barros Correia nasceu em 12 de agosto de 1978, na cidade de Maputo, capital de Moçambique. Optou pela nacionalidade brasileira em 15 de junho de 2004, conforme atesta Certidão do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito da Sede Comarca de Campinas, Estado de São Paulo. O candidato é casado e Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) em 2002. Possui, ainda, cursos de mestrado na Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos, pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, no qual desenvolveu o tema “Regulação do Mercado de Energia Elétrica”; e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Sua experiência profissional iniciou-se, em 2004, como Assessor da Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia (MME). Em 2010, tornou-se Assessor Especial do mesmo órgão, onde permaneceu até 2012. Desde 2006, em razão de aprovação em concurso público, é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Entre 2012 e 2013, exerceu a chefia de gabinete de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ainda em 2013, foi Assessor Especial do Ministério da Fazenda e, posteriormente, assumiu o cargo de Secretário de Infraestrutura Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República, no qual permanece. Foi membro do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2013, e é Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo.

Possui diversas publicações técnicas no Brasil e no exterior que versam sobre mercados e comercialização de energia elétrica.

O candidato declara-se apto a exercer o cargo de Diretor da Aneel, tendo em vista sua sólida formação acadêmica bem como sua experiência profissional abrangente, com destaque para sua atuação na regulamentação do Setor Elétrico Brasileiro, no período em que esteve no Ministério de Minas e Energia, e o conhecimento do funcionamento das agências reguladoras, adquirido na condição de assessor de conselheiro dessa agência.

Em atendimento ao inciso II do art. 1º do Ato nº 1-CI, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o candidato também declara: i) que seu pai é professor do Departamento de Energia da Unicamp; ii) não participar nem ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; e, v) atuar como Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Docas do Espírito Santo, e ter atuado como conselheiro da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 2013.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o candidato atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Sendo assim, esta Comissão tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Tiago de Barros Correia ao cargo de Diretor da Aneel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato a S. Exª o Senador Humberto Costa pela leitura do seu relatório.

Coloco agora em discussão o referido relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se amanhã, dia 16 de julho de 2014, quarta-feira, às 7h30 da manhã neste plenário.

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

**Edição de hoje: 150 páginas
(O.S. 13891/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

